



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

WAGNER CARVALHO DE ARGOLO NOBRE

**INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS *LÍNGUAS*
GERAIS NO BRASIL:
PROCESSOS DISTINTOS DE FORMAÇÃO NO PERÍODO
COLONIAL**

Salvador
2011

WAGNER CARVALHO DE ARGOLO NOBRE

**INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS *LÍNGUAS*
GERAIS NO BRASIL:
PROCESSOS DISTINTOS DE FORMAÇÃO NO PERÍODO
COLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Conceição Freire Lobo

Salvador
2011

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Nobre, Wagner Carvalho de Argolo.

Introdução à história das línguas gerais no Brasil : processos distintos de formação no período colonial / Wagner Carvalho de Argolo Nobre. - 2011.
229 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Conceição Freire Lobo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2011.

1. Lingüística histórica - Brasil. 2. Bilingüismo. 3. Língua crioula. 4. Brasil - História - Período colonial, 1500 -1822. 5. Sociolingüística - Brasil. I. Lobo, Tânia Conceição Freire. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 417.7
CDU - 81-112

WAGNER CARVALHO DE ARGOLO NOBRE

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS *LÍNGUAS GERAIS* NO
BRASIL: PROCESSOS DISTINTOS DE FORMAÇÃO NO
PERÍODO COLONIAL

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 29 de abril de 2011.

Banca Examinadora

Tânia Conceição Freire Lobo – Orientadora

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo,
São Paulo, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Josane Moreira de Oliveira

Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil.
Universidade Estadual de Feira de Santana

A

Yvan e Bartira, meus pais.

Lorena, minha esposa.

Werner, meu irmão.

Floripes, minha avó.

Tio Miltinho, tia Célia (*in memoriam*) e tio Celso.

Com muito amor a todos.

AGRADECIMENTOS

Junto com a dedicatória, talvez seja a parte mais difícil de uma dissertação...

A Tânia, orientadora querida, pelos conselhos, pela exigência e pela atenção, que só me fizeram buscar o crescimento.

A Klebson, Anielle, Verônica, Hirão, Luciana e Pascásia, pela amizade e coleguismo.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A Profa. Rosa, coordenadora do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), e a todos os seus membros.

A Profa. Célia, Seu Wilson e Hugo, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos pesquisadores que dedicam o seu tempo ao estudo das *línguas gerais*, das missões jesuíticas, dos índios *tupinambás*, do contato entre línguas, da História do Brasil e aos cronistas coloniais, sem os quais não teria sido possível escrever este trabalho.

Obrigado a todos!

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial*. 229 f. il. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema os processos de formação das *línguas gerais* brasileiras no período colonial. Nesse sentido, para contextualizar o tema, é feita uma retrospectiva dos 500 anos de história lingüística do Brasil, abarcando os seus principais elementos: o índio, o negro e o branco. Em seguida, passa-se ao tema *língua geral*, especificamente, levando a termo a análise das considerações feitas a esse respeito por diversos lingüistas proeminentes no cenário nacional e internacional. Daí em diante, chega-se ao ponto mais importante da dissertação: a delimitação dos contextos sociolingüísticos, dentro dos quais se deram os processos de formação das *línguas gerais* na América Portuguesa, a saber: o *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, constituído a partir do século XVI, no Estado do Brasil, e o *contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, constituído a partir do século XVII, no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Palavras-chave: Lingüística histórica - Brasil. Bilingüismo. Língua crioula. Brasil - História - Período colonial, 1500 - 1822. Sociolingüística - Brasil.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. *Introduction to the history of the general languages in Brazil: distinct formation processes at the colonial period*. 229 pp. ill. 2011. Master Dissertation – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme the Brazilian *general languages*' formation processes at the colonial period. In this way, to contextualize the theme, it is done a retrospective of the 500 years of linguistic history of Brazil, covering its main elements: the Indian, the Black and the White. After that, it is approached the theme *general language* itself, analyzing the inferences done in relation to it by prominent linguists in the national and international scene. From this part towards the end, it is reached the most important point of this dissertation: the delimitation of the sociolinguistic contexts in which there were the formation processes of the *general languages* in Portuguese America, which are the following: the *context without language shift between generations*, formed from the 16th century in the State of Brazil, and the *context with language shift between generations*, formed from the 17th century in the State of Grão-Pará e Maranhão.

Keywords: Historic linguistics - Brazil. Bilinguals. Creole language. Brazil - History - Colonial period, 1500 - 1822. Sociolinguistics - Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: BREVE RETROSPECTIVA DOS 500 ANOS DE HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DO BRASIL	14
1. OBSERVAÇÕES INICIAIS	14
2. A INTERLÍNGUA DA COSTA E A SUA ADOÇÃO PELOS PORTUGUESES	14
3. UMA MUITO BREVE INFORMAÇÃO SOBRE AS DUAS LÍNGUAS GERAIS BRASILEIRAS	18
4. OS AFRICANOS COMEÇAM A SER TRAZIDOS PARA O BRASIL	20
4.1 ESTUDOS ATUAIS SOBRE INFLUÊNCIAS EXÓGENAS NA ESTRUTURA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	29
5. A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA ATUAL DO BRASIL	41
5.1 O ATUAL QUADRO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL	41
5.2 LÍNGUAS EUROPÉIAS E ASIÁTICAS QUE PASSARAM A COMPOR O CENÁRIO LINGÜÍSTICO BRASILEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX	43
5.3 O ATUAL QUADRO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	50
5.4 O ATUAL QUADRO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO	53
6. OBSERVAÇÕES FINAIS	54
CAPÍTULO 2: UM DEBATE SOBRE O ESTUDO DAS LÍNGUAS GERAIS: O ESTADO DA QUESTÃO	57
1. OBSERVAÇÕES INICIAIS	57
2. ANO: 1950	59
3. ANO: 1972	69
4. ANO: 1980	71
5. ANO: 1985	74
6. ANO: 1991	79
7. ANO: 1999	80

8.	ANO: 2006	83
9.	OBSERVAÇÕES FINAIS	85
CAPÍTULO 3: <i>LÍNGUA GERAL</i> EM CONTEXTO SEM INTERRUÇÃO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA ENTRE GERAÇÕES.....		
1.	OBSERVAÇÕES INICIAIS	93
2.	O CONTEXTO SEM INTERRUÇÃO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA ENTRE GERAÇÕES, DEFINIDO POR ARYON RODRIGUES	94
2.1	UM BREVE EMBASAMENTO HISTÓRICO SOBRE A <i>LÍNGUA GERAL</i> DE SÃO PAULO	94
2.2	O QUE DEFINIU ARYON RODRIGUES	99
2.3	A QUESTÃO DA NÃO-FORMAÇÃO DA <i>LÍNGUA GERAL</i> ENTRE O RIO DE JANEIRO E O PIAUÍ, AINDA SEGUNDO ARYON RODRIGUES	101
3.	O SUL DA BAHIA E A QUESTÃO DA <i>LÍNGUA GERAL</i>	103
4.	INTRODUÇÃO ÀS COMARCAS DE ILHÉUS E PORTO SEGURO	108
4.1	A COMARCA DE ILHÉUS	110
4.1.1	Aldeia de São Fidélis	113
4.1.2	Vila de Cairu	114
4.1.3	Vila de Boipeba	115
4.1.4	Vila de Serinhaém (ou Santarém)	116
4.1.5	Vila de Camamu	117
4.1.6	Vila de Barcelos	118
4.1.7	Vila de Marauá	119
4.1.8	Vila da Barra do Rio de Contas	119
4.1.9	Aldeia de Almada	121
4.1.10	Vila de São Jorge de Ilhéus	122
4.1.11	Vila de Olivença	123
4.1.12	Aldeia de Poxim	125
4.2	A COMARCA DE PORTO SEGURO	126
4.2.1	Vila de Belmonte	129
4.2.2	Vila de Porto Seguro	129
4.2.3	Vila Verde	131
4.2.4	Vila de Trancoso	132
4.2.5	Vila do Prado	133
4.2.6	Vila de Alcobaça	134
4.2.7	Vila de Caravelas	135
4.2.8	Vila Viçosa	137
4.2.9	Vila de Porto Alegre	137

4.2.10	Vila de São Mateus	138
4.3	CONSTATAÇÕES ACERCA DO PERFIL DAS VILAS DAS COMARCAS DE ILHÉUS E PORTO SEGURO	139
5.	CONCLUSÕES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS OBSERVADAS NO SUL DA BAHIA	147
6.	OS PÉS DE CACAU COMEÇAM A COBRIR DE DOURADO AS TERRAS DO SUL DA BAHIA	154
7.	OBSERVAÇÕES FINAIS	162
	CAPÍTULO 4: LÍNGUA GERAL EM CONTEXTO COM INTERRUPTÃO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA ENTRE GERAÇÕES	164
1.	OBSERVAÇÕES INICIAIS	164
2.	OS JESUÍTAS NA AMAZÔNIA E A TUPINIZAÇÃO DOS TAPUIAS	170
2.1	MOTIVOS PARA A COROA APOIAR O ESTABELECIMENTO DOS JESUÍTAS NA AMAZÔNIA	170
2.2	OS MISSIONÁRIOS COMEÇAM A CHEGAR À AMAZÔNIA	170
2.3	O PERÍODO DE ANTÔNIO VIEIRA NA AMAZÔNIA, DE 1653 A 1661	172
2.3.1	A atuação dos jesuítas na Amazônia depois de Antônio Vieira, de 1662 a 1760	187
2.4	OBSERVAÇÕES SOBRE O QUE FOI DITO ATÉ AGORA	192
2.5	RESUMO DO PROCESSO DE TUPINIZAÇÃO DOS TAPUIAS	193
3.	A TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR DO TUPINAMBÁ	195
3.1	COMO SE FORMOU A LÍNGUA GERAL CORRUPTA OU LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA, UM POSSÍVEL CRIOULO DE BASE TUPINAMBÁ	202
3.1.1	Primeiro momento: a erosão gramatical da língua geral antiga ou tupinambá	202
3.1.1.1	O que são línguas <i>pidgins</i> ?	209
3.1.1.2	O que são línguas <i>crioulas</i> ?	210
3.1.2	Segundo momento: a recomposição gramatical do tupinambá como uma língua historicamente nova	211
4.	OBSERVAÇÕES FINAIS	216

CONCLUSÃO	218
REFERÊNCIAS	223

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação de mestrado, abordaremos a questão das *línguas gerais* brasileiras, através da análise do que diversos lingüistas e historiadores, de importância no cenário acadêmico nacional e internacional, disseram a respeito desse tema e, principalmente, da análise dos processos de formação, no período colonial, da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia – no Estado do Brasil – e da Amazônia – no Estado do Grão-Pará e Maranhão –, processos estes que constatamos terem sido distintos, em um período no qual a América Portuguesa ainda estava dividida em Estados administrativamente independentes. (FREIRE, 2004).

No **capítulo 1**, para introduzir o tema, faremos uma breve retrospectiva dos 500 anos de história lingüística do Brasil, abordando o uso inicial do *tupinambá* como interlíngua, pelos portugueses, ao longo da costa brasileira, no século XVI. Em seguida, exporemos algumas poucas palavras sobre as *línguas gerais* no Brasil, pois os capítulos seguintes serão todos dedicados a elas. Trataremos das línguas africanas que chegaram aqui, assim como da forma peculiar na qual sobreviveram até os dias atuais e de hipóteses sobre suas influências na estrutura, principalmente, do português popular brasileiro, que se desenvolveu nas zonas rurais mais afastadas dos centros urbanos (fazendo um paralelo deste com o português xinguano), além da exposição de algumas hipóteses sobre a sua difusão no território brasileiro, fato que teve como resultado um cenário atual de multilingüismo localizado e não mais generalizado (MATTOS E SILVA, 2004), como no período colonial, no qual prevalece a utilização do português como a língua materna da grande maioria da população brasileira, em contraste com as cerca de 180 línguas indígenas, concentradas em sua maioria na região amazônica, cujos falantes que as têm como línguas maternas não são mais tão numerosos, havendo diversas línguas indígenas, inclusive, em perigo de extinção. Após a exposição referida acima, teceremos algumas considerações sobre o quadro atual das línguas indígenas brasileiras, remanescentes dos 500 anos de genocídios e glotocídios ocorridos em nossa história, enveredando pelas línguas da imigração européia e asiática que teve início no século XIX, pelo quadro atual da língua portuguesa no Brasil e expondo alguns dados gerais sobre a sua distribuição hodierna pelo mundo.

No **capítulo 2**, faremos uma análise das considerações que sete autores distintos (brasileiros e estrangeiros) expuseram sobre o tema *língua geral*, através de uma linha do tempo, procurando identificar em suas palavras cinco aspectos que consideramos cruciais para que esse campo de estudos tome a forma consistente de que ainda carece, apesar de algumas

obras de importância inestimável já terem sido publicadas sobre o tema, e sem as quais não teria sido possível escrever esta dissertação. São esses aspectos: [1] O conceito de *língua geral*; [2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*; [3] Em que áreas foram faladas; [4] Em que período foram faladas; [5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Com relação aos sete autores que compuseram a nossa linha do tempo, são eles: Serafim da Silva Neto (1986 [1950]), Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1979 [1972]), Paul Teyssier (2007 [1980]), Antônio Houaiss (1985), Ivo Castro (1991), Volker Noll (2008 [1999]) e Esperança Carneira (2006). No que concerne aos autores que escreveram obras inestimáveis para o estudo das *línguas gerais* brasileiras, temos Aryon Rodrigues (1986;1996), José Ribamar Bessa Freire (2003; 2004) e Maria Cândida Barros (2003).

No **capítulo 3**, procuraremos delimitar o *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, constatado por Aryon Rodrigues, dentro do qual teria prevalecido o bilingüismo *tupinambá* (L1)/português (L2), resultando na formação da *língua geral* de São Paulo. Contudo, em 2001, Permínio Ferreira encontrou, no Arquivo Público do Estado da Bahia, um documento que atesta a existência da *língua geral* também no sul da Bahia, mais especificamente na Vila de Olivença, na Comarca de Ilhéus, em 1794. Além do próprio Permínio Ferreira, este documento foi editado, outrossim, por Klebson Oliveira e Uílton Santos Gonçalves, e publicado, dentre outros documentos, no livro *Cartas Baianas Setecentistas* (2001), organizado por Tânia Lobo. Como consequência dessa descoberta, em 2006, Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva publicaram o artigo intitulado *Indícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII*, no qual teceram considerações relevantes sobre este novo dado. Em 2011, já no âmbito desta dissertação, descobrimos, em documentos editados por Luiz Mott (2010), referências à ocorrência da *língua geral* em outras seis localidades do sul da Bahia, além da Vila de Olivença, a saber: na Aldeia de São Fidélis, na Vila de Serinhaém, na Vila de Barcelos, na Vila de São José da Barra do Rio de Contas, na Aldeia de Almada – todas, junto com a Vila de Olivença, na Comarca de Ilhéus –, além da referência à sua ocorrência na Vila do Prado – situada na vizinha Comarca de Porto Seguro, dentro da qual ainda não havia sido descoberta nenhuma ocorrência da *língua geral*. Tendo sido constatada a existência desse tipo de língua ao longo de todo o sul da Bahia, pois as aldeias e vilas nas quais ocorreu se distribuem desde o extremo norte da Comarca de Ilhéus – no Recôncavo Baiano –, até o extremo sul da Comarca de Porto Seguro – próximo à divisa com o estado do Espírito Santo –,

e tendo pesquisado dados demográficos que nos permitiram levantar o perfil de cada uma de suas aldeias e vilas no século XVIII, constatamos que as condições sociolingüísticas nas quais se formou a *língua geral* do sul da Bahia se encaixam no mesmo *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, constatado por Aryon Rodrigues e no qual se desenvolveu a *língua geral* de São Paulo.

No **capítulo 4**, em oposição ao capítulo 3, constatamos e delimitamos o *contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, que teria predominado no Estado do Grão-Pará e Maranhão, dentro do qual houve a formação da *língua geral* da Amazônia, em um processo que, segundo a hipótese que levantamos e desenvolvemos nesse capítulo, foi de *pidginização/crioulização*, fruto do contato entre o *tupinambá* – levado pelos jesuítas do Estado Brasil – e as muitas línguas *tapuias*¹ da região amazônica, tendo como resultado a formação de uma língua historicamente nova, a *língua geral* da Amazônia, discordando, portanto, de Aryon Rodrigues, que a considera como imersa no mesmo *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, observado na formação da *língua geral* de São Paulo. No intuito de argumentar a favor de nossa hipótese, lançamos mão, principalmente, da história da ocupação jesuítica na Amazônica – desde o seu início até o seu fim –, e do aparato teórico da **Transmissão Lingüística Irregular**, elaborado por Dante Lucchesi e Alan Baxter (2003; 2009; s/d), que, como se verá, nos possibilitou perceber que o contexto sociolingüístico da Amazônia colonial foi, de fato, propício à *pidginização/crioulização* do *tupinambá* em contato com as línguas *tapuias* da região, resultando na formação da *língua geral* da Amazônia, antecedente histórica do atual *nheengatu*.

Na **conclusão**, no intuito de preencher os cinco aspectos mencionados no capítulo 2 como necessários a uma melhor coesão nesse campo de estudos, apresentaremos um conceito de *língua geral* que engloba ambos os contextos distintos nos quais se formaram os dois tipos dessa língua, ressaltando o fato de que a América Portuguesa era dividida, até 1823, em dois Estados administrativa e lingüisticamente distintos, além de propormos uma nova denominação de *língua geral*, baseada em critérios lingüísticos, e não geográficos, como o fez Aryon Rodrigues.

¹ O termo *tapuia*, da língua *tupinambá*, significa “inimigo” e, de posse dos jesuítas, passou a designar “índios não cristianizados”, criando-se então, segundo Maria Cândida Barros (2003, p. 88), a oposição **índio tupinambá versus índio tapuia**, que correspondia à oposição **índios cristianizados versus índios não cristianizados**, sendo, no caso desses últimos e por esse motivo, considerados bárbaros.

CAPÍTULO 1 – BREVE RETROSPECTIVA DOS 500 ANOS DE HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DO BRASIL

1. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Neste primeiro capítulo, gostaríamos de ressaltar, como o próprio título já indica, que se trata de uma **breve** retrospectiva dos 500 anos de história lingüística do Brasil, e não de um tratado a esse respeito – trabalho que, inevitavelmente, demandaria muito mais do que quarenta e poucas páginas, mas milhares. Por esse motivo, fizemos um “vão panorâmico” sobre a nossa sócio-história lingüística, indicando os pontos que consideramos mais relevantes, sem, contudo, nos aprofundarmos em nenhum deles.

2. A INTERLÍNGUA DA COSTA E A SUA ADOÇÃO PELOS PORTUGUESES

Tupinamba. – This name is applied here to all the Indians speaking a *Tupi-Guarani* dialect, who in the 16th century were masters of the Brazilian shore from the mouth of the Amazon River to Cananéa, in the south of the State of São Paulo. Though linguistically and culturally closely related, these Indians were divided into a great many tribes that waged merciless war against one another. Most of these groups were given different names by the Portuguese and French colonists, but the term *Tupinamba* was applied to the tribes of such widely separated regions as Rio de Janeiro, Bahía, and Maranhão. Because these are the best-know tribes, we shall, for convenience, apply to all of them the term *Tupinamba*. (MÉTRAUX, 1948, p. 95)².

Como podemos notar na citação de Alfred Métraux – retirada do seu artigo *The Tupinamba*, publicado no *Handbook of south american indians*, em 1948 – a costa do Brasil, no século XVI, desde a foz do rio Amazonas à barra de Cananéia, ao sul de São Paulo, era habitada e dominada por índios falantes de um dialeto *Tupi-Guarani*. Esses índios estavam divididos em muitas tribos inimigas entre si, apesar de possuírem uma grande homogeneidade cultural e lingüística. As denominações dessas tribos variavam bastante – inclusive quanto à origem dessas denominações, vindas de portugueses e franceses –, com exceção de uma, o termo *tupinambá*, sendo recorrente em pontos diferentes e distantes da costa, como no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão. Alfred Métraux, então, afirma que, como essas tribos *tupinambás*, já muito difundidas territorialmente, são também as mais conhecidas, aplicará o termo *tupinambá* para todas as outras tribos da costa do Brasil, generalizando, assim, essa

² **Tupinambá.** – Esse nome é aplicado aqui a todos os Índios, falantes de um dialeto *Tupi-Guarani*, que, no século XVI, foram os senhores da costa do Brasil, desde a foz do Rio Amazonas, até Cananéia, no sul do estado de São Paulo. Embora lingüística e culturalmente relacionados de maneira muito próxima, esse Índios eram divididos em muitas tribos, que empreendiam guerras desumanas umas contra as outras. À maior parte desses grupos foram dados nomes diferentes pelos colonizadores Portugueses e Franceses, mas o termo *Tupinambá* foi aplicado a tribos de regiões largamente separadas, como Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão. Por serem essas as tribos melhor conhecidas, nós vamos, por conveniência, aplicar a todas elas o termo *Tupinambá*. (tradução nossa).

denominação. Nesse sentido, pelo fato de Alfred Métraux generalizar o termo *tupinambá* para todas as tribos da costa, estenderemos a sua generalização também para a língua dessas tribos, pois, como o próprio autor afirma – provavelmente baseado em Fernão Cardim, que consta de suas referências –, eram, todas elas, “falantes de um dialeto *Tupi-Guarani*”. Sendo assim, com base na generalização que Alfred Métraux faz – chamando todas as tribos da costa, falantes desse dialeto *Tupi-Guarani*, de *tupinambás* –, também faremos a nossa generalização, chamando esse dialeto *Tupi-Guarani* de *tupinambá*, como, aliás, Aryon Rodrigues o fez em período anterior, embora a tenha abandonado atualmente.

Isso não significa, entretanto, que, na costa do Brasil, o *tupinambá* fosse a única língua falada por suas tribos. Se, atualmente, após um processo tão acentuado de glotocídio – tendo sido o número de línguas indígenas do Brasil reduzido, de 1.175, segundo cálculo de Aryon Rodrigues, para cerca de 180 línguas (sofrendo uma redução de 85%), faladas atualmente por cerca de 270.000 índios (LEITE & FRANCHETTO, 2006, p. 18)³ –, a família lingüística *Tupi-Guarani* ainda possui 21 línguas sendo faladas (MONSERRAT, 1994, p. 95), imagine-se quantas línguas dessa família existiam quando da chegada dos portugueses... Antônio Houaiss, por sua vez (1985, p. 51), calcula que, no território correspondente ao atual Brasil, o número de índios era de 8 a 9 milhões de indivíduos. Restringindo essas estimativas à costa, temos o cálculo feito por Darcy Ribeiro em 1995, que gira em torno de 1 milhão de *tupinambás* que nela se localizavam (2004, p. 31). Nesse sentido, o *tupinambá* – língua materna das tribos dessa mesma etnia – deveria funcionar como a interlíngua da costa, em meio a muitas outras línguas da família *Tupi-Guarani*, provavelmente sendo a segunda língua das várias outras tribos que ajudavam a compor esse contingente costeiro de 1 milhão de índios, falantes de outras línguas da família *Tupi-Guarani*, que entraram na generalização de Alfred Métraux, sob a mesma denominação de tribos *tupinambás*. Interessantes são os questionamentos, feitos a esse respeito, por Serafim da Silva Neto:

Hóspede que sou, no conhecimento das línguas americanas, não posso fazer idéia nítida do que fosse a *língua tupi*. Qual a sua origem? Qual o seu estado no século XVI? Quais as tribos que a falavam originariamente, e quais as que a falavam por terem substituído à própria? (...) (SILVA NETO, 1986, p. 49).

³ “O Brasil tem hoje uma população de 270.000 índios, remanescentes de uma população que pode ter sido de 6 a 10 milhões! Este contingente está distribuído entre mais ou menos 200 povos que falam cerca de 180 línguas.” (TEIXEIRA, 2004, p. 296).

Desse modo, considerando-se o imenso contingente indígena com o qual os portugueses – em número infinitamente menor – se depararam na primeira metade do século XVI, tornava-se uma tarefa inviável tentar impor aos *tupinambás* – em número infinitamente maior – a língua portuguesa, completamente estranha aos nativos e às próprias necessidades de inteligibilidade que as novas terras descobertas – com fauna, flora e cultura muito diferentes da européia – demandavam. Além do mais, a costa já possuía uma língua franca, o *tupinambá*, não tendo sido difícil aos portugueses perceber que seria muito mais prático eles próprios aprenderem essa língua franca e, com ela, resolverem seus problemas de comunicação ao longo de quase toda a região costeira, do que tentar impor, a cada um desses 1 milhão de índios *tupinambás*, a língua portuguesa.

Corroborando as palavras de Alfred Métraux e as nossas, vejamos as palavras do jesuíta Fernão Cardim, escritas entre 1583 e 1601, no seu *Tratados da terra e gente do Brasil*:

Em toda esta província [referindo-se ao Brasil] há muitas nações de diferentes línguas, porém uma é principal que compreende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepam e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade dela está em ter muitas composições; porém dos portugueses, quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos portugueses, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com estas dez nações de índios têm os Padres comunicações por lhes saberem a língua, e serem mais domésticos e bem inclinados (...). (CARDIM, 2009, p. 200).

Serafim da Silva Neto, outrossim, acrescenta mais uma explicação válida – a ser combinada com a anterior – para ter prevalecido, nos primórdios da colonização do Brasil, o uso da língua *tupinambá*, tendo como base o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, como se verá adiante. Trata-se do fato de a dominação portuguesa, inicialmente, ter sido realizada preponderantemente por homens. Isto porque esses homens portugueses passaram a manter relações sexuais com as índias brasileiras, dando origem a filhos mamelucos. Como as mães índias desses filhos mamelucos falavam *tupinambá*, seus filhos, naturalmente, aprendiam a língua das mães como primeira língua e, na maioria das vezes, como única língua, pois era com a família das mães índias que conviviam socialmente, já que a família dos pais europeus se encontrava na outra margem do Oceano Atlântico, em Portugal. (SILVA NETO, 1986, p. 68).

Porém, à medida que a colonização portuguesa no Brasil seguia o seu rumo, algumas ações, levadas a termo pelos donatários de capitânias e governadores gerais, provocaram mudanças no cenário que impedia a difusão do português, facilitando o seu processo de implementação paulatina no território brasileiro. Temos, à guisa de exemplo, ações como a do Governador-Geral Mem de Sá, que, em 1557, eliminou mais de 130 aldeias dos *tupinambás* do Recôncavo Baiano; ações como a que dizimou os *tupinambás* das capitânias de Ilhéus e Porto Seguro (embora informações que encontramos em algumas cartas de Luís dos Santos Vilhena e em documentos transcritos por Luiz Mott, em um artigo riquíssimo sobre o sul da Bahia, venham levantar dúvidas sobre a intensidade dessa dizimação); e ações, na capitania de Pernambuco, como a do seu donatário Duarte Coelho, que dizimaram os índios ao longo de 300Km de costa. (RODRIGUES, 2006, p. 145-146).

Outro fator interessante, no que concerne ao cenário lingüístico dos primeiros dois séculos da colonização européia no Brasil, diz respeito a outras línguas européias que também foram utilizadas aqui, embora sem deixar maiores influências. Assim, nos séculos XVI e XVII, foram falados em território brasileiro o espanhol, o italiano, o inglês, o francês e o holandês. Mas a influência deixada por essas línguas, como já foi dito acima, não se caracterizou como algo significativo. As feitorias francesas, por exemplo, mesmo as da França Antártica, no Rio de Janeiro – que existiu de 1555 a 1567 –, e da França Equinocial, no Maranhão – que existiu de 1612 a 1615 –, ao que tudo indica, deixaram vestígios apenas na toponímia local. (p. 146).

O holandês, por seu turno, deixou maiores marcas no Nordeste. Não na Bahia, onde, em 1624, os holandeses realizaram sua primeira invasão, tomando posse de Salvador durante um ano. Mas, sim, em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, porque maior foi também a duração de sua ocupação nessas regiões, nas quais se deu a segunda invasão holandesa no Brasil, se estendendo de 1630 a 1653⁴. Nesses locais, houve tempo e situação sociolingüística que propiciaram o contato entre holandeses e portugueses, possibilitando que as influências do holandês não se limitassem apenas à toponímia, como foi o caso da França Antártica e Equinocial, mas se estendessem, para além dos nomes de lugares, à antroponímia e ao vocabulário coloquial do português daquelas regiões. (p. 146).

Já os espanhóis, desde o início da colonização do Brasil, tinham sob seu domínio as regiões que hoje compõem o extremo sul do Brasil, o que vale dizer, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outrossim, participaram dos primeiros momentos da

⁴ www.infoescola.com/historia/invasoes-holandesas-no-brasil/

colonização em outras regiões, tanto como colonos (como foi o caso do padre espanhol José de Anchieta), quanto como missionários. (p. 146-147). Isso se devia, provavelmente, a um fato que Gilberto Freyre destacou em seu livro *Casa-Grande & Senzala*, no qual afirma que o critério preponderante adotado pelos portugueses para que colonos entrassem no Brasil não era o de sua nacionalidade, mas, sim, o fato de serem católicos ou não. (FREYRE, 2002, p. 175). Dessa maneira, a língua espanhola

foi tão familiar no primeiro século de colonização, que vários autos representados em São Vicente, em Niterói, em Vitória ou em Salvador, foram escritos por Anchieta em parte ou inteiramente em espanhol. (RODRIGUES, 2006, p. 147).

Mas, ainda assim, nenhuma dessas línguas européias veio a se tornar um veículo de comunicação de importância no período colonial.

3. UMA MUITO BREVE INFORMAÇÃO SOBRE AS DUAS *LÍNGUAS GERAIS* BRASILEIRAS

Logo após o início da colonização do Brasil, em meio ao multilingüismo generalizado que o caracterizou nos séculos XVI e XVII – **com exceção da costa, naturalmente** – duas línguas de origem indígena, denominadas *línguas gerais*, exerceram papel de grande importância não só em termos demográficos – pois passaram a ser faladas como língua materna pelos habitantes de aproximadamente metade da América Portuguesa –, mas em termos das relações que estabeleceram, pois foi fazendo uso delas, nos espaços extra-oficiais, que os portugueses levaram a termo o início da colonização do Brasil, utilizando-as em suas relações sociais.

Dessa maneira, fazendo uso da denominação tradicional de Aryon Rodrigues, tivemos a formação da *Língua Geral Paulista* (LGP), surgida em um contexto de grande miscigenação entre brancos portugueses e índias *tupinambás*, certamente ajudados pela prática cultural dessas tribos, chamada por Darcy Ribeiro de *cunhadismo*, que consistia em dar a um estrangeiro, como esposa, uma jovem índia *tupinambá*:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estrangeiros à comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (RIBEIRO, 2004, p. 81).

A LGP predominou no Estado do Brasil, em detrimento do português, até a primeira metade do século XVIII, quando começa a perder seu espaço para a língua portuguesa, devido, principalmente, à influência do “processo civilizatório” (RODRIGUES, 2006), que teve seu início no século XVIII, e à difusão do idioma lusitano na sua variedade reformatada, que vinha sendo levada a termo, através de diferentes ciclos econômicos da Colônia, pelos negros escravos, fossem africanos, fossem nascidos aqui. (MATTOS E SILVA, 2004). Porém, essa difusão por parte dos negros teve sua força restrita ao Estado do Brasil, pois, no Estado do Grão-Pará e Maranhão – criado quase cem anos após o início da colonização da costa –, outros foram os motivos que, posteriormente aos apresentados no Estado do Brasil, levaram à hegemonia da língua portuguesa.

Dessa maneira, cem anos depois de iniciada a colonização na costa do Brasil, tem início, em 1615, a colonização da região amazônica, com a fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, reproduzindo-se aí, segundo Aryon Rodrigues, condições semelhantes de miscigenação entre brancos portugueses e índias *tupinambás*, tendo como resultado a formação da *Língua Geral Amazônica* (LGA), denominação também dada por este autor.

Contudo, não nos deteremos ao tema *língua geral* nesse momento, pois os próximos 3 capítulos dessa dissertação serão inteiramente dedicados a elas.

Vamos agora ao elemento africano que, na primeira metade do século XVI, principalmente a partir de 1549, com a vinda de Tomé de Souza para a implantação do primeiro Governo-Geral brasileiro, começa a chegar ao Brasil, devido ao tráfico intenso de escravos, promovido com o intuito de importar mão-de-obra para o trabalho forçado nas lavouras de cana-de-açúcar que viriam a prosperar, principalmente, na Bahia – onde estava a administração colonial – e em Pernambuco.

4. OS AFRICANOS COMEÇAM A SER TRAZIDOS PARA O BRASIL

*“Gente que vem de longe / De outros deuses, outros dentes /
Outras línguas, outras terras / Em comum só mesmo o
mar. / Na travessia, / Um choro de saudade ardente /
Muitas preces diferentes / Cada qual pr’um criará ...”⁵*

Não é possível saber com exatidão quantas línguas africanas chegaram ao Brasil. Porém, além da estimativa de Margarida Petter de que 200 a 300 línguas africanas aportaram aqui (PETTER, 2006, p. 124), fontes – em número reduzido, mas de grande valor – permitem saber quais foram algumas dessas línguas. É o caso de um documento do século XVIII, intitulado de *Lingoa g^{al} de Minna, traduzida ao nosso Igdioma, por Antonio da Costa Peixoto, Curiozo nesta Siencia, e graduado na mesma faculdade: E.^o* ou, simplesmente, *Obra Nova da Língua Geral de Minna*, como é mais conhecido, escrito entre 1731 e 1741, por Antônio da Costa Peixoto. Esse documento é reflexo de uma situação lingüística peculiar, observada no então “quadrilátero mineiro”, composto por Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e Rio dos Montes, no qual chegaram a se concentrar 100.000 escravos, que foram renovados durante cerca de 50 anos. Originários da costa de Mina, situada entre Gana e Nigéria, essa *língua geral* africana, falada em Minas Gerais, seria o resultado do contato das línguas dos escravos vindos daquela região da África. É considerado um dos documentos mais importantes sobre línguas africanas no Brasil, devido ao fato de testemunhar a existência de uma língua africana designada como *língua geral*, designação esta que lhe foi dada, provavelmente, por analogia às línguas de origem indígena também denominadas de *línguas gerais* (PETTER, 2006, p. 128):

Do ponto de vista lingüístico, esse manuscrito se apresenta como uma lista de vocábulos em língua africana, traduzidos para o português, organizados por campos semânticos; traz também alguns diálogos e frases necessárias à comunicação mais urgente. (PETTER, 2006, p. 127-128).

Em 1890, ainda de acordo com Margarida Petter, em Salvador, o médico e antropólogo Nina Rodrigues inicia seus estudos de antropologia afro-brasileira. Apesar de admitir não ter preparo para realizar um estudo lingüístico, ainda assim teve sensibilidade suficiente para elaborar questões que são importantes para o estudo das línguas africanas em todo o Brasil:

⁵ Trecho da música *Alforria*, minha e de J. Velloso, nossa primeira parceria, composta em 2004.

1. “Quais foram as línguas africanas faladas no Brasil?”; 2. “Que influências elas exerceram sobre o português do Brasil?” (2006, p. 129).

Assim, com relação à primeira pergunta, Nina Rodrigues começou a contribuir para a sua resposta no momento em que coletou amostras de 122 palavras de 5 línguas africanas diferentes, que eram faladas em Salvador: o *grunce*, o *jeje*, o *hauçá*, o *canúri* e o *tapa*. No que diz respeito ao *iorubá*, afirma que era a língua mais falada na Bahia, tanto pelos velhos africanos, quanto pelos crioulos (escravos nascidos no Brasil) e mestiços.

Mas é Yeda Pessoa de Castro, no capítulo *Povos e línguas africanas*, integrante de seu livro *Falares africanos na Bahia*, publicado em 2001, quem irá nos apresentar um mapa objetivo e esclarecedor, no qual aponta, em cada estado do Brasil, qual ou quais línguas africanas foram faladas neles, logo em seguida apresentando um quadro, no qual organiza as ocorrências dessas línguas – em um eixo vertical – de acordo com as atividades econômicas para as quais os africanos eram recrutados, e distribuindo-as – em um eixo horizontal – ao longo dos séculos da colonização do Brasil. Vejamos o mapa e o quadro apresentados pela autora (2001, p. 47):

Mapa e quadro elaborados por Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 47).

ESBOÇO DE MAPA ETNOLÓGICO AFRICANO NO BRASIL



atividade principal	século de introdução maciça			
	XVI	XVII	XVIII	XIX
agricultura	B	B/J	B/J/N	B/J/N
mineração			B/J	
serviços urbanos				B/J/N/H

Dessa maneira, de acordo com as informações da autora, as línguas do **grupo banto** predominaram entre as línguas africanas que aportaram no Brasil. Vejamos as informações do mapa de forma mais detalhada:

- a) Nos estados do Amazonas; Pará; Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Sergipe; Mato Grosso (do norte e do sul); na região que corresponde aos estados de Goiás e Tocantins; Espírito Santo; São Paulo; e Rio Grande do Sul, foram as línguas do grupo *banto* as únicas línguas africanas faladas.
- b) Nos estados do Maranhão; Pernambuco; Bahia (de forma geral); e Minas Gerais, além das línguas do grupo *banto*, também foram faladas línguas do grupo *jeje-mina*.
- c) No estado do Rio de Janeiro, foram faladas, além das línguas do grupo *banto*, as línguas dos grupos *jeje-mina* e *nagô-iorubá*.
- d) De maneira restrita, nas capitais São Luís, do Maranhão; e Recife, de Pernambuco, foram faladas línguas dos grupos *banto*, *jeje-mina* e *nagô-iorubá*. Já na capital Salvador, da Bahia, foram faladas línguas dos quatro grupos indicados por Yeda Pessoa de Castro: *banto*, *jeje-mina*, *nagô-iorubá* e *hauçá*, tendo sido Salvador a cidade do Brasil mais plurilíngüe em línguas africanas.

Com relação ao grupo de línguas *banto*, como pudemos notar no mapa acima, além do grande número de estados em que esteve presente isoladamente, também esteve presente em todos os demais, seja em companhia do grupo de línguas *jeje-mina*, seja em companhia dos grupos de línguas *jeje-mina* e *nagô-iorubá*, seja em companhia dos grupos de línguas *jeje-mina*, *nagô-iorubá* e *hauçá*. Enfim, as línguas do grupo *banto* estiveram presentes em todas as regiões que compõem o território atual do Brasil, com poucas exceções.

Analisando, agora, o quadro onde há o cruzamento entre as atividades econômicas, os séculos em que predominaram e os grupos de línguas utilizados em cada uma dessas atividades e cada um desses séculos, temos que a agricultura esteve presente como atividade de importância durante todos os séculos da colonização. Assim, os negros que foram trazidos para trabalhar nessa atividade falaram, no século XVI: línguas do grupo *banto*; no século XVII: línguas dos grupos *banto* e *jeje-mina*; no século XVIII: línguas dos grupos *banto*, *jeje-*

mina e nagô-iorubá; e, no século XIX: línguas também dos grupos *banto, jeje-mina e nagô-iorubá*.

Já a mineração só assume grande importância durante o século XVIII, tendo sido transportados para a região mineradora negros falantes de línguas dos grupos *banto e jeje-mina*.

Quanto ao contexto das cidades, Yeda Pessoa de Castro só nos apresenta dados relativos ao século XIX, afirmando que os negros utilizados nos serviços urbanos falavam línguas dos grupos *banto, jeje-mina, nagô-iorubá e hauçá*.

Sobre o português falado pelos negros no Brasil, voltando a Margarida Petter, esta afirma que os registros a esse respeito só são encontrados a partir do século XIX. Assim, “sobre os primeiros séculos de colonização não se localizou ainda nenhum registro”, estando disponíveis apenas registros que os viajantes deixaram sobre o português falado pelos negros. Porém, Klebson Oliveira, em sua tese de doutorado, intitulada *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*, apresentada à Universidade Federal da Bahia no ano de 2006, torna pública a existência não só de documentos que fazem registro sobre o português escrito por negros no século XIX, como de documentos escritos por esses negros, atestando, assim, não apenas o fato de que, no século XIX, o português era falado pelos africanos e afro-descendentes, como, também, escrito. Klebson Oliveira editou, dentre outros, quatorze documentos escritos por escravos (treze cartas e uma procuração) e cinquenta e cinco atas, escritas por negros africanos libertos da *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, localizada em Salvador-BA.

De 1831 em diante, começa a ser registrado, pela imprensa e pela literatura, o português falado pelos negros, apelidado de “xacoco”. Esse material literário, além de outras fontes escritas, vem sendo analisado, nos dias atuais, por Tânia Alkmim. Porém, a referida pesquisadora faz a ressalva de que “esses dados, no caso da obra literária, devam ser considerados também como criação artística e, no caso dos periódicos, devam ser analisados dentro do quadro dos estereótipos.” (ALKMIM, 1999 *apud* PETTER, 2006, p. 130).

Dessa maneira, os documentos encontrados, relativos ao século XIX, e aos quais nos referimos, apesar de não serem essencialmente lingüísticos, permitem a constatação de que, principalmente em Salvador, havia um plurilingüismo africano. Além disso, nos permitem também constatar a existência de um português peculiar aos escravos. (PETTER, 2006, p. 129).

A partir de 1930, o foco dos estudos lingüísticos sobre as línguas africanas muda: as atenções são deslocadas das línguas africanas em si, para as situações de contato nas quais essas línguas estiveram envolvidas, durante mais de três séculos, com a língua portuguesa:

Motivados pelo debate sobre a identidade da língua nacional – cuja especificidade será apontada como resultante do contato do português com as línguas indígenas e africanas –, os estudos que se produziram nessa década estão marcados pelo sentimento nacionalista que busca fundar-se na diferença. (PETTER, 2006, p. 130).

Os estudos sobre a influência de línguas africanas no português do Brasil são inaugurados, de forma sistemática, pelos trabalhos *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, ambos publicados em 1933. Nesses trabalhos, seus autores procuram identificar a origem dos negros africanos transplantados para o Brasil, além de apontar algumas influências africanas no português brasileiro. Dessa maneira, tanto Renato Mendonça, quanto Jacques Raimundo concluem que a maior parte dos aspectos que caracterizam o português brasileiro são resultado do contato com as línguas africanas, principalmente o *iorubá* e o *quimbundo*.

Outras duas obras tratam da influência africana no português brasileiro. A primeira, de 1946, intitulada *A língua do Brasil*, escrita por Gladstone Chaves de Melo; a segunda, de 1950, intitulada *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, escrita por Serafim da Silva Neto. Ambos os autores, segundo Margarida Petter, empreenderam uma análise interna do português brasileiro, embora Tânia Lobo faça ressalvas com relação à análise intralingüística de Serafim da Silva Neto. (cf. LOBO, 1994, p. 12). E, retomando a obra *Casa Grande & Senzala*, não nos esqueçamos de João Ribeiro, destacado e citado por Gilberto Freyre:

No ambiente relaxado da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela, enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor; muitas vezes substituindo com vantagem vocábulos portugueses, como que gastos e puídos pelo uso. João Ribeiro, mestre em assuntos de Português e de história da língua nacional, que o diga com voz autorizada: “Número copioso de vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa, especialmente no domínio do Brasil, por efeito das relações estabelecidas com as raças negras.” E não apenas vocábulos soltos, desconjuntados, se acrescentaram à língua do colonizador europeu: verificaram-se alterações “bastante profundas não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma (...)” (FREYRE, 2002, p. 437).

Sobre o trabalho de Gladstone Chaves de Melo, Dante Lucchesi e Alan Baxter, em artigo intitulado *Processos de criouliização na história sociolingüística do Brasil*, fazem a seguinte referência:

“a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se fez sentir na morfologia, na simplificação e redução das flexões” (p. 63). Essa redução da morfologia flexional, que atinge tanto os nomes quanto os verbos, é vista por Chaves de Melo como uma influência de substrato das línguas africanas, que não possuiriam tais processos flexionais. (BAXTER & LUCCHESI, 2006, p. 168).

Baseada também nessa citação de Gladstone Chaves de Melo, Margarida Petter afirma que este autor, devido às constatações das influências africanas na morfologia do português, considera ter sido essa influência, de um modo geral, mais profunda do que a influência do *tupinambá*. Contudo, o mesmo não teria acontecido, de maneira específica, no que diz respeito ao léxico, tendo sido, nesse caso, a influência *tupinambá* maior do que a africana (PETTER, 2006, p. 131-132), principalmente no que se refere a palavras utilizadas para designar aspectos da fauna, da flora e nomes de lugares.

Entretanto, o documento que talvez possa ser considerado o mais importante registro de uma língua africana no Brasil se chama *Arte da língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe & Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesu*, publicada em 1697. Seu autor, Pedro Dias, era jesuíta, jurista e médico. Esse documento é uma gramática do *quimbundo*, falado em Salvador por escravos angolanos, que foram estimados pelo padre Antônio Vieira em 23.000 indivíduos. O objetivo dessa gramática era facilitar, para os jesuítas, o aprendizado do *quimbundo*, pois isso era necessário para a catequese dos negros falantes dessa língua. “Esse documento revela que, no século XVII, na Bahia, onde se concentrava a maior população negra da época, era africana a língua que utilizavam os negros escravos.” (PETTER, 2006, p. 127). Vejamos o que diz Margarida Petter sobre a importância desse documento:

A importância científica desse texto é inegável. Primeiramente, para a África, porque é a primeira gramática sistemática do quimbundo, depois, para o Brasil, por várias razões. Esse trabalho testemunha o emprego corrente, naquela época, de uma língua africana, o quimbundo, pelos escravos oriundos de Angola. Trata-se de uma língua plenamente africana, próxima da que se fala hoje em Angola. Não é um *pidgin* nem um *crioulo*. Esse fato é importante, pois permite que se correlacione a data da redação da gramática (1694) à da destruição do Quilombo de Palmares (1695). Poderia, então, ter sido o quimbundo, como pensam muitos estudiosos, a língua africana utilizada naquela comunidade constituída em sua maioria por negros fugitivos. (PETTER, 2006, p. 127).

Contudo, apesar de ser o mais importante – pois, além de ser um registro histórico de que o *quimbundo* era, de fato, falado por uma grande quantidade de negros na Bahia, é, principalmente, uma descrição do sistema gramatical dessa língua tal qual era utilizada por esses negros no século XVII –, não é o registro mais antigo de que línguas africanas foram faladas nesse estado.

Consoante à política de aprender a língua dos povos que desejavam doutrinar e dominar, os jesuítas escreveram gramáticas nas línguas desses catecúmenos em potencial, assim como catecismos, no intuito de – depois de alfabetizá-los dentro de um sistema de escrita criado por eles próprios – iniciarem-nos na doutrina cristã. No que se refere à iniciação dos povos subjugados na doutrina cristã, utilizavam-se dos catecismos. Já as gramáticas, que elaboravam nas línguas dos que desejavam converter à “verdadeira fé”, eram destinadas principalmente aos próprios membros da Ordem, que as utilizavam para aprender as referidas línguas, descritas e enquadradas na tradição gramatical latina. Esse é, provavelmente, o caso da gramática do *quimbundo* à qual se refere Margarida Petter. Entretanto, no que concerne à utilização de línguas africanas na elaboração de catecismos jesuíticos, Martins Terra (1988 *apud* CASIMIRO, 2008, p. 41-42) nos dá notícia de sua existência desde 1580, no século XVI. Esse catecismo foi escrito num contexto em que, segundo Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, escravos iniciados na Ordem, no Brasil, realizavam intercâmbio com escravos iniciados na Ordem em Angola. Dessa maneira, alguns estudantes negros do Colégio de Luanda aportaram em terras brasileiras, no intuito de trabalharem nas missões daqui. Teriam sido esses missionários adventícios os responsáveis pela *Arte da língua de Angola*, editada em Lisboa em 1697 e escrita por Pedro Dias – à qual Margarida Petter se refere –, pelo *Catecismo na língua dos Ardas* – cuja data exata Martins Terra não oferece, mas deixa implícito ser da mesma época da *Arte da língua de Angola* –, escrito por Manuel de Lima e, finalmente, pela tradução, para uma língua africana não especificada por Martins Terra, da *Doutrina Cristã*, levada a termo por Baltazar Fernandes no ano de 1580, o que vale dizer, 117 anos antes da edição da *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, conforme podemos constatar na seguinte citação de Martins Terra, retirada do texto *Apontamentos sobre a educação no Brasil colonial*, de Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro:

Foram compostos no Brasil, então, catecismos e gramáticas nas línguas africanas para facilitar a assistência dos missionários aos escravos negros. Gozou de merecida estima a *Arte da língua de Angola*, escrita pelo jesuíta Pedro Dias, editada em Lisboa em 1697. Muito útil foi o catecismo em língua africana escrito no Brasil pelo jesuíta angolano Manuel de Lima, *Catecismo na Língua dos Ardas*. **Um século antes, em 1580, um padre jesuíta (Baltazar Fernandes) tinha traduzido para a língua africana a Doutrina Cristã, como refere uma carta de Anchieta escrita na Bahia no dia 1º de janeiro de 1582.** (TERRA, 1988 *apud* CASIMIRO, 2008, p. 42). (grifo nosso).

Algumas línguas africanas, que chegaram ao Brasil há quase 500 anos, sobrevivem como um modo de falar peculiar a uma faixa etária ou a grupos de pessoas que se dedicam a determinadas atividades. Essas línguas não são mais plenas sintaticamente, mas o resultado de um longo contato com a língua portuguesa, dependendo atualmente de sua sintaxe. Sua principal função, além das referidas acima, são: utilização em rituais religiosos e utilização como língua “secreta”, com fins lúdicos. Podem ser identificadas em comunidades rurais negras, compostas por descendentes de escravos, a exemplo de Cafundó, em São Paulo, e Tabatinga, em Minas Gerais.

A religião candomblé, seja no Brasil, seja na África, utiliza como línguas o *iorubá*, que é a principal delas, por ser utilizada em todos os candomblés, o *eve-fon*, o *quimbundo*, o *quicongo* e uma mistura de línguas *mina-nagô*. (PETTER, 2006, p. 119). No que concerne à utilização de línguas africanas no candomblé, é válido ressaltar a observação feita por Yeda Pessoa de Castro, no que diz respeito ao “continuismo metodológico”, sobre o qual tece críticas, afirmando que a ênfase dada ao estudo de línguas africanas em terreiros de candomblé acabou por levar estudiosos a atribuírem ao *iorubá* méritos que, na verdade, pertencem a outras línguas africanas:

À exceção dos trabalhos pioneiros de Renato Mendonça e Jacques Raimundo sobre a influência africana no português do Brasil, as atenções se voltaram para o campo da religião, atraindo para a Bahia estudiosos de renome internacional, entre os quais Roger Bastide e Pierre Verger. Acontece, porém, que, apesar de cientificamente mais bem orientadas, as pesquisas se concentraram na observação dos mesmos terreiros estudados por Nina Rodrigues. Esse continuismo metodológico por parte da literatura especializada, também em língua estrangeira, terminou por desenvolver a tendência de se interpretarem os aportes africanos no Brasil através de uma óptica iorubá, mesmo quando não o são (...) (PESSOA DE CASTRO, 2006, p. 87).

4.1 ESTUDOS ATUAIS SOBRE INFLUÊNCIAS EXÓGENAS NA ESTRUTURA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Antes de chegarmos às influências exógenas que podem ser constatadas no português brasileiro atual, é necessário que tracemos um esboço do percurso histórico percorrido pela língua portuguesa e que resultou na sua expansão pelo território brasileiro. Essa retrospectiva se justifica, pois facilitará a compreensão do que se pretende abordar nesse item, o que vale dizer, as influências exógenas que podem ser encontradas no português brasileiro atual, principalmente na sua variedade popular, onde essas influências teriam encontrado sua porta de entrada. A primeira hipótese que abordaremos para a expansão da língua portuguesa no Brasil é a de Rosa Virgínia Mattos e Silva. A segunda, de Aryon Rodrigues. Não consideramos as duas hipóteses mutuamente excludentes. Pelo contrário, pensamos que os fatores motivadores de cada uma se constituíram em esforços complementares, que terminaram por alcançar um resultado comum – a hegemonia da língua portuguesa no Brasil –, sendo que o primeiro esforço, considerado na hipótese de Rosa Virgínia Mattos e Silva, não foi consciente, enquanto o segundo, considerado na hipótese de Aryon Rodrigues, o foi.

Dessa maneira, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) afirma que os negros teriam sido os formatadores e difusores da língua portuguesa sobre o território nacional. Assim, devido a múltiplos fatores, o Brasil passou da condição de país possuidor de um **multilingüismo generalizado**, para a condição de país possuidor de um **multilingüismo localizado**, principalmente, nas regiões norte e oeste, para onde a maioria dos índios, que se concentrava na região leste do Brasil, foi expulsa, ao longo dos anos subseqüentes à chegada dos portugueses. (TEIXEIRA, 2004, p. 296). Dando continuidade ao raciocínio de Rosa Virgínia Mattos e Silva, em seu texto intitulado *A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro*, esta afirma que tentará explicar aspectos surgidos no português brasileiro, através de uma interpretação de aspectos da sociedade na qual esse português passou a ser falado. Essa interpretação da língua como fruto da sociedade nos leva a inferir que, se a língua é fruto da sociedade, as mudanças lingüísticas também o são, e esse raciocínio, segundo a autora, é a posição básica de quem atua na área da lingüística histórica.

E, como ponto-chave de suas considerações, aborda o fato de os negros africanos terem sido considerados “coisas” e não seres humanos. Conseqüentemente, nada podiam reivindicar. Contudo, como bem observa, essas “coisas” eram, sim, seres humanos e, nessa condição, tinham, biologicamente falando, boca e ouvidos. Desse modo, tinham voz,

e será essa voz a marcar, reformatar, dar o tom à gramática do vernáculo brasileiro, vernáculo entendido como língua materna de falantes com história de vida familiar e pessoal, sem interferência da escolarização, ou, se quisermos, ao chamado português popular brasileiro ou normas vernáculas que interpenetram o chamado português culto ou normas cultas. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 91-92).

Aos africanos recém-chegados eram impostos, ou pelo senhor ou pelo feitor, os rudimentos do português. Mas os seus companheiros escravos também os auxiliavam nesse aprendizado rudimentar; também havia o capelão, que, mesmo não sendo presença muito freqüente, servia de auxílio nessa empreitada. Some-se a isso o fato de que os senhores não exigiam um aprendizado do português maior do que o necessário para que os escravos entendessem suas ordens, e teremos, desde já, noção de que o português adquirido por esses escravos não foi pleno em termos lingüístico-estruturais. E se considerarmos que, ao longo do período colonial, o percentual demográfico de escravos permaneceu em uma média de 30% da população total do Brasil – excluídos os índios, pois, em sua maior parte, estavam à margem da sociedade nacional; e se considerarmos, ainda, que, além desses 30% de escravos, havia os negros forros, afro-descendentes livres e brancos pobres – que, apesar de muitos serem falantes da *língua geral* surgida em São Paulo, em muitos casos também falavam o português que a autora denomina de *geral* (e antecedente histórico do atual português popular brasileiro) – podemos ter uma idéia da massa populacional que, paulatinamente, começou a utilizar essa variedade reestruturada da língua portuguesa.

Com relação ao português europeu, vejamos o que diz Mattos e Silva, baseada em Tânia Lobo:

Tânia Lobo (1996) reorganiza os dados de Alberto Mussa (...), deixando claro que os usuários mais prováveis do português europeu ou mais europeizado, portugueses e seus descendentes, constituíram menos de um terço da população convivente no Brasil. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 101).

E continua sua linha de raciocínio, afirmando que o tráfico de escravos sempre esteve vinculado à necessidade de mão-de-obra, e que, por esse motivo, eram sempre concentrados nas grandes frentes de exploração do Brasil colonial. Assim, esboça o percurso feito pela escravidão brasileira, percurso este definido pela necessidade de mão-de-obra que se apresentou em regiões diferentes e distantes entre si, no território nacional, à medida que ciclos econômicos decaíam em uma região e floresciam em outra, levando consigo, junto à prosperidade econômica, o braço escravo para sustentá-la:

- Séculos XVI e XVII: lavouras canavieiras na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro;
- Séculos XVII e XVIII: mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás;
- Final do século XVIII: novo impulso da economia canavieira no Rio de Janeiro e São Paulo;
- Século XIX: lavouras cafeeiras no Vale do Paraíba, que engloba áreas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Além da presença dos negros, sejam africanos ou afro-descendentes, nas regiões citadas acima, Rosa Virgínia Mattos e Silva também registra sua presença, desde o século XVI, nas áreas onde ocorreu o cultivo de algodão e de fumo (no Maranhão); a colheita de especiarias (no Amazonas); além de ter sido negro o braço utilizado como mão-de-obra nas regiões pastoris (interior do nordeste); e, já no século XIX, nas charqueadas do Rio Grande do Sul. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 91-108). No entanto, no que concerne à região amazônica, a escravidão negra foi interrompida, segundo dados de Eduardo Hornaert *et alii* (2008), ainda na primeira metade do século XVII, mais especificamente no dia 15 de maio de 1624, por proibição do rei de Portugal, quando ainda não havia completado 10 anos o domínio português na Amazônia. Desse modo, a difusão do português pelos negros teria sido abortada no Estado do Grão-Pará e Maranhão, favorecendo, assim, a difusão da *língua geral* da Amazônia (cf. capítulo 4).

Com relação à hipótese de Aryon Rodrigues, este afirma que, a partir da segunda metade do século XVIII, a língua portuguesa começa a se expandir pelo território brasileiro, em concorrência com as demais línguas que compunham o seu cenário multilíngüe. Contudo, essa concorrência foi desigual, pois contava com a força oficial da Coroa Portuguesa, que se traduzia na fundação de novas vilas, na migração, para essas vilas, de pessoas que falavam apenas o português e em medidas como as constantes no Diretório do Marquês de Pombal, que proibia a utilização de línguas indígenas e tornava obrigatório o uso da língua portuguesa. A imigração de açorianos e madeirenses para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul também contribuiu para a difusão do português sobre o território brasileiro. Na região Sul, devido à *Guerra Guaranítica*, na qual muitos índios *guaranis* foram mortos ou expulsos desse território, o *guarani*, que era uma língua muito falada no local, foi dele extinto. Mas não esqueçamos que, em grandes regiões do interior do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná – como veremos mais adiante –, a ocupação foi feita, a partir do início do século XIX,

por falantes de outras línguas européias, como o alemão, o italiano e o polonês, línguas estas que, em algumas localidades, foram dominantes por cerca de um século. (RODRIGUES, 2006, p. 152-154). No Sudeste e Centro-Oeste brasileiro, segundo Paul Teyssier, o fator que contribuiu para que essas regiões participassem do processo de difusão da língua portuguesa teria sido “a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes” em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. (TEYSSIER, 2007, p. 95).

Feita essa retrospectiva, vamos ao ponto sobre o qual nos propusemos tratar no título deste item.

No que concerne à forma como se apresenta a língua portuguesa atualmente, nos deteremos em algumas considerações feitas por Dante Lucchesi, em texto de sua autoria, intitulado *A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular*. Nesse texto, Dante Lucchesi trata, como o próprio título anuncia, de como o português brasileiro assumiu sua atual feição polarizada – dividido em um **português popular** e um **português culto** –, utilizando-se, para o início de sua explanação, da distinção que, juntamente com Tânia Lobo, fez entre **norma culta** e **norma padrão**.

Dessa maneira, Dante Lucchesi e Tânia Lobo, em 1988, propõem a distinção entre **norma culta** e **norma padrão**, definindo a norma culta como os padrões de fala observados nas classes sociais mais escolarizadas da população brasileira e a norma padrão como os padrões lingüísticos cristalizados nas gramáticas normativas. Essa distinção é justificada pela discrepância constatada entre os modelos que a escola procura transmitir – ou seja, os modelos da gramática normativa – e os modelos que, de fato, são utilizados pelos segmentos mais escolarizados da sociedade. A norma culta e a norma padrão, por sua vez, estão em oposição à **norma popular**, utilizada pelos segmentos menos favorecidos, em termos sócio-econômicos, da sociedade brasileira.

Deixando a norma padrão à parte no decorrer de seu texto (afinal, não participa, em termos práticos, da realidade lingüística brasileira), Dante Lucchesi afirma que, ao compreendermos o processo sócio-histórico de formação da **norma popular** e da **norma culta** do português, passamos a fazer uso de um instrumento de grande valia para a compreensão de sua realidade lingüística atual, que definiu como **polarizada**. Dessa maneira, no intuito de delinear tal realidade lingüística, localiza, em um pólo da comunidade de falantes

do português brasileiro, a norma culta, “onde se pode observar uma determinada direção de mudança, para a qual concorrem os juízos de valor que os seus membros exibem sobre as formas de expressão concorrentes, que caracterizam as suas variáveis lingüísticas” (LUCCHESI, 1998, p. 74), enquanto, em outro pólo, localiza a norma popular,

onde se verificam significativos processos de mudança em curso, que, em muitos casos, exibem uma direção oposta à observada na norma culta. Esses processos de mudança, por um lado, remetem para um cenário anterior de drásticas alterações que se perpetraram na gramática dos segmentos populares ao longo da formação lingüística do Brasil; e por outro, refletem uma crescente influência da vida institucional e da influência dos meios de comunicação de massa sobre esses segmentos. (LUCCHESI, 1998, p. 74).

Outro ponto importante de suas considerações repousa na afirmação de que a compreensão da natureza dos processos de mudança que podemos observar no português popular é fundamental para que compreendamos as diferenças observadas, hoje, entre o **português brasileiro** e o **português europeu**.

O lingüista norte-americano Gregory Guy, no início da década de 1980, afirmou que as características do português popular brasileiro seriam fruto de um processo prévio de *crioulização*, pelo qual o português teria passado no Brasil, e que teria se iniciado no século XVII, sendo esse processo seguido de um outro, posterior – de *descrioulização* –, devido ao contato que o português popular passou a ter com o português culto. Dante Lucchesi, então, afirma o seguinte:

defenderei, a partir do quadro bipolarizado com o qual caracterizei a realidade lingüística brasileira, que o contato do português com línguas indígenas e africanas, principalmente as últimas, desempenhou um papel decisivo na formação do português *substandard* [português popular] e que, através da interação deste com português *standard* [português culto], se pode, em parte, explicar as diferenças com o português europeu (...) (LUCCHESI, 1998, p. 76-77).

Assim, durante o Brasil-Colônia, observava-se a existência de pequenos centros urbanos, nos quais estavam presentes os órgãos da administração e a elite colonial, fato que concorreu para que, nesses centros, a influência cultural e lingüística assumisse uma direção predominantemente voltada para os padrões lingüístico-culturais da Metrópole, constituindo-se no pólo onde se desenvolveu o **português culto**.

O outro pólo – no qual, por sua vez, se desenvolveu o **português popular** – situa-se no interior do país, predominantemente rural, para onde afluíu grande parte da população colonial, constituída principalmente da mão-de-obra escrava de origem africana. Neste pólo,

as condições de trabalho escravo nos engenhos de cana-de-açúcar, nas zonas de mineração e nas lavouras cafeeiras, sucessivamente nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, desenvolveram situações típicas de pidginização e criouliização, já que o instrumento verbal das relações de produção seria, em princípio, o código precário de intercuro entre capatazes e escravos. Essa situação de contato lingüístico abrupto e radical certamente produziu drásticas alterações na gramática da variedade lingüística dos segmentos mais baixos da população brasileira, que constitui o antecedente histórico do português brasileiro *substandard* [português popular] atual. (LUCCHESI, 1998, p. 78).

Um exemplo de “contato lingüístico abrupto e radical”, no qual foram produzidas “drásticas alterações na gramática da variedade lingüística dos segmentos mais baixos da população” teria sido o ocorrido na comunidade afro-brasileira de Helvécia, na região sul da Bahia, descoberta – para a lingüística, evidentemente – nos anos 1960, pela lingüista Carlota Ferreira.

Em meados do século XIX, o que vale dizer, após a independência do Brasil, começam a surgir as primeiras manifestações de cunho nacionalista, que se refletiram tanto no plano cultural, quanto no plano lingüístico. No que diz respeito ao nosso interesse – o plano lingüístico –, essas manifestações de nacionalismo contribuíram para que o português culto brasileiro iniciasse o seu processo de distanciamento do português padrão (ou norma padrão), caracterizado por suas estruturas conservadoras e europeizantes.

No século XX, por sua vez, esse movimento de distanciamento do português culto em relação ao português padrão, de cunho europeizante, se intensifica, devido à industrialização e ao acelerado processo de urbanização do Brasil.

A atmosfera cosmopolita, que então se cria, tem como conseqüência natural a democratização dos padrões culturais e lingüísticos, da qual o Movimento Modernista de 1922 foi a mais significativa expressão. A vulgarização do sistema de ensino público e o fenômeno dos meios de comunicação de massa, ocorridos nas últimas décadas, acabaram por consolidar a tendência ao afrouxamento normativo no português *standard* [português culto], configurando-se, assim, a direção da mudança na norma culta, que tende a se afastar do padrão prescrito pelas gramáticas normativas [a norma padrão]. (LUCCHESI, 1998, p. 79).

Por outro lado, o êxodo rural provocou a inversão das características demográficas do Brasil, tornando eminentemente urbano um país que, no período colonial, era eminentemente rural. Desse modo, devido à influência cultural e lingüística proporcionada pelos meios de comunicação de massa, pelo desenvolvimento dos transportes e pela massificação do ensino básico, o português popular, falado nas camadas mais baixas da população brasileira, passou a sofrer influências que levaram a mudanças em direção aos padrões da norma culta. Assim, as alterações drásticas sofridas pelo português, devido ao seu contato extensivo com as línguas indígenas e africanas, durante os séculos anteriores, estariam em fase de desaparecimento,

mesmo nas comunidades afro-brasileiras mais afastadas, onde essas alterações foram ainda mais drásticas.

Portanto, no decorrer deste século, enquanto, no português *standard* [português culto], assiste-se a uma tendência de mudança de afastamento do padrão normativo de matiz europeu, uma mudança que se pode definir como ‘para baixo’; no português *substandard* [português popular], verifica-se uma tendência de mudança ‘para cima’, não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão culto. Se é clara a influência ‘de cima para baixo’ sobre as camadas populares, pode-se postular também uma influência ‘de baixo para cima’ sobre as camadas médias e alta. (LUCCHESI, 1998, p. 80).

No intuito de buscar outras explicações para as influências “de baixo para cima”, que atingiram as camadas médias e alta da população brasileira, Dante Lucchesi utiliza-se de dados demográficos relativos aos já citados imigrantes europeus – incluindo, porém, os asiáticos – que, em número de mais de três milhões de indivíduos, chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Tendo ingressado na base da pirâmide social brasileira, atuando em trabalhos braçais no campo, e adquirindo o português brasileiro na sua variedade popular, esses imigrantes, devido a uma forte tradição de escolarização que, em alguns casos, possuíam desde os seus países de origem, rapidamente ascenderam na pirâmide social, levando consigo algumas das estruturas do português popular. Dessa maneira, ao ingressarem nas camadas médias e alta da população brasileira, permitiram, através das portas que abriram, o ingresso do português popular nessas mesmas camadas, falantes do português culto, gerando influências “de baixo para cima”, que culminaram em mudanças “para baixo” no português culto.

Paul Teyssier, contudo, contesta uma influência de línguas africanas de tamanha monta que chegasse ao ponto de promover a reestruturação do português europeu, no momento em que foi adquirido pelos africanos aqui chegados como escravos, como podemos constatar ao lermos suas próprias palavras:

Como se os autênticos africanismos do vocabulário brasileiro não bastassem, passou-se a sentir a presença africana em toda parte, particularmente na fonética. Em verdade, não é impossível que os africanos tenham contribuído para dar ao português americano uma certa languidez crioula. Mas aqui trata-se de coisa muito diversa de substrato. As dificuldades que os aloglotas têm de articular uma nova língua fazem precipitar certas transformações provocadas pela deriva dessa língua. Os filólogos portugueses davam, geralmente, o seu aval a esta visão das coisas: para Gonçalves Viana, por exemplo, os “erros” brasileiros sobre a colocação dos pronomes átonos são crioulistas, como também o são a maioria das particularidades fonéticas do português brasileiro. (TEYSSIER, 2007, p. 115).

Mas é dos lingüistas Anthony Naro e Marta Scherre, que, atualmente, vem a maior oposição à influência que Dante Lucchesi, Alan Baxter e Rosa Virgínia Mattos e Silva atribuem às línguas africanas, como principais responsáveis pelo atual quadro estrutural do português popular brasileiro ou norma popular.

Assim, no texto *O conceito de Transmissão Lingüística Irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate*, Anthony Naro e Marta Scherre procuram demonstrar que as características que Dante Lucchesi e Alan Baxter apontam como resultado da TLI do português em terras brasileiras – como o amplo quadro de variação na concordância de gênero e número na norma popular –, na verdade, já existiam no português europeu mesmo antes de sua chegada ao Brasil e, paralelamente, nos dias atuais, continuam a ocorrer em território lusitano. Para isso, utilizam exemplos escritos do português europeu anterior ao século XVI (quando os portugueses iniciam a colonização da América do Sul), presentes nos textos *Vida e Feitos de Júlio César*, *Os Diálogos de São Gregório* e *A Demanda do Santo Graal*, e do português europeu escrito contemporâneo, presentes no jornal *Correio da Manhã* – o que deixa entrever uma variação ainda maior na fala – nos quais temos exemplos da não-realização da concordância verbal de número. (NARO & SCHERRE, 2003, p. 293-294). Com relação à concordância de gênero do português europeu, citam exemplos, já na língua falada, retirados de Mira (1954) e Ratinho (1959). (*apud* NARO & SCHERRE, 2000 e 2001).

Sobre as conseqüências dessa perda de morfologia apontada por Dante Lucchesi, como o aumento da **realização do sujeito pronominal**⁶, para compensar o amplo quadro de variação no uso das desinências número-pessoais dos verbos na norma popular do Brasil – e que seria um indício da TLI, pois a realização do sujeito pronominal, ao contrário do que afirmam Anthony Naro e Marta Scherre⁷, é uma característica das línguas crioulas –, estes autores argumentam em sentido oposto, pois, segundo dados obtidos por eles, houve uma maior ocorrência de sujeito pronominal justamente nas situações em que os verbos apresentam a morfologia de plural:

⁶ “Uma conseqüência dessa redução na morfologia verbal, característica das línguas crioulas, é a obrigatoriedade do uso do pronome sujeito. Portanto, as línguas crioulas caracterizam-se por não exibirem morfologia verbal de número e pessoa e não permitirem o sujeito referencial nulo.” (LUCCHESI, s/d, p. 10).

⁷ “A diminuição dos mecanismos de concordância é fato comum nos pidgins e crioulos; o uso aumentado do pronome sujeito não o é.” (NARO & SCHERRE, 2003, p. 290).

Do ponto de vista formal, parece lógico supor que a presença do sujeito aumente para compensar a perda das marcas correspondentes no verbo. Entretanto, a realidade do uso natural do português falado no Brasil é outra. Os dados numéricos relatados a seguir se referem a uma amostra de fala de 17 analfabetos do Rio de Janeiro. Primeiro, vamos considerar o caso em que o verbo exibe uma marca explícita de plural, como em *falaram*. O pronome sujeito pode estar presente ou não, com variação entre *eles falaram* e *falaram*. Neste caso, a forma mais freqüente é *eles falaram* (59% de uso no *corpus* sob estudo), com a presença tanto do sujeito plural *eles* como da desinência plural *-aram*. A variante *falaram* sem o sujeito plural *eles* é menos freqüente (41%). Para a forma verbal sem marca explícita de plural, como em *falou* – sempre com referência plural – temos variação entre *eles falou* e *falou*. Nesse caso também a forma mais freqüente, de acordo com a tendência à realização do sujeito explícito no português falado do Brasil, é a que conta com o pronome explícito *eles falou* (53%), contra a forma sem pronome sujeito *falou* (47%). Assim, contrário à expectativa, a tendência a usar o pronome sujeito é até mais freqüente quando existe marca de plural no verbo (=59%) do que quando essa marca plural se faz ausente (=53%), embora a diferença percentual seja modesta. (NARO & SCHERRE, 2003, p. 290-291).

Baseados nos resultados que obtiveram no *corpus* construído com dados lingüísticos de falantes analfabetos do Rio de Janeiro, Anthony Naro e Marta Scherre concluíram que *marcas levam a marcas e zeros levam a zeros*, pois o percentual de realização do **sujeito pronominal** foi maior nos casos onde **havia a marca de plural** no verbo com o qual esse sujeito realizou a concordância, enquanto foi menor o percentual de realização do **sujeito pronominal** nos casos onde **não havia marca de plural** no verbo (ausência de marca de plural = zero) com o qual o sujeito estava em concordância.

Assim, tendo como esteio de argumentação a ocorrência da variação de concordância de número e gênero – entre verbo e sujeito, entre elementos do SN e entre predicativo e sujeito – também no português europeu, antes do século XVI e mesmo nos dias atuais, e o fato de que a tendência à realização do sujeito pronominal não teria qualquer relação com a perda de morfologia verbal devido à TLI do português no período colonial, Anthony Naro e Marta Scherre afirmam que as características atuais da norma popular do português brasileiro, na verdade, já estariam presentes no sistema da língua desde sempre, e que, aqui no Brasil, o processo de TLI apenas teria intensificado essas características já inerentes ao sistema da língua portuguesa, que “navegaram” pela sua estrutura, sem direção definida, ao longo dos séculos, como um “barco à deriva”, daí a analogia feita ao se denominar esse processo:

A variação na concordância representa uma deriva latente, de longo prazo, documentada até mesmo antes da fase clássica do latim e das línguas européias que o precederam. Esta variação não transbordou em Portugal, por razões que ainda estão por se explicar (...) (NARO & SCHERRE, 2003, p. 294).

E encerram a questão, afirmando que

Fica evidente, pelos exemplos arrolados das fases antiga e moderna da língua portuguesa em suas variedades européias, que no Brasil não existem características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas ou pela nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes. Todas as estruturas alegadas como brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não padrão de Portugal. A diferença entre as formas da língua falada nos dois países diz respeito à frequência do uso e à distribuição social das variantes não padrão e não à sua própria existência. O processo de ‘transmissão lingüística irregular’ não desencadeou aqui processos novos de variação e mudança, mas apenas ampliou fenômenos já (e ainda) existentes por lá. (NARO & SCHERRE, 2003, p. 295).

O que dizer, então, da complementação dos verbos transitivos diretos e indiretos, caracterizada pela **alternância dativa**, na comunidade afro-brasileira de Helvécia-BA, constatada na variedade popular do português falado pelos membros mais antigos da referida comunidade? Esse tipo de estrutura se caracteriza pela ordem V + OI + OD, com eliminação da preposição antes do objeto indireto (cf. LUCCHESI, 1998, p. 92; LUCCHESI, 2003, p. 281) – em contraste com a estrutura categórica da língua portuguesa, caracterizada pela ordem V + OD + OI –, e “não é atestada em nenhum estágio pretérito da evolução do português (...)” (LUCCHESI, 1998, p. 91), configurando-se um exemplo de reestruturação original da gramática, que encontra paralelos com os crioulos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

Ainda na dialética entre as duas linhas de raciocínio que procuram explicar a formação da norma popular do português brasileiro, a posição defendida por Dante Lucchesi e Alan Baxter encontra outro importante paralelo no português *pidginizado* falado pelos índios da Reserva Indígena do Alto *Xingu*, no estado do Mato Grosso, denominado por Charlotte Emmerich e Maria da Conceição Paiva de *português xinguano*. (EMMERICH & PAIVA, 2009, p. 153).

Em 1940, o Marechal Rondon, em uma expedição financiada pela Fundação Brasil Central, denominada de *Roncadour-Xingu*, partiu para o desbravamento do interior do Brasil, com duas finalidades: fazer passar por ali as linhas telegráficas brasileiras e estabelecer contato com os índios do *Xingu*, cuja interação com a sociedade brasileira era muito pequena, quando não inexistente. Durante a passagem da expedição pela região, os irmãos Orlando, Leonardo e Cláudio Villas-Bôas decidiram por ali se estabelecer, inaugurando o contato sistemático com os povos indígenas do *Xingu* (no caso de alguns desses povos), e voltando a

estabelecer contato com outros (no caso dos povos que, num passado longínquo, já haviam entrado em contato com os jesuítas).

O resultado desse contato estabelecido entre os irmãos Villas-Bôas e os povos *kamayurá*, *aweti* (falantes de línguas da família *Tupi-Guarani*), *waurá*, *mehinaku*, *yawalapiti* (falantes de línguas da família *Aruak*), *kalapalo*, *kuikuro*, *matipu* (falantes de línguas da família *Karib*) e *trumai* (língua isolada), foi a formação de um português *pidginizado*, utilizado na comunicação entre as várias etnias citadas e os irmãos Villas-Bôas. (2009, p. 154).

Contudo, com a chegada de pesquisadores naturalistas do Museu Nacional, de médicos da Escola Paulista de Medicina e com a instalação de um destacamento da Força Aérea Brasileira na região, os grupos indígenas ali existentes passaram a ter um maior acesso às estruturas da língua-alvo – ou seja, o português nativo, sem erosão gramatical – fato que desencadeou um processo que veio a se caracterizar como um *continuum* de diversos níveis de competência do português falado por esses índios, desde o nível *pidginizado*, surgido no início do contato e utilizado pelos falantes mais velhos, ao nível em que se pode considerar alguns desses índios como bilíngües na sua língua materna e no português, representado pelos índios mais jovens. Assim, devido à maior inserção que esses índios passaram a ter na sociedade brasileira, o português que foi fruto de um processo de *pidginização*, atualmente, passa por um processo inverso de *depidginização*. Isto porque, logo após a erosão gramatical, o acesso às estruturas da língua-alvo aumentou, não abrindo espaço para um processo de reestruturação original da gramática, fazendo com que a referida situação de contato entre línguas no Alto *Xingu* tivesse como resultado não a formação de uma língua qualitativamente distinta do português e das demais línguas indígenas da região, mas, sim, a formação de uma nova variedade do português – o *português xinguano* –, situação que se encaixa no quadro que Dante Lucchesi e Alan Baxter denominam de TLI do tipo leve, e que pode ser verificado nas variedades populares do português, faladas em comunidades afro-brasileiras isoladas, descendentes de antigos quilombos, a exemplo da comunidade de Helvécia-BA.

Outrossim, Charlotte Emmerich, ao realizar estudos intralingüísticos no *português xinguano* já em processo de *depidginização*, constatou fenômenos, frutos do contato, que se assemelham a fenômenos do português de Helvécia-BA, como a “neutralização das desinências de primeira e terceira pessoas do singular” (2009, p. 157) e o fato de que “os elementos situados mais à esquerda do núcleo tendem a receber mais marcas de plural do que os elementos situados à direita do núcleo.” (2009, p. 161).

Podemos notar ainda semelhanças, entre o *português xinguano* e o português de Helvécia-BA, no próprio fato de haver um *continuum* de competência lingüística, tanto numa variedade, quanto na outra, e que podem ser percebidos através de um estudo no **tempo aparente**, que revela um grau de competência ascendente no uso português, à medida que vão sendo analisados dados lingüísticos em direção a falantes mais jovens:

Essa gradação vertical se reflete de forma bastante nítida no grau de persistência de reduções morfológicas e na incorporação das regras morfológicas do português. Assim, os falantes mais velhos se mantêm como os depositários de formas pidginizantes, enquanto os falantes mais jovens empreendem uma direção de abandono dessas formas e gradativa aproximação do sistema morfológico da língua alvo, caracterizando, dessa forma, uma direção de depidginização. (EMMERICH & PAIVA, 2009, p. 159).

Charlotte Emmerich e Maria da Conceição Paiva, inclusive, comparam, elas mesmas, a situação do português de contato do Alto *Xingu* com a variedade do português surgida em Helvécia-BA:

Alguns desses fenômenos de simplificação não são exclusivos do português de contacto [referindo-se ao *português xinguano*], podendo ser constatados em outras variedades do português, como a da comunidade afro-brasileira de Helvécia (Ferreira 1984; Lucchesi 1999, 2000) e se aproximam de traços característicos de variedades crioulas do português. (EMMERICH & PAIVA, 2009, p. 157).

Dessa maneira, vimos que o *português xinguano*, que passou por um processo recente de *pidginização* – fato que permitiu a comprovação inequívoca desse processo, porque, nos falantes mais velhos do *Xingu* ainda se pode constatar *in loco* esse português com características de uma língua *pidgin*, além do fato de que um dos agentes desse processo de contato, Orlando Villas-Bôas, faleceu há apenas nove anos, no dia 12 de dezembro de 2002 –, apresenta características semelhantes à variedade do português de Helvécia-BA, fato que aponta para a confirmação da hipótese de que, nos casos em que a língua portuguesa entrou em contato com línguas africanas no período colonial, o mesmo processo de *pidginização* pode ter ocorrido, afinal, **conseqüências semelhantes** pressupõem **causas semelhantes**.

Portanto, ao nosso ver, negar o papel da TLI como a principal responsável pelas atuais características estruturais do português popular brasileiro é negar toda uma história marcada por um processo violento de colonização, por parte de Portugal, sobre o Brasil, pois foi justamente esse processo – caracterizado pela escravização de povos indígenas e, principalmente, no caso do Estado do Brasil, pela escravização de grandes contingentes africanos, que eram concentrados nas plantações de cana do início da colonização em

verdadeiras aglomerações pluriétnicas e plurilíngües – que configurou as condições sociolingüísticas, apontadas pela crioulística, como propícias a processos de *pidginização* e *crioulização*.

5. A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA ATUAL DO BRASIL

5.1 O ATUAL QUADRO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

Uma comparação interessante, feita por Raquel Teixeira em seu texto *As línguas indígenas no Brasil*, no intuito de ressaltar a pluralidade lingüística brasileira, diz respeito ao fato de que a Austrália é um território no qual são faladas em torno de 200 línguas, porém quase todas de uma mesma família lingüística, diferentemente do Brasil, cujas cerca de 180 línguas autóctones pertencem a 35 famílias lingüísticas diferentes. Essa grande diversificação lingüística da América do Sul pode ser atribuída, ainda segundo Raquel Teixeira, ao longo período de isolamento pelo qual passaram os grupos que habitavam o continente americano, pois se deduz que o povoamento da América do Sul começou a acontecer há, pelo menos, 10.000 anos, fato que permitiu que as línguas indígenas, aqui, tivessem, pelo menos, 10.000 anos para se diferenciarem e se multiplicarem. Assim, graças ao isolamento pelo qual passaram as línguas brasileiras, foi possível, para algumas delas, preservarem características que os lingüistas pensavam não existir nas línguas do mundo. É o caso das línguas *hixkaryána* e *nadb*, que organizam suas sentenças começando pelo objeto. (TEIXEIRA, 2004, p. 293).

Os quatro maiores grupos de línguas indígenas do Brasil são os troncos *Tupi* e *Macro-Jê*, e as famílias *Aruák* e *Karib*. Distribuem-se por grande extensão territorial e são integrados por uma grande quantidade de línguas; também há famílias menores, que possuem menor quantidade de línguas e que se distribuem por uma extensão territorial menor; e há as línguas isoladas, assim denominadas por não apresentarem nenhum parentesco com as demais línguas indígenas brasileiras. Desse modo, poder-se-ia dizer que constituem famílias de um único membro, ou seja, elas próprias. (MONTSERRAT, 1994, p. 95).

O tronco *Tupi* engloba a família *Tupi-Guarani*, que, possuidora de um grande número de línguas, se estende por grande parte da América do Sul. Só no Brasil, são faladas, atualmente, 21 línguas dessa família. Esse tronco também engloba outras famílias menores. Utilizando-se da citação de Greg Urban, Ruth Montserrat afirma:

a área geral de dispersão dos povos Macro-Tupi, que teria ocorrido entre 3 e 5 mil anos atrás, situa-se provavelmente entre o Madeira e o Xingu, ao que tudo indica mais próximo das áreas de cabeceira do que das várzeas dos grandes rios. (URBAN, 1992 *apud* MONSERRAT, 1994, p. 96).

Com relação ao tronco Macro-*Jê*, as evidências que podem levar a estabelecer relações de parentesco entre as línguas tidas como suas integrantes não são tão seguras. A família mais importante que esse tronco engloba é a família *Jê* – cujas línguas são faladas desde o sul do Maranhão e do Pará, até o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e que se subdivide em outros quatro grupos: *timbira*, *kayapó*, *akwén* e *kaingáng*. Quanto à filiação de outras famílias ao tronco Macro-*Jê*, este é um tema ainda difuso, pois o máximo que se tem são indícios. Até porque a própria constituição do tronco Macro-*Jê* ainda é hipotética. (MONSERRAT, 1994, p. 96).

Entre os quatro maiores grupos de línguas indígenas do Brasil, citados acima, temos o *Karib*. Este, contudo, por englobar línguas com grandes semelhanças, é considerado por Aryon Rodrigues como uma família e não um tronco. Essa posição de Aryon Rodrigues é compartilhada por Ruth Montserrat. As línguas que a integram concentram-se na região das guianas, incluindo a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana (sem qualificador), a Guiana Venezuelana e a Guiana Brasileira. No Brasil, são faladas 21 línguas *Karib*, distribuídas, em sua maioria, pelo norte do rio Amazonas, Amapá, norte do Pará, Roraima e Amazonas. Aryon Rodrigues assinala uma possível ligação entre as línguas *Tupi*, *Jê* e *Karib*. “Isso poderia então significar que houve um ancestral remoto comum para os três maiores grupos de línguas do Brasil: *Karib*, *Tupi* e *Jê*.” (MONSERRAT, 1994, p. 97).

Com relação ao grupo *Aruák*, este também era considerado um tronco, que englobava as famílias *Aruák* e *Arawá*. Porém, Aryon Rodrigues, baseado em dados recentes, prefere considerar não um tronco *Aruák*, que engloba as famílias *Aruák* e *Arawá*, mas, sim, apenas estas duas últimas, sem filiá-las a um tronco lingüístico, referindo-se a elas, apenas, como família *Aruák* e família *Arawá*. Ruth Montserrat, nessa questão, mais uma vez adota a posição de Aryon Rodrigues. As línguas da família *Aruák* são faladas no Brasil (da região das guianas ao oeste do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul), na Bolívia, no Peru, no Equador e na Venezuela. Segundo Greg Urban, essa família existe há cerca de 3.000 anos, sendo o centro-norte do Peru a área de onde, provavelmente, se iniciou a dispersão das línguas da família *Aruák*. Nos estados do Amazonas e do Acre, está a família *Arawá*, que, atualmente, engloba apenas quatro línguas muito semelhantes. São elas: o *kulína*, o *dení*, o *yamamádi* e o *paumari*.

As famílias lingüísticas menores, provavelmente, possuem menos de 3.000 anos de existência, além de abrangerem uma concentração territorial maior, tendendo a se situar na periferia da bacia amazônica. (MONTSEERRAT, 1994, p. 97).

Das línguas isoladas, o *tikuna* é uma exceção, pois possui mais de 20.000 falantes. Ainda com relação a estas, e incluindo as famílias muito pequenas, Greg Urban levanta a possibilidade de serem três os pontos, na América do Sul, de onde se originaram suas dispersões:

1) a área do Nordeste brasileiro onde, infelizmente, todas as línguas em questão estão extintas; 2) o planalto a oeste do Brasil e na vizinha Bolívia, em torno da chapada dos Parecis e da serra dos Pacas-Novas; e 3) norte do Peru e Equador. (URBAN, 1992 *apud* MONTSEERRAT, 1994, p. 102).

Além do *tikuna*, as demais línguas indígenas isoladas, ou seja, para as quais não se identificou um parentesco que permitisse agrupá-las em famílias e troncos, Ruth Montserrat (1994, p. 102) afirma que as ainda faladas no Brasil são: *aikaná*, *koaiá* (*arara*), *kanoê* (*kapixaná*), *jabuti*, *arikapú*, *mky*, *trumái*, *awakê* e o *máku*.

No que concerne ao Nordeste do Brasil, com exceção de Pernambuco e Maranhão, não existem mais línguas minoritárias nessa região. Assim, em Pernambuco é falada a língua indígena *yatê*, pelos índios *fulniô*, de Águas Belas; e no Maranhão são faladas as línguas indígenas *guajajara*, *guajá*, *ka'apóre*, *timbira* e *mbyá*.

5.2 LÍNGUAS EUROPÉIAS E ASIÁTICAS QUE PASSARAM A COMPOR O CENÁRIO LINGÜÍSTICO BRASILEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX

Em texto intitulado *Educação de imigrantes no Brasil*, publicado no ano 2000, Lúcio Kreutz afirma que, nas regiões sul e sudeste do Brasil, a partir do século XIX, tem início a chegada de um grande número de imigrantes de etnias variadas. Essa imigração, mais intensa nas referidas regiões, contribuiu para que, nelas, o pluralismo étnico se tornasse mais evidente. Alguns desses grupos de imigrantes foram compostos por italianos, alemães, japoneses e poloneses, que, reunindo-se em núcleos populacionais, nas zonas rurais principalmente, com forte caracterização étnico-cultural acabaram, por este motivo, merecendo mais visibilidade por parte do resto do Brasil. Entretanto, a diversidade cultural não se limitava às diferentes nacionalidades dos imigrantes. Entre os integrantes de uma mesma nacionalidade também havia diversidade cultural, devido à própria história de seus países, como se pôde observar no caso dos italianos e dos alemães, e ainda mais evidentemente no caso destes últimos, pois

estavam divididos entre católicos e luteranos. Os colonos que chegaram ao Brasil para trabalhar como substitutos da mão-de-obra escrava, no século XIX, procuraram manter alguma forma de identificação étnica, que se refletia na continuação do uso do idioma de origem, na organização religiosa, na formação de associações e de escolas:

Porém é mais característica do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX a formação de instituições comunitárias para a manutenção da tradição cultural, especialmente entre imigrantes de áreas rurais nos estados do sul. As escolas étnicas foram marcantes nesse contexto e período histórico. (KREUTZ, 2000, p. 346-348).

Mas as escolas étnicas não foram criadas como resultado apenas da preocupação dos imigrantes em preservar suas tradições culturais. Muitos imigrantes eram alfabetizados e originários de países com forte tradição escolar. Por esse motivo, cientes da importância da escola, e não encontrando escolas públicas nas regiões onde se instalaram, partiram, eles mesmos, para a implantação de escolas comunitárias.

Quanto aos motivos que levaram o governo brasileiro a incentivar a imigração, estes foram apresentados por Lúcio Kreutz como sendo: 1. O exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, onde a imigração produziu bons resultados em termos de desenvolvimento econômico e social para o país; 2. “A imigração também começou a ser vista como forma de garantir a ocupação do espaço geográfico, especialmente na região sul, em constante conflito de fronteira com os países do Prata”; e 3. A questão racial, pois alega-se que o governo brasileiro deu preferência a imigrantes europeus, pois, assim, estaria iniciando o processo de “branqueamento” do país. (KREUTZ, 2000, p. 349).

Apesar de o Estado ter preferido a concentração heterogênea de grupos étnicos, ainda assim os próprios imigrantes convergiam para a concentração étnica, no intuito de facilitar sua organização religiosa, social e escolar:

Os alemães formaram a primeira corrente imigratória para o Brasil de forma mais sistemática a partir de 1824 em São Leopoldo, RS (...). Até 1947 entraram no Brasil em torno de 253.846 imigrantes alemães. Os italianos vieram a partir da década de 1870 e formaram o contingente maior: 1.513.151 imigrantes. (KREUTZ, 2000, p. 350).

Continuando a seguir as informações fornecidas por Lúcio Kreutz, se considerarmos o número de imigrantes, que chegaram ao Brasil, de forma decrescente, temos: 1. Italianos; 2. Espanhóis; 3. Portugueses; 4. Japoneses; e 5. Alemães.

Com relação ao número de poloneses, uma avaliação do seu contingente se torna difícil, pois muitos foram classificados como russos, pois a Polônia, na ocasião, estava sob o domínio da Rússia.

Quando os imigrantes começaram a chegar ao Brasil, o mundo vivia um momento no qual os seus países buscavam a afirmação de uma nacionalidade, tendo como esteio a unidade. Com o Brasil não foi diferente. Por isso, o contexto de formação da nacionalidade, aqui, baseava-se na tendência de afirmação da unidade cultural, o que implicava, também, em unidade lingüística, pois a língua é uma das principais características da cultura de um povo. “Buscava-se um pretense coletivo, operava-se uma universalização no conceito de povo e de nação em detrimento das especificidades e diferenciações culturais.” (KREUTZ, 2000, p. 351).

Assim, o sistema escolar estava apoiado no uniformitarismo cultural e teria como uma de suas funções a difusão desse uniformitarismo:

Por isso, segundo Hobsbawm, institucionalizava-se uma língua em detrimento de outras, criando-se centros de identificação básica para a nacionalidade. Tentava-se assegurar a lealdade dos cidadãos difundindo e legitimando uma concepção de mundo semelhante, imposta pelo Estado e transmitida especialmente pelo sistema escolar. (KREUTZ, 2000, p. 351).

As escolas étnicas dos imigrantes devem ser analisadas dentro dessa perspectiva, porque, a depender da orientação de cada estado no sentido de imposição de uma identidade nacional, as escolas étnicas eram favorecidas ou não.

Em 1890, período em que entraram mais imigrantes no Brasil – cerca de 1.200.000 – o sistema escolar público era deficitário ao ponto de possuir mais de 80% de analfabetos. Essa situação levou os imigrantes a pressionarem o Estado, no intuito de que fossem criadas mais escolas públicas. Os núcleos mais homogêneos de imigrantes, no entanto, em vez de pedirem ao Estado a criação de novas escolas, procuraram suprir essa falta criando as escolas étnicas, fortemente identificadas com suas raízes culturais, solucionando esse problema com maior celeridade: “Essas colônias ‘alemãs’, ‘italianas’ e ‘polonesas’, isoladas por longo período, tendo pouco contato com a população nacional, empreenderam uma ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar (...), com características dos países de origem”. (KREUTZ, 2000, p. 354).

Da década de 1930 em diante, as escolas étnicas passaram a ser encaradas de forma hostil pelo Estado, devido à tendência nacionalista que o Brasil atravessava (temos como exemplo a *Semana de Arte Moderna* de 1922). Assim, “em 1938-1939, momento da nacionalização compulsória, [as escolas étnicas] foram fechadas ou transformadas em escolas públicas por meio de uma seqüência de decretos de nacionalização”. (p. 354).

Temos, então, que as escolas étnicas eram: **comunitárias, particulares** ou **pertencentes a uma congregação religiosa**. Contudo, não nos enganemos, pensando que todas as escolas étnicas, mesmo de uma mesma etnia, seguiam o mesmo padrão de funcionamento, pois havia diferenças, inclusive, baseadas no fato de algumas serem de zona urbana e outras serem de zona rural. A grande maioria das escolas étnicas pertencia às zonas rurais, sendo São Paulo uma exceção, pois suas escolas estavam localizadas, majoritariamente, na zona urbana.

Apesar de não terem sido a maioria em termos de contingente, os alemães foram maioria em termos de número de escolas étnicas, chegando a possuir, em 1939, 1.579 escolas. Os italianos, superiores em contingente, vinham em segundo lugar no número de escolas, com 396 escolas étnicas em 1913 e 167 na década de 1930. Em seguida, vinham os poloneses, com 349 escolas, e os japoneses, com 178.

Vejam os mais de perto, agora, as considerações que Lúcio Kreutz faz sobre as escolas étnicas propriamente ditas.

Os **alemães** que chegaram ao Brasil como imigrantes tinham, nos seus territórios de origem, uma tradição escolar significativa. Como, ao chegarem aqui, não encontraram escolas públicas, tomaram, eles próprios, a iniciativa de fundar escolas étnicas, mantendo professores e produzindo material didático. Na estrutura comunitária dos alemães, a escola vinha em primeiro lugar. Esses imigrantes se concentraram, principalmente, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O seu processo escolar teve um grande desenvolvimento a partir de 1900:

Em 1937, segundo levantamento das Associações de Professores, o número de escolas da imigração alemã no Brasil era de 1.579, distribuindo-se da seguinte forma pelos estados: RS, com 1.041; SC, com 361; SP, com 61; RJ, com 16; ES, com 67; outros estados, com 33. (KREUTZ, 2000, p. 357).

Nos núcleos rurais, as igrejas Católica e Evangélica assumiam as escolas como principal meio de atuação entre os imigrantes alemães e havia sanções religiosas para aqueles que não se comprometiam com a educação dos filhos e com a manutenção da escola e dos professores. Por isso, enquanto no geral do Brasil o analfabetismo reinava, abarcando cerca de

80% da população, situação inversa ocorria nos núcleos de imigração alemã, onde o analfabetismo atingia uma parte mínima da população, havendo uma maioria de letrados.

Com relação às escolas de imigração **italiana**, não se pode falar sobre elas em termos genéricos. Isto porque, mesmo na Itália, a depender das diferentes regiões de onde os italianos eram originários, diferentes também eram suas situações socioeconômicas e culturais. Por isso, a tradição escolar dos italianos que chegaram aqui dependia da tradição escolar da região italiana de onde vinham. Temos como ilustração dessa afirmação o fato de que, do total de italianos que entraram no Brasil pelo Porto de Santos, 71,36% eram alfabetizados, enquanto que, do total que se concentrou no município de Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul, grande parte era de analfabetos.

Os italianos não estabeleciam uma relação direta entre a igreja e a escola. Por isso, das 950 igrejas que havia no Rio Grande do Sul em 1924, apenas 57 possuíam escolas anexas, ou seja, algo em torno de apenas 6% dos casos. Essas poucas escolas eram subsidiadas pelo governo italiano, principalmente no que concerne ao material didático.

As fontes sobre o número de escolas étnicas italianas são divergentes. Porém, Lúcio Kreutz considera que o Ministério das Relações Exteriores do governo italiano fornece informações importantes e precisas. Assim, segundo o referido ministério,

o estado de São Paulo foi o que teve o maior contingente, com 187 escolas em 1913, seguido do Rio Grande do Sul com 91 e Santa Catarina com 60 (...). No ano de 1913 registrou-se o maior número de escolas da imigração italiana no Brasil: foram 396. (KREUTZ, 2000, p. 359).

Em São Paulo, a partir de 1920, e nos estados do Sul, a partir de 1930, as escolas étnicas italianas começaram a se tornar escolas públicas. Assim, quando começou a nacionalização compulsória em 1938, já não representavam empecilho à ação do Estado brasileiro.

Em uma comparação do número de escolas étnicas italianas no Brasil, com o número dessas mesmas escolas na Argentina e Estados Unidos, feita pelo autor, o Brasil está em primeiro lugar, considerados os números relativos a 1930 – década na qual houve a decadência e a proibição das escolas étnicas de imigrantes no Brasil. Assim, em 1930, temos: 1. Brasil, com 167 escolas; 2. Argentina, com 90 escolas; e 3. Estados Unidos, com 112 escolas.

A primeira escola étnica **polonesa** foi fundada no Paraná em 1876. No Rio Grande do Sul, as escolas étnicas polonesas começaram a ser fundadas a partir de 1890. Apesar de – à semelhança de alguns grupos de imigrantes italianos – não possuírem tradição escolar, quando chegaram ao Brasil, entretanto, deram início a um processo de evolução educacional acentuado, chegando a atingir o número de 349 escolas e 344 professores. Esse processo só viria a ser interrompido em 1938, com a ação da nacionalização compulsória:

Wachowicz relata que entre os imigrantes poloneses havia a preocupação de manter os valores étnico-culturais e, simultaneamente, o desejo de que os filhos aprendessem o português e se inserissem como cidadãos ativos em seu contexto. Fator retratado pelo currículo nas escolas da imigração polonesa no Paraná em 1937: das 167 escolas, 143 eram bilíngües, 14 lecionavam só em português e 10 só em polonês. (KREUTZ, 2000, p. 361-362).

Concentrando-se, em sua maior parte, no estado de São Paulo, começa, em 1908, a imigração **japonesa** no Brasil. De forte tradição escolar, pois 89,9% dos imigrantes chegados aqui eram alfabetizados, tiveram como uma de suas grandes preocupações a fundação de escolas étnicas para seus filhos. Porém, muitas das famílias japonesas que se instalaram na cidade de São Paulo preferiram matricular seus filhos em escolas públicas.

Nas escolas étnicas japonesas, o currículo regular, devido a uma medida do governo do estado de São Paulo, passou a ser lecionado em português, sendo o japonês ensinado como disciplina extracurricular:

Houve empenho pelas escolas étnicas para assegurar língua e tradições de origem. Porém, tendo chegado apenas a partir de 1908, encontraram o estado de São Paulo numa grande efervescência de transformações socioeconômicas e de debates sobre a questão da nacionalização do ensino, levando-os a estimular e, a partir de 1927, a pressionar a favor das escolas públicas. (KREUTZ, 2000, p. 364).

Um aspecto interessante a acrescentar, apontado por Aryon Rodrigues, se refere ao fato de que, dentre todas as minorias lingüísticas existentes no Brasil, a que possui o maior número de falantes é a japonesa, com cerca de 400.000 falantes – distribuídos principalmente entre São Paulo, Paraná e Pará – o que torna o japonês a segunda língua mais falada atualmente no país (em termos de número de falantes). (RODRIGUES, 2006, p. 153).

Desde o início da imigração, o governo não via as escolas étnicas com bons olhos. Porém, como não oferecia escolas públicas e professores, não tomou qualquer atitude no sentido de impedir a fundação de escolas étnicas. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais se mostrou tolerante à fundação de escolas étnicas, tendo permitido o surgimento de 1.041 escolas alemãs, onde o ensino era ministrado em alemão. Porém, paulatinamente, essa situação foi-se modificando, até que, a partir de 1920, o governo do Rio Grande do Sul

usou a estratégia de abrir escolas públicas junto às dos imigrantes, fato que provocou o fechamento de escolas étnicas, especialmente em núcleos com menor número de famílias. O apelo da gratuidade e a possibilidade de os alunos aprenderem melhor o português começavam a falar mais alto do que o apelo às escolas étnicas para muitas famílias. (KREUTZ, 2000, p. 365).

Na década de 1930, mais especificamente a partir de 1938, “em contexto de acentuado nacionalismo e de conflitos internacionais”, as escolas étnicas – tanto alemãs, como italianas, polonesas e japonesas – têm o seu fim.

Como decreto de maior relevância, imposto no sentido de dar fim às escolas étnicas, temos o que foi publicado em 25 de agosto de 1939, de número 1.545,

instruindo os secretários estaduais de Educação a construir e a manter escolas em áreas de colonização estrangeira; a estimular o patriotismo por parte de estudantes; a fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras; a intensificar o ensino de história e geografia do Brasil; a proibir expressamente que uma escola fosse dirigida por um estrangeiro e a se fazer uso de alguma língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas. Também ordenava que a educação física nas escolas étnicas fosse realizada sob a direção de um oficial ou sargento das Forças Armadas indicado pelo comandante militar da região. (KREUTZ, 2000, p. 366).

Contudo, de acordo com Lúcio Kreutz, os próprios imigrantes, independentemente do processo de nacionalização compulsória, já vinham passando por um outro processo, desencadeado por eles próprios, com motivações internas e externas, no sentido de começarem a dar preferência às escolas públicas brasileiras. Como motivação interna, tem-se o fato de que os pais e alunos sentiram a necessidade de uma melhor habilitação em língua portuguesa, para que pudessem adquirir condições de competir com melhores chances no mercado de trabalho. Como motivação externa, temos a revolução dos transportes e das comunicações, que retiraram as regiões onde se encontravam os imigrantes do isolamento anterior no qual estavam imersas. Assim, sendo obrigadas a interagir com o restante do país, no qual já se falava, majoritariamente, o português, perceberam a necessidade que o melhor aprendizado dessa língua representava. Por esse motivo, o autor afirma que “as medidas de

nacionalização compulsória do ensino apenas precipitaram um processo de transformação já em curso”. (2000, p. 367).

A riqueza dos dados, apresentados de forma clara e objetiva no texto de Lúcio Kreutz, nos permite ter uma noção precisa de quais outras línguas – além da portuguesa e das cerca de 180 línguas indígenas – passaram a compor o cenário multilíngüe – porém já localizado – do Brasil. Dessa maneira, o autor nos apresentou uma retrospectiva histórica, que abordou desde a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos, passando pela conjuntura na qual se deu a fundação de escolas étnicas por parte desses imigrantes, pelo uso das línguas dos seus países de origem nessas escolas, pelo momento de transição entre essas línguas e o português – tornado língua majoritária do Brasil há mais de um século – nas escolas étnicas, e, por fim, chegando ao término das escolas étnicas e explicando como o português – seja por caminhos oficiais, seja por atitude dos próprios imigrantes – acabou se tornando hegemônico também entre esses grupos de imigrantes que começaram a aportar no Brasil, com suas respectivas línguas, a partir do século XIX, embora o bilingüismo – ao menos doméstico, entre suas línguas de origem e o português – ainda se mantenha entre esses grupos.

5.3 O ATUAL QUADRO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

No item 4.1 ESTUDOS ATUAIS SOBRE INFLUÊNCIAS EXÓGENAS NA ESTRUTURA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, tratamos da difusão do português pelo Brasil, apresentando as hipóteses, que consideramos complementares, de Aryon Rodrigues e Rosa Virgínia Mattos e Silva – sendo que esta última, ao tratar da difusão do português, o faz tecendo considerações, também, sobre a formação da sua norma popular, que teria origem na aquisição precária por parte dos negros escravos, resultando na “reformatação” do português no momento da referida aquisição, mostrando estar em consonância com as idéias de Dante Lucchesi e Alan Baxter sobre a norma popular do português ter se formado na zona rural, onde estavam concentradas grandes quantidades de escravos aloglotos, com pouco acesso às estruturas do português – a língua-alvo.

Por outro lado, no contexto urbano das cidades costeiras, uma situação diferente se apresentava mesmo para os escravos aloglotos, que, estando em convivência com uma quantidade sensivelmente maior de falantes da língua portuguesa – pois nas cidades funcionava toda a máquina administrativa da Colônia –, tinham, por esse motivo, grande acesso às estruturas da língua-alvo, o que permitia uma “transmissão lingüística regular” do

português, podendo-se encontrar nas cidades escravos bilíngües em suas línguas maternas e em língua portuguesa.

Nas zonas urbanas estava presente a norma padrão lusitanizante, que, nos primeiros séculos da colonização, preponderou ali, devido aos maiores e evidentes laços que o Brasil, sendo colônia, mantinha com Portugal. Porém, após a independência, em 1822 – quando é desencadeado o espírito nacionalista devido a esse fato –, e, principalmente, após a Semana de Arte Moderna, em 1922 – quando o espírito nacionalista desencadeado em 1822 já havia tido cem anos para se enraizar na sociedade brasileira –, há, segundo Tânia Lobo e Dante Lucchesi, um afrouxamento da norma padrão mesmo entre os extratos sociais mais escolarizados. Dessa maneira, a norma que esses extratos sociais mais escolarizados, de fato, começaram a utilizar não se identificava mais com a norma padrão lusitanizante antes praticada, passando a constituir-se numa norma distinta a que Tânia Lobo e Dante Lucchesi denominaram de norma culta.

Temos, então, uma língua portuguesa que, no Brasil, evoluiu em vertentes distintas: uma, a vertente que encontra seus alicerces no campo, dando origem à **norma popular**; outra, a vertente que encontra seus alicerces na zona urbana, dando origem à **norma culta**, que, aos poucos, se desprende da **norma padrão** das gramáticas tradicionais, tendo esta última se tornado anacrônica e se situado à margem da realidade lingüística brasileira atual. Daí a conclusão de Dante Lucchesi de que o português brasileiro é **polarizado**, pois está sustentando em dois pilares distintos. Essa afirmação de um português polarizado, entretanto, não implica na não-existência de um *continuum* entre os dois pólos, dentro do qual há uma mescla das normas em diversas comunidades de fala, que, a depender de qual pólo cada uma delas esteja mais próxima – se do pólo da norma culta ou da norma popular –, apresentará mais características de um ou de outro pólo.

Contudo, com a já referida inversão das características demográficas do Brasil, dentro das quais se tornou um país eminentemente urbano, devido ao êxodo rural, um novo cenário lingüístico passou a se configurar nas cidades. Se antes a norma popular (heterogênea em sua diversidade dialetal) se concentrava basicamente na zona rural, em oposição à norma culta (também heterogênea em sua diversidade dialetal), que se concentrava basicamente na zona urbana, tornando as diferenças dialetais no Brasil predominantemente **diatópicas**, situação diversa passou a se apresentar.

Com a migração de um grande contingente da zona rural para as zonas urbanas, as duas normas, culta e popular, se encontraram, redistribuindo-se, agora, **diatriticamente**, ao

longo da pirâmide social brasileira, pois os egressos das zonas rurais, ao chegarem às cidades, começavam a exercer funções socialmente desfavorecidas, passando a engrossar o contingente da base dessa pirâmide. Assim, se constituíram nos depositários da norma popular, enquanto os integrantes do topo da pirâmide – que lá já estavam e lá continuaram – passaram a ser os depositários da norma culta. Daí a seguinte afirmação de Paul Teyssier sobre as divisões dialetais do português brasileiro:

Há, hoje, na língua do Brasil, uma certa diversidade geográfica. Os lingüistas vêm tentando elaborar o mapa dos “dialetos” brasileiros, à semelhança do que se tem feito para as línguas européias. Distinguem um Norte e um sul, cuja fronteira se identificaria, *grosso modo*, com uma linha que, partindo da costa, seguisse a foz do rio Mucuri (extremo sul do Estado da Bahia) até à cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, próximo à fronteira boliviana. A realidade, porém, é que as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos *horizontal* que *vertical*. (TEYSSIER, 2007, p. 98).

Como notamos, Paul Teyssier expõe a idéia de que a dialectologia brasileira deveria ser mais **vertical** do que **horizontal**, ou seja, mais **pluridimensional** do que **monodimensional**. Sem discordar de Paul Teyssier no que diz respeito à maior pertinência de uma dialectologia pluridimensional, discordamos, porém – sem sair do viés pluridimensional –, com a afirmação de que as variações diastráticas devam ter prevalência de análise sobre as variações diatópicas, pois – como podemos verificar no texto *Diatopia e diastratia no português do Brasil: prevalência ou convivência?*, de Suzana Cardoso, uma das responsáveis pelo primeiro *Atlas Lingüístico do Brasil*, que vem sendo elaborado no âmbito do projeto ALiB – a variação “atinge o português brasileiro no plano horizontal, diversificando regiões e áreas, caracterizadas como de maior ou menor amplitude, e no plano vertical, assinalando traços particularizantes de usos dos diferentes estratos sociais (...)” (CARDOSO, 2006, p. 376), deixando claro que tanto as variações diatópicas quanto as variações diastráticas refletem a realidade do português brasileiro. Nesse sentido, Suzana Cardoso conclui, então, que

(...) não se pode afirmar que a variação no português brasileiro é prioritariamente diatópica ou predominantemente diastrática, mas, como espelham os dados, **diatópico-diastrática**, ainda que se reconheça que, no nível fonético, ganha evidência a diversidade diatópica, enquanto o nível morfossintático parece por em relevo a diferenciação diastrática. (CARDOSO, 2006, p. 376).

Nesse caso, como deixa clara a citação, para se ter uma idéia precisa do quadro dialetológico brasileiro, é necessário aprofundar as observações empíricas em **todos os níveis de variação** da língua portuguesa, tanto no **eixo diatópico**, quanto no **eixo diastrático**, não apresentando conclusões com base em dados empíricos que reflitam apenas um determinado nível de variação e uma só dimensão de variação, sob a pena de o quadro dialetológico brasileiro vir a ser traçado com imprecisões.

5.4 O ATUAL QUADRO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO

Segundo Volker Noll (2008, p. 37-41), o português é, nos dias atuais, uma das línguas mais utilizadas no planeta, possuindo mais de 200 milhões de falantes nativos. Além disso, é a língua românica mais difundida depois do espanhol, ultrapassa o francês em número de falantes e é língua oficial em Portugal (na Europa), Brasil (na América), Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique (na África) e Timor Leste (na Oceania).

É interessante ressaltar que os cinco países africanos referidos acima (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), e que têm o português como língua oficial, são denominados de PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Porém, apenas no Brasil e em Portugal, o português é a língua materna da maior parte da população.

Em termos lingüísticos, a situação do Brasil é considerada como especial no mundo da lusofonia. Isto porque é a única ex-colônia de Portugal que, depois de independente, se tornou centro irradiador do português, fato que ganha ainda mais força se considerarmos o poder econômico que conquistou.

Nesse sentido, Portugal e Brasil desenvolvem esforços distintos e complementares, no intuito de difundir a língua portuguesa. Assim, Portugal, com o Instituto Camões, focaliza suas atenções na Europa, enquanto o Brasil, com os Centros de Estudos Brasileiros (CEBS), focaliza suas atenções na América. Outros dados relevantes além dos citados, observados por Volker Noll, dizem respeito à publicação de livros em língua portuguesa. Dessa forma, temos a seguinte comparação entre Brasil e Portugal:

Brasil:

- 1998: livros (títulos): 21.689;
- 1994: livros (títulos): 21.574;
- 1992: livros (títulos): 27.557;
- 1992: títulos somente em português: **10.039**.

Portugal:

- 1998: livros (títulos): 2.186;
- 1994: livros (títulos): 6.667;
- 1991: livros (títulos): 6.430;
- 1992: títulos somente em português: **3.906**.

Além dos dados referentes a livros publicados, temos os que se referem à publicação de revistas, com ênfase para a revista brasileira *Veja*, que é uma das maiores revistas políticas do mundo, com uma tiragem semanal de 1,2 milhão de exemplares em 1999. Nesse ponto, percebemos que o Brasil, mais uma vez, está em vantagem com relação a Portugal, pois, além da vantagem observada em termos de publicação de livros em língua portuguesa, como pudemos perceber nos dados expostos acima (NOLL, 2008, p. 41), está em vantagem, também, com relação à publicação de revistas, já que, enquanto a revista brasileira *Veja* possui uma tiragem semanal de 1,2 milhão de exemplares, a revista portuguesa *Visão*, em 2006, possuía uma tiragem de apenas 123 mil exemplares. E não nos esqueçamos, obviamente, da Rede Globo, que se constitui em outro grande veículo brasileiro de difusão do português do Brasil, pois é uma das maiores empresas de comunicação do mundo. (NOLL, 2008, p. 42).

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final do Capítulo 1 desta dissertação. Aqui, tratamos do cenário lingüístico encontrado pelos portugueses quando iniciaram, efetivamente, a colonização do Estado do Brasil em 1532. Logo em seguida, discutimos, baseados em Alfred Métraux, sobre a denominação da interlíngua da costa, o *tupinambá*, e sobre os motivos de os portugueses a terem aprendido e não tentado impor a língua portuguesa. Além disso, ressaltamos, também, o fato de que outras línguas européias – como o espanhol, o italiano, o francês e o holandês – chegaram ao Brasil colonial, mas sem deixar maiores marcas.

Em uma abordagem rápida, tratamos das duas *línguas gerais* que fazem parte da história lingüística do Brasil. A rapidez da abordagem se deve ao fato de que essas línguas serão objeto de discussão nos capítulos 2, 3 e 4, não tendo sido necessário entrar em detalhes sobre elas neste capítulo, cuja intenção foi a de fazer uma retrospectiva da história lingüística do Brasil, de forma breve e geral.

No que concerne ao elemento africano, introduzido no Brasil ainda no século XVI, explanamos, primeiramente, sobre o número de línguas africanas e sobre quais dessas línguas chegaram aqui. Nesse intuito, abordamos as considerações que Yeda Pessoa de Castro, Margarida Petter e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro fizeram a respeito de línguas africanas, faladas no Brasil, tendo como base para suas afirmações documentos que encobrem desde o século XVI ao século XVII. Ainda no contexto das línguas africanas em território brasileiro, tratamos de hipóteses sobre como se deu a expansão da língua portuguesa em meio ao mosaico de línguas africanas do início do Brasil, enfatizando as idéias de Rosa Virgínia Mattos e Silva e de Aryon Rodrigues a esse respeito, no intuito de facilitar a compreensão da realidade atual do português brasileiro, definido por Dante Lucchesi como polarizado. Assim, abordamos a hipótese, sua e de Alan Baxter – que teve como base outra hipótese, formulada por Gregory Guy na década de 1980 –, de que o português popular brasileiro teria suas raízes em um processo de TLI leve, apresentando os argumentos contrários de Anthony Naro e Marta Scherre, e, finalmente, posicionando-nos em favor de Dante Lucchesi e Alan Baxter, utilizando como argumento para tal, dentre outros, o paralelo entre os resultados atuais observáveis no português comprovadamente *pidginizado* do Alto Xingu, no Mato Grosso, e os resultados atuais observáveis no português, já em fase de *descrioulização*, de Helvécia, no extremo sul da Bahia.

No que concerne à pluralidade atual das línguas indígenas, Raquel Teixeira ressalta que a Austrália possui um número de línguas indígenas semelhante ao do Brasil: algo em torno de duas centenas. Porém, no caso da Austrália, quase todas pertencem a uma mesma família lingüística, o que torna as referidas línguas um terreno pouco fértil para estudos comparativos. Diferente é o caso do Brasil, cujas cerca de 180 línguas indígenas pertencem a 35 famílias lingüísticas diferentes, apresentando-se, portanto, como um campo extremamente propício aos estudos lingüístico-comparativos. Outrossim, abordamos os quatro maiores grupos de línguas indígenas brasileiras, representados pelos troncos *Tupi* e *Macro-Jê* e pelas famílias *Aruák* e *Arawá*. Somamos a essa diversidade de minorias lingüísticas, baseados em Lúcio Kreutz, o fato de terem chegado ao Brasil, entre os séculos XIX e XX, uma grande

quantidade de outras minorias – européias e asiáticas –, tratando com algum vagar sobre as escolas étnicas criadas pelos imigrantes dessas procedências, ressaltando que, atualmente, das línguas minoritárias faladas no Brasil, a mais expressiva é o japonês, com cerca de 400 mil falantes. E encerrando a questão do multilingüismo brasileiro – atualmente localizado, e não mais generalizado, como nos séculos anteriores de sua história –, tratamos do atual quadro da língua portuguesa no Brasil, retomando a diferenciação entre norma padrão e norma culta, em oposição à norma popular, assim como a mudança do cenário demográfico brasileiro e suas conseqüências lingüísticas.

Por fim, ainda com relação à língua portuguesa, falamos sobre a sua expansão mundial – na América, na Europa, na África e na Oceania, continentes com países onde ainda é língua oficial – e sobre a posição do Brasil como o maior centro irradiador do português na atualidade, com quase 200 milhões de falantes nativos nessa língua, baseados em dados colhidos por Volker Noll.

No próximo capítulo, iniciaremos as nossas explanações sobre as *línguas gerais*, realizando uma análise comparativa do que alguns lingüistas de importância nacional e internacional disseram sobre elas, procurando extrair de seus textos aspectos que consideramos básicos para a consolidação do campo de estudos direcionados a esse tipo de língua, tendo como parâmetro as informações fornecidas por Serafim da Silva Neto, como se verá adiante.

CAPÍTULO 2 – UM DEBATE SOBRE O ESTUDO DAS *LÍNGUAS GERAIS*: O ESTADO DA QUESTÃO

1. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Para que venhamos a considerar consistente um estudo sócio-histórico sobre as *línguas gerais* brasileiras, pensamos que, como ponto de partida, cinco aspectos básicos devem estar presentes de forma clara:

- [1] O conceito de *língua geral*;
- [2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*;
- [3] Em que áreas foram faladas;
- [4] Em que período foram faladas;
- [5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Escolhemos esses cinco aspectos como fundamentais para que se lancem luzes sobre o tema, pois o [1] nos informa **o quê** era esse tipo de língua; o [2] nos informa **quem** falava essas línguas; o [3] nos informa **onde** foram faladas essas línguas; o [4] nos informa **quando** foram faladas essas línguas; e o [5] nos informa **em que condições** sociolingüísticas surgiram; revelando, assim, aspectos fundamentais para que se situem as *línguas gerais* brasileiras historicamente.

Um primeiro fato a ressaltar é o de que – com exceção de alguns, como Aryon Rodrigues, José Ribamar Bessa Freire e Maria Cândida Barros, que serão abordados nos próximos capítulos – poucos lingüistas e historiadores dedicam estudos exclusivos ao tema *língua geral*. De modo que, ao longo da história da lingüística brasileira, as *línguas gerais* sempre aparecem em um plano secundário, como simples coadjuvantes de estudos sobre a sócio-história do português brasileiro, conseqüentemente não recebendo a atenção que a importância que exerceram, principalmente durante o período colonial, deveria lhes garantir.

Dessa maneira, faremos uma linha do tempo, analisando as obras de alguns dos principais historiadores da língua portuguesa – cujos trabalhos foram publicados tanto no século XX, quanto no século XXI –, que abordaram esse tema, ao tratarem da história do português brasileiro, procurando abstrair de suas considerações os aspectos [1], [2], [3], [4] e [5], destacados acima, no intuito de observar se foram supridos por esses autores.

A linha do tempo começará em 1950, com a obra *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto; passando por 1972, com a obra *História e estrutura da língua portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr.; por 1980, com a obra *História da língua portuguesa*, de Paul Teyssier; por 1985, com a obra *O português no Brasil*, de Antônio Houaiss; por 1991, com a obra *Curso de história da língua portuguesa*, de Ivo Castro; por 1999, com a obra *O português brasileiro: formação e contrastes*, de Volker Noll; terminando em 2006, com a obra *História do português*, de Esperança Cardeira. No que concerne a Fernando Tarallo e à sua obra *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*, publicada em 1990, optamos por não incluir as observações que expôs sobre o tema *língua geral* – entre as páginas 81 e 86 de seu livro –, pelo fato de fazê-lo, sempre, baseado em Joaquim Mattoso Câmara Jr., nos levando a concluir que seria mais proveitoso ir diretamente ao próprio Joaquim Mattoso Câmara Jr., preservando, assim, a maior integridade das informações em questão. Quanto a Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 76-82), esta autora também trata do tema *língua geral*, porém sob uma perspectiva diversa da observada nos demais autores, enfatizando, baseada no historiador John Manuel Monteiro, a confusão que, no período colonial, poderia haver entre a *língua geral* e o antecedente histórico do atual português popular brasileiro, para o qual a autora utilizou a denominação de *português geral* – referindo-se a um português já alterado estruturalmente como consequência do contato com línguas indígenas e africanas. Assim, afirma que as observações feitas pelo historiador no seu livro *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, publicado em 1995, embasam a possibilidade de se “conjecturar que o que na documentação colonial se designa por ‘usar a língua geral’, ‘falar a língua geral’, ‘saber a língua geral’ refira-se a um português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas” (2004, p. 79), devido à “dificuldade que haveria entre distinguir a língua geral, propriamente dita, e o português geral brasileiro (...)”. (2004, p. 80-81). Pelo fato de tratar, principalmente, da confusão que colonos portugueses poderiam fazer entre a *língua geral* e o *português geral*, e não da natureza da *língua geral* – a não ser quando aborda rapidamente a afirmação de John Manuel Monteiro de que a *língua geral* de São Paulo teria uma base *guarani*, afirmação esta que mereceria um estudo à parte –, não a incluímos na nossa linha do tempo.

Para dar um maior dinamismo durante a análise, tomaremos a obra de Serafim da Silva Neto como ponto de referência – não só por ser o primeiro lingüista abordado, mas devido à riqueza impressionante de informações, conclusões e questionamentos definitivos que reuniu

em um só livro –, sempre comparando as informações dadas pelos autores seguintes com as informações dadas por Serafim da Silva Neto.

Depois de abstrairmos os aspectos [1], [2], [3], [4] e [5] de cada lingüista, faremos uma comparação entre todos, para observar se houve concordância com relação a cada um dos cinco aspectos abstraídos de suas obras, para que possamos ter uma maior segurança quanto ao que foi afirmado por eles.

Então, “mãos à obra”, quer dizer: às obras!

2. ANO: 1950

Começamos, então, por Serafim da Silva Neto. Para este autor, a *língua geral* era o falar utilizado “pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com o gentio” (SILVA NETO, 1986, p. 49), sendo que, no caso dos mamelucos, a *língua geral* seria a primeira língua – tendo o português como segunda língua –, enquanto que, no caso dos brancos, o português seria a primeira língua – tendo a *língua geral* como segunda língua. Contudo, para Serafim da Silva Neto, a *língua geral* é o mesmo que o *tupinambá* (que chama de *tupi*), ou seja, não a considera o produto de um processo de bilingüismo ou de um processo de *pidginização/crioulização* – como Aryon Rodrigues demonstrou no primeiro caso, e como procuraremos demonstrar no segundo caso (no que concerne à *língua geral* da Amazônia). Serafim da Silva Neto utiliza o adjetivo “geral” apenas com a acepção de língua falada em grande extensão territorial. Considera a *língua geral* como algo pré-existente à chegada dos portugueses, já utilizado em quase toda a costa pelos índios que nela se encontravam (o autor não especifica quais as etnias dos índios). Assim, os mamelucos e os brancos aos quais se refere na citação acima teriam aprendido a *língua geral* pré-existente – fosse como L1 ou como L2 –, para se integrarem lingüisticamente à comunidade de fala estabelecida na costa do Brasil antes do início de sua colonização. O trecho no qual podemos perceber que trata a *língua geral* como o mesmo que língua *tupinambá* e no qual utiliza o adjetivo “geral” apenas com o sentido de língua falada em uma grande extensão territorial é o seguinte: “(...) prefiro dizer ‘língua geral’ com relação ao falar, mais ou menos uniforme, dos índios da costa. Tal língua foi gramaticizada por Anchieta e por outros missionários.” (SILVA NETO, 1986, p. 49). A alegada sinonímia fica clara no momento em que faz a afirmação de que a língua em questão foi a mesma “gramaticizada por Anchieta”, pois há um certo consenso de que a gramática do ilustre jesuíta foi uma normatização do *tupinambá* – que Serafim da Silva Neto, assim como outros lingüistas, prefere chamar de *tupi*. No que concerne ao adjetivo “geral”

utilizado com seu sentido literal, percebemos essa acepção quando diz que prefere considerar *língua geral* o “falar, mais ou menos uniforme, dos índios da costa.”

Em seguida à afirmação de que a *língua geral* é a língua dos índios da costa e gramaticizada por Anchieta e outros jesuítas, Serafim da Silva Neto tece algumas considerações sobre as línguas *tapuias* do interior, também conhecidas como *línguas travadas*, utilizando para seus comentários uma citação de Antônio Vieira, na qual o jesuíta literato afirma que a morfologia dessas línguas travadas era extremamente complexa, nas quais não era possível “distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas ou três semelhantes...” (*apud* SILVA NETO, 1986, p. 49). Ainda segundo o autor de *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, diferente das *línguas travadas* era a *língua geral*, que, comparada às dos “bárbaros” *tapuias*, “era simples, e de reduzido material morfológico; não possuía declinação nem conjugação. Tinha todo o aspecto das línguas de necessidade, criadas para intercâmbio.” (SILVA NETO, 1986, p. 50). Desse modo, pelo fato de ser naturalmente mais simples do que as *línguas travadas* – assemelhando-se, inclusive, às línguas de intercâmbio, que também possuem material morfológico reduzido –, Serafim da Silva Neto afirma que, “Em virtude de tais qualidades, os jesuítas a usavam como língua missionária, o que introduziu a *língua geral* no uso de tribos originariamente de *línguas travadas*.” (SILVA NETO, 1986, p. 50). Observemos, na íntegra, o trecho no qual o autor faz tais considerações, expostas acima de forma fragmentada:

54 – Hóspede que sou, no conhecimento das línguas americanas, não posso fazer idéia nítida do que fosse a *língua tupi*. Qual a sua origem? Qual o seu estado no século XVI? Quais as tribos que a falavam originariamente, e quais as que a falavam por a terem substituído à própria? Qual a influência que nela desempenharam os portugueses?

55 – Para essas e outras inquirições a minha ignorância não acha resposta. Por isso prefiro dizer “língua geral” com relação ao falar, mais ou menos uniforme, dos índios da costa. Tal língua foi gramaticizada por Anchieta e por outros missionários. Às línguas do interior chamavam os religiosos *línguas travadas*.

56 – Era grande a dificuldade em aprender estas últimas, como se colhe do testemunho do Padre Antônio Vieira: “Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas ou três semelhantes... O primeiro trabalho é ouvi-la; o segundo percebê-la; o terceiro reduzi-la a gramática e preceitos; o quarto estudá-la; o quinto... pronunciá-la” (*Sermões*, V, 337).

Logo depois o missionário enumera algumas dessas *línguas travadas*, que tanto o torturavam: o *nheengaíba*, o *jurruuna*, o *tapajó*, o *teremembé*, o *mamaiana* – “que só os nomes parece que fazem horror”.

57 – A *língua geral*, pelo contrário, era simples, e de reduzido material morfológico; não possuía declinação nem conjugação. Tinha todo o aspecto das línguas de necessidade, criadas para intercâmbio.

Em virtude de tais qualidades, os jesuítas a usavam como língua missionária, o que introduziu a *língua geral* no uso de tribos originariamente de *línguas travadas*. (SILVA NETO, 1986, p. 49-50).

Ao lermos a citação na íntegra, algumas contradições são observadas e, por esse motivo, devem ser destacadas:

1. Se Serafim da Silva Neto considera a *língua geral* como o próprio *tupinambá* – pois afirma claramente que se tratava da língua dos índios da costa e gramaticizada por Anchieta e outros jesuítas –, como se justifica, então, a afirmação que faz, linhas depois, de que se tratava de uma língua com reduzido material morfológico e com o aspecto das línguas de intercâmbio? Afinal, se a *língua geral*, de acordo com o que lemos em suas palavras, era a língua gramaticizada por Anchieta, se tratava, portanto, da língua materna do grande contingente *tupinambá* da costa brasileira, não podendo ser comparada, ao menos em termos estruturais – como o autor o faz –, a uma língua de intercâmbio.

2. Se o próprio autor em questão diz

Hospede que sou, no conhecimento das línguas americanas, não posso fazer idéia nítida do que fosse a *língua tupi*. Qual a sua origem? Qual o seu estado no século XVI? Quais as tribos que a falavam originariamente, e quais as que a falavam por a terem substituído à própria? Qual a influência que nela desempenharam os portugueses? (...) Para essas e outras inquirições a minha ignorância não acha resposta. Por isso prefiro dizer “língua geral” com relação ao falar, mais ou menos uniforme, dos índios da costa. Tal língua foi gramaticizada por Anchieta e por outros missionários (...),

como se sente seguro para afirmar categoricamente que a *língua geral* “era simples, e de reduzido material morfológico; não possuía declinação nem conjugação. Tinha todo o aspecto das línguas de necessidade, criadas para intercâmbio”?

Assim, não apenas a afirmação de que **a *língua geral* é a língua dos índios da costa e gramaticizada por Anchieta**, como também a afirmação de que **essa língua gramaticizada pelo jesuíta era de reduzido material morfológico, possuindo o aspecto das línguas de necessidade, criadas para intercâmbio**, carecem de fundamento. Por esse motivo, se Serafim da Silva Neto identifica a *língua geral* com o *tupinambá* – mesmo admitindo, linhas antes, não possuir conhecimento suficiente das línguas americanas, o que seria necessário para fazer tal identificação – e, por fim, ainda afirma que a *língua geral* ou *tupinambá* possuía as características de uma língua de intercâmbio (tendo observado as características das línguas de

intercâmbio no livro *Die Lingua Franca*, de Hugo Schuchardt), atribuímos a precipitação do autor, que resultou em proposições contraditórias, à sua visão depreciativa das línguas indígenas, da mesma forma que o faz com relação às línguas africanas.

Em texto intitulado *Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil*, Tânia Lobo considera que a obra de Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, é a responsável por acabar com o “conflito de paixões” (termo que tomou emprestado a Celso Cunha) entre os que advogavam a favor de uma **língua portuguesa no Brasil** e os que advogavam a favor de uma **língua brasileira**, quando seu autor afirma que a língua que se fala no Brasil é a **portuguesa**, porém com as características, adquiridas aqui, de **unitária** e **conservadora**. Vejamos o que diz Tânia Lobo:

Ainda que, para os autores acima referidos [João Ribeiro (1860-1934), autor de *Língua nacional*, Sousa da Silveira (1883-1967), autor de *A língua nacional e o seu estudo* e Antenor Nascentes (1886-1972), autor de *Idioma nacional*], sob o rótulo “nacional” subsistisse o entendimento de que a língua do Brasil era a portuguesa, considero que a chamada **questão da língua brasileira** só deixa de fazer eco quando, em 1950, Serafim da Silva Neto publica a sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* e redimensiona o problema, colocando-o nos seguintes termos: a língua que se fala no Brasil é a portuguesa e as suas principais características são a **unidade** e o **conservadorismo**. (LOBO, 1994, p. 11).

Dessa maneira, no intuito de analisar a pertinência da tese da unidade e do conservadorismo do português brasileiro, defendida por Serafim da Silva Neto, a autora considera que três aspectos, presentes na obra de 1950, devem ser levados em conta: [1] O “estágio de desenvolvimento da lingüística no Brasil em meados deste século [século XX]”; [2] Os “elementos mobilizados pelo autor para a construção da sua análise”; e [3] A “visão de mundo’ do autor”. (p. 11-12).

Sendo o aspecto [3], dos elencados por Tânia Lobo, o que nos interessa, será nele que nos concentraremos.

Sobre esse aspecto, a autora afirma que o contexto sócio-cultural e ideológico no qual Serafim da Silva Neto estava inserido determinou a sua visão de mundo, visão esta que veio a se refletir na sua obra. Por esse motivo, seus estudos apresentam juízos de valor quanto à etnia e à cultura dos brancos portugueses – considerando-as superiores –, e quanto à etnia e à cultura dos índios e negros – considerando-as inferiores –, fazendo-o também considerar, como consequência do seu modo de ver o mundo, a língua portuguesa superior às línguas dos índios e dos negros. As palavras da autora são bastante claras:

(...) é fundamental ressaltar que está na base do pensamento de Serafim da Silva Neto a convicção da superioridade étnica e cultural dos colonizadores brancos portugueses em relação aos índios e negros. Decorrencia imediata da convicção de existência de hierarquia de culturas é que a língua portuguesa, língua literária e “de cultura”, fosse considerada, embora o autor não o diga de forma explícita, intrinsecamente superior às línguas “exóticas” com as quais entrara em contato. (LOBO, 1994, p. 12).

Desse modo, a afirmação de Serafim da Silva Neto – consequência do seu modo hierarquizado de apreender as diferentes culturas – de que a *língua geral* (que, indiretamente, identifica com o *tupinambá*) não possuía uma grande carga morfológica, nem conjugação, nem declinação cai por terra se observarmos alguns aspectos intralingüísticos do *tupinambá*, apontados por Aryon Rodrigues, em seu texto *As línguas gerais*. (RODRIGUES, 1986, p. 105). Para Aryon Rodrigues, a *língua geral* não era o mesmo que o *tupinambá*, ao contrário do que se percebe em Serafim da Silva Neto, mas, sim, o resultado de uma grande quantidade de mudanças lingüísticas, fruto do contato – em situação de bilingüismo – entre o *tupinambá* e o português, resultando no que veio a se chamar de *língua geral*. Temos, então, o seguinte quadro:

ARYON RODRIGUES	SERAFIM DA SILVA NETO
<i>Tupinambá ≠ Língua geral</i>	<i>Tupinambá = Língua geral</i>

Quadro 1.

Portanto, quando expusermos o trecho no qual Aryon Rodrigues aponta mudanças na morfologia verbal e nominal do *tupinambá* – no seu processo de mudança para *língua geral* –, tenha-se em mente que esse *tupinambá* – cuja morfologia veremos que é riquíssima – é a mesma língua que Serafim da Silva Neto, destoando de Aryon Rodrigues, chama de *língua geral* – afirmando que não possuía nem conjugação, nem declinação. Se “traduzirmos” as palavras de Serafim da Silva Neto, quando diz que “A *língua geral* (...) era simples, e de reduzido material morfológico; não possuía declinação nem conjugação”, temos a seguinte afirmação: “O *tupinambá* (...) era simples, e de reduzido material morfológico; não possuía declinação nem conjugação”. Essas explicações preliminares são necessárias porque a utilização do termo *língua geral* foi feita para dois tipos de língua diferentes, o que pode confundir o leitor. Sem essa explicação, a citação que será exposta confirmaria as afirmações de Serafim da Silva Neto, enquanto, na verdade, o seu conteúdo, se interpretado da forma adequada, as contradiz. Vejamos, finalmente:

O sistema verbal do Tupinambá, que distinguia cinco modos – indicativo, imperativo, gerúndio, circunstancial e subjuntivo – passou a ter só um modo na LGA [Língua Geral Amazônica], cuja forma corresponde à do antigo indicativo. Também os substantivos se simplificaram muito. No Tupinambá havia um sistema de declinação dos substantivos com seis formas casuais: um caso nominativo, um caso vocativo, um caso atributivo e três casos locativos (RODRIGUES, 1986, p. 105). (grifo nosso).

Assim, podemos entender pela citação acima que, ao contrário do que afirma Serafim da Silva Neto, o *tupinambá* – que ele considera a *língua geral* – detinha um sistema de morfologia verbal e nominal extremamente complexo, possuindo, inclusive, características de línguas sintéticas como o latim. O que veio a sofrer erosão em seu sistema de morfologia verbal e nominal foi a *língua geral*, assim denominada com o sentido que Aryon Rodrigues aplica a esse termo, e não com o sentido aplicado por Serafim da Silva Neto. Vejamos uma frase em *tupinambá*, que Aryon Rodrigues nos dá como exemplo em seu texto *As línguas gerais* (1986, p. 106-107), para que possamos ter uma noção exata da complexidade morfológica tanto dos verbos, quanto dos nomes em *tupinambá*, em flagrante descompasso com a afirmação de Serafim da Silva Neto sobre essa língua:

Oré rúb ybákype tekwár imoetépyramo né réra t oikó

Temos a seguinte situação, de acordo com o exemplo exposto por Aryon Rodrigues:

- **oré**: “nosso”.
- **r-úb**: “pai”, no caso vocativo.
- **ybák -ype**: “no céu”. Desmembrando a expressão, temos: **ybák**: “céu”; **-ype**: sufixo do caso locativo.
- **t- ekw -ár** (essa expressão inteira forma um nome derivado do verbo **ekó**, que significa “estar em movimento” ou “estar vivo”. A derivação de um nome a partir de um verbo é necessária, porque o *tupinambá* não possuía estruturas relativas semelhantes às do português). Desmembrando a expressão, temos: **t-** : prefixo que indica se tratar de uma pessoa; **ekó**: verbo “estar em movimento” ou “estar vivo”; **-ár**:

sufixo utilizado para expressar o papel semântico de agente. Obs.: o verbo *ekó*, quando utilizado em composição com o sufixo *-ár*, tem a sua vogal final *ó* modificada para *w*, modificando-se para *ekw*, como na expressão acima. Seu significado, ao pé da letra, seria: “estador”, pois seria um nome derivado de um verbo, com os traços semânticos de [+ animado], [+ humano] e [+ agente].

- *né r- ér -a*: “teu nome”. Desmembrando a expressão, temos: *né*: “tu”; *r- ér -a*: “nome”. Essa expressão, que Aryon Rodrigues traduziu como “nome”, também pode ser desmembrada: *r-* : prefixo que indica a presença anteposta do determinante *né*; *ér*: pela lógica, é o morfema que carrega o significado correspondente a “nome”; *-a*: sufixo do caso nominativo.
- *t o- ikó*: “que esteja”. Desmembrando a expressão, temos: *t* (na verdade, trata-se da partícula *ta*, responsável por fornecer a idéia de desejo expressa em “que esteja”. Pelo fato de preceder uma vogal, a partícula perde o *-a*, mantendo-se apenas o *t*); *o-* : refere-se ao sujeito de terceira pessoa, mencionado acima, ou seja, “teu nome”; *ikó*: “estar” (é uma variante do verbo *ekó*). O verbo *ikó*, em conjunto com a idéia de desejo expressa por *t*, mais a referência ao sujeito da terceira pessoa do singular expressa por *o-*, resulta na tradução “que esteja”.
- *i-mo-eté -pýr -amo*: “na qualidade de tornado importante”. Desmembrando-se a expressão, temos: *mo-eté*: “tornar importante”; *-pýr*: infixos que indica o papel semântico de paciente de um nome; *-amo*: sufixo do caso atributivo, que significa “na qualidade de”. Com relação à partícula pré-verbal *i-*, Aryon Rodrigues não explicou nem o seu significado, nem a sua função. Dessa maneira, o verbo *mo-eté*, em conjunto com o infixos *-pýr*, que indica o papel semântico de paciente, e com o sufixo *-amo*, responsável pelo caso atributivo, resulta na tradução “na qualidade de tornado importante”.

Portanto, segundo Aryon Rodrigues, a tradução literal da frase em *tupinambá* transcrita acima seria:

“Nosso pai, estador no céu, que teu nome esteja na qualidade de tornado importante!”

Já a tradução livre seria:

“Pai nosso que estás no céu, santificado seja teu nome!”

Contudo, mesmo apresentando um juízo de valor negativo sobre as línguas indígenas e africanas, Serafim da Silva Neto faz observações muito interessantes e proveitosas sobre o que chamou de *língua geral*. Trata-se das explicações que oferece para que, em São Paulo, a *língua geral* tenha permanecido em uso por mais tempo, em relação aos demais pontos da costa do Brasil.

O autor nos explica que os índios do litoral, resistentes à assimilação cultural, “foram deixando de circular nas vilas e povoados. Ou definhavam ou fugiam para o sertão” (SILVA NETO, 1986, p. 51), mantendo-se na costa apenas os índios que estavam confinados nas aldeias jesuíticas. Esse fato tinha como consequência o confinamento, outrossim, da *língua geral*, que passara a ser utilizada, predominantemente, dentro desses espaços de catequese, nas relações entre índios e jesuítas. Fora das aldeias, a *língua geral* continuava sendo usada apenas dentro do seu raio de influência, por brancos e mamelucos, que, por manterem relações principalmente comerciais com as aldeias, tinham de fazer uso da *língua geral*. Essa teria sido a situação que se delineou no geral da costa, com exceção de São Paulo. Isto porque, nessa região, a atividade exercida pelos colonos não provocava um choque cultural tão abrupto. A atividade dos paulistas (os Bandeirantes) consistia, basicamente, na penetração e desbravamento das terras do interior do Brasil, atividade que agradava aos índios, fazendo com que estes não fugissem da sociedade colonial ou definhassem, como aconteceu nos demais pontos da costa. E a permanência dos índios implicava a permanência da *língua geral*, sendo essa uma das explicações que Serafim da Silva Neto nos dá para a sua maior duração no litoral paulista: “Em S. Paulo, onde a atividade dos índios foi aplicada num setor que lhes era grato – a penetração dos sertões – maior teria sido, também, a permanência da *língua geral*.” (1986, p. 51).

Outra explicação interessante, e talvez a mais significativa, para o domínio da *língua geral* em São Paulo encontra suas raízes no início da colonização do Estado do Brasil. Segundo Serafim da Silva Neto, quando os portugueses – que eram um pequeno contingente,

composto quase exclusivamente de homens – começaram o povoamento da costa, se viram imersos em uma enorme população de índios e, obviamente, de índias também... Considerando-se as longas semanas de viagem no meio do Oceano Atlântico, em companhia apenas de marujos barbados, podemos imaginar o apetite sexual acumulado com que os portugueses chegavam à costa brasileira. E se considerarmos que, para as índias, os brancos portugueses eram uma curiosidade a se experimentar, não é de espantar a rápida miscigenação que houve desde o início da colonização do Brasil: “É a fase do primeiro contato inter-racial – portugueses famintos de carne, cruzando-se com as índias, famintas de brancos... Surge o mameluco.” (SILVA NETO, 1986, p. 68). Com o início do genocídio dos povos indígenas da costa – principalmente de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente –, paralelamente ao insucesso da escravidão indígena e ao início da chegada de grandes contingentes de africanos para trabalharem como escravos nas plantações de cana recém-surgidas – em sua maioria na Bahia e Pernambuco –, o processo de miscigenação foi desacelerado, mormente nas regiões que mais receberam escravos africanos, mais promissoras economicamente. Devido ao alto preço de compra e ao alto custo fixo de manutenção de um escravo, as regiões de menor desenvolvimento econômico da colônia não podiam utilizá-los como base de sua mão-de-obra. É o caso de Piratininga, em São Paulo, que, não podendo arcar com o custo do braço escravo, partiu para a escravização ou para a aliança com os índios locais, que passaram a se constituir na base da mão-de-obra da região. A consequência disso foi a manutenção da proximidade entre brancos portugueses e índios, perdurando a miscigenação e incrementando a população mameluca em São Paulo:

Há um núcleo, porém, em que é mais duradoura a influência do índio. É Piratininga, onde, por deficiência econômica, só muito tarde entrou o negro. Por isso maior foi o contato com os aborígenes, ora aliados, ora escravizados. (SILVA NETO, 1986, p. 68).

Essa situação de intensa mestiçagem entre brancos portugueses e índias foi a responsável por uma significativa população de mamelucos bilíngües em *língua geral* e língua portuguesa – como primeira e segunda língua, respectivamente. O autor é claro ao afirmar que essa é, “por excelência, a fase do mameluco bilíngüe. A *língua geral* era necessária a todos: aos mercadores nas suas viagens, aos aventureiros em suas expedições, sertão adentro, aos habitantes das vilas em suas relações com o gentio...” (SILVA NETO, 1986, p. 68).

Com relação à região amazônica, Serafim da Silva Neto considera que, em 1615, quando começou sua colonização sistemática com a fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, se repetiu o mesmo quadro lingüístico delineado na costa do Estado do Brasil, o que vale dizer, portugueses gerando filhos mamelucos com as índias da região, formando uma nova população bilíngüe, cuja primeira língua era a *geral* e a segunda língua a portuguesa. Essa colonização tardia explicaria a grande amplitude da *língua geral* na região amazônica, ao passo que, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, o seu processo de declínio já estava acentuado:

O real povoamento do Maranhão começou por volta de 1615, depois da expulsão dos franceses. Daí o repetir-se lá o mesmo estado de coisas que se verificara, nos outros núcleos, no século anterior: ainda se falava *língua geral* no Maranhão quando na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro ela já entrara em franca decadência. (...) Eram [os índios, mamelucos e, segundo o autor, alguns escravos africanos], porém, bilíngües, porque o grande inspirador político de D. João IV [referindo-se, provavelmente, a Antônio Vieira] atesta que aos índios “se lhes pregava também muitas vezes em português, e havia padre tão zeloso neste particular, que todas as vezes que estava na igreja um só português que não entendesse a língua, só a ele pregava” o que, aliás, se fazia “em todas as capitânias”. (SILVA NETO, 1986, p. 55).

Portanto, de acordo com o que vimos até agora, para Serafim da Silva Neto, a *língua geral* era o *tupinambá* (que chama de *tupi*), falado antes da chegada dos portugueses apenas pelos índios da costa – supostamente como primeira língua, mas o autor afirma não ter condições de saber com que extensão de nativização – e, depois da chegada dos portugueses, por estes próprios – como segunda língua – e pela população mameluca que se formou a partir de sua chegada – como primeira língua, mas em situação de bilingüismo com o português –, passando a ser chamada de *língua geral*, durante o Brasil-Colônia, uma língua tornada de brancos, índios, mamelucos e negros africanos bilíngües, que se concentraram, na sua maior parte, em São Paulo e no Maranhão. (SILVA NETO, 1986, p. 49).

As semelhanças entre as informações apresentadas por Serafim da Silva Neto e as apresentadas por Aryon Rodrigues – cujos estudos abordaremos no capítulo seguinte – se devem ao fato de ambos terem bebido na mesma fonte: o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda.

3. ANO: 1972

Entre 1963 e 1965, Joaquim Mattoso Câmara Jr. escreve, em inglês, o livro que, depois de traduzido para o português na sua edição póstuma brasileira, em 1975, ganhou o título de *História e estrutura da língua portuguesa*. Porém, sua primeira edição foi de 1972, publicada, como já referido, em inglês.

Nessa obra, Joaquim Mattoso Câmara Jr. aborda o tema *língua geral* de forma concisa, não lhe dedicando a mesma atenção que Serafim da Silva Neto, apesar de também oferecer informações interessantes.

Dessa maneira, já começa a tratar sobre o assunto com uma diferença muito importante em relação ao autor de *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*: a amplitude de difusão da *língua geral*. Isto porque Joaquim Mattoso Câmara Jr. estabelece, como área de atuação da *língua geral*, apenas a faixa costeira compreendida entre a Bahia e o Rio de Janeiro, não incluindo, sequer, São Paulo como área de utilização dessa língua. A região amazônica nem chega a ser mencionada.

No que concerne à natureza da *língua geral*, o autor é contraditório, pois, primeiro, afirma que se tratava de uma língua de intercurso, surgida como resultado da junção de diversos dialetos aprendidos pelos portugueses – conseqüentemente distinta desses dialetos que a originaram –, muito semelhantes entre si, das tribos *tupis* da costa entre a Bahia e o Rio de Janeiro – portadoras de uma grande homogeneidade cultural e lingüística –, o que o colocaria em desacordo com Serafim da Silva Neto, logo em seguida afirmando que a *língua geral* era, fundamentalmente, o *tupinambá*, dialeto da tribo de mesmo nome e pré-existente à chegada dos portugueses – conseqüentemente não mais a considerando uma língua distinta das que a precederam, mas o *tupinambá* permeado de mudanças lingüísticas originadas do seu aprendizado pelos portugueses e da mudança para um novo cenário social e lingüístico que começava a se delinear com o início da colonização do Brasil –, contradizendo a afirmação anterior de que a *língua geral* seria o produto dos dialetos *tupis*, surgido após a chegada dos brancos (ressalte-se que Joaquim Mattoso Câmara Jr. utiliza o termo “dialeto” com o sentido de “língua” e não de “variedade de uma língua”) e colocando-se em sintonia com Serafim da Silva Neto. Mas vamos às palavras de Joaquim Mattoso Câmara Jr., que embasam as nossas afirmações:

Os Tupi do litoral, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, formavam uma série de tribos bastante homogêneas cultural e lingüisticamente. **Os dialetos que falavam foram aprendidos pelos brancos, e daí se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá**, de um dos grupos mais importantes e mais em contacto com os Portugueses (CÂMARA Jr., 1979, p. 27). (grifo nosso).

E continua afirmando se tratar do *tupinambá* – quando diz que foi descrito gramaticalmente pelos jesuítas e utilizado para a elaboração de catecismos com fins específicos: “Os missionários jesuítas o estudaram, descreveram normativamente e ensinaram em tratados gramaticais, para fins específicos de catequese” (CÂMARA Jr., 1979, p. 27) – até fechar a questão relativa à natureza da *língua geral*, voltando a tratá-la como língua de intercurso e tornando a entrar em confronto de idéias com Serafim da Silva Neto:

Ele [*língua geral* tratada como *tupinambá*, daí o fato de o sujeito da oração estar no masculino] servia não só para as relações com os índios Tupi, mas também para os contactos com todos os índios, em geral. As nações não-Tupi o aprendiam com relativa facilidade (CÂMARA Jr., 1979, p. 27).

Com relação aos falantes da *língua geral*, Joaquim Mattoso Câmara Jr. não a considera uma língua tipicamente de mamelucos – filhos de brancos portugueses com índias *tupinambás*, como o faz o autor da obra de 1950 –, mas de brancos bilíngües em português (L1) e *língua geral* (L2), índios *tupis* em geral, índios *tapuias* e escravos africanos, esses três últimos bilíngües em suas línguas maternas (L1) e na *língua geral* (L2), utilizada como língua de intercurso, também havendo os casos em que os africanos falariam suas línguas nativas como L1 e um português *pidginizado* como L2, crioulizando-se posteriormente e passando a ser utilizado como L1 em situação de monolingüismo (CÂMARA Jr., 1979, p. 27-29). Temos, então, uma diferença significativa quanto às características de bilingüidade dos integrantes da sociedade colonial, observada nos dois autores. Nesse sentido, percebemos, pois, que, para Joaquim Mattoso Câmara Jr. – com relação ao bilingüismo português-*língua geral* –, não havia – ou, se havia, considerava uma parcela insignificante a ponto de não merecer citação – a figura do mameluco bilíngüe em *língua geral* (L1) e português (L2), como em Serafim da Silva Neto, mas do branco bilíngüe em português (L1) e *língua geral* (L2), do índio *tupi* (das várias etnias abarcadas por esse termo genérico) bilíngüe na língua nativa de sua tribo (L1) e em *língua geral* (L2), do índio *tapuia* (das várias etnias abarcadas por esse termo genérico) bilíngüe na língua nativa de sua tribo (L1) e em *língua geral* (L2) e do negro africano bilíngüe na língua de sua tribo da África (L1) e em *língua geral* (L2) ou na língua de sua tribo da

África (L1) e em um português *pidginizado* (L2), que teria vindo a se criouliizar, tornando os outrora negros bilíngües em monolíngües no crioulo de base portuguesa (L1), surgido aqui.

Com relação à “visão de mundo” do autor – aspecto muito bem observado por Tânia Lobo, a respeito de Serafim da Silva Neto e de sua obra de 1950 –, Joaquim Mattoso Câmara Jr. não demonstra crer em uma hierarquia étnico-cultural, que tem como conseqüência imediata a crença na hierarquia entre línguas. Pelo contrário, admite, inclusive, a existência de uma literatura em *língua geral*, utilizada que foi – como *langue d’arrivée* – na tradução de orações, hinos e peças teatrais cristãos, admitindo também a possibilidade de – na figura do branco bilíngüe em português (L1) e *língua geral* (L2) – a *língua geral* ter sido a responsável por mudanças lingüísticas que atingiram o português vernáculo nos níveis fonológico e sintático – sendo a recíproca verdadeira, ou seja, o português provocando mudanças lingüísticas na *língua geral* que atingiram os mesmos níveis fonológico e sintático. (CÂMARA Jr., 1979, p. 27-31). Considerando-se que Joaquim Mattoso Câmara Jr. foi um dos pioneiros do Estruturalismo no Brasil, a sua visão não-hierárquica entre o português e a *língua geral* é, provavelmente, fruto da concepção estruturalista de língua enquanto sistema autônomo – separado de juízos de valor e abstraído da realidade para se constituir em objeto de estudo –, e não como representante de uma civilização superior. Essa postura de Joaquim Mattoso Câmara Jr., que, “desde 1938, inicia (...) seu solitário percurso de semeador da Lingüística moderna no Brasil” (MATTOS E SILVA, 1999, p. 154), viria a ser – junto com a tendência que “institucionaliza e academiciza a Lingüística no Brasil”, através da sua “entrada como disciplina obrigatória no currículo mínimo dos cursos superiores de Letras no Brasil por lei, em 1963” (MATTOS E SILVA, 1999, p. 152; cf. LOBO, 1994, p. 11-12) – uma das principais responsáveis pelo salto de qualidade dado pela lingüística brasileira nos anos 1960, que, passando a utilizar-se, já com algum atraso, do paradigma estruturalista, dele faz a “lente” através da qual observará os fatos lingüísticos dali por diante, a exemplo de Antônio Houaiss, que, depois de Paul Teyssier – que era francês – será o próximo autor brasileiro a ser abordado, e, como veremos, não apresenta uma visão hierarquizada entre o português e a *língua geral*.

4. ANO: 1980

Vamos examinar, agora, as palavras de Paul Teyssier sobre o tema *língua geral*, constantes no seu livro *História da língua portuguesa*, publicado pela primeira vez em 1980, em língua francesa.

Muito do que o autor francês apresenta sobre a *língua geral* coincide com as idéias de Serafim da Silva Neto. A começar pela crença de que a *língua geral* era o próprio *tupinambá* (que, assim como o autor da obra de 1950, chama de *tupi*), conseqüentemente corroborando a opinião de Serafim da Silva Neto de que a *língua geral* pré-existia à chegada dos portugueses, cabendo a estes o trabalho de aprendê-la e descrevê-la gramaticalmente, tendo sido essa descrição gramatical, feita pelos jesuítas, a responsável pelo seu alastramento, tornando-se língua comum na colônia. Dessa maneira, tratando da *língua geral*, afirma “que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum” (TEYSSIER, 2007, p. 94). Uma divergência que notamos, entretanto, está no caráter simplificado da *língua geral*, alegado pelos dois autores. Enquanto Serafim da Silva Neto deixa subentendido que o *tupi* (*tupinambá*) era **naturalmente** simplificado – por ser uma língua representante de um o povo inferior, o que a tornava também inferior –, Paul Teyssier é mais cauteloso nesse aspecto, dando a entender que a *língua geral* simplificada à qual se refere é **uma** das variedades de intercurso do *tupi* (pois o *tupi*, em **outra** variedade não simplificada, já seria língua de intercurso na costa, antes da chegada dos portugueses, utilizada pelos índios *tupinambás*), tendo sido essa variedade simplificada, delineada após a chegada dos portugueses, a descrita pelos jesuítas e por eles difundida. Dessa maneira, o motivo da simplificação se desloca do campo do juízo de valor, constante em Serafim da Silva Neto, para o campo das conseqüências sofridas por uma língua utilizada como código comum e emergencial, aprendida inicialmente de oitiva, em meio a um cenário multilíngüe. Enfim, se desloca do campo **ideológico** para o campo **lingüístico**.

Tratemos agora dos falantes da *língua geral*. Nas palavras de Paul Teyssier, podemos entrever dois momentos distintos de bilingüismo. Em um primeiro momento, quando tem início a colonização, afirma – diferentemente de Serafim da Silva Neto – que os colonos descendentes de portugueses falavam apenas o português europeu, com as características naturalmente impressas nele pelo seu desenvolvimento paralelo em terras brasileiras, restringindo o bilingüismo apenas aos índios, africanos e mestiços.

Já os índios eram bilíngües nas suas línguas nativas e no português, assim como os africanos ou mestiços, todos utilizando como segunda língua um português simplificado.

A *língua geral*, na sua variedade simplificada de contato, existiria à margem das situações de bilingüismo, referidas acima, na fase inicial da colonização, somente começando a ganhar espaço como língua comum após a sua gramaticalização pelos jesuítas:

Os “colonos” de origem portuguesa falam o português europeu, mas evidentemente com traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo. As populações de origem indígena, africana ou mestiça aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita. Ao lado do português existe a *língua geral*, que é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum (TEYSSIER, 2007, p. 94).

Nesse momento, o cenário de bilingüismo passa a sofrer alterações. Tornando-se a *língua geral* também comum, ao lado do português, é possível aceitar a existência de colonos portugueses ou seus descendentes bilingües em português (L1) e *língua geral* (L2); índios bilingües em suas línguas tribais (L1) e *língua geral* (L2) e africanos ou mestiços bilingües em suas línguas africanas (L1) e *língua geral* (L2).

Com relação aos mamelucos, Paul Teyssier os aborda na figura do bandeirante paulista, sinalizando para o bilingüismo entre *língua geral* (L1) e o português (L2). Vejamos: “Durante muito tempo o português e o tupi [*língua geral*] viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições” (TEYSSIER, 2007, p. 94-95) e, para comprovar sua afirmação, usa o testemunho dado por Antônio Vieira em 1694, sobre o fato de as famílias de portugueses e índias falarem a *língua geral*, inclusive as crianças, que só aprendiam o português na escola, testemunho este que retirou da *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto – como podemos conferir na nota 70 da sua *História da língua portuguesa*, quando diz “Citamos segundo Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*” –, e que não reproduziremos aqui, pois será sobejamente reproduzido no próximo capítulo, no momento oportuno.

Com relação à amplitude de atuação da *língua geral*, as constatações de Paul Teyssier coincidem com as de Serafim da Silva Neto. Porém, enquanto o autor de *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* as expõe de forma clara e objetiva, o autor de *História da língua portuguesa* as expõe nas entrelinhas, no momento em que trata do declínio da *língua geral*. Embora o nosso foco, neste capítulo, não seja o seu declínio, pois também trataremos disso nos capítulos 3 e 4, é necessário que citemos o trecho no qual Paul Teyssier aborda o declínio da língua, para que se possam perceber as áreas que aponta como atingidas pela expansão da *língua geral*:

Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência. Várias razões contribuem para isso, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. (TEYSSIER, 2007, p. 95).

A referência ao depoimento de Antônio Vieira sobre ao uso da *língua geral* em São Paulo e a alusão à decadência dessa língua na região mineradora, devido a um grande afluxo de portugueses para lá, apontam para a difusão da *língua geral* não só em São Paulo, mas em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, pois eram as principais regiões mineradoras do início do século XVIII. Em seguida, faz alusão ao Diretório do Marquês de Pombal, que foi aplicado primeiramente no Estado do Grão-Pará e Maranhão, no intuito de proibir, nesse outro Estado português da América, o uso da *língua geral* e obrigar o uso da língua portuguesa, deixando claro que a *língua geral* foi utilizada na região amazônica. Contudo, para Paul Teyssier, a *língua geral* da Amazônia também foi extinta, o que não corresponde à realidade dos fatos, no que é acompanhado por Serafim da Silva Neto.

Portanto, para Paul Teyssier, havia um *tupi* já utilizado pelos índios da costa como interlíngua, mesmo antes da chegada dos portugueses. Com a chegada destes, se delineou, dentro da nova comunidade de fala costeira, uma variedade simplificada desse *tupi*, que, principalmente depois de gramaticalizado pelos jesuítas, passou, daí em diante, a ser a interlíngua da costa. É esse *tupi* simplificado – variedade do *tupi* anterior à chegada dos portugueses –, utilizado como interlíngua e correspondente a uma nova comunidade de fala – composta agora por índios *tupinambás* e portugueses – que Paul Teyssier chama de *língua geral*.

5. ANO: 1985

Analisaremos agora as informações presentes no livro *O português no Brasil*, escrito por Antônio Houaiss, publicado pela primeira vez em 1985, e ao qual nos referimos acima, quando falamos da obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr.

Em sua obra, Antônio Houaiss inicia suas observações sobre o tema *língua geral* com uma comparação interessante, a respeito da emergência de uma língua nacional em Portugal, mesmo antes de muitas nações européias se tornarem Estados Nacionais, quando as variedades dialetais do português europeu correspondentes a poucas cidades lusitanas, de maior importância política, passaram a ser adotadas no plano supra-regional em Portugal. Esse processo de unificação lingüística começa no ocaso do século XV, entrando pelo alvorecer do

século XVI, ocorrendo também com outras línguas européias. Consistia “na emergência e expansão dos caracteres lingüísticos dialetais próprios de uma ou duas cidades-regiões politicamente dominantes, que tendiam a tornar-se generalizados ‘nacionalmente’” (HOUAISS, 1985, p. 46). Como conseqüência da generalização, criaram-se situações de diglossia, nas quais os portugueses aceitavam as características da variedade dialetal generalizada do português, sem, contudo, abrir mão da sua variedade dialetal regional. Ou seja, quando em contato com um interlocutor da mesma região, utilizava-se a variedade regional; quando em contato com um interlocutor de região diferente, utilizava-se a variedade supra-regional ou nacional. (HOUAISS, 1985, p. 47). “Vê-se que se saía do relativo confinamento medieval e se caminhava para algo mais geral – nacional ou unificado politicamente.” (p. 47).

Entretanto, essa “planificação lingüística” em Portugal se dava no âmbito de uma mesma língua, composta por diversas variedades. Cenário diferente – mas não oposto – foi o encontrado na costa do Brasil. Apesar de a costa brasileira possuir – quando da chegada dos portugueses no século XVI – um grande número de línguas do tronco *Tupi* em pleno uso nas suas respectivas tribos – línguas que, apesar de possuírem traços comuns que as agrupavam em um mesmo tronco, não eram compreensíveis ou, pelo menos, totalmente compreensíveis entre si –, uma língua de intercurso havia emergido espontaneamente, passando a ser utilizada por toda a região costeira onde eram faladas línguas do tronco *Tupi* (de São Paulo até a foz do rio Amazonas, no Pará, coincidindo, em linhas gerais, com as informações que Serafim da Silva Neto expõe sobre a amplitude territorial da *língua geral*), em um processo semelhante ao ocorrido em Portugal, com a generalização de uma “língua nacional”. No Brasil, por sua vez, esse processo de generalização de uma língua encontrava um terreno ainda mais fértil do que em Portugal, pois, enquanto na Península Ibérica a generalização dialetal lusitana se deu em meio a variedades de uma mesma língua – variedades estas que, independentemente de qualquer generalização, já eram mutuamente compreensíveis, sendo muito mais o resultado de um esforço consciente de unificação política –, no Brasil, a generalização dialetal da costa se deu em meio a línguas distintas – do mesmo tronco, é verdade, mas mutuamente incompreensíveis ou parcialmente compreensíveis –, o que tornou a emergência de uma língua comum, entre os índios pré-cabralinos, não um esforço político consciente, como em Portugal (até porque os índios não tinham a intenção de criar um Estado Nacional), mas uma necessidade de comunicação entre as diversas tribos falantes das línguas do tronco *Tupi*. Nesse sentido, Antônio Houaiss afirma que,

pelas afinidades languageiras – etimológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas *et aliae* –, certos conjuntos de línguas indígenas, apartados regularmente entre si e entre si não ou pouco intercomunicantes, podiam mais facilmente aceder a uma “língua geral”, num processo assemelhável ao da emergência das “línguas nacionais” europeias. (HOUAISS, 1985, p. 48).

Foi essa língua de intercurso – o *tupinambá*, adotando em termos lingüísticos a generalização que Alfred Métraux fez em termos étnicos para os índios da costa brasileira, como já visto no capítulo 1 – que os jesuítas, sensíveis em perceber sua difusão entre as tribos costeiras, normatizaram em gramáticas, a exemplo da já tão citada gramática de José de Anchieta, elaborada em 1595. Mais uma vez, vejamos as palavras do autor:

Seguindo, assim, uma prática viva que emergia espontaneamente de certos contatos interétnicos [referindo-se aos contatos interétnicos das tribos da costa mesmo antes da chegada dos portugueses], disciplinaram línguas que “recobriam” várias línguas indígenas, afins genealógicamente falando. Flor desse engenho, fixaram relativamente cedo uma “arte de gramática da língua que mais se fala na costa do Brasil”, noutros termos, um tipo de comunicação languageira geral à série não pequena de línguas providas do tronco comum modernamente chamado tupi. (HOUAISS, 1985, p. 48).

Continuando, Antônio Houaiss atribui à gramática de José de Anchieta o fato dessa língua de intercurso ter se consolidado por toda a costa, tendo assumido o caráter de língua corrente não só em detrimento do português, mas, também, das línguas africanas, que foram faladas aqui antes do século XIX – e mesmo durante este século, em locais isolados –, confinando o português aos centros urbanos que começavam a surgir:

Essa codificação preceptiva (...) teve bom sucesso nos tempos seguintes, erigindo-se, aos poucos, na língua mais geral do Brasil (...) [considerando-se que, após a chegada dos portugueses, passou a haver o esforço de tornar o Brasil uma unidade sócio-política com uma só língua], sobrepondo-se a todas as línguas indígenas locais desse mesmo tronco, e, consolidando-se, a todos os eventuais falares africanos acaso praticados no Brasil antes do século XIX ou mesmo no curso do século XIX em certos locais residuais. Como língua falada, o próprio português tinha caráter de insularidade nos centros urbanos emergentes. (HOUAISS, 1985, p. 49).

Há outro exemplo, não citado por Antônio Houaiss, de “arte de gramática” do *tupinambá*: a *Arte da língua brasílica*, de Luís Figueira, editada em 1621. É necessário ter em mente um ponto ressaltado pelo autor que ora abordamos: as gramáticas que descrevem a *língua geral* – que, no caso das referidas gramáticas, é o *tupinambá* – dos dois primeiros séculos de colonização correspondiam às necessidades de catequese dos missionários – fossem jesuítas ou não. O domínio da língua dos povos a serem catequizados era fundamental

para que o trabalho de evangelização fosse levado a termo de forma eficaz. (HOUAISS, 1985, p. 49).

Quanto ao bilingüismo, apesar de Antônio Houaiss não citar a figura do mameluco, tece, entretanto, observações importantes sobre o bilingüismo dos índios, que se manifestaria em duas fases distintas, correspondentes a dois tipos distintos de bilingüismo:

1. Na primeira fase, estão as tribos ainda compostas exclusivamente por índios, nas quais apenas os seus chefes e colaboradores aprenderiam a *língua geral* como segunda língua, no intuito de promover a integração de suas tribos à sociedade colonial incipiente, quase toda falante da *língua geral*. Aqui, teríamos o bilingüismo entre línguas do tronco *Tupi* – como primeira língua – e a *língua geral* – como segunda língua: “o que efetivamente se passaria é que uns quantos chefes e seus sequazes se alçassem à *língua geral*, para que a prática social daí derivada se estendesse à tribo” (HOUAISS, 1985, p. 50).

2. Na segunda fase, quando o processo de colonização já começava a enraizar-se, teríamos tribos aldeadas por brancos ou com integrantes brancos, próximas a centros urbanos onde se falava o português. Nesses casos, eram tribos que tinham sido forjadas após o início do processo de colonização, por isso utilizando a *língua geral* como idioma corrente desde a sua formação. Porém, por estarem próximas a espaços da colônia onde o português imperava (os centros urbanos), era essa a língua que os seus chefes deveriam aprender para poderem integrar suas tribos à vida colonial. Dessa maneira, se tornavam bilíngües em *língua geral* – como primeira língua – e português – como segunda língua –, conseqüentemente tirando de cena outras línguas do tronco *Tupi*:

(...) pode-se admitir que algumas tribos, aldeadas ou integradas por brancos, periféricas dos centros urbanos emergentes, adotassem como sua a língua geral, quando então alguns chefes e sequazes começariam a comunicar-se também em português, abrindo-se o caminho para a prevalência do português nas áreas “civilizadas”. (HOUAISS, 1985, p. 50).

De acordo com o que vimos até agora sobre as considerações de Antônio Houaiss acerca do tema *língua geral*, os seus falantes teriam sido os seguintes: [1] Brancos portugueses: bilingüismo entre português (L1) e *língua geral* (L2); [2] Índios da costa e, posteriormente, índios *tapuias*: bilingüismo entre suas línguas nativas (L1) e a *língua geral* (L2), sendo que, no caso dos índios da costa, em uma fase mais avançada de colonização, Antônio Houaiss considera a possibilidade de que possam ter se tornado falantes nativos da

língua geral (L1) e aprendido o português como segunda língua (L2); e [3] Africanos escravos: bilingüismo entre suas línguas africanas (L1) e a *língua geral* (L2). Nesse ponto, há dois fatores que provocam um choque de idéias entre Antônio Houaiss e Serafim da Silva Neto: a ausência do mameluco bilingüe – ao qual Serafim da Silva Neto dá um papel de grande destaque – e a presença dos africanos como integrantes da comunidade de fala da *língua geral* – presença esta que é considerada por Serafim da Silva Neto apenas no caso da Amazônia.

Outro fator interessante destacado pelo autor é o seguinte: “Um dos pressupostos do bom curso de uma língua geral é que as línguas superpostas, de que a língua geral é a ‘geral’, eram entre si genealógica, étnica, historicamente afins”. De fato, as referidas afinidades lingüísticas, mesmo que não sejam suficientes para tornar um grupo de línguas inteligível ou totalmente inteligível entre si, certamente facilita o processo de aceitação de uma interlíngua em uma comunidade de fala, na medida em que seus novos falantes, mesmo que pontualmente, identificam na interlíngua fragmentos de suas próprias línguas maternas. Contudo, não podemos esquecer que, no caso da região amazônica, a sua *língua geral* surgiu em um contexto lingüístico no qual prevaleciam línguas de famílias extremamente diferenciadas entre si, inclusive provenientes do tronco Macro-Jê. Apesar disso, ainda assim houve a formação de uma *língua geral* lá. No que concerne à relação entre a *língua geral* e a heterogeneidade das línguas *tapuias*, o máximo que o autor considera é a possibilidade de os índios das etnias *jês* terem aprendido a *língua geral* como segunda língua, tornando-se bilingües: “vencido esse primeiro momento de generalização para a catequese, abria-se logo o momento em que o bilingüismo com línguas não afins começou a impor-se.” (HOUAISS, 1985, p. 52). Por isso, a afirmação de Antônio Houaiss, de que o pressuposto para haver uma *língua geral* é um contexto lingüístico relativamente homogêneo deve ser encarada com algum cuidado.

Com relação à quantidade de *língua gerais*, Antônio Houaiss aceita que muitas podem ter surgido, embora com duração efêmera. Essa afirmação fica clara quando demonstra confiar na “probabilidade de que em outras áreas outras línguas gerais tenham existido por menos tempo” (HOUAISS, 1985, p. 52).

Portanto, para Antônio Houaiss, *língua geral* era um idioma de intercurso, surgido em um contexto lingüístico relativamente homogêneo – pois, apesar de mutuamente ou parcialmente ininteligíveis, as línguas que compunham esse contexto possuíam diversas características semelhantes –, não importando a natureza do tronco comum ao qual pertenciam

as línguas que compunham esse contexto relativamente homogêneo, por esse motivo podendo ter surgido em quaisquer outros pontos do Estado do Brasil onde esse tipo de contexto se apresentasse, não restringindo o surgimento de uma *língua geral* a contextos compostos por línguas do tronco *Tupi*.

6. ANO: 1991

Em 1991, o lingüista português Ivo Castro publicou, em Lisboa, o seu *Curso de história da língua portuguesa*. Nessa obra, dedica algumas de suas páginas ao português que chama de “extra-europeu”, incluindo nessas regiões extra-européias o Brasil, Angola e Moçambique. Concentrando nossas atenções na parte que nos cabe – o Brasil –, percebemos que Ivo Castro oferece pouquíssimas informações sobre as *línguas gerais* brasileiras. Para dizer a verdade, dedica a elas apenas um único parágrafo. Vejamos:

Da **língua geral**, crioulo promovido pelos missionários jesuítas a partir das línguas tupi e destinado à catequização dos indígenas, não restam hoje vestígios, uma vez que a sua proibição foi decretada logo em 1758 por alvará do Marquês de Pombal. (CASTRO, 1991, p. 48).

Comparando suas afirmações com as de Serafim da Silva Neto, percebemos, já num primeiro momento, uma divergência quanto à natureza da *língua geral*. Em nenhum momento, Serafim da Silva Neto considera a *língua geral* uma língua crioula, mas, sim, o *tupinambá* que foi aprendido pelos portugueses e, daí em diante, utilizado como língua franca ao longo da costa do Brasil e, posteriormente – a partir de 1615 – na região amazônica. De maneira contrária, Ivo Castro afirma claramente ser crioula a *língua geral*, quando diz que era um “crioulo promovido pelos missionários jesuítas a partir das línguas tupi”.

Assim, podemos depreender de sua afirmação que, quando os portugueses iniciaram a colonização efetiva do Estado do Brasil, em 1532, já existia uma língua crioula na costa, fruto do contato entre as diversas línguas do tronco *Tupi*, crioulo este que foi aprendido como segunda língua (L2) pelos jesuítas, passando então a utilizá-lo na catequização desses povos *tupis*, falantes do crioulo ou *língua geral* como primeira língua (L1).

Contudo, independentemente do que tentemos depreender da afirmação de Ivo Castro sobre a *língua geral*, isto se torna uma tarefa difícil, pois sua afirmação é muito vaga, dando margem, inclusive, a outras interpretações. Além do mais, alguns pontos, carentes de esclarecimento, estão presentes no parágrafo que dedicou a esse tipo de língua.

O primeiro deles se refere à natureza crioula da *língua geral*. Se esta era um crioulo, fruto do contato entre as diversas línguas do tronco *Tupi*, então qual língua *tupi* teria sido a lexificadora? Como teria se formado, entre os índios *tupis*, o cenário sociolingüístico que possibilitou o processo de criouliização de uma de suas línguas?

O segundo – que não só carece de esclarecimento, como também é controverso – diz respeito à extinção da *língua geral*. Nos referimos à afirmação de que, da *língua geral*, “não restam hoje vestígios, uma vez que a sua proibição foi decretada logo em 1758 por alvará do Marquês de Pombal.” Uma simples viagem a São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, faz cair por terra essa afirmação.

Continuando a comparação com Serafim da Silva Neto, Ivo Castro não fornece informações sobre a área de formação e atuação da *língua geral* – que, segundo o autor da obra de 1950, seria, principalmente, a região compreendida hoje pelo estado de São Paulo e a região amazônica, com ênfase no que atualmente corresponde ao estado do Maranhão.

Desse modo, percebemos que suas palavras destoam não só das informações fornecidas por Serafim da Silva Neto, mas da própria realidade lingüística brasileira atual.

7. ANO: 1999

A partir de agora, abordaremos as considerações feitas pelo lingüista alemão Volker Noll, autor de *O português brasileiro: formação e contrastes*, publicado pela primeira vez em 1999, em alemão, e traduzido para o português em 2008.

Volker Noll inicia suas considerações utilizando-se do cálculo de Aryon Rodrigues, que afirma terem existido cerca de 1.175 línguas indígenas no Brasil. Contudo, em meio a toda essa diversidade, apenas uma manteve contato significativo com a língua portuguesa: o *tupi* (*tupinambá*). Este foi, principalmente a partir do século XVII, chamado de *língua geral* devido à grande extensão de sua utilização na costa brasileira (cf. ROSA, 1992, p. 85), que, nas informações apresentadas por Volker Noll, se dava desde a costa do Pará, descendo até a costa do Paraná (2008, p. 133). Até esse momento, a denominação *língua geral* – com o caracterizador “geral” sendo utilizado apenas para indicar se tratar do *tupi* dos índios, falado em uma grande amplitude geográfica – corresponde ao que Serafim da Silva Neto pensava a respeito dessa língua. Contudo, as opiniões de Volker Noll e Serafim da Silva Neto começam a entrar em choque quando o romanista alemão afirma que a denominação *língua geral*, com o passar do tempo –, e, conseqüentemente, com a mudança do cenário sociolingüístico da colônia –, começa a se referir não mais ao *tupi* que se falava na costa no momento da chegada

dos portugueses – e mesmo antes, pelos *tupinambás* –, mas a um *tupi* diferenciado estruturalmente, não correspondendo mais ao mesmo *tupi* pré-contato, que Serafim da Silva Neto continua identificando com a *língua geral*. Esse *tupi* diferenciado estruturalmente, ao qual Volker Noll se refere, teria sido uma *koiné*, que, pelo que se pode inferir das palavras do romanista, era o nivelamento de variedades do *tupi*, ocorrido – em um primeiro momento – com as constantes movimentações dos portugueses pela costa, que, aprendendo uma variedade do *tupi* em um ponto, a transportavam para outros, promovendo sua aproximação com outras variedades do *tupi*, no momento em que os portugueses ocupantes de pontos diferentes da costa interagiam verbalmente. À medida que a colonização ganhava força, essa interação, que só tendia a aumentar, acabou por apagar os traços salientes, caracterizadores de cada variedade do *tupi* pré-contato, preservando apenas os traços comuns a todas as variedades, realizando-se, então, a planificação do *tupi*. Por outro lado, esse *tupi* era aprendido como segunda língua pelos portugueses – em sua maioria adultos –, em diversos níveis de competência e em situação de bilingüismo com o português, colocando em contato os dois sistemas lingüísticos distintos, certamente gerando, no *tupi*, as simplificações alegadas pelo autor alemão. Em um segundo momento, começam a surgir os mamelucos da costa, frutos da intensa miscigenação, muitos deles bilingües na *koiné* (L1) referida por Volker Noll e, em muitos casos, no português (L2). Dessa maneira, a *koiné* – que, por si só, já é uma variedade distinta das que a originaram –, utilizada em situação de bilingüismo pela comunidade dos primeiros portugueses – o que a tornava ainda mais diferenciada estruturalmente –, foi desse modo transmitida, como primeira língua, à população mameluca que começava a surgir na costa, em um processo de nativização que viria a consolidar as mudanças lingüísticas em sua estrutura. É a essa *koiné* que Volker Noll afirma ter passado a corresponder a denominação *língua geral*:

A denominação *língua geral*, utilizada no século XVII, que se referia primeiramente à ampla difusão da língua já não devia designar, com o tempo, o tupi genuíno, mas uma forma modificada dessa língua. Em contraposição às *linguas generales* da zona hispânica da América, que se referiam a línguas veiculares indígenas difundidas supra-regionalmente (p. ex., o náhuatl), trata-se, de um ponto de vista lingüístico, sob o termo *língua geral*, de variedades que surgiram no Brasil como *koiné* [o autor usa “variedades”, no plural, certamente se referindo às duas *línguas gerais* brasileiras conhecidas: a originada em São Paulo e a originada na Amazônia] devido à mestiçagem da população e apresentam uma forma do tupi mais evoluída e simplificada. (NOLL, 2008, p. 134-135).

O próprio Volker Noll aponta a diferença entre a sua opinião (que, em parte, tem base na de Aryon Rodrigues, 1986) e a de Serafim da Silva Neto, sobre o que está por trás do significante *língua geral*, como podemos constatar na nota 8 do capítulo *Testemunhos antigos da diferenciação do português brasileiro*, o quinto de seu livro que ora utilizamos:

Na literatura, a língua geral é, por vezes, **caracterizada como equivalente ao tupi (p. ex., em Silva Neto, 1986: 30, 51) ou como construto dos jesuítas** [para este caso, temos o exemplo de Esperança Carneira, em seu livro *História do português*, 2006, p. 92, que abordaremos mais adiante]. **Ambas as posições são inexatas.** A designação *tupi* (< *tupinambá*) surgiu no século XVIII e se referia inicialmente à língua dos índios tupinambá (do Pará), para diferenciar a forma genuína de seu tupi da disseminada língua geral. (NOLL, 2008, p. 308). (grifo nosso).

No que concerne ao bilingüismo entre *língua geral* (L1) e português (L2), é no bandeirante mameluco – filho de portugueses com índias *tupinambás* que passaram a constituir famílias fora do ambiente cultural indígena – que Volker Noll vê o seu principal representante. Nesse sentido, teria sido o bandeirante paulista o seu difusor por excelência, através das entradas para o interior do Brasil, à procura de ouro, índios e acampamentos de escravos. Tendo São Paulo como origem, avançaram para o Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás: “Numerosos topônimos tupi que aparecem em regiões como no Planalto, as quais nunca foram habitadas por índios tupi, apontam para uma presença da língua geral entre os bandeirantes”. Ainda segundo Volker Noll, teriam sido esses mamelucos os transmissores da *língua geral* para os índios e brancos aloglotas recém-integrados a essa nova comunidade de fala (NOLL, 2008, p. 135). O fato de Volker Noll admitir a existência da união entre brancos portugueses e índias *tupinambás*, assim como a sua afirmação de que os mamelucos falantes de *língua geral* transmitiam esse idioma aos brancos aloglotas nos indica que crê na figura do branco bilíngüe em português (L1) e *língua geral* (L2). Como, na tarefa do mameluco de transmitir a *língua geral*, estava inclusa a sua transmissão também a índios aloglotas, surge mais esse personagem, bilíngüe em sua língua nativa tribal (L1) – fosse qual fosse – e em *língua geral* (L2). Quanto a uma possível bilingüidade dos africanos em suas línguas nativas e na *língua geral*, Volker Noll considera essa possibilidade pouco provável. Partidário da visão de Aryon Rodrigues de que, em toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, houve a dizimação da maioria dos *tupinambás* – fosse por guerras, fosse por epidemias –, ao ponto de não ter, por esse motivo, se formado uma *língua geral* nessa região – o que indica que Volker Noll crê ser a *língua geral* originada em populações mamelucas –, os negros africanos, segundo acredita, não teriam tido acesso à *língua geral*,

conseqüentemente não tendo a oportunidade de aprendê-la. Assim, de acordo com o autor, era improvável a figura do africano bilíngüe em sua língua nativa (L1) e na *língua geral* (L2) (NOLL, 2008, p. 210-211), concordando, em parte, com Serafim da Silva Neto, que só admite a possibilidade de o negro ter aprendido a *língua geral*, como segunda língua, em casos não muito freqüentes na Amazônia.

No que concerne à amplitude de atuação da *língua geral*, Volker Noll concorda com Aryon Rodrigues, considerando a sua existência apenas em São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e na região amazônica, excluindo toda a faixa costeira entre o Rio de Janeiro e o Piauí como propensa à formação de uma *língua geral*, adotando as denominações *Língua Geral Paulista* (LGP) e *Língua Geral Amazônica* (LGA), também cunhadas por Aryon Rodrigues. Diferentemente de Serafim da Silva Neto, reconhece que a *língua geral* da Amazônia ainda é falada nessa região, sob sua atual denominação de *nheengatu*, não tendo ocorrido, como afirmou o autor de *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, a “vitória da língua portuguesa e da cultura européia”.

Portanto, de acordo com a nossa compreensão, para Volker Noll, a *língua geral* é uma *koiné* do *tupi*, que, após o processo inicial de planificação lingüística na boca dos portugueses bilíngües e, em um segundo momento, da alteração estrutural na boca dos mamelucos bilíngües, passou a receber essa denominação.

8. ANO: 2006

A obra que abordaremos agora será *História do português*, escrita pela lingüista portuguesa Esperança Cardeira, publicada em Portugal no ano de 2006.

Acerca do tema *língua geral*, a autora começa por falar dos colonos que, a partir de 1532, ocuparam o litoral brasileiro, no intuito de tomar posse das capitâneas doadas a eles por D. João III. Nesse sentido, instalaram engenhos de produção de açúcar, produto que viria a se tornar, com o passar das décadas, uma das maiores fontes de renda para Portugal. Segundo a autora, os colonos da costa se viram na contingência de avançar para a região interior do Brasil. Nesse sentido, formaram as “bandeiras”, às quais integraram mestiços – certamente mamelucos –, que teriam inculcado na comunidade de colonos as suas línguas maternas, principalmente o *tupi*. No intuito de tornar as informações mais claras, algumas considerações devem ser feitas. A primeira delas se refere à generalização das condições sociais da costa, feita pela autora, dando a entender que, em toda a costa, houve a necessidade, por parte dos colonos portugueses, de penetrar o interior. Isso não corresponde à realidade, pois regiões

como Bahia e Pernambuco, com os seus engenhos de açúcar, lograram grande êxito nesses empreendimentos, tornando muito prósperas essas duas regiões, cuja mão-de-obra era a do escravo africano (escravo de nação) ou afro-descendente (escravo crioulo). Os movimentos de penetração aos quais a autora se refere – as bandeiras – tiveram sua origem em um local específico da costa – São Paulo – e por motivações específicas, que não se aplicavam a regiões como Bahia e Pernambuco. Sucede que os colonos de São Paulo, não tendo prosperado economicamente como os das duas referidas áreas do nordeste, não possuíam condições econômicas para sustentar uma economia baseada na mão-de-obra do negro africano, pois se tratava de uma mão-de-obra dispendiosa – como já ressaltamos em páginas anteriores. Por esse motivo específico e peculiar à região costeira de São Paulo, os bandeirantes – tanto portugueses, quanto mamelucos – partiam para expedições rumo ao interior, em busca de índios, no intuito de tomá-los como escravos para as suas plantações de cana, já que o uso de africanos como escravos era economicamente inviável⁸. Nesse ponto, há discordância entre Esperança Carneira e Serafim da Silva Neto, pois o filólogo brasileiro considera o *tupi* dos índios e mestiços como a própria *língua geral*, enquanto que a lingüista os considera como línguas distintas, apesar de admitir que a *língua geral* teria sido “construída” a partir desse *tupi*.

A *língua geral* começa a aparecer nas observações de Esperança Carneira quando os jesuítas entram em cena. Segundo ela, os jesuítas, ao gramaticalizarem o *tupi* de acordo com o modelo latino, o fizeram criando uma nova língua, a *língua geral*, que também chama de “*tupi* jesuítico”, observação que, assim como a anterior sobre o *tupi* infiltrado nas bandeiras, não está de acordo com as observações de Serafim da Silva Neto. Teria sido esse “*tupi* jesuítico” ou *língua geral*, então, a língua que os jesuítas, seus criadores, utilizaram na catequização dos índios brasileiros até 1758, quando o Marquês de Pombal proíbe a sua utilização e torna obrigatório o uso da língua portuguesa. Vejamos o que diz Esperança Carneira:

Três décadas após a descoberta de Cabral, D. João III dividira o Brasil em capitanias, dando início à fixação de colonos que começaram a plantar canaviais e a instalar engenhos. Depressa estes colonos, inicialmente fixados na zona costeira, sentiram necessidade de avançar para o interior. Nos movimentos de penetração do sertão que então se constituíram, as ‘bandeiras’, integraram-se muitos mestiços, que trouxeram para o convívio dos colonos as suas línguas maternas, nomeadamente o Tupi. Foi também o Tupi – ou melhor, um ‘Tupi jesuítico’ – a língua da catequização do índio: tomando como base o Tupi e gramaticalizando-o segundo o modelo latino, os jesuítas constituíram uma **língua geral**, usada na acção missionária. O uso desta

⁸ “Sabemos que a expansão bandeirante deveu seu impulso inicial sobretudo à carência, em São Paulo, de braços para a lavoura ou antes à falta de recursos econômicos que permitissem à maioria dos lavradores socorrer-se da mão-de-obra africana” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1037).

língua geral será, contudo, proibido em 1758 por alvará do Marquês de Pombal, que decreta obrigatório o uso e ensino do Português (CARDEIRA, 2006, p. 91-92).

Pouco a autora informa claramente sobre a amplitude de uso da *língua geral*, pois delimita a sua atuação não em termos geográficos, mas em termos eclesiásticos, no momento em que atribui aos jesuítas e ao seu trabalho de catequização o uso da *língua geral*. Nesses termos, então, a *língua geral*, segundo inferimos das palavras de Esperança Cardeira, foi utilizada em toda a costa do Brasil, em todo o seu interior, assim como em todo o território amazônico, onde também criaram inúmeras missões, tanto no Baixo, quanto no Alto Amazonas.

No que concerne ao bilingüismo, podemos inferir de suas palavras apenas a presença de brancos bilíngües em português (L1) e *tupi* (L2) e de mestiços (ao que tudo indica, mamelucos), descendentes de etnias não definidas pela autora, mas dentre os quais, pelo menos alguns descendentes de *tupinambás*, que teriam, provavelmente, se tornado bilíngües em suas línguas maternas indígenas (L1) – principalmente o *tupi* – e em língua portuguesa (L2), devido ao contato que passaram a ter com os portugueses. Os outros portugueses bilíngües que inferimos das palavras da autora são os jesuítas, que, nesse caso específico, seriam bilíngües em português (L1) e na *língua geral* (L2), segundo a autora, criada por eles próprios a partir do *tupi* dos índios. Por fim, teríamos os índios das missões que, catequizados na *língua geral* criada pelos jesuítas (o que se subentende tratar-se de uma nova língua), teriam se tornado bilíngües nas suas línguas nativas (L1), inclusive o *tupi*, e na *língua geral* (L2).

Portanto, para Esperança Cardeira, a *língua geral* foi um idioma criado e gramaticalizado pelos jesuítas, a partir do *tupi* falado pelos índios da costa do Brasil.

9. OBSERVAÇÕES FINAIS

Partiremos, nesse momento, para o cotejo das informações relativas aos cinco aspectos – mencionados em **1. OBSERVAÇÕES INICIAIS** –, que nortearam nossa análise das considerações feitas por Serafim da Silva Neto, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Paul Teyssier, Antônio Houaiss, Ivo Castro, Volker Noll e Esperança Cardeira, sobre o tema *língua geral*. Os aspectos foram:

- [1] O conceito de *língua geral*;
- [2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*;
- [3] Em que áreas foram faladas;
- [4] Em que período foram faladas;
- [5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Quanto ao aspecto “[1] O conceito de *língua geral*”, obtivemos:

- **Em 1950, Serafim da Silva Neto:** a *língua geral* era o *tupinambá* (que chama de *tupi*).
- **Em 1972, Joaquim Mattoso Câmara Jr.:** o autor é inconcluso, pois, primeiro, afirma que a *língua geral* era um idioma de intercurso, surgido da junção de diversos dialetos *tupis*, muito semelhantes entre si, que os portugueses aprenderam; logo após, afirma que a *língua geral* era o *tupinambá*, anterior à chegada dos portugueses.
- **Em 1980, Paul Teyssier:** a *língua geral* era uma variedade simplificada do *tupi* da costa, que foi utilizada como interlíngua.
- **Em 1985, Antônio Houaiss:** a *língua geral* era um idioma de intercurso, que só poderia surgir em um contexto lingüístico relativamente homogêneo, mas não necessariamente composto por línguas do tronco *Tupi*.
- **Em 1991, Ivo Castro:** a *língua geral* era um crioulo originado do contato entre as línguas do tronco *Tupi*.
- **Em 1999, Volker Noll:** a *língua geral* era o resultado de processos de mudanças lingüísticas encadeadas: ***koineização dos dialetos tupis* > *mudanças estruturais nessa koiné* devido ao bilingüismo > *língua geral*.**
- **Em 2006, Esperança Carneira:** a *língua geral* era um idioma criado e gramaticalizado pelos jesuítas, tendo como base o *tupi* pré-contato.

Como podemos notar na análise deste aspecto, não é possível abstrair um conceito de *língua geral* dos lingüistas abordados, pois não concordam entre si quanto à natureza desse tipo de língua.

Quanto ao aspecto “[2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*”, obtivemos:

- **Em 1950, Serafim da Silva Neto:**
 1. Branco português (língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios *tupinambás* (*língua geral* como L1 e língua portuguesa como L2);
 3. Mamelucos (*língua geral* como L1 e língua portuguesa como L2);
 4. Índios *tapuias* (línguas do tronco Macro-Jê como L1 e *língua geral* ou língua portuguesa como L2);
 5. Africanos (línguas africanas como L1 e *língua geral* como L2 ou, inicialmente, um português *pidginizado* como L2).
- **Em 1972, Joaquim Mattoso Câmara Jr.:**
 1. Branco português (língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios *tupinambás* (línguas do tronco *Tupi* como L1 e *língua geral* como L2);
 3. Índios *tapuias* (línguas do tronco Macro-Jê como L1 e *língua geral* como L2);
 4. Africanos (línguas africanas como L1 e *língua geral* como L2 ou, inicialmente, um português *pidginizado* como L2).
- **Em 1980, Paul Teyssier:**
 1. Brancos portugueses e brancos brasileiros, descendentes dos portugueses (língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios, sem distinção de etnia (línguas tribais como L1 e *língua geral* como L2);
 3. Mamelucos (*língua geral* como L1 e língua portuguesa como L2);
 4. Africanos ou mestiços (línguas africanas como L1 e *língua geral* como L2).
- **Em 1985, Antônio Houaiss:**
 1. Branco português (língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios *tupinambás* (*tupinambá* como L1 e *língua geral* como L2). Em um momento mais avançado da colonização (*língua geral* como L1 e língua portuguesa como L2);
 3. Índios *tapuias* (línguas do tronco Macro-Jê como L1 e *língua geral* como L2);
 4. Africanos (línguas africanas como L1 e *língua geral* como L2).
- **Em 1991, Ivo Castro:**
 1. Branco português (língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios da macro-etnia *tupi* (*língua geral* como L1).

- **Em 1999, Volker Noll:**
 1. Branco português (língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios *tupinambás* (não inclui como falantes da *língua geral*);
 3. Mamelucos (*língua geral* como L1 e língua portuguesa como L2);
 4. Índios *tapuias* (línguas do tronco Macro-*Jê* como L1 e *língua geral* como L2);
 5. Africanos (considera improvável terem sido falantes da *língua geral*).
- **Em 2006, Esperança Cardeira:**
 1. Branco português (língua portuguesa como L1 e *tupinambá* como L2/língua portuguesa como L1 e *língua geral* como L2);
 2. Índios *tupinambás* (*tupinambá* como L1 e *língua geral* como L2);
 3. Mamelucos (línguas tribais como L1 e língua portuguesa como L2);
 4. Índios *tapuias* (línguas do tronco Macro-*Jê* como L1 e *língua geral* como L2).

Sobre este aspecto, façamos um balanço das ocorrências – observadas nos sete autores – dos falantes das *línguas gerais*, para termos noção de quais figuram com maior frequência nos textos dos lingüistas em questão. A ordem de apresentação foi determinada de acordo com a frequência entre os autores, do número maior para o menor:

- a) Quanto ao **branco bilíngüe em português (L1) e na *língua geral* (L2): dos 7 autores, 7** afirmam sua existência. Dessa maneira, foi registrada uma frequência de **100%** entre os autores.
- b) Quanto ao **índio *tapuia* bilíngüe em sua língua do tronco Macro-*Jê* (L1) e na *língua geral* (L2): dos 6 autores que opinaram** (pois Ivo Castro é inconcluso sobre essa questão), **6** afirmam sua existência. Dessa maneira, também foi registrada uma frequência de **100%** entre os autores.
- c) Quanto aos **índios *tupinambás* bilíngües em sua língua do tronco *Tupi* (L1) e na *língua geral* (L2): dos 6 autores que opinaram** (pois Ivo Castro é inconcluso sobre essa questão), **5** afirmam sua existência. Serafim da Silva Neto se enquadra no caso da letra (f) – na seqüência – e Antônio Houaiss se enquadra tanto neste caso que ora abordamos, quanto no caso da letra (f). Dessa maneira, foi registrada uma frequência de **83,3%** entre os autores.
- d) Quanto ao **africano bilíngüe em sua língua africana (L1) e na *língua geral* (L2): dos 5 autores que opinaram** (pois Ivo Castro e Esperança Cardeira são inconclusos

sobre essa questão), **4** afirmam sua existência. Volker Noll considera improvável o africano ter tido contato com a *língua geral*. Dessa maneira, foi registrada uma frequência de **80%** entre os autores.

- e) Quanto ao **mameluco bilíngüe em *língua geral* (L1) e no português (L2): dos 4 autores que opinaram** (pois Ivo Castro, Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Antônio Houaiss são inconclusos sobre essa questão), **3** afirmam sua existência. Esperança Carneira considera que os mamelucos eram falantes de suas respectivas línguas tribais como L1, e não da *língua geral*, tendo a língua portuguesa como L2. Dessa maneira, foi registrada uma frequência de **75%** entre os autores.
- f) Quanto aos **índios tupinambás bilíngües em *língua geral* (L1) e no português (L2): dos 6 autores que opinaram** (pois, pelo que se infere das palavras de Ivo Castro, este considera que todos os índios, pertencentes a etnias originárias da macro-etnia *tupi*, seriam falantes monolíngües da *língua geral*, e não bilíngües), **2** afirmam sua existência. Dessa maneira, foi registrada uma frequência de **33,3%** entre os autores. Entretanto, essa baixa frequência não é uma surpresa, pois, apesar de generalizadamente divergentes entre si, os conceitos de *língua geral* que se inferem dos autores em questão têm, em sua maioria, ao menos o ponto em comum de considerarem se tratar de uma língua surgida depois da chegada dos portugueses, sendo, portanto, menos provável encontrar-se, em suas considerações, índios, sem mistura com sangue português, falantes da *língua geral* como L1, a não ser que os referidos autores considerem a *língua geral* como o próprio *tupinambá* pré-contato ou, ao menos, uma variedade de intercuro desse *tupinambá* pré-contato, surgida antes mesmo do início da interação com o europeu, sendo essas as opiniões, respectivamente, de Serafim da Silva Neto e de Antônio Houaiss.

Portanto, apesar da diferença de frequência com que aparecem entre os autores, foi possível abstrair de suas considerações um quadro dos falantes das *línguas gerais*, pois as suas observações se complementam. Assim, temos: o **branco português**; o **índio tapuia**; o **africano**; o **índio tupinambá**; e o **mameluco**. Contudo, assim como Volker Noll, consideramos pouco provável que os africanos tenham sido falantes da *língua geral* (a não ser em casos isolados), pois esse tipo de língua – de acordo com o que veremos nos capítulos 3 e 4 – surgia em contextos onde prevalecia o elemento indígena, justamente por não ser possível prevalecer o elemento africano como mão-de-obra, fazendo com que os brancos recorressem

aos índios para suprir as suas necessidades de braços para o trabalho. Quanto à *Obra Nova da Língua Geral de Minna*, escrita entre 1731 e 1741, por Antônio da Costa Peixoto, e que não tem qualquer relação com as *línguas gerais* indígenas, concordamos com Margarida Petter, quando afirma ser a denominação uma provável analogia com as *línguas gerais* indígenas que já eram faladas na América Portuguesa⁹.

Quanto ao aspecto “[3] Em que áreas foram faladas”, obtivemos:

- **Em 1950, Serafim da Silva Neto:** São Paulo, pontualmente na costa central e na Amazônia.
- **Em 1972, Joaquim Mattoso Câmara Jr.:** da Bahia ao Rio de Janeiro.
- **Em 1980, Paul Teyssier:** São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Amazônia.
- **Em 1985, Antônio Houaiss:** de São Paulo ao Pará.
- **Em 1991, Ivo Castro:** o autor é inconcluso sobre essa questão.
- **Em 1999, Volker Noll:** São Paulo, Minas Gerais, norte do Paraná, sul de Goiás, Mato Grosso do Sul e Amazônia.
- **Em 2006, Esperança Carneira:** por inferência, toda a costa do Brasil, todo seu interior e a Amazônia.

Apesar de algumas divergências entre os autores, podemos retirar deles a área de difusão das *línguas gerais*, que, analisando suas informações, teria se estendido por todas as regiões do Brasil, incluindo a Amazônia. Contudo, consideramos que houve uma generalização demasiada, para além da realidade, como se perceberá nos capítulos seguintes.

Quanto ao aspecto “[4] Em que período foram faladas”, obtivemos:

De todos os autores analisados, podemos retirar a informação de que os séculos nos quais foram faladas as *línguas gerais* são: XVI, XVII e XVIII. Contudo, uma ressalva deve ser feita. Dos 7 autores, 6 omitiram o fato extremamente importante de que a *língua geral* da Amazônia é falada até os dias atuais – já sob a denominação de *nheengatu* –, principalmente na região do Alto Rio Negro, tendo sido Volker Noll o único a dar essa informação. A referida

⁹ “É o documento mais importante e ‘precioso’ sobre as línguas africanas no Brasil, porque testemunha a existência de uma língua veicular africana designada como *Língua Geral*, provavelmente em referência à língua geral indígena” (PETTER, 2006, p. 128).

omissão, por parte de tantos lingüistas proeminentes, é muito grave, pois dá como **morta** uma língua que está plenamente **viva**, tendo sido, inclusive, **alçada ao posto de uma das línguas co-oficiais de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas**.

Quanto ao aspecto “[5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão”, obtivemos:

Em nenhum momento, ao longo das considerações de todos os 7 autores abordados, há a afirmação de que o contexto lingüístico que prevalecia no **Estado do Brasil** era muito **diferente** do contexto lingüístico que prevalecia no **Estado do Grão-Pará e Maranhão**. Aliás, a grande maioria dos autores, sequer, destacou o fato de que, até agosto de 1823, a região amazônica correspondia ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, uma colônia administrativamente independente do restante do nosso território atual, havendo, portanto, dois Estados distintos na América Portuguesa: o Estado do Brasil e, a partir de 1615, o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa distinção é de importância crucial para o estudo das *línguas gerais*, pelo seguinte motivo: no Estado do Brasil, prevalecia um contexto lingüístico extremamente **homogêneo**, favorecendo, segundo Aryon Rodrigues, uma situação de bilingüismo, pelo fato de não haver interrupção na transmissão – como primeira língua – do *tupinambá*, das mães índias, para as primeiras gerações de mamelucos. Já no Estado do Grão-Pará e Maranhão, prevalecia um contexto lingüístico oposto, extremamente **heterogêneo**, composto por línguas *tapuias* de famílias muito diferenciadas estruturalmente entre si, grande parte pertencente ao tronco Macro-Jé, favorecendo, segundo nossa hipótese, uma situação propícia a um forte processo de crioulização, pelo fato de haver a interrupção na transmissão – como primeira língua – das línguas *tapuias* que compunham a comunidade de fala das missões jesuíticas, das mães índias, para as primeiras gerações de índios *tapuias* dessas missões. A percepção dessa diferenciação tem conseqüências significativas sobre a visão tradicional de que a *língua geral* que se formou no Estado do Grão-Pará e Maranhão foi fruto de um processo semelhante ao ocorrido cem anos antes no Estado do Brasil – ou seja, um processo de bilingüismo –, nos levando a concluir que as referidas *línguas gerais* não correspondiam a um mesmo tipo de língua, mas a *línguas gerais qualitativamente distintas*, apesar da mesma denominação.

Portanto, após a análise das obras de Serafim da Silva Neto, Joaquim Mattoso Câmara Jr., Paul Teyssier, Antônio Houaiss, Ivo Castro, Volker Noll e Esperança Carneira, organizadas em uma linha do tempo que se estendeu de 1950 a 2006, percebemos que o aspecto “[1] O conceito de *língua geral*” está em aberto, carecendo de pesquisas aprofundadas, para que se chegue a uma definição consensual do que seja uma *língua geral*. Nesse sentido, os estudos de Aryon Rodrigues, que serão abordados no próximo capítulo, já vêm prestando um grande serviço. Contudo, sua definição de *língua geral*, apesar de clara e objetiva, não leva em consideração a diferença entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, tratando as respectivas *línguas gerais* como tipologicamente semelhantes, razão pela qual utiliza apenas o critério geográfico para diferenciá-las. Dessa maneira, na conclusão desta dissertação, apresentaremos uma definição de *língua geral* que, abarcando a já existente e pertinente definição de Aryon Rodrigues – mas que constatamos se aplicar apenas à realidade lingüística predominante no Estado do Brasil –, leve em conta a realidade lingüística heterogênea predominante no então Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa ampliação do conceito de *língua geral* também resultará em uma nova proposta de denominação das duas línguas, substituindo os atuais **caracterizadores de base geográfica** – acrescentados por Aryon Rodrigues ao termo *língua geral* –, por outros **caracterizadores de base lingüística**; o aspecto “[2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*”, apesar das ressalvas feitas, apresentou algum consenso entre os autores abordados. Além do mais, as informações levantadas sobre esse aspecto nos capítulos 3 e 4, a seguir, confirmam boa parte do que os 7 autores analisados colocaram; o aspecto “[3] Em que áreas foram faladas”, como dissemos, é por demais generalizante. Dessa maneira, principalmente no capítulo 3 – quando tratarmos do contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações, relativo ao Estado do Brasil –, apresentaremos análises que podem ajudar a dar um pouco mais de exatidão a essa questão; o aspecto “[4] Em que período foram faladas” é bastante consensual entre os autores analisados, com a ressalva da **grave omissão** – com exceção de Volker Noll – dos seis demais lingüistas quanto ao fato de a *língua geral* da Amazônia ser falada até os dias atuais, sob a denominação de *nheengatu*; finalmente, o aspecto “[5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão” não foi identificado em nenhum dos 7 autores analisados, sendo essa percepção muito importante, inclusive, para os aspectos [1] e [2], elencados acima. Devido à grande importância de se perceber e diferenciar esses contextos, será sobre essa questão que trataremos, de agora em diante, nos capítulos 3 e 4.

CAPÍTULO 3 – *LÍNGUA GERAL* EM CONTEXTO SEM INTERRUPTÃO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA ENTRE GERAÇÕES

1. OBSERVAÇÕES INICIAIS

Não houve, em nenhum momento, interrupção na transmissão dessas línguas¹⁰, isto é, não ocorreu mudança de língua (*language shift*) nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupi-guaranis; os primeiros pais europeus aprenderam a língua indígena como segunda língua, tendo-se tornado bilíngües; parte das mães indígenas pode ter aprendido a língua européia como segunda língua, mas seus filhos ou ficaram monolíngües na língua indígena (que pouco a pouco foi-se transformando na língua geral), ou aprenderam a língua européia como segunda língua. (RODRIGUES, 1996, p. 04).

Este trecho que acabamos de citar, presente no texto *As línguas gerais sul-americanas*, de Aryon Rodrigues, apresenta um dos principais argumentos, utilizados pelo autor, em favor do caráter não-crioulo, tanto da *língua geral* de São Paulo, quanto da *língua geral* da Amazônia.

Apesar de discordarmos – como veremos no Capítulo 4 – da afirmação de Aryon Rodrigues de que a *língua geral* da Amazônia não era uma língua crioula, concordamos, entretanto, com a mesma afirmação no que diz respeito à *língua geral* de São Paulo.

Dessa maneira, o **contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações** no qual o termo *língua geral* foi utilizado já está muito bem definido por Aryon Rodrigues, com a única ressalva de que, nele, incluímos apenas a *língua geral* de São Paulo, excluindo daí a *língua geral* da Amazônia, pois observamos que esta última, provavelmente, se encontra em um contexto lingüístico distinto, ou seja, um **contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações**, que se delineou quando os jesuítas iniciaram a catequização sistemática das centenas de povos *tapias*, falantes de centenas de línguas diferentes, na Amazônia Colonial em 1653, impondo sobre essa grande diversidade lingüística a língua *tupinambá*, formando um contexto lingüístico propenso à *pidginização/crioulização* dessa língua, que – depois de crioualizada e de passar a ser chamada, também, de *língua geral* –, veio a ser o antecedente histórico do atual *nheengatu*, já tão marcado pelas influências posteriores que sofreu da língua portuguesa, após a expulsão definitiva dos jesuítas dos domínios portugueses em 1760, e após a integração do Estado do Grão-Pará e Maranhão ao

¹⁰ Aryon Rodrigues se refere às línguas *tupinambá*, *tupi* e *guarani*. Contudo, de acordo com o que expusemos no capítulo 1, consideramos que a citação se aplica – considerando-se a história lingüística do Brasil – apenas ao caso de São Paulo e da costa sul da Bahia (antigas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro). Também podemos notar, quando o autor se refere ao *tupinambá* e ao *tupi* como línguas distintas, faladas, respectivamente, no Estado do Grão-Pará e Maranhão e no Estado do Brasil, que já não mais adota a generalização baseada em Alfred Métraux (1948), que adotara anos antes (1986).

Estado do Brasil em 1823. Por esse motivo, as observações que faremos de agora em diante não se aplicam à *língua geral* da Amazônia, mas apenas à *língua geral* de São Paulo, diferentemente de Aryon Rodrigues, cujas observações se aplicam tanto a uma *língua geral*, quanto à outra, pois considera as duas como dentro do mesmo contexto lingüístico, **sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações.**

2. O CONTEXTO SEM INTERRUPÇÃO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA ENTRE GERAÇÕES, DEFINIDO POR ARYON RODRIGUES

2.1 UM BREVE EMBASAMENTO HISTÓRICO SOBRE A *LÍNGUA GERAL* DE SÃO PAULO

Gilberto Freyre, em seu livro *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933, faz observações importantes sobre a situação lingüística de São Paulo, apesar de algumas delas merecerem ressalvas.

No capítulo intitulado *O indígena na formação da família brasileira*, o referido autor trata brevemente do uso da *língua geral*, sem assinalar a diferença de contextos sociais apresentada entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, colônias portuguesas independentes na América do Sul, e formadas em séculos diferentes: a primeira, no século XVI, a segunda, no século XVII. Mas não é essa a única diferença que há entre as duas. Enquanto, no Estado do Brasil, foram **os portugueses que inicialmente se adaptaram à homogeneidade lingüística da costa** (cf. ROSA, 1992, p. 87) – que já era um fato mesmo antes da chegada dos lusitanos –, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, formado posteriormente, **foram os milhares de índios *tapuias* – falantes de línguas pertencentes a muitas famílias lingüísticas diferentes, e portadoras de grande diferenciação estrutural entre si – que tiveram de se adaptar à homogeneidade lingüística imposta pelos jesuítas**, principalmente depois da chegada de Antônio Vieira à Amazônia em 1653, homogeneidade esta representada pelo uso coercitivo do *tupinambá* – ou *língua geral*, como já era chamado esse idioma na costa do Brasil, pelos jesuítas, sem, contudo, possuir ainda o sentido identificado por Aryon Rodrigues, ou seja, o de uma língua de mamelucos, como veremos mais adiante.

Dessa maneira, ao falar da imposição da *língua geral*, Gilberto Freyre a estende também à costa, como se aqui, nos primeiros anos da colonização, os portugueses, recém-chegados e desconhecidos dos *tupinambás* da costa (que chama de *tupis*), tivessem possuído condições práticas para tal imposição. Além do mais, trata da *língua geral* – à qual se refere,

em alguns momentos, como *tupi*, em outros, como *tupi-guarani* – como algo “feito” pelos jesuítas, com a ajuda dos pequenos índios – que eram retirados de suas famílias para serem, desce cedo, catequizados e, assim, poderem disseminar o cristianismo entre os seus familiares adultos –, pois, no Brasil, segundo o autor, “o padre serviu-se principalmente do culumim, para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani”, língua esta “que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil.” (FREYRE, 2002, p. 280).

Assim, quando diferencia contextos sociolingüísticos de colonização, Gilberto Freyre assinala, antes, uma oposição entre a **América do Sul** e a **América do Norte**, e não entre o **Estado do Brasil** e o **Estado do Grão-Pará e Maranhão**, colocando dois Estados independentes e – principalmente – com características de colonização distintas, em um só bloco indiferenciado, de uma única cor – resultado da mistura do branco, do vermelho e do negro –, sem considerar as nuances de tonalidade que se apresentaram, partindo do sul, em direção ao norte da América Portuguesa, onde, à medida que se avançava para o seu extremo setentrional, a cor negra começava a escassear na mistura, resultando na maior interação entre jesuítas e índios. Vejamos o seguinte trecho:

No caso do Brasil verificou-se primeiro o colapso da moral Católica: a da reduzida minoria colonizadora, intoxicada a princípio pelo ambiente amoral de contato com a raça indígena. **Mas sob a influência dos padres da S. J. a colonização tomou rumo puritano – ainda que menos rigidamente seguido nesta parte da América pelos cristãos portugueses que na outra, na do Norte, pelos verdadeiros Puritanos: os ingleses.** Deu, entretanto, para sufocar muito da espontaneidade nativa: os cantos indígenas, de um tão agreste sabor, substituíram-nos os jesuítas por outros, compostos por eles, secos e mecânicos; cantos devotos, sem falar em amor, apenas em Nossa Senhora e nos santos. **À naturalidade das diferentes línguas regionais superimpuseram uma só, a “geral”.** (FREYRE, 2002, p. 245). (grifo nosso).

Podemos perceber, então, no trecho citado, a oposição entre América do Sul e América do Norte, feita por Gilberto Freyre, assim como a afirmação da imposição da *língua geral* sobre índios de línguas diferentes do *tupinambá* como algo geral à América Portuguesa. Ademais, como assinalamos anteriormente, Gilberto Freyre considera a *língua geral* como algo “moldado” pelos jesuítas e não como o fruto de um processo natural para o qual concorreu de forma decisiva a miscigenação entre portugueses e índias. Contudo, apesar de não considerar essa situação de miscigenação a principal responsável pelo que veio a ser chamado de *língua geral* em São Paulo (pois trata o qualificador “geral”, mesmo depois da formação de uma grande população mameluca em São Vicente, apenas como indicador de

uma língua falada em grande extensão territorial), nos dá informações preciosas sobre tal mistura de etnias. Isso fica claro quando fala sobre o “colapso da moral Católica”, traduzida pela “minoría colonizadora, intoxicada a princípio pelo ambiente amoral de contato com a raça indígena.” A importância dessa constatação está, justamente, no fato de que a interação sexual entre portugueses e índias resultou em uma situação de bilingüismo na costa paulista, “podendo-se afirmar do povo invasor que adotou para o gásto ou o uso corrente a fala do povo conquistado, reservando a sua para uso restrito e oficial.” (FREYRE, 2002, p. 280). Também é Gilberto Freyre quem afirma que,

Quando mais tarde o idioma português – sempre oficial – predominou sobre o tupi, tornando-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reinol (...) (FREYRE, 2002, p. 280). (grifo nosso).

Assim, apesar de discordarmos sobre a gênese que apresenta para a *língua geral* de São Paulo, concordamos com a situação de bilingüismo exposta pelo autor, resultado que foi da formação de uma população mameluca na região.

Grande parte desses mamelucos foram os bandeirantes que partiram para a conquista dos sertões brasileiros, dentre os quais, Domingos Jorge Velho, o mais célebre de todos. Sendo os bandeirantes, em grande parte, bilíngües em *língua geral* e língua portuguesa, tendo a *língua geral* como primeira língua – transmitida por suas mães índias ou mamelucas –, era essa a língua corrente entre eles, e, por isso, foi também a língua que utilizaram no desbravamento do interior do Brasil, isto porque “(...) a conquista dos sertões realizou-se no período de influência ou predominância do tupi como língua popular.” (FREYRE, 2002, p. 281). Por esse motivo, encontramos em *Casa-Grande & Senzala* a seguinte citação, que o seu autor retirou de Teodoro Sampaio:

As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos, falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam as novas descobertas, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo. (SAMPAIO, 1928 *apud* FREYRE, 2002, p. 281).

Outra fonte importante, que Gilberto Freyre utiliza para atestar o uso da *língua geral* pelos paulistas, é um pequeno texto escrito por Antônio Vieira em 1694. Como esse trecho também foi utilizado por Sérgio Buarque de Holanda, e com a mesma finalidade, vamos tratar do referido documento, deixado por Antônio Vieira, não mais sob a ótica de Gilberto Freyre, mas sob a ótica do autor de *Raízes do Brasil*, pois, ao contrário de Gilberto Freyre,

Sérgio Buarque de Hollanda analisa as palavras de Antônio Vieira de forma mais pormenorizada, tendo escrito um capítulo dedicado apenas a essa questão, inclusive acrescentando ao testemunho indireto do ilustre jesuíta outros testemunhos diretos, que confirmam suas palavras.

No capítulo *A língua-geral em São Paulo*, do livro *Raízes do Brasil* – publicado em uma edição já de 1948, posterior à original de 1936 –, Sérgio Buarque de Hollanda discute a pertinência da afirmação de que, principalmente na São Paulo dos séculos XVI e XVII, a língua corrente entre os seus habitantes – dentre os quais estariam inclusos portugueses, índios e mamelucos – seria a *língua geral* – que, no seu texto, utiliza como sinônimo de *tupi* e, em alguns pontos, quando cita autores que utilizou como fonte documental, como sinônimo de *guarani* –, terminando por se posicionar a favor de tal afirmação, considerando-a pertinente e concluindo que a língua portuguesa só passa a suplantar a *língua geral* na primeira metade do século XVIII. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1028-1038).

Assim, inicia seu texto afirmando, baseado em Teodoro Sampaio, que “os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi em seu trato civil e doméstico, exatamente como os dos nossos dias se valem do português” (p. 1028). Contudo, como os estudos de Teodoro Sampaio a esse respeito vinham sofrendo críticas quanto à sua validade factual, Sérgio Buarque de Hollanda parte em defesa desse autor, argumentando que tais estudos possuem forte embasamento em depoimentos como o de Antônio Vieira, de 1694, escrito quase 150 anos depois da chegada de Martim Afonso de Souza a São Vicente (o que atestaria o enraizamento da situação social que revela em tal depoimento), no qual deixa clara uma situação plenamente estabelecida de união matrimonial entre portugueses e índias, que já “ha muitos annos vivem” dessa forma. Outro dado importante que encontramos nas palavras de Antônio Vieira se refere à miscigenação entre brancos e índias, que, na São Paulo setecentista, desde muito tempo, já havia atingido, inclusive, o ambiente doméstico, pois “as mulheres, e os filhos, se crião mistiça e domesticamente”. Entretanto, no que toca ao nosso maior interesse nesse item – o uso predominante da *língua geral* pelos paulistas dos séculos XVI e XVII –, também temos no trecho de Antônio Vieira uma informação muito importante a esse respeito, pois afirma, claramente, que a língua falada, da porta da rua para dentro, pelas famílias de portugueses com índias “he a dos Indios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender a escola”. Vejamos, então, a citação na íntegra:

Primeiramente he certo que **as famílias dos Portugueses e Indios em São Paulo, estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres, e os filhos, se crião mistiça e domesticamente, e a lingua, que nas ditas famílias se fala, he a dos**

Índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender a escola; e deshunir esta tão natural, ou tão naturalizada união seria gênero de crueldade entre os que assim se crião, e ha muitos annos vivem. Digo, pois, que todos os Índios, e Índias; que tiverem tal amor a seus chamados senhores, que queirão ficar com elles por sua vontade, o possão fazer sem outra alguma obrigação mais que a do dito amor, que he o mais doce captiveiro, e a liberdade mais livre. (VIEIRA, 1694 *apud* FREYRE, 2002, p. 281; BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1029). (grifo nosso).

Sérgio Buarque de Hollanda, então, continua sua explanação, dizendo que Antônio Vieira, por seu turno, nunca esteve em São Paulo, de modo que suas palavras foram baseadas, provavelmente, em informações que ouviu dos seus “companheiros de roupeta”. Assim, para que a afirmação do jesuíta – de que a língua dos paulistas era a *língua geral* – fosse efetivamente confirmada, seria necessário coletar depoimentos de outros contemporâneos que estiveram em São Paulo e puderam, por conseguinte, dar informações mais seguras do que as de Antônio Vieira. Nesse sentido, o historiador nos apresenta o depoimento do governador Artur de Sá e Meneses, de 1698, no qual solicita ao rei de Portugal que, para as igrejas de São Paulo, fossem providos apenas párocos que soubessem falar a *língua geral*, pois, devido ao fato de não ter sido tomado esse cuidado, foi para São Paulo um pároco que não tinha qualquer proficiência nessa língua, criando a necessidade de se utilizar um intérprete para que o clérigo pudesse se comunicar com os da terra:

(...) a mayor parte daquella Gente se não explica em outro ydioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta falta se experimenta irreparável perda, como hoje se ve em São Paulo como o nouo Vigário que veio provido naquella Igreja, o qual ha mister quem o interprete. (SÁ E MENESES, 1698 *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1030).

Dessa maneira, se as palavras de Antônio Vieira foram escritas com base em informações de outrem, não foram, apesar disso, equivocadas, como as palavras de Artur de Sá e Meneses o podem confirmar. Além disso, ainda segundo Sérgio Buarque de Hollanda, o que podemos ler em Artur de Sá e Meneses – quando diz que a *língua geral* é falada principalmente entre as mulheres paulistas – vem acrescentar um dado importante ao que disse Antônio Vieira, pois, de acordo com a interpretação do autor de *Raízes do Brasil*, tal afirmação teria como motivo o fato de que as mulheres seriam mais vinculadas ao lar e, conseqüentemente, guardiãs da tradição doméstica, que, no caso em questão, é a tradição “introduzida na sociedade dos primeiros conquistadores e colonos pelas cunhãs indígenas que com eles se misturaram”. (p. 1030).

Outro motivo que justificaria o que lemos em Artur de Sá e Meneses, sobre ser “principalmente o sexo feminino” o falante da *língua geral*, está ligado diretamente às atividades laborativas dos homens de São Paulo:

Atraindo periodicamente para o sertão distante parte considerável da população masculina da capitania, o bandeirismo terá sido uma das causas indiretas do sistema quase matriarcal a que ficavam muitas vezes sujeitas as crianças antes da idade da doutrina e mesmo depois. Na rigorosa reclusão caseira, entre mulheres e serviçais, uns e outros igualmente ignorantes do idioma adventício [*i. e.* a língua portuguesa], era o da terra [*i. e.* a *língua geral*] que teria de constituir para elas o meio natural e mais ordinário de comunicação. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1030).

De acordo com essa linha de raciocínio, os motivos apresentados por Sérgio Buarque de Holanda para serem as mulheres as depositárias por excelência da *língua geral* em São Paulo, seguidas dos seus filhos mamelucos, vêm denotar um papel social muito importante e proeminente, exercido por elas na sociedade paulista dos séculos XVI e XVII, o que fornece dados valiosos aos lingüistas a respeito da *língua geral* nessa região e sobre o contexto sociolingüístico no qual estava inserida.

2.2 O QUE DEFINIU ARYON RODRIGUES

As conclusões expostas por Aryon Rodrigues, e que o levaram a afirmar que a *língua geral* de São Paulo – que chama de *língua geral paulista* – foi fruto de um contexto lingüístico diverso das situações nas quais se dá a *pidginização/crioulização* de uma língua, encontram forte embasamento no supra-citado livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, como ressalta o próprio autor na nota 8 (p. 7) de seu texto *As línguas gerais sul-americanas*, ao afirmar que, sobre o contexto lingüístico de São Paulo, “é muito informativo o estudo de Sérgio Buarque de Holanda [sic] ‘A língua-geral em S. Paulo’, originalmente publicado em 1945 e reproduzido a partir da segunda edição (1948) de *Raízes do Brasil*.”

Desse modo, quando teve início a colonização efetiva do Brasil em 1532, com a chegada da frota de Martim Afonso de Souza e a fundação de São Vicente, essa região se encontrava sob o domínio do povo *tupi* (*tupinambá*), apesar de, entre esses índios, já haver a presença do Bacharel de Cananéia e de João Ramalho. Essa expedição de Martim Afonso de Souza era composta apenas por homens, tendo-se iniciado a chegada de mulheres somente a partir de 1537, mas, ainda sim, em número bastante reduzido, situação que se manteve ao longo da colonização da região. (RODRIGUES, 1996, p. 2).

Como consequência dessa situação, houve a formação de uma população mameluca, fruto da miscigenação entre homens portugueses e mulheres indígenas. Como a família dos pais portugueses se encontrava em Portugal, seus filhos mamelucos conviviam apenas com a família das mães indígenas, aprendendo como primeira língua, por esse motivo, o *tupinambá*¹¹ falado pelo lado materno. (RODRIGUES, 1986, p. 101; 1996, p. 2).

Dessa maneira, tendo Aryon Rodrigues – como uma de suas principais fontes – o que vimos no capítulo *A língua-geral em São Paulo*, do livro *Raízes do Brasil*, escrito por Sérgio Buarque de Hollanda – como deixam claras as intersecções entre os dois autores –, conclui o lingüista, no desenvolvimento de seus estudos, que, devido à situação de intenso contato com o europeu,

(...) os índios tupis de São Paulo foram-se extinguindo como povo independente e culturalmente diverso, sobretudo por efeito da escravização intensiva, e sua língua passou a reproduzir-se essencialmente como idioma dos mestiços, isto é, dos mamelucos, ainda quando já não mais havia a interferência direta de indígenas nas famílias; a situação lingüística das famílias de portugueses casados com mamelucas devia então ser basicamente a mesma das famílias constituídas por mamelucos e mamelucas: falava-se correntemente a língua original indígena e apenas o marido e, a partir de certa idade, os filhos homens eram bilíngües em português (com domínio pleno desta língua se eram portugueses, com domínio provavelmente restrito em diferentes graus quando eram mamelucos). Nessa situação, a língua que falavam os paulistas já não mais servia a uma sociedade e a uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciadas daquelas e mais chegadas à cultura portuguesa. (RODRIGUES, 1996, p. 2).

Como vimos nas palavras acima, houve, então, uma mudança significativa no contexto sócio-cultural que envolvia o *tupinambá* falado em São Vicente: **de língua falada exclusivamente por índios com cultura autóctone, passou a ser uma língua falada predominantemente por mamelucos com cultura próxima à dos portugueses**. Ademais, a situação de bilingüismo com a língua portuguesa, no que dizia respeito aos homens, crianças e a algumas mulheres, fez com que o *tupinambá* utilizado nesse contexto de miscigenação sofresse uma série de mudanças estruturais que passaram a diferenciá-lo do *tupinambá* então falado pelos índios estromes quando da chegada da frota de Martim Afonso de Souza¹². (RODRIGUES, 1986, p. 102; 1996, p. 3). Dessa maneira, foi a essa língua – já representante de um povo mameluco e de cultura mais próxima à dos pais portugueses do que à das mães

¹¹ Aryon Rodrigues, contudo, prefere chamar a língua dos *tupinambás* de São Vicente de *tupi*.

¹² Com relação aos homens portugueses, segundo Aryon Rodrigues, estes tinham o português como primeira língua e o *tupi* [*tupinambá*] como segunda língua. No que diz respeito às mulheres indígenas, tinham o *tupi* [*tupinambá*] como primeira língua e apenas algumas aprendiam o português como segunda língua. Com relação às crianças mamelucas, todas aprendiam o *tupi* [*tupinambá*] como primeira língua e grande parte aprendia o português como segunda língua, principalmente os meninos, que a partir de certa idade começavam a acompanhar os pais em suas atividades laborativas, porém, em graus variados de competência.

indígenas, e modificada estruturalmente devido à situação de bilingüismo referida acima – que, em São Paulo, passou a corresponder a denominação de *língua geral*. E assim continuou durante o seu processo inicial de expansão em terras paulistas, tendo os seus limites de utilização sido alargados consideravelmente devido à ação dos bandeirantes, que, sendo falantes dessa *língua geral*, a levaram para Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e Norte do Paraná, nas suas expedições à procura de minas de pedras preciosas e de índios para escravizar. Esse processo de expansão teria durado desde a metade do século XVII até a metade do século XVIII. (RODRIGUES, 1996, p. 3). Portanto, o termo *língua geral* passou a ser utilizado, no caso do Estado do Brasil, para situações sociolinguísticas bem específicas, definidas por Aryon Rodrigues, ou seja: língua de origem *tupi*, falada como língua nativa por populações mamelucas com cultura próxima à portuguesa, e diferenciada estruturalmente em relação à língua *tupinambá*, a partir da qual se modificou, devido à situação de bilingüismo com a língua portuguesa.

2.3 A QUESTÃO DA NÃO-FORMAÇÃO DA *LÍNGUA GERAL* ENTRE O RIO DE JANEIRO E O PIAUÍ, AINDA SEGUNDO ARYON RODRIGUES

Aryon Rodrigues afirma que, em toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve a formação da *língua geral*. Vamos, então, aos argumentos apontados pelo autor para embasar essa afirmação.

Nos séculos XVI e XVII, a costa de São Paulo e a costa do Maranhão e Pará se tornaram, respectivamente, os extremos sul e norte do domínio português na América. Estando a administração colonial, no caso do Estado do Brasil, estabelecida na Bahia (em Salvador, capital da Colônia) – situada na região central da costa do que representa, hoje, o território brasileiro em sua totalidade –, as regiões costeiras do sul e do norte do atual Brasil constituíam-se, conseqüentemente, nas periferias do domínio português. Assim, era natural que, nessas periferias, a imigração de portugueses fosse menor e menos continuada do que na região central onde se encontrava a administração colonial, para a qual, necessariamente, havia um grande afluxo de portugueses para trabalharem nos órgãos da administração. Por esse motivo, na região central, onde se encontrava a administração colonial, “não se produziram as situações de intensa mestiçagem com os povos tupi-guaranis ali estabelecidos que permitiram, em São Paulo [Estado do Brasil] e Maranhão e Pará [Estado do Grão-Pará e Maranhão], o predomínio da língua indígena sobre a portuguesa”. (RODRIGUES, 1996, p. 5).

Mas é sobre as guerras contra os povos indígenas que recai o argumento mais forte de Aryon Rodrigues para afirmar que, entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve a mestiçagem intensa entre homens brancos e mulheres índias, dando origem a uma população significativa de mamelucos. Dessa maneira, afirma, baseado em informações oferecidas por José de Anchieta, datadas de 1584, que, em São Vicente e em São Paulo, não houve guerra contra os *tupiniquins (tupinambás)*, havendo, conseqüentemente, a preservação do contingente indígena da região. De maneira análoga, cem anos depois, no século XVII, quando é fundado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, também não houve um genocídio dos povos indígenas que fosse significativo ao ponto de tornar o cenário demográfico da região favorável aos portugueses.

Situação diversa, contudo, teria sido a da costa central do Brasil, entre o Rio de Janeiro e o Piauí, na qual, segundo Aryon Rodrigues, foram levadas a termo diversas ações de extermínio contra os povos de origem *tupi*, como a do Governador-Geral Mem de Sá, que exterminou os *tupinambás* do Rio de Janeiro, os *kaetés* da Bahia e Pernambuco e parte dos *tupinambás* da Bahia; como a do donatário Duarte Coelho, que exterminou todos os índios da costa de Pernambuco; como as ações por parte do Conde de Aveiro em Porto Seguro, e por parte de Francisco Giraldes em Ilhéus, que exterminaram, ainda segundo Aryon Rodrigues, todos os índios *temininós* dessas duas capitânicas.

Mas não teriam sido apenas as guerras as responsáveis pelo extermínio dos povos indígenas da costa central. Os índios que estavam em contato pacífico com os portugueses, como catecúmenos ou como escravos, também teriam sido dizimados, no século XVI, por constantes epidemias de varíola na Bahia e suas proximidades.

Assim, a dizimação dos índios de origem *tupi* teria sido tão grande, que, somada à continuada imigração de portugueses e à chegada de grandes contingentes africanos, não teria dado margem à miscigenação significativa entre brancos e índias *tupis*, pois, sequer, haveria índias *tupis* em quantidade suficiente para gerar filhos mestiços em um número que pudesse caracterizar uma comunidade lingüística mameluca, não havendo, portanto, condições sociolingüísticas semelhantes às ocorridas em São Vicente, dentro das quais o *tupinambá* continuou sendo falado, e que levaram à sua diferenciação, passando a ser, por isso, denominado de *língua geral*. (RODRIGUES, 1996, p. 5).¹³

¹³ Não podemos deixar de ressaltar mais uma vez que, no caso do Maranhão e Pará (ou Estado do Grão-Pará e Maranhão), constatamos que o contexto lingüístico predominante, no qual se formou a sua *língua geral*, foi bem diverso do contexto lingüístico no qual se formou a *língua geral* em São Paulo, tendo sido o termo *língua geral* aplicado a uma situação de contato lingüístico e de formação social distintos do que ocorreu em São Paulo. Isso

3. O SUL DA BAHIA E A QUESTÃO DA *LÍNGUA GERAL*

Como dissemos acima, Aryon Rodrigues afirma, categoricamente, que, em **toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí**, não houve as já mencionadas condições sociolingüísticas para que, nesse grande pedaço de Brasil, se formasse uma *língua geral*. Contudo, em pesquisa anterior à nossa, realizada também no âmbito do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), o pesquisador Permínio Ferreira encontrou, no Arquivo Público do Estado da Bahia, um documento de 1794, referente à Vila de Olivença, na então Comarca de Ilhéus, situada no sul da Bahia, no qual Antônio da Costa Camelo (nomeado Ouvidor interino da Comarca de Ilhéus, após a morte de Francisco Nunes da Costa, e antes da posse efetiva de Baltasar da Silva Lisboa no referido cargo) é requerido no sentido de prover Manuel do Carmo de Jesus no cargo de Diretor de Índios, alegando como principal razão para tal o fato “(...) de ser criado naquela vila e saber a língua geral de índios para melhor saber ensinar”. (LOBO *et alii*, 2006, p. 609). Como se pode ler claramente, o documento faz referência à *língua geral*, indicando que também era falada na Vila de Olivença. Ora, se Aryon Rodrigues afirma, baseado no seu conceito de *língua geral*, que, no território costeiro compreendido entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve condições sociolingüísticas para a formação desse tipo diferenciado de língua, então como explicar a referência explícita, constante no documento, à *língua geral* na Vila de Olivença, no sul da Bahia? Além desse documento, já nesta pesquisa realizada por nós, outros três foram encontrados e, igualmente, fazem referência à *língua geral* no sul da Bahia, mais especificamente nas Comarcas de Ilhéus (à qual pertencia Olivença) e de Porto Seguro.

O primeiro, de 1757, referente à freguesia de São Miguel da Vila de São José da Barra do Rio de Contas, na Comarca de Ilhéus, afirma que este local possui

1.060 pessoas de comunhão, dos quais **33 índios de língua geral** (Vigário Menezes, 1757 *apud* MOTT, 2010, p. 212). (grifo nosso).

não exclui do Estado do Grão Pará e Maranhão, entretanto, o contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações, definido por Aryon Rodrigues, pois lá, de fato, havia índios *tupinambás* que também falavam o *tupinambá* utilizado no restante da costa do domínio português, em direção ao sul. Sendo assim, no momento em que os portugueses começaram a colonizar a região amazônica, o povo *tupinambá*, falante dessa língua, estaria sujeito ao mesmo tipo de contato lingüístico e social ocorrido em São Vicente. Contudo, os *tupinambás* eram minoria em relação ao imenso contingente de *tapuias* da Amazônia Colonial, falantes de línguas tipologicamente muito distintas das línguas do tronco *Tupi*, tendo sido a situação de contato com esses *tapuias* o contexto sociolingüístico que prevaleceu e que foi o responsável, segundo nossa hipótese, pela formação do que, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, se chamou de *língua geral*, uma língua tipologicamente distinta da *língua geral* surgida em São Paulo.

O segundo – referente não apenas à Vila de Olivença, mas também às de Barcelos e Santarém, e às aldeias de Almada e São Fidélis, todas na Comarca de Ilhéus – é de 1804, e diz:

Pelo que toca ao temporal, usam geralmente os índios de Olivença, Barcelos e Santarém e os das aldeias de Almada e São Fidélis, do idioma português, tendo-se extinguido entre eles o uso da língua antiga, **vulgarmente chamada língua geral**. (Ouvidor Maciel, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 224). (grifo nosso).

O terceiro se refere à Comarca de Porto Seguro, ainda nesse mesmo ano de 1804, no qual o seu Ouvidor informava que na Vila do Prado os índios

são civilizados no nosso idioma, mas **a língua geral do seu natural nunca perdem**, porque aprendem logo no berço (Ouvidor de Porto Seguro, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 224). (grifo nosso).

Assim, no momento em que encontramos registros documentais que vão de encontro às afirmações de Aryon Rodrigues, expostas acima, este fato nos leva a pensar que algo, no que diz respeito às suas afirmações, pode não estar de acordo com a realidade do que de fato se passou na sócio-história do Brasil no que se refere à história da *língua geral* do tipo da que surgiu em São Vicente. Então, surge a pergunta: o que, nas afirmações de Aryon Rodrigues sobre a *língua geral*, não estaria de acordo com a sócio-história lingüística do Brasil, dentro do contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações?

Diante dessa situação, e da necessidade de tentar encontrar uma resposta para tal pergunta, podemos pensar em duas linhas de raciocínio para procurar o que poderia não estar de acordo, nas conclusões de Aryon Rodrigues, com a realidade lingüística do Brasil e, conseqüentemente, explicar a ocorrência, constatada nos documentos transcritos, da *língua geral* nessa área costeira central.

A primeira dessas linhas, exposta por Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva, no seu artigo intitulado *Indícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII*, publicado em 2006, levanta a possibilidade de que o conceito de *língua geral* de Aryon Rodrigues possa não estar adequado ao que realmente se passou na história das *línguas gerais* na América Portuguesa.

Assim, após a apresentação do documento de 1794, encontrado por Permínio Ferreira no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e já referido acima, no qual há menção explícita à *língua geral* na Vila de Olivença, os autores debatem sobre alguns pontos de vista diferentes do de Aryon Rodrigues relativos ao que seria a *língua geral*, encontrados na história

lingüística do Brasil, passando, em seguida, a uma análise dos dados demográficos da Vila de Olivença, presentes em dois recenseamentos situados em períodos próximos a 1794 (mais especificamente entre 1735 e 1805), recenseamentos estes também encontrados no APEB, através dos quais constatam que, em consonância com a afirmação de Aryon Rodrigues, naquela região não houve condições demográficas para se formar uma população mameluca, postulada como necessária, também por Aryon Rodrigues, para que se formasse a *língua geral*. Então, se não havia as condições sociolingüísticas postuladas por este autor (ou seja, a formação de uma população mameluca originada na miscigenação entre homens europeus com mulheres índias), como explicar que, ainda assim, se houvesse formado a *língua geral* na Vila de Olivença? Desse modo, se as conclusões de Aryon Rodrigues estão de acordo com o que realmente aconteceu na sócio-história lingüística do Brasil ao afirmar que não houve a formação de populações mameucas relevantes na região costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, podem, contudo, não estar de acordo com essa mesma sócio-história ao condicionar o surgimento de *línguas gerais* à existência de populações mestiças (como podemos ler no seu conceito de *língua geral*), pois, na Vila de Olivença, de acordo com os dados demográficos apresentados por Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva, não existiu, ali, uma população mameluca relevante, mas, ainda assim, houve a formação da *língua geral*. (LOBO *et alii*, 2006, p. 609-630):

(...) o perfil demográfico da Vila de Olivença, para a época, não corresponde ao indicado por Aryon Rodrigues, para as áreas de formação da Língua Geral Paulista e da Língua Geral Amazônica, em função de **não apresentar na sua composição um percentual de homens europeus ou brancos que pudesse dar margem à constituição de uma comunidade mestiça**. (LOBO *et alii*, 2006, p. 628). (grifo nosso).

Vejamos o conceito de *língua geral* apresentado por Aryon Rodrigues, para que fique clara a afirmação dos autores:

A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, **passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis** (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão. (RODRIGUES, 1996, p. 5). (grifo nosso).

Dessa forma, concluem os autores, baseados nos dados que expuseram, que o conceito de *língua geral* de Aryon Rodrigues poderia ser ampliado, no sentido de estender a possibilidade de formação da *língua geral* a populações não-mamelucas, o que, conseqüentemente, passaria a incluir um grande número de outras regiões brasileiras como lugares passíveis à formação da *língua geral*, pois somente após sua ampliação, o conceito de Aryon Rodrigues poderia abarcar a realidade lingüística que se apresentou na Vila de Olivença. (LOBO *et alii*, 2006, p. 628).

A segunda dessas duas linhas de raciocínio, formulada por nós, diferentemente de Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva, não considera que as conclusões de Aryon Rodrigues podem ter se afastado da realidade factual no que concerne ao seu conceito de *língua geral*, mas no que concerne à sua afirmação categórica de que, na faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, não houve as condições sociolingüísticas de miscigenação, já expostas acima como necessárias à formação da *língua geral*. Enveredando por essa linha, a formação de populações mamelucas em determinada região seria, de fato, condição para o surgimento da *língua geral* – como aconteceu em São Vicente – nos levando a concluir que, se houve a formação da *língua geral* na Vila de Olivença, isto se deu porque – ao contrário do que levam a crer os dados demográficos apresentados por Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva – se configuraram na Vila de Olivença as condições sociolingüísticas de miscigenação entre homens brancos e mulheres índias. Porém, o que nos leva a considerar a possibilidade de os dados demográficos apresentados por Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva não corresponderem à realidade? Como informam os próprios autores, os dois recenseamentos utilizados como fontes de dados demográficos (p. 625-626) foram elaborados entre 1735 e 1805. Como primeiro fator a ser levado em conta em tais recenseamentos, podemos destacar o período de sua elaboração. No século XVIII e início do século XIX, os recursos disponíveis para a coleta fiel de dados demográficos, certamente, não eram tão precisos quanto os atuais, o que poderia dar lugar a uma margem de erro que, se ainda hoje, com todos os recursos tecnológicos disponíveis, existe, o que dizer sobre os referidos séculos? Além do mais, mesmo se considerando que a população brasileira, no período em questão, era muito menor do que a atual, ainda assim causa estranheza o número tão pequeno de apenas 76 recenseados, o que nos leva a crer que muitos habitantes da Vila de Olivença ficaram de fora dos recenseamentos apresentados. O seguinte trecho, escrito por José Antônio Caldas, relativo ao ano de 1759 – ou seja, entre 1735

e 1805, período adotado como referência pelos autores na utilização dos dados demográficos sobre a Vila de Olivença –, é esclarecedor:

A aldeia de Nossa Senhora da Escada de Olivença teria **120 a 130 casais, além de viúvos e viúvas**. São índios da Nação Tabajara ou Tupis. Está a aldeia ao sul da vila de Ilhéus, na costa, a distância de 3 léguas. Dista da aldeia da Almada até 6 léguas. (CALDAS, 1759 *apud* MOTT, 2010, p. 206). (grifo nosso).

Quarenta anos depois, em 1799, já na condição de vila, devido às Reformas Pombalinas, temos mais informações demográficas importantes sobre Olivença, agora dadas pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, e que vêm a confirmar a nossa inferência de que muitos moradores dessa vila do sul da Bahia ficaram de fora dos referidos recenseamentos:

Três léguas ao sul de Ilhéus fica a vila dos índios de Nossa Senhora da Escada de Olivença, levantada no ano de 1758 [ressalte-se aqui a divergência de datas, pois José Antônio Caldas se refere a Olivença ainda como aldeia no ano de 1759], com o título de Nova Olivença, e se lhe criou justiça o Ouvidor Luis Freire de Veras. **A sua povoação é de 454 pessoas**, com uma excelente igreja de 38,5 palmos de largura de parede a parede, com um só altar (...). **Deu-se-lhes [aos índios] com a criação da vila uma légua de terra que não lavram, na qual fizeram pequenas roças na vila, outras se alugaram a particulares**. (LISBOA, 1799 *apud* MOTT, 2010, p. 207). (grifo nosso).

Outro fator importante a ressaltar se refere às 454 pessoas citadas pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa. Isto porque o número dado por ele não se refere à população total da Vila de Olivença, mas apenas ao número de índios, o que vale dizer que as 454 pessoas citadas eram 454 índios. Esse fato fica claro em outro trecho do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, referente agora ao ano de 1802, quando afirma que “Habitam aí 454 índios, entrando um e outro sexo (...)”. Relacionando as informações deste Ouvidor com as de José Antônio Caldas, percebemos que a população de índios se manteve constante entre 1759 e 1799, pois em 1759 havia em Olivença de 120 a 130 casais de índios – isso sem contar os viúvos e as viúvas –, o que significa que, só de índios “amigados”, podemos ter um número de até 260 indivíduos. Se somarmos a esses 260 índios os viúvos e viúvas, teremos um número ainda maior, tendendo a se aproximar dos 454 índios indicados pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa em 1799.

Mais uma informação importante podemos ainda extrair das palavras do Ouvidor: na citação referente a 1799, ele afirma, se referindo aos 454 índios, que “Deu-se-lhes com a criação da vila uma légua de terra que não lavram, na qual fazem pequenas roças na vila, outras se alugaram a particulares”. Se o número de 454 pessoas corresponde apenas aos índios do lugar, então os tais “particulares” que alugavam suas terras se constituíam em um

contingente a ser somado aos 454 índios apontados pelo Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, contingente provavelmente composto por brancos e mamelucos, pois, desde 1540, segundo informações dos naturalistas Spix & Martius, havia ali uma colônia portuguesa. (SPIX & MARTIUS, 1819 *apud* MOTT, 2010, p. 232).

Devido à importância dos dados histórico-demográficos encontrados em documentos referentes às capitanias (ou comarcas, como prefere Luís dos Santos Vilhena) de Ilhéus e Porto Seguro, e devido ao fato de Aryon Rodrigues se referir claramente às duas como locais onde não houve índios de origem *tupi* em quantidade significativa para que, em contato com portugueses, se formasse uma população mameluca significativa e necessária à formação da *língua geral*, é nessas duas capitanias ou comarcas que nos concentraremos de agora em diante.

4. INTRODUÇÃO ÀS COMARCAS DE ILHÉUS E PORTO SEGURO

No que se refere ao Sul da Bahia [Luiz Mott restringiu sua análise à Comarca de Ilhéus], área geográfica coberta por este artigo, o fato de tratar-se de um espaço periférico ao latifúndio canavieiro redundou numa forma de conquista, ocupação do solo e contato com os indígenas, diferentes e até certo ponto menos deletérios do que o observado entre os Tupinambás do Recôncavo e arredores da Bahia de Todos os Santos (MOTT, 2010, p. 195-196).

Após a leitura do ensaio *Índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)*, escrito pelo antropólogo Luiz Mott, constatamos a existência de um grande contingente *tupinambá* na região sul da Bahia, tanto na Comarca de Ilhéus, estudada pelo autor, quanto na Comarca de Porto seguro, estudada por nós, somado a outro contingente, em menor vulto, de homens brancos portugueses.

Nesse ensaio, Luiz Mott apresenta uma documentação farta sobre a região em questão, atestando o referido contingente populacional. O próprio autor demonstra surpresa com o grande número de índios que encontrou na documentação relativa ao sul da Bahia, afirmando que “a presença deste importante contingente demográfico ameríndio sugeriu-nos um aprofundamento de outros aspectos socioculturais da população autóctone da região” (MOTT, 2010, p. 196), como sua cultura e sociedade, seu sistema econômico, além de questões relativas à posse da terra dos índios da região – que tornariam ilegítima a posse dos que vieram, posteriormente, a ocupar lugar, como os coronéis do cacau –, e de questões relativas à religião e aos Diretores de Índios ali instalados depois das Reformas Pombalinas de 1758.

Dessa maneira, de agora em diante, faremos uma retrospectiva histórica de cada uma das duas comarcas, da seguinte forma:

a) **Comarca de Ilhéus:** primeiramente, levantaremos o perfil da comarca de forma geral, sem nos atermos à história de cada uma de suas vilas e aldeias. Em seguida à retrospectiva geral da comarca, partiremos para a retrospectiva histórica de cada uma de suas vilas e aldeias, baseados nos documentos transcritos por Luiz Mott, no seu ensaio já mencionado, e na Carta XIV de Luís dos Santos Vilhena. As vilas e aldeias que tiveram seus perfis levantados, em sentido norte-sul, como estão distribuídas geograficamente, foram: **São Fidélis** (que não foi elevada a vila, mas incorporada ao atual Município de Valença), **Cairu**, **Boipeba**, **Serinhaém** (ou Santarém), **Camamu**, **Barcelos**, **Maraú**, **Barra do Rio de Contas** (atual Município de Itacaré), **Almada** (que não foi elevada a vila), **Ilhéus**, **Oliveira** e **Poxim** (que, ao sul, faz limite com a Vila de Belmonte, onde tem início a Comarca de Porto Seguro) – **totalizando 10 vilas e 2 aldeias.**

b) **Comarca de Porto Seguro:** primeiramente, levantaremos o perfil da comarca de forma geral, sem nos atermos à história de cada uma de suas vilas. Em seguida à retrospectiva geral da comarca, partiremos para a retrospectiva histórica de cada uma de suas vilas, baseados, principalmente, na Carta XV de Luís dos Santos Vilhena. As vilas que tiveram seus perfis levantados, em sentido norte-sul, como estão distribuídas geograficamente, foram: **Belmonte** (que, ao norte, faz limite com a Vila do Poxim, onde tem fim a Comarca de Ilhéus), **Verde**, **Porto Seguro**, **Trancoso**, **Prado**, **Alcobaça**, **Caravelas**, **Viçosa**, **Porto Alegre** (atual Município de Mucuri) e **São Mateus** (atual Município de São Mateus, hoje pertencente ao estado do Espírito Santo, no seu extremo norte) – **totalizando 10 vilas.**

Somadas as vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus com as da Comarca de Porto Seguro, **temos um total de 20 vilas e 2 aldeias**, abordadas em ordem geográfica, em sentido norte-sul, no período que se estende desde as Reformas Pombalinas, iniciadas na década de 1750, passando pelo final do século XVIII, quando Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas, até a década de 1810.

Esse período se justifica por ter sido nele que [1] o Marquês de Pombal, através do seu *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário*, começou a tomar medidas no sentido de acabar com

o uso da *língua geral*, tanto no Estado do Grão-Pará e Maranhão (onde primeiro foi aplicado o Diretório, em 1757), quanto no Estado do Brasil (onde foi aplicado no ano seguinte, em 1758) e [2] por ser, igualmente, o período dentro do qual estão situados os quatro documentos – expostos acima – referentes à existência da *língua geral* no sul da Bahia.

4.1 A COMARCA DE ILHÉUS¹⁴

A história da Capitania de Ilhéus começa com a fundação da Vila de São Jorge de Ilhéus, em 27 de julho de 1524, no intuito de ser a sede da capitania, que correspondia a 50 léguas de costa – começando na Ponta do Padrão, na Bahia de Todos os Santos, seguindo rumo ao sul, até a margem setentrional do rio *Jequitinhonha* (também conhecido como rio Grande), fazendo limite com a Comarca de Porto Seguro, que tem seu início na margem meridional desse mesmo rio. (VILHENA, 1969, p. 489; TAVARES, 2008, p. 96). Doador por D. João III ao escrivão da Fazenda Real, Jorge de Figueiredo Correia – com a ressalva de que pertencesse ao rei todo o pau-brasil que fosse daí extraído –, este não veio levar a termo a ocupação da região, nomeando, para vir em seu lugar, junto com uma frota de colonos, Francisco Romero. “Para ali foram, a seu mando, artífices e agricultores. Enviou-nos o gado e segundo conta Gabriel Soares, foi também, onde, por primeiro, se plantou a cana-de-açúcar.” (SANTOS, 1957, p. 40).

O contato inicial entre os portugueses e a população autóctone foi violento, pois a forma de cooptação de mão-de-obra indígena foi levada a termo através de bandeiras de preação de índios, sendo estes arrancados de suas aldeias nativas para trabalharem nas terras dos primeiros portugueses que chegaram à Comarca de Ilhéus. “O meio que até então se usava para a conquista dos índios consistia em levantar contra eles bandeiras para serem buscados nas suas choças por entre as matas.” (LISBOA, 1799 *apud* MOTT, 2010, p. 200).

Porém, a situação de conflito entre portugueses e, pelo menos, alguns *tupinambás* não se prolongou, pois, nas “mais recuadas notícias dessa capitania, ela aparece com relativa prosperidade e alguma harmonia entre os colonos e os tupiniquins [*tupinambás*] da região” (TAVARES, 2008, p. 97), fato que indica uma possível aliança entre alguns destes e aqueles.

¹⁴ O termo “comarca” é utilizado por Luís dos Santos Vilhena como sinônimo de “capitania”. Assim, ora se refere à “Capitania de Ilhéus”, ora à “Comarca de Ilhéus”; da mesma forma que ora se refere à “Capitania de Porto Seguro”, ora à “Comarca de Porto Seguro”. Em 1759, antes de Luís dos Santos Vilhena escrever suas cartas, o Marquês de Pombal extinguiu a hereditariedade das capitanias, mas a utilização do termo se manteve. Somente em 28 de fevereiro de 1821, as capitanias são extintas, tornando-se províncias, porém não mantendo, em alguns casos, o território original, a exemplo da Província da Bahia, que teve anexado à sua jurisdição o território correspondente ao estado de Sergipe. Este, por sua vez, tornou-se independente da Província da Bahia em 1823.

Talvez por causa desse acordo parcial de paz e colaboração, os *aimorés* iniciaram grandes investidas contra os primeiros colonizadores do sul da Bahia, dando de assalto contra suas roças e aldeias, causando mortes e prejuízos às lavouras de cana, que, segundo nos informa Luís Henrique Dias Tavares, baseado em Gabriel Soares de Souza, foram as primeiras a serem plantadas no Brasil. (2008, p. 97). Mas, como indicam as palavras ainda desse historiador, havia “alguma harmonia” – ou seja, não era uma harmonia total – entre portugueses e *tupinambás*, fato que é comprovado pelo depoimento do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, quando afirma que, no início da colonização portuguesa na Comarca de Ilhéus, os *tupinambás* também atacavam os portugueses com feracidade. O que parece distinguir os ataques dos *tupinambás* dos ataques dos *tapuias* aos portugueses são os motivos: no caso dos *tupinambás*, o motivo seria a violência com que os portugueses os aliciavam, escravizando-os no trabalho de extração de ouro e tomando suas mulheres; no caso dos *tapuias* – e temos como exemplo os *aimorés* –, o motivo seria a aliança dos portugueses com parte dos *tupinambás*, de quem eram inimigos históricos, incendiando os ânimos dos *tapuias* a promover represálias aos colonos:

Os colonos queriam sem trabalho o ouro, e só quiseram dominar e cativar aos índios, maltratando-os, tomavam suas mulheres e as provisões deles, o que deu causa de armarem-se os bárbaros Tupiniquim – homens de força e valor dotados, para expulsarem hóspedes tão incômodos, que projetavam reduzi-los à tirania e à escravidão. Daqui nasceram as guerras, as desconfianças e o ódio de que dos opressores ainda hoje se conserva transmitido aos vindouros (...). (LISBOA, 1802 *apud* MOTT, 2010, p. 202).

Foi em meio a esse clima de instabilidade que o donatário Jorge de Figueiredo Correia, mesmo permanecendo em Portugal, doou sesmarias aos colonos que vieram para o Brasil, como Lucas Giraldes, que ergueu um engenho de cana em sua sesmaria. Também foi agraciado por Jorge de Figueiredo Correia o Governador-Geral Mem de Sá, que, assim como Lucas Giraldes, partiu para a produção de açúcar com a implantação do Engenho Santo Antônio, de grande porte (TAVARES, 2008, p. 97), e que foi deixado em testamento para os jesuítas, pelos quais Mem de Sá nutria uma grande simpatia.

Em 1552, morre Jorge de Figueiredo Correia, assumindo a posição de donatário o seu segundo filho, Hierônimo de Figueiredo e Alarcão, com a permissão do seu irmão mais velho, o primogênito Rui de Figueiredo – por conseguinte, herdeiro legal, segundo a lei do morgadio então em vigor –, e do rei de Portugal. Porém, Hierônimo de Figueiredo e Alarcão vendeu a Capitania de Ilhéus a Lucas Giraldes, já sesmeiro da mesma.

Durante a década de 1550, a situação de conflito na Capitania de Ilhéus assumiu um vulto tão sério e ameaçador ao estabelecimento dos portugueses na região, que fez com que o próprio Governador-Geral Mem de Sá, em pessoa – depois que chegou aos seus ouvidos a notícia dos acontecimentos inconvenientes e que iam totalmente de encontro aos interesses da Coroa Portuguesa –, liderasse uma expedição em direção ao sul da Bahia, no intuito de massacrar os *aimorés* e *tupinambás* insurgentes, e eliminar o obstáculo que representavam. Assim, após os barulhos do sul da Bahia se tornarem tão estrondosos ao ponto de ecoarem em Salvador, “compadeceu-se o Governador Mem de Sá, e tomando conselho especialmente com seu amigo Nóbrega, convieram que fosse o mesmo Governador em pessoa acudir a insolência daqueles bárbaros, por honra de Deus e do nome das armas de Portugal”, de modo que, tomada a decisão de atacar, providenciou “navios ligeiros, escolheu soldados de satisfação e alguns índios das aldeias, e desembarcou em breve tempo, no Porto de Ilhéus.” (VASCONCELOS, 1663 *apud* MOTT, 2010, p. 200-201).

É assim que, na virada do ano de 1560 para 1561, há um grande confronto entre o então Governador-Geral Mem de Sá e os índios do sul da Bahia, no qual se deu a destruição de 300 aldeias locais, salvando-se apenas os índios que concordaram em se converter ao catolicismo dos jesuítas:

Trezentas aldeias se contam, que destruiu e abrasou do gentio rebelde. O que não quis descer à igreja, retirou-se por essas brenhas por distância de 60 e mais léguas, onde ainda não se davam por seguros do ferro e fogo português. Entrava o ano de 1561. (VASCONCELOS, 1663 *apud* MOTT, 2010, p. 201).

Porém, a dizimação dos índios do sul da Bahia não teve como única causa a guerra promovida por Mem de Sá. Para somarmos à referida guerra, ainda houve uma epidemia de varíola entre os índios que não morreram em combate, causando-lhes uma baixa de dois terços em sua população. (MOTT, 2010, p. 201).

Em 1563, logo após a sua passagem pela região, Mem de Sá doa aos jesuítas grandes extensões de terra, compreendidas desde o rio de Contas – que tem sua foz em Itacaré –, até Camamu, onde fundaram as fazendas Santa Inês e Santana, totalizando 12 léguas de terra, que só não foram esticadas para além da ilha de Boipeba, porque lá habitavam os *aimorés*, etnia temida pelos portugueses. Assim, os jesuítas se tornaram donos de maior parte das terras do sul da Bahia, cabendo aos colonos o menor quinhão. (MOTT, 2010, p. 199).

Em 1565, por iniciativa do já donatário Lucas Giraldes, a situação relativa à Ilha de Boipeba se modifica, sendo criadas – nela e na sua vizinha, a Ilha de Cairu – povoações para assegurarem sua posse aos portugueses, pois a Vila de São Jorge de Ilhéus, sendo a sede da Capitania, já estava com sua posse assegurada. (MOTT, 2010, p. 201-202).

Morrendo Lucas Giraldes, herdou a capitania o seu filho Francisco Giraldes, passando-a em seguida, também por herança, a sua filha, Maria Giraldes, que resolveu entregar a Capitania de Ilhéus a D. João de Castro, como pagamento de dívidas de seu pai, Francisco, e de seu avô, Lucas; dívidas que chegavam a mais de trinta mil cruzados. Por esse motivo, sua prima, Juliana de Sousa, filha de Nicolau Giraldes – provavelmente irmão de Francisco Giraldes –, entrou com uma ação judiciária contra a prima, por não concordar com a entrega da Capitania a D. João de Castro, casado com uma mulher também chamada Juliana, pertencente à ilustre Casa de Resende. Porém, a prima de Maria Giraldes não obteve sucesso na sua ação judicial, passando, assim, a Capitania de Ilhéus a pertencer à Casa de Resende (VILHENA, 1969, p. 490; TAVARES, 2008, p. 97), permanecendo nessa situação até 1744, quando foi incorporada à Capitania da Bahia, e sua posse transmitida à Coroa. O interessante é que, tanto os Figueiredo, quanto os Giraldes, apesar de terem sido donatários da Capitania de Ilhéus, não puseram os pés em solo brasileiro, tendo permanecido sempre em Portugal, de onde nomeavam capitães para virem administrar a capitania em seu lugar.

4.1.1 Aldeia de São Fidélis

Em 13 de fevereiro de 1756, devido aos ataques a flecha que os colonos da região do atual município de Valença vinham sofrendo por parte dos índios que habitavam as matas do lugar, o Vice-Rei e Conde de Arcos convidou, através de carta, o capuchinho Frei Bernardino de Milão, para que se responsabilizasse pela fundação da Aldeia de São Fidélis. Nesse sentido, também decretou que ninguém poderia fazer uso dos serviços dos índios que viessem a ser aldeados se não fosse com o consentimento e aprovação do referido capuchinho.

Essa aldeia – que não foi elevada à condição de vila – está situada a uma légua da vila de Cairu, para onde fugiam os colonos de São Fidélis, com medo dos ataques dos gentios. Em 1757, sua localização não era considerada agradável pelo Capitão Moniz Barreto (*apud* MOTT, 2010, p. 216), por causa dos “bosques que tem vizinhos da povoação, e agrestes saídas”. Marca o início da Comarca de Ilhéus.

Ainda no ano de 1757, possuía uma população de índios *tupinambás* e *aimorés*, falantes da *língua geral*, representados por 120 casais, já “amansados” pelo trabalho de catequese dos capuchinhos. Em 1801, o Frei Bernardino de Milão, que havia caído nas graças dos índios e ainda se encontrava na aldeia, pôde testemunhar uma depopulação dos índios que aldeou, pois, nesse início de século XIX, o número de casais indígenas caiu de 120 para, apenas, 20. A sua igreja, em devoção a São Fidélis, segundo informações do Ouvidor Maciel (1803 *apud* MOTT, 2010, p. 217), também foi dilapidada, de modo que, em 1803, a aldeia “foi extinta pela nova criação da freguesia de Valença.”

É interessante a relação que Frei Bernardino de Milão estabeleceu com os *tupinambás* e *aimorés* de São Fidélis: tendo fundado a aldeia em 1756, ainda se encontrava nela quando foi incorporada à freguesia de Valença em 1803, e nela permaneceu após a incorporação, indicando que, durante pelo menos 47 anos, esteve junto aos índios que aldeou.

4.1.2 Vila de Cairu

A Vila de Cairu foi fundada estrategicamente em uma ilha, entre o Morro de São Paulo e o continente, para que a sua população pudesse se proteger dos ataques *tapuias* que a assolavam quando estava em terra firme, pois o mar se constituía em um obstáculo natural à invasão da ilha pelos *tapuias*. Sua fundação é datada de 1565¹⁵, muito antes de existir o Diretório do Marquês de Pombal; aliás, muito antes de existir a própria pessoa do Marquês, nascida em 13 de maio de 1699, e que se chamava Sebastião José de Carvalho e Melo. Apesar disso, esporadicamente, os *tapuias* ainda caíam sobre a vila, devido à sua fartura de caças, peixes e frutas, causando inquietação e prejuízo aos moradores. Por esse motivo, quando fundaram a vila, os brancos o fizeram junto com “índios mansos” – ou seja, *tupinambás* –, para que os auxiliassem na defesa contra os gentios – ou seja, *tapuias*. “Começa o termo desta vila na margem do rio Jequiriçá, e vai continuando até a margem setentrional do riacho Saraé, onde finaliza (...)” (VILHENA, 1969, p. 495).

Nos seus primórdios, segundo Luís dos Santos Vilhena, esses brancos eram provenientes de famílias nobres, “em que havia alguns foros de fidalguia” (1969, p. 495), situação que já havia se modificado quando chegou ao local entre os anos de 1798 e 1799.

¹⁵ <http://historianamao.blogspot.com>

Medindo de 2 a 3 léguas de circunferência, a ilha onde foi fundada a Vila de Cairu é uma das mais setentrionais da Comarca de Ilhéus. Possuía uma igreja matriz em devoção a Nossa Senhora do Rosário, que, segundo Luís dos Santos Vilhena, estava em muito bom estado naqueles anos de 1798 e 1799, e um convento de capuchos. (1969, p. 494). Além dessas construções, havia na Vila de Cairu as residências dos administradores da Vila de São Jorge de Ilhéus, que, devido às condições precárias da vila que encabeçava a comarca, optaram por fixar residência na Vila de Cairu, sendo os responsáveis também por sua administração, pois os administradores da Vila de São Jorge de Ilhéus também atuavam na administração da comarca como um todo. Havia mais 135 habitações no lugar, pertencentes à população da vila, cujo número chegava a 2.210 (MOTT, 2010, 203), dentre os quais os Ouvidores da comarca, dois juizes, três vereadores e um Procurador do Conselho, além dos “índios mansos” *tupinambás*, que, em muitos casos, abandonavam seus nomes indígenas e adotavam os sobrenomes portugueses dos fidalgos que, em um passado já remoto, habitavam o lugar. É assim que, na Vila de Cairu, “ainda hoje se acham envolvidos na capa da pobreza dos seus indigentes habitantes os apelidos de Menezes, Barretos, Bezerras, Castros, Lacerdas etc.” (VILHENA, 1969, p. 495). No que concerne à forma de subsistência praticada no local, “consiste o comércio dos seus habitantes na venda das suas colheitas de farinha, arroz, feijão, e madeiras que tiravam, o que hoje é vedado naquela comarca a todos, sendo o de que unicamente podem subsistir.” (VILHENA, 1969, p. 496).

O rio *Saraé* – que põe termo, ao sul, à Vila de Cairu – entra por terra firme a uma distância que supera 10 léguas. Às suas margens, há as seguintes povoações: *Mapendipe*, *Maracoaba*, *Galé*, *Camuriji*, *Taperauá (Taperoá)*, *Pará*, *Jequié* e Monte Piranga. (p. 495).

4.1.3 Vila de Boipeba

Logo após a Vila de Cairu, entre a margem meridional do rio *Saraé* e a ponta norte da barra de Camamu, está a Vila de Boipeba, fundada em 1565¹⁶. Luís dos Santos Vilhena não faz referência direta à fertilidade do seu solo, o que nos leva a crer que não deve ser dos mais fecundos, pois, quando o é, ressalta essa fertilidade aos quatro ventos, tecendo loas sobre as muitas espécies de madeiras que podem ser retiradas do local e sobre as muitas espécies de lavouras e pastagens que nele se poderiam fazer. Apenas informa, de maneira indireta, que os rios que cortam a vila possuem algum peixe e que o terreno é propício à plantação de mandioca, arroz e poucos tipos de legume.

¹⁶ <http://historianamao.blogspot.com>

A Vila de Boipeba não era de grandes dimensões. Possuía uma igreja matriz erigida em devoção a Santo Antônio, além das residências da administração e dos habitantes. Sua população era composta por dois juízes, três vereadores, um procurador do conselho, além da gente humilde da vila, que compreendia índios *tupinambás* e brancos. Sua população total, segundo Luiz Mott (2010, p. 203), era de 2.417 pessoas, cujo comércio “consiste (...) em pescarias, algumas farinhas, arroz, e poucos legumes (...). Tem várias ilhotas para a parte de terra, a que dão o nome de Furados” (VILHENA, 1969, p. 496) e “a ela pertencia o presídio do Morro de São Paulo, o principal forte e cadeia da região.” (MOTT, 2010, p. 203).

4.1.4 Vila de Serinhaém (ou Santarém)

No ano de 1758, em cumprimento ao Diretório do Marquês de Pombal, o Ouvidor Luís Freire de Veras elevou a aldeia de Serinhaém – “por corrupção e vulgarmente chamada Santarém” (AIRES DE CASAL, 1817 *apud* MOTT, 2010, p. 215) – à condição de vila, doando aos seus habitantes uma légua de terra em quadra. Situada às margens do rio *Serinhaém*, dentro da barra de Camamu, possuía uma igreja em devoção a Santo André.

Em 1759, seus habitantes, aos quais foi doada a referida légua de terra em quadra, correspondiam a apenas 16 casais de índios *tupinambás* e *paiaiás*, além dos jesuítas. Contudo, 35 anos depois, em 1794, o número de habitantes da vila de Serinhaém subiu consideravelmente, atingindo o número quase 10 vezes maior de 300 pessoas, provavelmente devido ao alto grau de miscigenação entre índias e portugueses, somando um considerável contingente mameluco à escassa população de 1759. Esse aumento populacional foi responsável também pelo aumento de habitações, que a essa altura já era de 160 palhoças. Ainda nesse ano de 1794 é interessante o comentário feito pelo Capitão Moniz Barreto (*apud* MOTT, 2010, p. 215), relativo à situação pitoresca da igreja matriz da vila: “A Igreja Matriz de Santo André é a mais indecente que encontrei, que ao mesmo tempo serve de um lado de curral de ovelhas”. Nada mais adequado, se considerarmos que todo pastor tem de ter o seu rebanho... Devido ao seu estado decadente, em 1799, os párocos remanescentes – já submetidos ao poder secular do Estado – decidiram desativar a referida igreja de “dupla função”, iniciando a construção de uma nova, que, no entanto, ainda estava sem cobertura. Os índios da Vila de Serinhaém eram falantes da *língua geral*. (MACIEL, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 215).

Em 1802, entretanto, o seu número de habitantes havia reduzido consideravelmente, passando de cerca de 300 pessoas para cerca de 140. Mas isso não significou a continuação do

declínio de sua população ao ponto da extinção, pois Aires de Casal, ao passar pela vila em 1817 (*apud* MOTT, 2010, p. 215), registrou ser Serinhaém “uma vila pequena ainda, sobre a embocadura do rio deste nome, e povoada de índios.”

4.1.5 Vila de Camamu

“Está a vila do Camamu situada pelos 14 graus de latitude meridional, sobre uma colina à borda de uma cachoeira chamada da Vila” (VILHENA, 1969, p. 497) e às margens do rio Camamu, que sobe terra adentro por uma distância de 4 léguas. Distante da capital Salvador em 24 léguas, para esta vila convergem 3 rios de maior porte – *Maraú, Serinhaém e Camamu* – e 5 de menor porte – *Condurá, Pinaré, Mapera, Robalo e Guarapiranga*. Foi fundada no século XVI, muito antes das Reformas Pombalinas, no ano de 1565¹⁷, pelos jesuítas, logo após terem-na recebido do Governador-Geral Mem de Sá, como parte de uma generosa doação de 12 léguas de terra.

No final do século XVIII, a população da Vila de Camamu era de 4.067 habitantes, distribuídos em 900 casas. A economia local destoa tanto da economia das demais vilas da Comarca de Ilhéus, quanto da economia das vilas da Comarca de Porto Seguro, pois gira em torno da colheita de café, que era então próspera, aumentando de ano para ano, e de tal forma, “que me consta ter havido ano em que se pagaram 2.000 arrobas ao dízimo.” (VILHENA, 1969, p. 497). Mas a prosperidade das lavouras de café não condicionou a Vila de Camamu ao seu cultivo único e exclusivo: a vila também possuía plantações de mandioca, arroz, legumes e cana, com a qual se fabricava “muita, e puríssima aguardente, superior à famosa de Parati”, de acordo com a informação de Luís dos Santos Vilhena, que, pela segurança e precisão da afirmação, era certamente sensível apreciador e íntimo conhecedor do produto. (p. 497).

Ao final das 4 léguas de terra que margeiam o rio Camamu – nas quais estava erigida a vila –, este se encontra com outro rio, chamado de rio do Braço, ao qual se incorpora. O rio do Braço é assim chamado por possuir uma curvatura que o torna parecido com um braço humano e possui margens muito férteis para variadas lavouras. Tem “a sua origem na serra de Getemana, ou Maitaracas, na distância de 2 dias de viagem de Camamu, onde não é pequena a quantidade que se acha de ouro em pó, pingos-d’água, crisólitas, águas marinhas, e outras pedras desta qualidade.” (VILHENA, 1969, p. 498).

¹⁷ <http://historianamao.blogspot.com>

4.1.6 Vila de Barcelos

A Vila de Barcelos está localizada dentro da barra de Camamu – em terra firme, uma légua ao norte da Vila de Marauá –, “vantajosamente situada no ângulo da confluência do pequeno rio Paratigi com o Marauá”, no alto de uma montanha. (AIRES DE CASAL, 1817 *apud* MOTT, 2010, p. 214). Seu solo é fértil, como o das cabeceiras do rio *Tapugá*, dentro dos limites da vila, possuindo “bastantes, e ótimas madeiras para a construção naval, como sejam sucupira-açus, adernos, sapucais, paus de óleo, e roxos; com puxadas cômodas para o porto de embarque.” (VILHENA, 1969, p. 498).

Antes de 1758, Barcelos era uma aldeia de índios. Porém, a partir dessa data, “por Provisão expedida pelo Conselho Ultramarino para criação das vilas de índios” (VILHENA, 1969, p. 498), de acordo com a linha de atuação do Marquês de Pombal, foi promovida à condição de vila, pelo então Ouvidor Luís Freire de Veras.

Em 1759, possuía de 60 a 86 casais de índios *tupinambás*, já familiarizados com os brancos – sendo, por isso, chamados de “índios mansos”. (SPIX & MARTIUS, 1919 *apud* MOTT, 2010, p. 214). Porém, o idioma que falavam era a *língua geral*. (MACIEL, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 224). Entre 1798 e 1799, o número de índios *tupinambás* aumenta. Mesmo assim, o contingente indígena da vila causa estranheza a Luís dos Santos Vilhena, que esperava encontrar mais índios no local; no seu comentário, também é possível notar uma ponta de insatisfação com a expulsão dos inacianos das possessões portuguesas: “a sua população apenas chega a 200 almas [sem contar os brancos], índios faltos todos de educação depois da extinção dos Jesuítas”. A expulsão da Companhia de Jesus, contudo, não implicou na extinção do contato entre os índios da Comarca de Ilhéus e os brancos. Pelo que lemos nas Cartas XIV e XV de Luís dos Santos Vilhena, uma vida social já havia se formado entre brancos e índios, não dependendo mais de qualquer intermediação dos jesuítas. Um bom exemplo disso era a relação comercial que havia entre eles, pois “grande parte das terras dadas por sesmaria aos índios acha-se arrendada a diversos brancos, que por ali habitam.” (VILHENA, 1969, p. 498).

Em 1802, sua população indígena havia se mantido constante, girando em torno de 200 habitantes, como em 1759, 1798 e 1799. Ainda nesse ano de 1802, possuía uma igreja em devoção a Nossa Senhora das Candeias, um colégio erigido pelos jesuítas – sendo os únicos edifícios de pedra e cal da vila – e algumas lavouras criadas também no período dos jesuítas. Porém, esses estabelecimentos estavam decadentes, devido à sua expulsão.

Um fato interessante, semelhante ao que ocorria em Olivença, consistia em haver, dos dois juizes da vila, um escolhido entre os índios e o outro escolhido entre os brancos.

4.1.7 Vila de Marau

Situada entre a Vila de Barcelos e a Vila da Barra do Rio de Contas, a Vila de Marau, nos seus primórdios, era uma aldeia indígena chamada *Mayra*, às margens do rio *Marau*, que, por sua vez, “é navegável, fundo, e largo, mais em umas, que em outras partes; admite navegação de sumacas pequenas, lanchas e canoas.” (VILHENA, 1969, p. 502). Em 1705, os capuchos italianos a descobrem e começam a povoá-la, passando a chamá-la de São Sebastião de *Mayrahú*. No contexto das Reformas Pombalinas, em 23 de julho de 1761, é elevada à categoria de vila, já com o nome de São Sebastião do *Marau*¹⁸. (VILHENA, 1969, p. 502).

Sua população era composta por 1.600 pessoas, entre brancos e índios *tupinambás*, distribuídas em 326 casas. Já a economia da vila era simples e sem maior vulto: apenas plantavam mandioca e cana, utilizando a cana para fabricar aguardente (p. 502) e a mandioca, provavelmente, para fazer farinha, à símile das outras vilas que também plantavam mandioca, não possuindo outra atividade comercial além desta.

Quando se sobe pelas águas do rio *Marau* e se atinge o seu ponto mais alto, avistam-se 3 cabeceiras de rio. De acordo com Luís do Santos Vilhena, esses rios são os seguintes: Noviciado, Caibro e Cobi. “Em uma cachoeira, que do sertão vem ao sítio do Noviciado, na distância de 8 léguas se contam 25 saltos, ou pancadas, algumas com bastante despenho, além dos secos e voltas o que obsta muito as tiradas de madeiras das matas grossas que por ali há.” (VILHENA, 1969, p. 503). Essas terras do rio Noviciado possuíam matas abundantes em madeiras de qualidade, que podiam ser aproveitadas para a construção naval. Somente a mata do porto do Noviciado possuía meia légua de extensão, que se somava a outra meia légua para o interior. “Vai esta mata findar no sertão da Mutuca, e entrando pelas de Caibro em rumo do Sul, na distância de 8 léguas por mato dentro se encontram famosas madeiras de construção, bem como nas matas do Cobi.” (p. 503-504).

4.1.8 Vila da Barra do Rio de Contas

“A Vila de Rio de Contas era uma aldeia de índios, com alguns portugueses foreiros do Colégio dos Jesuítas”, elevada à condição de vila antes das Reformas Pombalinas, em 27 de janeiro de 1732, por obra da Condessa de Rezende. (LISBOA, 1799 *apud* MOTT, 2010, p.

¹⁸ www.bahiaemfoco.com/Marau

212). “Subindo pelo rio de Contas, meia légua acima da vila fica a aldeia de N. S. da Piedade de índios de nação Grens [*guerém*], administrada pelos Capuchos italianos” (VILHENA, 1969, p. 506), que, por sua vez, possuía uma capela em devoção a Nossa Senhora dos Remédios.

A Vila da Barra do Rio de Contas era habitada pelas etnias *tupinambá*, *pocuruxém* e *guerém*, falantes da *língua geral*. (MENEZES, 1757 *apud* MOTT, 2010, p. 212). A essa altura, no ano de 1757, sua população era de 1.060 pessoas, composta por índios e, como dito acima, brancos portugueses.

No dia 8 de abril de 1790, os índios de Conquista das Salinas – pedaço de terra situado dentro dos limites da Vila da Barra do Rio de Contas e um quarto de légua abaixo do que hoje se conhece em Itacaré como Cachoeira do Funil – foram ao encontro do Governador-Geral D. Fernando José de Portugal, no intuito de pedir que não fossem deixados sob a administração do Capitão-Mor João Gonçalves da Costa e que para lá fosse enviado um pároco para os instruir na religião católica. Por esse motivo, o Governador-Geral resolveu levantar em Conquista das Salinas uma nova aldeia de índios. Nesse intuito, em 25 de junho de 1790, escreveu uma carta para o Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa – antecessor de Baltasar da Silva Lisboa –, mandando que este enviasse para lá os índios de Almada – da etnia *guerém* – e de outras localidades. Contudo, as medidas nesse sentido foram ineficazes, pois os índios que foram mandados para a aldeia recém-criada fugiram para as matas de onde, no caso de alguns, foram retirados.

Alguns anos após esse incidente, depois da morte do Ouvidor Francisco Nunes da Costa, o Ouvidor seguinte, Baltasar da Silva Lisboa, apontava como motivos para o insucesso da aldeia: [1] O fato de não terem enviado, junto com os referidos índios, um contingente de portugueses, o que indica ter sido praxe essa prática nas outras aldeias e vilas que deram certo; e [2] O fato de não ter sido doada aos índios aldeados um légua de terra para que fizessem suas plantações, como havia acontecido na formação das demais aldeias e vilas da Comarca de Ilhéus. Pelos motivos apontados, só restaram, na aldeia, ainda segundo o Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, 4 ou 6 seis casais de índios. (LISBOA, 1802 *apud* MOTT, 2010, p. 213).

O mesmo insucesso não aconteceu, contudo, na própria Vila da Barra do Rio de Contas, meia légua abaixo da referida aldeia dos índios *gueréns*, pois, entre 1798 e 1799, a sua população havia aumentado, chegando “o número dos habitantes desta vila, compreendendo todas as idades e sexos, a 455; compreendendo porém os do termo chegarão a 2.000 almas de que 1.317 são de confissão” (VILHENA, 1969, p. 505), que vivem às margens do rio de

Contas, plantando mandioca e arroz. Porém, “não têm estas terras próprias, mas sim cultivam as que arrendam, ou aforam aos senhorios, que as arremataram depois da extinção dos Jesuítas, seus ante-possuidores.” (p. 505). Dentre os referidos habitantes, encontram-se os administradores da vila, que são dois juizes, três vereadores e um Procurador do Conselho, todos escolhidos pelo Ouvidor da Comarca de Ilhéus.

Atualmente, corresponde ao Município de Itacaré.

4.1.9 Aldeia de Almada

Habitada pelos *tapuias* da etnia *guerém* – descendente dos *aimorés* ou botocudos, e que já não eram mais numerosos –, a Aldeia de Almada fica a 5 ou 6 léguas ao norte de Ilhéus e ocupa meia légua de terra. Possui uma cachoeira e suas terras são “fertilíssimas e abundam em toda a qualidade de madeiras de construção e diferentes espécies de caça” (VILHENA, 1969, p. 494), como porcos selvagens, pacas, cotias e onças.

Em 1759, período no qual a aldeia foi fundada, foi necessária uma negociação com os índios *gueréns* para que permitissem o estabelecimento dos jesuítas ali. Assim, em troca de tal permissão, exigiram “que lhes dessem terrenos e habitações.” (MAXIMILIANO, 1816 *apud* MOTT, 2010, p. 209). Tendo sido aceita a exigência, veio habitar à aldeia um padre, que trouxe consigo índios *tupinambás*, construindo algumas cabanas e uma igreja em devoção a Nossa Senhora da Conceição. De início, os índios e índias que viviam “amigados” ainda não eram considerados casais, pois apenas as crianças haviam sido batizadas, sendo os adultos, até esse momento, pagãos. Com relação ao seu idioma, eram falantes da *língua geral*. Segundo José Antônio Caldas (1759 *apud* MOTT, 2010, p. 208), a situação espiritual dos índios de Almada era essa devido ao fato de não permanecerem na aldeia, “porque vem e vão para o mato quando muito lhes parece.”

No ano de 1798, porém, os índios *gueréns* já haviam caído nas graças do Senhor, pois as suas “amigações” já eram consideradas uniões conjugais, tendo sido provavelmente casados pelos jesuítas, pouco antes destes serem expulsos das possessões portuguesas, pois Luís dos Santos Vilhena, nesse ano, já dá a informação de que ali havia 95 casais. (VILHENA, 1969, p. 494).

Mas a aldeia não vingou, entrando em decadência, processo que se intensificou quando, em 1815, foi aberta uma estrada ligando Ilhéus ao rio Pardo.

Dessa maneira, em 1816, quando o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied chegou a Almada, se deparou com a presença inusitada do seu novo proprietário, que havia

recentemente comprado a propriedade onde antes era a aldeia, na qual pretendia fundar uma fazenda: tratava-se de um holandês, o Sr. Weyl, que, segundo o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, o recebeu muito bem em suas recém-adquiridas terras. A essa altura, quase todos os *gueréns* já haviam morrido, restando apenas um senhor, que já havia sido batizado com nome português, chamado Capitão Manuel, e algumas duas ou três mulheres, também já idosas.

Pouco depois da passagem do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied por Almada, morreu o Capitão Manuel (e, pelo mesmo período, provavelmente as duas ou três índias *gueréns*, igualmente idosas), restando apenas os índios *tupinambás* no local.

Entre 1816 e 1819, com a extinção da aldeia de índios de Almada, os *tupinambás* que ali habitavam foram transferidos para a Vila de São Pedro de Alcântara, recém fundada na margem da referida estrada entre Ilhéus e rio Pardo, e pertencente à Comarca de Porto Seguro. A Vila de São Pedro de Alcântara viria a se tornar a cidade de Itabuna.

4.1.10 Vila de São Jorge de Ilhéus

A Vila de São Jorge de Ilhéus foi fundada em 27 de julho de 1524, por Francisco Romero, que ali aportou com essa incumbência, vindo de Portugal, a mando de Jorge de Figueiredo Correia. A data se repete porque a fundação da vila se confunde com a da própria Capitania de Ilhéus, tendo sido esta a primeira vila a ser fundada na capitania. Sendo “a cabeça desta comarca, acha-se ela situada na altura de 14 graus, e 45 minutos na altura do pólo do Sul, e fica entre dois oiteiros vizinhos da parte do Sul e Oeste, sítio fúnebre, encravado entre dois rios, um o da Vila, ou Engenho, outro o Taipe.” (VILHENA, 1969, p. 491). Esse “sítio fúnebre” (sendo a palavra “fúnebre”, provavelmente, utilizada com o sentido de “decadente”) era um terreno muito fértil, pois era composto por extensas várzeas, banhadas pelas “águas do monte que transbordam, e com a muita matéria as fecundam”, ao longo do rio *Taipe*. (1969, p. 493). Contudo, mesmo que Luís dos Santos Vilhena tenha utilizado a expressão “fúnebre” com o sentido que apontamos, ainda assim soa irônico o adjetivo que usou para caracterizar terras de onde brota tanta vida.

Na primeira metade do século XVI, pouco depois de sua fundação em 1524, possuía grande povoação, famílias sem miscigenação com os índios da terra, que Luís dos Santos Vilhena chamou de “limpas” (1969, p. 492), alfândega, Casas de Câmara, Casa de Misericórdia, duas fortalezas, almoxarife, casas particulares com alguma opulência, um colégio jesuítico, além de um Provedor da Fazenda e um escrivão.

Entretanto, quando Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas entre 1798 e 1799, se refere a essa prosperidade como coisa do passado, pois, segundo suas palavras, “está tudo arruinado, e desfeito. Sem que já pareça vila, mas sim uma pobre aldeia.” (1969, p. 492). Certamente por esse motivo, os seus Ouvidores, responsáveis pela administração da vila e da comarca, não residiam mais lá, mas na Vila de Cairu.

No que concerne ao restante da população, no final do século XVIII, esta girava em torno de 2.000 pessoas, “compreendendo todas as idades, sexos, e qualidades”, que viviam em cerca de 280 casas em situação de extrema pobreza, fazendo com que Luís dos Santos Vilhena ressaltasse o paradoxo da situação, pois viviam em um dos locais mais férteis da América Portuguesa:

Apesar da nímia fecundidade do terreno não passa a lavoura daquela pobre gente de alguma mandioca, e arroz que descascado faz o ramo do seu comércio para a Bahia, ao que acedia alguma madeira que tiravam das matas, e do que tudo estão hoje privados em razão do novo plano sobre os cortes das madeiras (...) (VILHENA, 1969, p. 492).

Ao menos os rios que cortam a vila eram abundantes nos mais variados tipos de peixe e as suas margens igualmente abundantes em toda espécie de caça, proporcionando, assim, a subsistência dos habitantes da Vila de São Jorge de Ilhéus. (VILHENA, 1969, p. 493-494).

4.1.11 Vila de Olivença

Em 22 de novembro de 1758, devido às Reformas Pombalinas, a Aldeia de Olivença, 3 léguas ao sul da Vila de São Jorge de Ilhéus, recebe provisão do Conselho Ultramarino para que seja elevada a vila, não tendo sido essa provisão posta em prática de imediato.

Situada no topo de uma colina, à beira-mar, pelo flanco direito da vila “segue uma corda de serra fazendo diferentes pontais, e nela há muitas madeiras de lei, e preciosos jacarandás”. Porém, um problema de formação geográfica dificulta a exploração comercial das madeiras de lei do local: não há “porto para embarque pelas praias, em que se vêem diversos bancos de pedra saxosa, e arenosa com partículas de ferro, e em outras paragens onde é menor o rebentão do mar, poderiam sair jangadas.” (VILHENA, 1969, p. 507).

Sua composição demográfica era representada por índios *tupinambás*, falantes da *língua geral*, trazidos da Vila de São Jorge de Ilhéus pelos jesuítas, possuindo, em 1759, entre 120 e 130 casais, afora os viúvos e viúvas. Em 1760, devido à provisão de 1758, é finalmente elevada à condição de vila, período no qual também é implantada ali a justiça temporal, por

obra do Ouvidor Luis Freire de Veras, e é dada aos índios “uma légua de terra que não lavram, na qual fizeram pequenas roças (...), outras se alugaram a particulares.” (LISBOA, 1799 *apud* MOTT, 2010, p. 207).

A vila possuía um convento jesuítico, uma igreja de pedra devotada a Nossa Senhora da Escada, construída pelos jesuítas em 1700 – cuja distância entre uma parede e outra era de 38,5 palmos, possuindo apenas um altar – e casas de palha nas quais moravam os índios. (VILHENA, 1969, p. 507; LISBOA, 1799 *apud* MOTT, 2010, p. 206-207).

“No ano de 1794, Antônio da Costa Camelo, juiz ordinário da Comarca dos Ilhéus, assume interinamente o cargo de ouvidor, em virtude do falecimento do desembargador Francisco Nunes da Costa” (LOBO *et alii*, 2006, p. 609), até que o novo Ouvidor, Baltasar da Silva Lisboa, assumisse permanentemente o cargo. Nessa ocasião, o Diretor de Índios da Vila de Olivença era Francisco Antônio da Silveira, que, no entanto, não vinha cumprindo suas funções adequadamente. Uma das suas falhas – aponta o documento editado por Permínio Ferreira, Klebson Oliveira e Uílton Santos Gonçalves, no livro *Cartas baianas setecentistas*, organizado por Tânia Lobo no ano de 2001 – estava no fato de que “(...) não ensinava a seus filhos a ler nem escrever e nunca deu escola conforme a direção da Vila”, indo de encontro à política lingüística estabelecida pelo Marquês de Pombal, que previa a criação de escolas de primeiras letras para meninos e meninas, no intuito de que aprendessem a língua portuguesa e abandonassem a *língua geral*, que, de 1758 em diante, estava proibida de ser utilizada, ordem que não vinha sendo obedecida em Olivença há quase quatro décadas. Por esse e outros motivos – a prevaricação era mais um deles –, os membros da administração da Vila de Olivença pediram a Antônio da Costa Camelo – como já mencionado, Ouvidor Interino da Comarca – para substituir Francisco Antônio da Silveira por outro Diretor de Índios. Estabelecida essa conjuntura, o nome mais cotado para assumir a referida função passou a ser Manuel do Carmo de Jesus, pelas seguintes razões: [1] Manuel do Carmo de Jesus “tinha meio de se sustentar (...)” e, como principal razão, [2] o fato “de ser criado naquela vila e saber a língua geral de índios para melhor saber ensinar [a língua portuguesa, muito provavelmente]” (LOBO *et alii*, 2006, p. 610).

Em 1798, a população indígena da vila aumenta para 454 pessoas. Em 1799, o Ouvidor da Comarca de Ilhéus – que não era mais o interino Antônio da Costa Camelo, mas, sim, o novo Ouvidor, Baltasar da Silva Lisboa – lamenta o fato de, naquele período, os índios, inclusive as mulheres e suas filhas, ainda andarem nus, como se tivessem acabado de sair dos matos e de serem integrados ao sistema colonial. (LISBOA, 1799 *apud* MOTT, 2010, p. 207).

Mas esse comentário de Baltasar da Silva Lisboa não corresponde à totalidade dos índios de Olivença – sendo apenas uma de suas facetas –, pois, como veremos mais adiante, muitos de seus índios e mamelucos já possuíam cultura próxima à portuguesa.

Em 1816, a vila possuía cerca de 180 casas, com uma população indígena girando em torno de 800 índios, já misturados com descendentes dos índios *gueréns*, em meio a uma população total estimada pelo Príncipe Maximiliano em 1000 pessoas, sendo os portugueses a minoria. (MAXIMILIANO, 1816 *apud* MOTT, 2010, p. 207). Em 1819, a situação demográfica dos índios se mantém.

Dessa maneira, no que concerne à demografia indígena da Vila de Olivença, podemos notar que, desde que foi elevada a vila em 1760, ao ano de 1819, sua população mais que dobrou, passando de, pelo menos, 260 índios em 1759, a cerca de 800 índios em 1819. Nesse mesmo ano, temos uma informação interessante, dada pelos cronistas Spix & Martius (*apud* MOTT, 2010, p. 208): “A fiscalização municipal, que lhes dá certa liberdade, é feita por Juiz, auxiliado por um só Escrivão, sendo este escolhido entre os portugueses e aquele entre os índios”, o que indica uma grande integração entre índios e brancos na Vila de Olivença.

4.1.12 Aldeia de Poxim

Pertencente à Vila de São Jorge de Ilhéus, a aldeia de Poxim se situa no Pontal do Norte do Rio Grande (ou *Jequitinhonha*) e possui terrenos muito férteis. Em 1756, era administrada por um Capitão das Conquistas, sem levar em conta os parâmetros estabelecidos pelo Regimento das Aldeias. Este regimento parece ser de cunho eclesiástico, pois o motivo apontado pelo vigário Gramacho (1756 *apud* MOTT, 2010, p. 217) para a sua não-utilização é, justamente, a falta de uma igreja no local, apesar de ter o seu santo protetor: Santo Antônio de Arquim.

Além de se queixar da falta de uma igreja, o vigário Gramacho ainda lamenta o fato de os índios do local – 17 casais de *tapuias menhans* e *pataxós* – se recusarem a ir à igreja vizinha para serem instruídos na doutrina cristã. Tentando resolver esse “problema de deslocamento”, propôs aos índios que, já que eles se recusavam a ir à igreja mais próxima, então ao menos aceitassem que um instrutor fosse à sua aldeia para os introduzir no cristianismo. Contudo, os *menhans* e *pataxós* eram irredutíveis e preferiam morrer sem os sacramentos divinos, correndo o risco de cair diretamente nos braços de Mefistófeles, a aceitar a subordinação piedosa dos padres católicos. Dessa maneira, “morriam como brutos, sem sacramentos, pelo não procurarem.” (GRAMACHO, 1756 *apud* MOTT, 2010, p. 217).

Em 1759, tinha como missionário um clérigo secular. Porém, como deixam entrever as informações relativas à resistência desses índios à catequese, suas relações com os brancos não eram das mais cordiais desde, pelo menos, 1548. É assim que, entre 1798 e 1799, Luís dos Santos Vilhena (1969, p. 509) afirma que “Houve em outro tempo uma freguesia em Poxim, o gentio porém haverá cinqüenta anos perseguiu cruelmente aquele lugar, obrigando os seus habitantes a retirar-se (...)”, restando apenas poucos moradores não-índios. Em 1802, o Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa (*apud* MOTT, 2010, p. 218) informa que, durante 40 anos, os *pataxós* desfecharam constantes ataques à Aldeia de Poxim, motivo pelo qual muitos de seus colonos foram se refugiar nas margens do rio *Patipe*.

Entretanto, os ataques dos *menhans* e *pataxós* não foram suficientes para amedrontar todos os colonos do local, pois, em 1817, segundo informação de Aires de Casal (1817 *apud* MOTT, 2010, p. 218), o seu contingente demográfico era formado por brancos e índios, indicando que a aldeia continuou seu desenvolvimento, motivo pelo qual, no dia 13 de dezembro de 1832, foi elevada à categoria de vila, apesar disso ter acontecido tardiamente em relação às demais vilas da Comarca de Ilhéus¹⁹.

4.2 A COMARCA DE PORTO SEGURO

“A Capitania de Porto Seguro foi a parte que, na partilha do Brasil, coube a Pero de Campo Tourinho” (SANTOS, 1957, p. 42), como previu a carta de doação de 27 de maio de 1534, assinada pelo Rei D. João III, concedendo-lhe essa possessão ultramarina (TAVARES, 2008, p. 92), que tinha seu limite setentrional na foz do rio *Jequitinhonha* e o seu limite meridional na foz do rio Doce, totalizando uma extensão costeira de 60 léguas, provida de muitos coqueiros. (p. 95).

Pero do Campo Tourinho era proprietário de terras em Viana do Castelo, situada na província do Minho, em Portugal. No intuito de angariar fundos e viajar para o Brasil, para assumir o seu pedaço de costa no sul da Bahia, vendeu todas as suas posses, realizando a travessia do Atlântico juntamente com sua esposa, Inês Fernandes Pinho, sua filha Leonor, seus filhos Fernão e André²⁰, e mais uma frota composta por 600 homens (TAVARES, 2008, p. 95), sendo estes últimos “muita gente de qualificação, com a qual se pudesse estabelecer e prosperar”; gente que “era da melhor do reino, sem mescla de sangue mouro, e afeita tanto à lavoura como à lides do mar.” (SANTOS, 1957, p. 42). Foi com a chegada desse grande

¹⁹ www.ibge.gov.br

²⁰ “Pelo pouco que se sabe, Pero do Campo Tourinho foi o único dos quinze donatários a trazer mulher e filhos.” (TAVARES, 2008, p. 99).

contingente – cuja maioria absoluta era do sexo masculino – que teve início a colonização da Comarca de Porto Seguro.

De início, doou sesmarias a alguns integrantes de sua frota, como o Duque de Aveiro, que estabeleceu um engenho de açúcar na capitania, vindo essa sesmaria a se chamar “Fazenda Engenho Santa Cruz”. Contudo, Pero do Campo Tourinho, especificamente, não se dedicou à plantação de cana, mas ao comércio de pau-brasil, que praticava sem respeito à exclusividade comercial que Portugal exigia das suas colônias, pois vendia suas extrações de madeira também aos franceses, que chegavam com seus navios à Comarca de Porto Seguro, em busca de tal produto. (TAVARES, 2008, p. 95).

Em 1543, começam a surgir informações sobre conflitos envolvendo Pero do Campo Tourinho e os colonos que trouxe de Portugal, provavelmente por imposição de excesso de trabalho, pois o donatário da capitania de Porto Seguro exigia que labutassem, inclusive, em dia santo, tendo sido este um dos motivos da acusação de heresia feita a ele em 1546, levando-o à prisão. Estando preso, foi enviado de volta a Portugal – mais especificamente a Lisboa –, para, em 1547, prestar contas ao Tribunal do Santo Ofício, tendo conseguido absolvição, mas não obtendo autorização para retornar ao Brasil.

O contato inicial com os índios de Porto Seguro foi violento. Mesmo os *tupinambás*, logo que os portugueses chegaram, foram hostis, matando integrantes da expedição de Pero do Campo Tourinho e destruindo suas lavouras. Somente depois de grandes prejuízos e mortes, o donatário da Capitania de Porto Seguro conseguiu estabelecer uma aliança com os *tupinambás*, que passaram a ser os “índios mansos”, “amigos dos portugueses”. Por esse motivo, Luís Henrique Dias Tavares afirma, baseado em carta escrita pelo Ouvidor Pero Borges, em 1550, ao Rei de Portugal – enquanto Pero do Campo Tourinho se encontrava em terras lusitanas –, que “nos seus primeiros anos essa capitania viveu em harmonia com os tupiniquins [*tupinambás*] que habitavam a região” (TAVARES, 2008, p. 95), o que indica que a aliança de Pero do Campo Tourinho com os *tupinambás* – feita na Comarca de Porto Seguro antes do seu regresso forçado à Europa – foi feita logo depois dos primeiros conflitos.

Entretanto, essa aliança lhe custou a inimizade dos *aimorés*, pois estes eram inimigos dos *tupinambás*, inimizade esta que passou a se constituir em um dos principais obstáculos para os portugueses na colonização da Comarca. (SANTOS, 1957, p. 43).

Em 1553, Pero do Campo Tourinho morre em Portugal, herdando suas terras Fernão do Campo Tourinho, seu primogênito. Porém, o novo proprietário da capitania não teve tempo para usufruir dos privilégios de donatário, pois, logo após herdá-la do pai, também veio a

falecer, deixando-a em testamento para sua irmã Leonor, que, em 1556, teve seu direito de donatária reconhecido por um alvará real. Em 1559, pediu autorização da Coroa para vender a capitania ao já citado Duque de Aveiro, dono da Fazenda Engenho Santa Cruz – gleba que obteve por doação do pai da própria Leonor, Pero do Campo Tourinho –, mudando de mãos, assim, as rédeas da Comarca de Porto Seguro, que agora passava a pertencer à Casa de Aveiro. Após a morte do Duque de Aveiro, a sucessão de donos da capitania se deu da seguinte forma: 1. Pedro Diniz de Lencastre, que não era o primogênito, mas o segundo filho do Duque de Aveiro; 2. Álvaro de Lencastre, irmão de Pedro Diniz de Lencastre. (TAVARES, 2008, p. 96). Após a morte de Álvaro de Lencastre, a Casa de Aveiro foi alvo de uma ação judicial, que permaneceu sem solução durante um longo período, envolvendo as posses dessa Dinastia, que chegou a ser considerada a mais rica de Portugal, depois da Dinastia de Bragança²¹.

Porém, a Comarca de Porto Seguro não obteve o mesmo sucesso que a Comarca de Ilhéus – sucesso este, em termos relativos. Isto porque, além do obstáculo oferecido pelos *aimorés* – que, como dito acima, se tornaram inimigos dos portugueses devido à sua aliança com os *tupinambás* –, outro fator veio a ser determinante para que o desenvolvimento econômico da Comarca de Porto Seguro fosse freado, causando, inclusive, nas décadas seguintes, uma certa evasão populacional: as notícias de prosperidade, vindas da Capitania de Pernambuco – do donatário Duarte Coelho –, atraíram para lá, ao longo de anos, muitos colonos da Capitania de Porto Seguro. Dessa maneira, “Muitos decênios transcorreram sem que Porto Seguro pudesse retomar o caminho do progresso.” (SANTOS, 1957, p. 43).

Talvez por esse motivo, em 1759, quando o donatário da capitania era o Marquês de Gouvea, esta foi confiscada e incorporada à Capitania da Bahia. (TAVARES, 2008, p. 96).

Entretanto, apesar de ter havido, durante décadas, migrações de colonos para a Capitania de Pernambuco, esses deslocamentos populacionais nunca foram suficientes para esvaziar a capitania do elemento branco. É o que podemos constatar na Carta XV, de Luís dos Santos Vilhena – escrita, junto com outras vinte, entre 1798 e 1799 –, pois, ao descrever aspectos populacionais e geográficos de cada vila da Comarca de Porto Seguro, registra, quase sempre, a presença do elemento branco, em convivência com os índios mansos da região. Apesar de Luís dos Santos Vilhena não citar o nome da etnia que vivia em contato pacífico com os brancos, Milton Santos, na sua obra *Zona do Cacau* (1957, p. 43), e Luís Henrique

²¹ www.arqnet.pt; www.azeitao.net

Dias Tavares, na sua obra *História da Bahia* (2008, p. 95), nos dão essa informação, ao abordar a aliança entre portugueses e *tupiniquins* (*tupinambás*) da Comarca de Porto Seguro, nos levando a constatar que os “índios mansos” eram esses *tupiniquins* (*tupinambás*), à semelhança do que ocorreu na Comarca de Ilhéus.

4.2.1 Vila de Belmonte

A Vila de Belmonte está localizada em um terreno plano, na foz do rio *Jequitinhonha*, próxima ao mar. Seu solo é de grande fertilidade, do tipo massapê, além de possuir matas densas à beira-mar, que entram por 20 léguas em direção ao interior. Tem como limite final o rio *Mujiquiçaba*, 7 léguas ao sul, e foi elevada à categoria de vila em 1764, quando o Ouvidor da Comarca de Porto Seguro era Tomé Couceiro de Abreu²².

Possuía uma igreja matriz – erigida em devoção a Nossa Senhora do Monte do Carmo, com um pároco cujos rendimentos eram proporcionados pela Fazenda Real –, uma Casa do Conselho e uma cadeia – sendo que essas duas últimas, segundo Luís dos Santos Vilhena, “são as melhores da comarca”. Os membros da administração são dois juízes – um branco e outro índio, que se alternam no cargo – e um capitão comandante das ordenanças, que, por sua vez, está subordinado ao capitão-mor da Vila de Porto Seguro. (VILHENA, 1969, p. 518).

Como já foi indicado acima, a Vila de Belmonte é “habitada de índios, e brancos”, que se ocupam “na plantação de mandioca, milho, e corte de madeiras”, que são feitos ao longo das margens do rio Grande, “sendo o de que unicamente se mantêm.” Porém, os habitantes não estendem as suas plantações e os seus cortes de madeira para o interior, “atento o risco de vida, a que se expõem”, pois as proximidades do rio são habitadas pelo “gentio da nação Gren [*guerém*], e Pataxó, o mais guerreiro, e traidor” (...) (p. 518).

4.2.2 Vila de Porto Seguro

Pero do Campo Tourinho, desde sua chegada em 1534, começou a organizar a ocupação de suas terras, fundando a Vila de Porto Seguro no mesmo local onde Pedro Álvares Cabral aportou 34 anos antes – um altiplano cuja vista, segundo Luís dos Santos Vilhena, é “deleitável”, “por ficar fronteiro ao mar.” (VILHENA, 1969, p. 521). Porém, a beleza da vista não foi o único motivo da escolha de Pero do Campo Tourinho: em termos militares, a situação do local era estratégica, pois, além de possibilitar uma visão marítima a longa

²² www.ibge.gov.br; <http://citybrazil.uol.com.br>

distância, possuía um bom abastecimento de água. Estabelecia-se, portanto, a sede da Comarca de Porto Seguro. (SANTOS, 1957, p. 42).

Depois de estabelecido, Pero do Campo Tourinho, como já foi mencionado acima, doou sesmarias aos seus companheiros portugueses, que o acompanharam na travessia do Atlântico, para que estes plantassem cana e construíssem engenhos de açúcar, possibilitando, assim, a expansão da colonização tanto para o norte, quanto para o sul da Vila de Porto Seguro.

Na virada do século XVIII para o XIX, quando Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas, a Vila de Porto Seguro possuía um ouvidor, um juiz ordinário, um procurador do conselho, um capitão-mor e três vereadores, responsáveis pela administração da vila e da comarca como um todo, supervisionando a administração das demais vilas. Essas autoridades, por sua vez, eram escolhidas pela Capitania da Bahia, à qual a Capitania de Porto Seguro estava subordinada desde 1759: “Pertencem os governos secular, e militar à Bahia, e por este governo são providos os capitães-mores, e mais oficiais militares, o Ouvidor da comarca confirma os juízes, e vereadores, conhece das suas apelações, e agravos (...)” (VILHENA, 1969, p. 518). As construções oficiais, nas quais trabalhavam esses membros da administração da vila – como as casas do conselho e a cadeia –, eram feitas de pedra e cal.

No que concerne ao governo eclesiástico, entretanto, estava não só a vila, mas toda a Comarca de Porto Seguro subordinada à Capitania do Rio de Janeiro, sendo esta a responsável por prover parte do sul da Bahia dos serviços eclesiásticos de que necessitava, como se pode observar: “Pertence o governo eclesiástico desta comarca à Capitania do Rio de Janeiro, como já ponderei, cujo bispo provê os vigários, coadjutores, e mais sacerdotes para a administração dos sacramentos” (VILHENA, 1969, p. 517), possuindo a vila, no período em que Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas, “um vigário da vara com poderes de Geral, que corrige os mais vigários, e clérigos” (p. 517), e cujos rendimentos eram pagos pela Fazenda Real, em consonância com os esforços feitos pelo Marquês de Pombal, menos de 30 anos antes, de prover as aldeias e vilas com clérigos seculares, após a expulsão dos jesuítas.

A igreja matriz da Vila de Porto Seguro foi erigida em devoção a Nossa Senhora da Pena. Possuía um vigário e estava bem asseada quando Luís dos Santos Vilhena a visitou. Além desta, havia outra igreja, conhecida como da Misericórdia, e três capelas: a primeira, em devoção a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; a segunda, em devoção a São Sebastião; a terceira – “fabricada de pedra, e cal pelos moradores, e marítimos” em cima de um outeiro, a uma légua e meia ao sul do rio *Mujiquiçaba* e meia légua para o interior, de onde se pode

avistar até 5 léguas para o mar –, em devoção a Nossa Senhora da Ajuda, possuindo um capelão. (p. 522). A capela de Nossa Senhora da Ajuda fica no local onde, no tempo de Pero do Campo Tourinho, se encontrava uma vila – cujo nome não foi citado por Luís dos Santos Vilhena –, que foi destruída pelos índios *tapuias* da região. “Havia mais um colégio de Jesuítas, arruinado hoje à maneira de todos os outros.” (p. 521).

Com relação aos moradores da Vila de Porto Seguro, de uma forma geral, eram pobres, sendo muito poucos os ricos, o que vem a confirmar a informação de Milton Santos de que, ainda no século XVI, o progresso econômico da capitania foi interrompido. Vejamos mais algumas informações sobre a vida social da vila:

Na distância de um tiro de canhão ao sul da vila se acha o rio Porto Seguro, navegável só para pequenos vasos como sumacas, bergantins, barcas, lanchas, e à beira deste há alguns armazéns, em que as embarcações baldeiam os gêneros das suas negociações; da vila para cima admite unicamente a navegação de barcas, e canoas pela distância de 15 léguas até onde estendem os moradores com as suas roças de mandioca, algodões e canas, que reduzem a aguardente, mel, e pouca quantidade de açúcar, planta esta de que é próprio todo o terreno de Porto Seguro, em que hoje há algumas engenhocas. O gênero em que hoje há maior negociação é a pescaria de garoupas, e meros de que ali se pesca prodigiosa quantidade. O haver excelentes pastagens para os gados concorre muito para a propriedade que o terreno tem para a lavoura de canas. Para o centro das terras há bastantes, e ótimas matas com toda a qualidade de madeiras, de que a condução é muito fácil pelo rio, o terreno porém é muito freqüentado do gentio. (VILHENA, 1969, p. 521).

4.2.3 Vila Verde

Partindo da capela de Nossa Senhora da Ajuda, referida acima, ao sul do rio *Mujiçuiçaba*, e caminhando “para o sertão por estrada real à margem do mesmo rio em distância de 5 léguas povoadas todas com as referidas plantações, se acha a Vila Verde” (VILHENA, 1969, p. 522), em um local elevado, de onde também se pode ver o mar.

Nessa vila se observa um fato interessante: o juiz ordinário, os membros da câmara e os dois capitães de ordenanças, responsáveis pela administração dos índios *tupinambás* – que se constituíam na maioria da população local –, eram, também, índios. Contudo, o juiz ordinário e os membros da câmara estavam subordinados ao Diretor de Índios da vila, que era branco e cujo soldo era pago pela Fazenda Real, fato que indica ter sido o lugar promovido a vila pelas Reformas Pombalinas de 1758. Já os dois capitães de ordenanças estavam sujeitos ao capitão-mor da Vila de Porto Seguro, provavelmente branco. Possuía Casa do Conselho e uma cadeia.

Os ataques dos *tapuias* à Vila Verde eram constantes – provavelmente como represália à aliança que os brancos fizeram com os *tupinambás* ainda na primeira metade do século XVI, tornando-se seus aliados –, como nos mostra Luís dos Santos Vilhena, ao afirmar que a “povoação de índios mansos é bastante necessária, e a sua conservação por estar em lugar apropriado para obviar as irrupções dos bárbaros, e muito mais úteis se fariam se tivessem toda a proteção, atenta a sua boa índole.” (1969, p. 522).

Vila Verde não possuía uma igreja, servindo-lhe de matriz improvisada o antigo colégio dos jesuítas, com um pároco pago pela Fazenda Real. (p. 522). Contudo, se a situação do pároco da matriz de Vila Verde não era das melhores, o mesmo não acontecia com os monges beneditinos, que possuíam uma fazenda chamada *Traípe*, com uma capela de pedra e cal. Situada quase uma légua acima de Vila Verde, subindo o rio *Mujiçaba*, a fazenda possuía 11 escravos – possivelmente negros –, que plantavam mandioca, café, algodão, legumes variados, cana e cacau, produtos estes que eram vendidos para a vizinha Vila de Porto Seguro.

Com relação à vila, de forma geral, seu comércio girava em torno da produção de farinha e da extração de “tabuados que tiram das matas abundantes em toda a qualidade de madeiras, cujos efeitos vão vender na vila de Porto Seguro.” (VILHENA, 1969, p. 522).

Atualmente, a Vila Verde é conhecida como Vale Verde, tendo-se tornado um dos distritos do Município de Porto Seguro²³.

4.2.4 Vila de Trancoso

A distância de 3 léguas de Vila Verde e de 7 léguas da Vila de Porto Seguro, caminhando por terra, se encontra a Vila de Trancoso, em local elevado, à beira-mar e, ao mesmo tempo, à margem do riacho também conhecido como Trancoso, pelo qual só é possível navegar com canoas. Foi elevada à condição de vila em 1759, no contexto das Reformas Pombalinas²⁴.

Assim como em Vila Verde, sua igreja matriz foi improvisada no local em que funcionava o colégio dos jesuítas, porém Luís dos Santos Vilhena não indica se possuía um pároco ou não. Além dessa construção do antigo colégio inaciano, possui Casa de Câmara e cadeia. As referidas construções são de pedra e cal. (VILHENA, 1969, p. 522-523).

²³ www.ibge.gov.br; <http://citybrazil.uol.com.br>

²⁴ www.brasilazul.com.br

A população da Vila de Trancoso era também formada, em sua maioria, por índios *tupinambás*. Dentro dos seus limites, há um rio, chamado de *Caramemuã* – por onde podem navegar canoas e lanchas em uma distância de até 16 léguas –, cujo terreno das margens é extremamente fértil e de matas abundantes, nas quais habitavam, formando uma força militar,

20 casais de índios, que se ocupam em alguma pequena lavoura, caça, e pescaria para sua sustentação, e é posto pela Câmara de Trancoso para obstar a invasão dos bárbaros [*tapuias*], e avisar os moradores das outras povoações dessa mesma invasão que tentarem fazer. (VILHENA, 1969, p. 524).

Possuía ainda três companhias de ordenanças de índios, que estavam subordinados ao capitão-mor de Porto Seguro. O seu Diretor de Índios era branco – o que sugere a existência de outros brancos no local – e os demais membros de sua administração eram os mesmos de Vila Verde.

O comércio da Vila de Trancoso girava em torno da produção de farinha e da extração de madeira, para ser vendida em Porto Seguro, da mesma forma que se fazia em Vila Verde, e “o terreno, e matas em nada diferem, tem boas pastagens para criação de gados, e a conservação desta vila é pelos mesmos motivos não somente útil, como necessária.” (p. 524). Ao afirmar que a conservação da vila é útil e necessária “pelos mesmos motivos” que o são para a Vila Verde, Luís dos Santos Vilhena se refere ao fato de a Vila de Trancoso se localizar também em local estratégico, capaz de barrar possíveis – e muito prováveis – invasões dos índios *tapuias*.

4.2.5 Vila do Prado

Em um altiplano muito fértil – em cujo solo, segundo Luís dos Santos Vilhena, deveria ser melhor desenvolvida a agricultura –, situado à margem setentrional do rio *Jacuruçu*, com vista para o mar, está a Vila do Prado, fundada em 1755, no contexto das Reformas Pombalinas²⁵.

Diferentemente das vilas da Comarca de Porto Seguro abordadas até agora, a Vila do Prado possuía uma igreja de taipa, e não de pedra e cal, porém com o *status* de ter sido erigida para esse fim, o que não ocorria nas outras vilas. Também possuía o seu pároco, cujos rendimentos eram pagos pela Fazenda Real.

²⁵ www.ibge.gov.br; www.brasilazul.com.br

A Vila do Prado é “habitada de índios, e brancos, governada por um juiz ordinário; há nela uma companhia de ordenança de brancos, e índios, comandada por um capitão, responsável ao capitão-mor das ordenanças da Vila de Caravelas” (VILHENA, 1969, p. 526) e ao Diretor de Índios da própria vila, cuja renda é paga pela Fazenda Real. Os seus habitantes, falantes da *língua geral* (Ouvidor de Porto Seguro, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 224), se distribuem pelas margens do rio *Jacuruçu*, trabalhando em roças de mandioca, plantadas ao longo de 8 léguas – embora haja grandes intervalos entre elas –, e na extração de madeira, pois suas matas são abundantes.

A Vila do Prado também estava localizada em local estratégico, podendo servir de obstáculo aos índios *tapuias*, “que infestam toda a grande comarca de Porto Seguro”, concentrados em 12 aldeias relativamente próximas da vila, “que na distância de 12 léguas dela, se acham situadas em uma alta serra conhecida por todos pelo monte Pascoal”, segundo informação dada pelo capitão-mor João Domingues Monteiro, motivo pelo qual Luís dos Santos Vilhena afirma que a vila é digna de conservação e desenvolvimento. (VILHENA, 1969, p. 526).

A região cortada pelo rio *Jacuruçu* também tinha fama de ser rica em ouro e pedras preciosas, porém essa informação não foi confirmada, pois a Coroa não havia feito uma inspeção no local. Além disso, havia o medo do ataque dos *tapuias*, o que, certamente, freava qualquer iniciativa no sentido de confirmar a existência de tais recursos minerais. (p. 526).

4.2.6 Vila de Alcobaça

A Vila de Alcobaça se localiza na margem setentrional do rio *Itanhaém* – rio de águas calmas, mas que comporta a navegação de sumacas e, durante 8 léguas do seu curso, de vasos grandes –, próxima ao mar. O seu solo “é propriíssimo não só para toda a qualidade de agricultura como para fazenda de gado, pelas muitas pastagens que nele há.” (VILHENA, 1969, p. 527).

Foi elevada à condição de vila tardiamente, em 12 de novembro de 1772, pelo então Ouvidor José Xavier Machado Monteiro, como pode ser encontrado nos *Autos de criação e ereção da Nova Vila de Alcobaça, na Capitania de Porto Seguro*²⁶.

²⁶ www.ibge.gov.br; www.brasilazul.com.br; <http://citybrazil.uol.com.br>

Entre 1798 e 1799, das construções que possuía, tanto a igreja, erigida em devoção a São Bernardo, quanto as Casas do Conselho e a cadeia eram feitas de taipa. A sua administração era semelhante à da Vila do Prado, possuindo um juiz ordinário e um Diretor de Índios, porém com duas companhias de ordenanças compostas por brancos e índios – ao invés de uma, como no Prado –, sendo as duas subordinadas ao capitão-mor da Vila de Caravelas. Luís dos Santos Vilhena afirma que nesta vila a maior parte da população é composta por brancos, como podemos ler no seguinte trecho: “É esta vila povoada de índios, com a maior quantidade de brancos (...)” (1969, p. 527). Contudo, consideramos mais provável que, em se tratando dos anos de 1798 e 1799 – o que vale dizer, mais de 260 anos após a fundação da Comarca –, boa parte desses “brancos”, considerados como tais pelo professor de grego, fossem, na verdade, mamelucos de sangue misturado já há algumas gerações – e respeitosa e multiplicados por força da libido exacerbada dos portugueses, que sempre se manifestava por entre a população feminina nativa dos lugares onde aportavam para colonizar.

Ao longo do curso do rio *Itanhaém*, seus habitantes cultivam roças de vários tipos de legumes, cana e mandioca, “e junto a elas há grandes matas, em que com abundância se acha toda a qualidade de madeiras, à exceção do pau-brasil que até hoje se não tem descoberto por aquele sítio.” (VILHENA, 1969, p. 527).

Luís dos Santos Vilhena considera, outrossim, a possibilidade de o rio *Itanhaém* nascer em Minas Gerais, segundo informações que colheu no local. Além disso, afirma que o rio possui reservas de cristais e de malacacheta, havendo a probabilidade de possuir reservas de ouro e de pedras preciosas. (p. 527).

Quando escreveu a Carta XV, na qual reuniu as informações expostas até aqui, afirmou estar a Vila de Alcobaça – possuidora de 6 léguas de diâmetro (p. 528) – situada “em terreno, que demonstra virá a ser comido pelo mar, e pelo mesmo rio.” (p. 527). Felizmente, o cronista errou na sua previsão.

4.2.7 Vila de Caravelas

Ao sul da vila de Alcobaça, distando 3 léguas e meia, “há um braço de mar a que chamam rio das Caravelas, nome que lhe ficou de umas embarcações que em tempos remotos iam comerciar ao seu porto, quando andavam empregadas em descobrimentos.” (VILHENA, 1969, p. 528). Esse braço de mar, por sua vez, possui duas barras, pelas quais é possível entrar embarcações.

Às margens do rio das Caravelas, está a Vila de Caravelas, elevada a essa condição antes mesmo das Reformas Pombalinas, no ano de 1700, sob a administração do então Governador-Geral D. João Lencastre. Dessa forma, quando Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas, entre 1798 e 1799, a Vila de Caravelas já possuía, pelo menos, 99 anos de fundação. Foi erigida em local plano, ao longo de 2 léguas, com vista para o mar.

Sua igreja matriz era feita de pedra e cal, com um pároco mantido pela Fazenda Real. Também eram feitas de pedra e cal as Casas do Conselho e a cadeia, locais de trabalho da administração da Vila de Caravelas, que ficava a cargo de um juiz ordinário, um procurador do conselho, 3 vereadores, um capitão-mor de ordenanças, além de 5 companhias de milícias. (VILHENA, 1969, p. 528).

Com relação à população da Vila de Caravelas, Luís dos Santos Vilhena nos informa que “são os seus habitantes brancos, sem que me fosse possível saber o prefixo número existente, assim como não pude sabê-lo das mais vilas desta comarca.” (1969, p. 528). Também aqui, assim como dissemos ao tratar da Vila de Alcobaça, a afirmação de que a população da Vila de Caravelas é composta apenas por brancos, sem mencionar a presença de índios *tupinambás*, indica, em vez da ausência destes, um estágio já avançado de miscigenação entre brancos e índias, com uma população quase completamente mameluca, de pele mais clara do que a dos índios sem sangue português, e que Luís dos Santos Vilhena, pelo que se lê em suas palavras, registrou como se fossem todos brancos. Esse raciocínio se justifica, porque a presença de índios *tupinambás* em todas as vilas abordadas até o presente momento sempre se manteve constante – inclusive na Vila de Alcobaça, sua vizinha –, não havendo motivos para se considerar que, no caso da Vila de Caravelas, fosse diferente.

No que concerne ao comércio, como já dito acima, as terras da Vila de Caravelas não eram das mais férteis, motivo pelo qual possuíam, basicamente, plantações de mandioca, levando os seus moradores, já muito hábeis nesse tipo de agricultura, a se especializarem na produção de farinha, que veio a se tornar o único produto comercial local, não havendo, por conseguinte, grandes extrações de madeira como nas outras vilas. Desse modo, junto com a produção de farinha de outras vilas sob sua jurisdição, exportava esse produto, sob o rótulo de “Farinhas de Caravelas”, tanto para o mercado interno – como Salvador e outras cidades da costa –, quanto para o mercado externo – a exemplo de Angola. (VILHENA, 1969, p. 528-529).

4.2.8 Vila Viçosa

Vila Viçosa está localizada em um sítio plano, na margem meridional do rio *Pericipe*, distante 6 léguas da Vila de Caravelas, seguindo para o sul. De grande fertilidade, o seu terreno possui matas portentosas, “com madeiras de todas as qualidades, e principalmente jacarandás, no que são mais abundantes” (VILHENA, 1969, p. 529), além ser compatível com diversos tipos de plantação. Foi elevada à categoria de vila por alvará de 23 de outubro de 1768, na esteira das Reformas Pombalinas²⁷.

Entre 1798 e 1799, possuía uma igreja matriz, erigida em devoção a Nossa Senhora da Conceição, com um pároco cujos rendimentos eram proporcionados pela Fazenda Real, além de possuir Casa de Câmara e cadeia, nas quais trabalhavam os membros de sua administração, o que vale dizer, um juiz ordinário e três vereadores brancos. Além disso, existia em Vila Viçosa uma companhia de ordenanças, subordinada, à semelhança da Vila de Alcobaça, ao capitão-mor da Vila de Caravelas.

Somando-se aos poucos brancos de Vila Viçosa, temos os índios *tupinambás*, pois, segundo Luís dos Santos Vilhena, esta vila é “habitada de índios, e brancos” (1969, p. 529), que, por sua vez, vivem das plantações de mandioca que estabeleceram ao longo de 9 léguas às margens do rio *Pericipe* e da farinha que produzem, transportando-a para venda através da barra da Vila de Caravelas, por julgarem ser esta saída mais viável. Devido a essa facilidade no transporte de mercadorias, os seus habitantes também praticam a extração de madeira, principalmente do jacarandá, que, depois de retirado da mata, é serrado e vendido. (VILHENA, 1969, p. 529).

Devido ao potencial de riquezas naturais do lugar, Luís dos Santos Vilhena afirma que o seu território “é bem digno de maior estabelecimento de lavouras (...), assim como poderia ter grandes fazendas de gados.” (1969, p. 529).

Nos dias atuais, corresponde à cidade de Nova Viçosa.

4.2.9 Vila de Porto Alegre

Na margem setentrional do rio *Mucuri*, fica a Vila de Porto Alegre, antes aldeia, elevada à categoria de vila por meio da ordem régia datada de 10 de outubro de 1769, devido às reformas promovidas pelo Marquês de Pombal²⁸.

²⁷ www.ibge.gov.br

²⁸ www.ibge.gov.br

Pelo fato de ser muito próxima ao mar e ao rio *Mucuri*, estava ameaçada de ser engolida pelos dois, situação que levou Luís dos Santos Vilhena a afirmar, entre 1798 e 1799, que, assim como a Vila de Alcobaça, estava a Vila de Porto Alegre também “sujeita à mesma ruína”, “o que tem já experimentado em uma grande parte dos seus edifícios.” (VILHENA, 1969, p. 529). “O seu terreno é muito fértil, e próprio para toda a qualidade de lavouras, quando tem excelentes madeiras de todas as qualidades, e principalmente pau-brasil nas grandes matas que nele há.” (p. 530).

O rio *Mucuri* comporta navegação, com bergatinas e sumacas, pela distância de uma légua, no sentido de quem sobe o rio, até atingir um lugar chamado de “Pedras”, para onde, segundo o professor de grego, deveria ser transferida a vila, certamente por estar a salvo da fúria das águas que a ameaçavam. (p. 529). Ainda com relação ao rio *Mucuri*, são os índios *maxacali* que, ironicamente, dão a Luís dos Santos Vilhena a notícia de que no seu leito há bastante ouro e pedras preciosas. Mas o cronista ressalta, claramente, que este foi um “corpo de índios bravos (...) que desceu de paz.” (1969, p. 530).

“A maior parte dos seus habitantes são índios, e poucos brancos”, “que pelas margens do rio têm plantado roças de mandioca até as Pedras”. Contudo, os moradores não vinham aproveitando da melhor forma os recursos que a fertilidade do lugar lhes oferecia, motivo pelo qual Luís dos Santos Vilhena ressalta que a Vila de Porto Alegre deveria desenvolver mais sua agricultura, assim como sua pecuária, pois tem “capacidade para grandes pastarias algumas das quais se vêm feitas já pela Natureza”, no intuito de viabilizar o desenvolvimento da vila como um todo. (1969, p. 530).

Com relação à administração da vila, Luís dos Santos Vilhena nos diz que “é alternativo o seu governo, bem como o da vila de Alcobaça” – provavelmente se referindo ao fato de esta vila possuir uma companhia de ordenança composta por brancos e índios –, pois a Vila de Porto Alegre também possuía uma companhia de ordenanças igualmente subordinada ao capitão-mor da Vila de Caravelas. (1969, p. 530).

Atualmente, a Vila de Porto Alegre corresponde à cidade de Mucuri.

4.2.10 Vila de São Mateus

Subindo 8 léguas pelo rio de São Mateus, chega-se a uma elevação do terreno, situada na sua margem meridional. É neste local que está erigida a Vila de São Mateus, elevada a essa categoria administrativa em 27 de setembro de 1764²⁹. O seu terreno é muito fértil, possuindo

²⁹ www.ibge.gov.br

grandes matas com madeiras de qualidade, pastos muito bons para a criação de gado, além de ser “ótimo para toda a qualidade de agricultura” e de o seu rio possuir ouro em abundância. (VILHENA, 1969, p. 530-531).

Possuía Casa da Câmara e cadeia. Porém, ambas eram feitas de taipa. Os administradores da vila eram: um juiz ordinário (branco), três vereadores, um procurador do conselho e um capitão-mor de ordenanças – responsável por três companhias de homens. Residia na vila um pároco – legítimo representante de São Mateus, santo protetor da vila que leva seu nome –, cujos rendimentos eram pagos pela Fazenda Real. “No pontal do Norte [da barra do rio de São Mateus] se acha postado um presídio [força militar] com uma companhia de índios com seu capitão para opor-se ao gentio bravo” (VILHENA, 1969, p. 531), proveniente de nações *tapuias* diferentes.

Com sua população composta por índios *tupinambás* e brancos, “Consiste o comércio desta vila na exportação de farinhas, canas, algodões, e madeiras, que os moradores extraem das suas grandes, e férteis matas” (p. 531), localizadas ao longo de 9 léguas – partindo da vila até o porto Jacarandá –, onde têm plantadas as suas roças. (p. 532).

Hodiernamente, corresponde à cidade de São Mateus, tendo passado a pertencer, em termos administrativos e territoriais, aos limites do atual estado do Espírito Santo, localizando-se no seu extremo norte, onde se encontra a divisa do Espírito Santo com a Bahia.

4.3 CONSTATAÇÕES ACERCA DO PERFIL DAS VILAS DAS COMARCAS DE ILHÉUS E PORTO SEGURO

Após o levantamento do perfil de todas as vilas e aldeias das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, indicaremos, de agora em diante, aspectos comuns a todas elas – o que vale dizer, a todo o sul da Bahia, pois este era composto pelas duas referidas comarcas.

No que diz respeito à **geografia**, todas as vilas se localizavam à beira-mar, possuindo terrenos, de maneira geral, muito férteis (alguns, inclusive, do tipo massapê), com matas abundantes, nas quais se podia encontrar grande quantidade de madeiras de lei, como pau-brasil, sucupira, aderno, sapucaia, pau de óleo, roxo e jacarandá. Essas matas, por sua vez, abrigavam uma fauna rica, composta, por exemplo, por porcos selvagens, pacas, cotias e onças, que se constituíam em caça variada para os habitantes da região. O seu solo também era propenso a bons pastos para criação de gado – alguns já naturalmente prontos para tal atividade –, à cultura de frutas variadas e a vários tipos de colheita, como as de mandioca, arroz, feijão, café, cacau, cana, milho e algodão.

Com relação aos seus rios, a pesca era abundante, podendo ser encontrados garoupas e meros. Luís dos Santos Vilhena também se refere à possibilidade de haver neles ouro, pedras preciosas, cristais e malacacheta.

A quase totalidade dos 22 locais descritos foi elevada à condição de vila no contexto das Reformas Pombalinas. Com exceção das Vilas de São Jorge de Ilhéus e de Porto Seguro, que eram as cabeças das respectivas comarcas e que, por isso, foram fundadas como vilas desde o momento em que se iniciou sua colonização na primeira metade do século XVI, apenas 5 aldeias da Comarca de Ilhéus e 1 aldeia da Comarca de Porto Seguro não foram elevadas a essa condição durante as reformas do Marquês de Pombal.

Das 12 antigas aldeias da Comarca de Ilhéus, Cairu, Boipeba e Camamu foram elevadas à condição de vila em 1565, enquanto São José da Barra do Rio de Contas e Poxim foram elevadas a essa condição, respectivamente, em 1737 e 1832. Almada não foi elevada à condição de vila e São Fidélis acabou sendo incorporada ao que hoje corresponde ao Município de Valença.

Das 10 antigas aldeias da Comarca de Porto Seguro, apenas Caravelas não foi elevada à condição de vila durante as reformas do Marquês de Pombal, tendo sido sua elevação levada a termo décadas antes, no ano de 1700. Uma observação importante deve ser feita com relação à Vila de São Mateus. No século XVIII, quando Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas, registrando muitas das informações utilizadas por nós sobre essa vila, esta pertencia à Comarca de Porto Seguro. Contudo, com o fim do sistema de capitanias e as mudanças dos limites administrativos de cada região, a Vila de São Mateus passou a pertencer ao extremo norte do atual estado do Espírito Santo – que faz divisa com a Bahia –, mantendo, entretanto, a denominação antiga e correspondendo hoje à cidade de São Mateus-ES.

A **economia** das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, no que diz respeito à agricultura, girava em torno da produção e venda de farinha, milho, arroz, feijão, algodão e da pesca e venda de peixes – com exceção da Vila de Camamu, que, além de negociar os referidos gêneros, tinha um importante papel também na colheita de café. O cacau – pela pouquíssima atenção que lhe é dada – ainda não possuía qualquer relevância econômica, pelo menos no final do século XVIII e início do XIX. No que concerne a produtos com algum tipo de beneficiamento industrial, as comarcas do sul produziam aguardente e algum açúcar.

Outro ramo muito importante do comércio no sul da Bahia – talvez o mais importante deles no século XVIII – foi a extração de madeiras de lei. Tão importante que, nesse mesmo século, a Coroa Portuguesa proibiu que os habitantes da Comarca de Ilhéus extraíssem e

vendessem as referidas madeiras, no intuito de que apenas Sua Majestade ficasse com os lucros desse comércio tão importante para a construção naval. O empenho em garantir para si o monopólio de tal comércio foi tanto, que, na segunda metade do século XVIII, estava em vigor a instituição denominada de *Reais Cortes de Madeira de Ilhéus*, cujo inspetor era Francisco Nunes da Costa, também Ouvidor da Comarca, e já tantas vezes citado nos perfis das vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus. Quanto à Comarca de Porto Seguro, esse ramo de comércio não nos parece ter sido tão incrementado, pois, ao que tudo indica, não foi proibido aos colonos a prática de tal atividade comercial.

Quanto à **demografia** da região, a documentação à qual tivemos acesso apenas apresentou números exatos com relação à Comarca de Ilhéus, o mesmo não tendo ocorrido com relação à Comarca de Porto Seguro, infelizmente. Mas, mesmo não tendo apresentado números relativos à demografia desta última comarca, Luís dos Santos Vilhena – a nossa principal fonte sobre a Capitania de Porto Seguro – atestou de forma clara não só a existência de brancos entre os *tupinambás* do local, como a existência de uma vida social na qual as duas etnias conviviam em grau avançado de entrosamento.

Desse modo, com relação à Comarca de Ilhéus, no final do século XVIII, somadas todas as informações numéricas – seja da população total de algumas vilas e aldeias, seja da população parcial delas – oferecidas pela documentação à qual tivemos acesso, temos, apenas para a Comarca de Ilhéus, o impressionante número de 16.034 habitantes, sendo que, no caso de algumas vilas, o número não foi fornecido e, no caso de outras, foi fornecido somente o número de índios, sem a informação do número de brancos, o que indica que o número, já alto, de 16.034 é, na verdade, menor do que o número de habitantes que realmente havia na Comarca de Ilhéus. E não podemos nos esquecer de que, apesar de o número de habitantes da Comarca de Porto Seguro não ter sido informado, a existência de um contingente de índios e de brancos, contudo, é perfeitamente atestada por Luís dos Santos Vilhena. Dessa maneira, não seria imprudente pensar, para todo o sul da Bahia, na segunda metade do século XVIII, em uma população acima de 20.000 pessoas, composta por uma minoria de brancos e índios e uma maioria de mamelucos – que, no caso destes últimos, tiveram pelo menos 250 anos para serem gerados.

Outro dado demográfico importante sobre o sul da Bahia pode ser constatado em um fato inusitado e muito pouco conhecido, ocorrido na Comarca de Ilhéus na segunda metade do século XVIII. Nos referimos à *Sublevação de Quiepe*, ocorrida na ilha de mesmo nome, no ano de 1784. O episódio sobre o qual se falará é considerado uma sublevação, porque os

índios envolvidos nele não podiam sair das aldeias onde estavam confinados, sem a autorização dos Diretores de Índios ou dos Capitães-Mores aos quais estavam subordinados. No entanto, mesmo sem qualquer autorização, abandonaram os locais onde estavam aldeados e tomaram o rumo da Ilha de *Quiepe*, permanecendo lá por 8 anos seguidos.

A Ilha de *Quiepe* está situada ao norte da enseada da Barra Grande de Camamu, formando “os baixos do Saltão, ou Ponta do Sul, e por este rumo de Sul fica a costa, quando pelo de Oeste demora a ilha do Camamu (...)” (VILHENA, 1969, p. 500). É ao antropólogo Luiz Mott que devemos o conhecimento dessa sublevação *tupinambá*, ocorrida na segunda metade do século XVIII, pois foi ele quem encontrou, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o manuscrito inédito, intitulado *Notícia da viagem que fez o Capitão Domingos Alves Branco Moniz Barreto entre os índios sublevados nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus e Norte da Capitania da Bahia*, através do qual tomou conhecimento de tal sublevação, utilizando-o como fonte para torná-la pública.

Luiz Mott, então, parte para a descrição do fato, afirmando que

pelo ano de 1784, 56 casais de índios da Aldeia de Jiquiriçá dirigiram-se em grupo, em direção à Comarca de Ilhéus, conseguindo a adesão em Santarém [Serinhaém] de mais 35 casais e 4 índios solteiros, e na Aldeia de São Fidélis, de mais 22 casais e 3 celibatários, de modo que todos juntos instalam-se na ilha de Quiepe, fronteira à barra de Camamu, vivendo nesta localidade, “sublevados”, por 8 anos seguidos (...). **Se contarmos – lançando mão da estimativa de Spix & Martius – em média quatro filhos para cada casal destes índios, teriam se reunido em Quiepe o vultoso número de mais ou menos 800 índios, certamente, o maior conglomerado indígena da região nos últimos anos do século XVIII.** (MOTT, 2010, p. 274). (grifo nosso).

Também nas palavras do próprio Capitão Moniz Barreto, autor do referido manuscrito e responsável por desfazer a revolta – tendo-o feito, inclusive, de forma pacífica, ao contrário de Mem de Sá no século XVI –, encontramos um atestado da grande quantidade de índios *tupinambás* que se instalaram na Ilha de *Quiepe*, quando este narra o momento de sua chegada à Comarca de Ilhéus e toma conhecimento dos planos que os colonos – os principais prejudicados com a evasão dos índios, pois haviam perdido parte considerável de sua mão-de-obra – tinham em mente para desfazer a sublevação, pretendendo levar a termo “uma espécie de junta particular onde alguns vogais deram razões que não me pareceram prudentes, de fazer arder os espessos matos daquela ilha, **preche de imensos índios.**” (MONIZ BARRETO, 1791 *apud* MOTT, 2010, p. 275). (grifo nosso).

Assim, no dia 2 de setembro de 1791, o Capitão Moniz Barreto, acompanhado do Comandante Dionísio Lourenço Marques e de mais 4 soldados, partiu rumo à Ilha de *Quiepe*, no intuito de desfazer, de forma pacífica, aquela sublevação, no que obteve êxito, pois, após chegar à ilha, persuadiu os cerca de 800 índios *tupinambás* a voltarem para as aldeias de onde haviam fugido. Desse modo, logo em uma primeira viagem, 113 casais de índios, acompanhados de 7 índios solteiros, foram levados, em várias canoas, de volta à Vila de Serinhaém e à Aldeia de São Fidélis. Maior resistência, entretanto, foi oferecida pelos índios da Aldeia de *Jiquiriçá* – idealizadores da sublevação. Mesmo assim, o Capitão Moniz Barreto também conseguiu convencê-los a retornar à aldeia de onde haviam fugido. (MOTT, 2010, p. 277).

Após a revolta, o Capitão Moniz Barreto dá graças a Deus, “(...) por ter conseguido em tão breve tempo o reduzir homens quase sublevados, sem fazer sangue (...)”, e, após esvaziar a ilha dos índios sublevados, informa: “(...) mandei queimar todas as palhoças.” (MONIZ BARRETO, 1791 *apud* MOTT, 2010, p. 277).

Por fim, ainda com relação à demografia do sul da Bahia, um último fator merece destaque: a ausência, na documentação analisada, do elemento negro como componente demográfico da região em questão. Vejamos os motivos que podem ter contribuído para essa ausência.

De acordo com o que vimos nos perfis das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, em um primeiro momento, quando as alianças dos portugueses com os *tupinambás* ainda não estavam consolidadas, os conflitos entre as duas partes assumiram um vulto tão sério, que foi preciso a intervenção do Governador-Geral Mem de Sá, que, na virada de 1560 para 1561, se deslocou de Salvador para a Comarca de Ilhéus, no intuito de, em pessoa, dizimar os *tupinambás* insurgentes. Porém, após esses conflitos iniciais, portugueses e *tupinambás* terminaram por firmar alianças de paz, diluindo, desse modo, os atritos que vinham ocorrendo.

Contudo, tendo os portugueses se aliado aos *tupinambás*, e sendo estes inimigos históricos dos *tapuias* – a exemplo dos *aimorés* e *pataxós* –, esses *tapuias*, por sua vez, assumiram uma postura hostil com relação aos portugueses, pelo fato de terem-se aliado aos seus inimigos de longas datas. Desse modo, desde o século XVI – a partir da segunda metade, principalmente –, os *tapuias* passaram a se constituir em um dos maiores obstáculos à colonização do sul da Bahia, atacando os colonos e os *tupinambás*, que trabalhavam nos engenhos de açúcar – **provocando uma grande mortandade e desfalcando a mão-de-obra necessária à produção** –, e **destruindo as lavouras de cana que já tinham sido plantadas**,

resultando em grandes prejuízos, devido à perda dos investimentos que eram feitos nas plantações.

Assim, com relação à mortandade da mão-de-obra nos engenhos, conseqüência dos conflitos com os *tapuias*, ainda temos de somar a esse cenário as grandes epidemias de varíola, que, igualmente, dizimaram um grande contingente *tupinambá* da região, pois eram os *tupinambás* que estavam em maior contato com os brancos portugueses. Stuart Schwartz, em seu livro *Sugar plantations in the formation of brazilian society (Bahia, 1550-1835)*, publicado em 1989, nos dá a informação de que, em 1582, devido a esses fatores combinados, os moinhos de cana de Ilhéus ficaram fora de operação durante 5 meses:

In 1582, a plague struck Ilhéus and caused so many deaths that for five months the mills did not operate. Combined with attacks by the Aimoré [*tapuias*], depopulation caused a considerable disruption of the sugar economy in that region. (SCHWARTZ, 1989, p. 53)³⁰.

Sobre as lavouras, se considerarmos que, após os prejuízos materiais, advindos dos conflitos, e após as dificuldades de mão-de-obra para se plantar a cana, ainda havia a destruição dessas plantações, podemos perceber que a cultura canavieira não encontrou no sul da Bahia um local propício, em termos sociais, para o seu desenvolvimento, tendo como conseqüência a frenagem do desenvolvimento econômico da região, que passou a ter como sustentáculo as pequenas lavouras – de mandioca, milho, café, arroz, feijão, algodão e da própria cana, mas sem maior importância –, a pesca e venda de peixes e, principalmente, a extração de madeiras de lei, como já foi dito acima.

Desse modo, a decadência econômica da região sul da Bahia, à símile do que ocorreu em São Paulo, não permitiu que os seus colonos adquirissem a mão-de-obra africana, por causa do seu alto preço de aquisição e manutenção – conseqüentemente os obrigando a manter suas atenções voltadas para a mão-de-obra indígena, mormente a local –, tendo como resultado a concentração do elemento negro, principalmente, nas Capitânicas da Bahia e de Pernambuco, onde a situação econômica era próspera, permitindo que os donos de engenho dessas regiões arcassem com os custos da compra e manutenção de escravos africanos.

O único caso, no século XVIII, em que se pode inferir a presença de escravos negros no sul da Bahia – obviamente dentro dos limites da documentação analisada por nós –, é o da fazenda *Traípe*, pertencente aos monges beneditinos, situada em Vila Verde, na Comarca de

³⁰ Em 1582, uma praga atacou Ilhéus e causou tantas mortes, que, durante cinco meses, os moinhos não operaram. Combinada com os ataques por parte dos Aimoré [*tapuias*], a depopulação causou uma considerável interrupção da economia açucareira naquela região. (tradução nossa).

Porto Seguro. De situação próspera em relação à própria Vila Verde – pois esta não possuía, sequer, uma igreja, tendo-se improvisado uma no antigo colégio dos jesuítas, enquanto que a fazenda *Traípe* possuía uma igreja particular, feita de pedra e cal –, é no refúgio dos monges beneditinos, especificamente, que Luís dos Santos Vilhena afirma haver “11 escravos”, sem dizer, contudo, se eram negros, tendo sido essa inferência feita por nós, pois, sempre que se referiu a índios, o fez sem utilizar o termo “escravo”. Daí a possibilidade que enxergamos de que esse termo, até então ausente, tenha sido utilizado por se tratarem de africanos ou afro-descendentes, pois assim eram designados correntemente nos locais onde sua mão-de-obra era utilizada.

No que concerne ao nosso maior interesse, a *língua geral* falada nessas duas comarcas do sul da Bahia, pudemos identificar a ocorrência dela em 7, das 22 localidades pesquisadas. Dessas 7 localidades, 6 se encontram na Comarca de Ilhéus, a saber: [1] São Fidélis (que não foi elevada a vila, vindo a ser incorporada, posteriormente, ao Município de Valença), [2] Serinhaém (ou Santarém), [3] Barcelos, [4] São José da Barra do Rio de Contas, [5] Almada (que também não foi elevada a vila) e [6] Olivença.

Com relação à sétima localidade, pertencente à Comarca de Porto Seguro (ao sul da comarca anterior), trata-se de [7] Prado.

Temos, então, o seguinte quadro:

Vilas e aldeias que falavam a *língua geral* no sul da Bahia: sentido norte-sul

COMARCA DE ILHÉUS
1. São Fidélis (incorporada ao Município de Valença, não foi elevada a vila)
2. Serinhaém (ou Santarém)
3. Barcelos
4. São José da Barra do Rio de Contas
5. Almada (continuou na condição de aldeia)
6. Olivença
COMARCA DE PORTO SEGURO
7. Prado

Quadro 2.

MAPA DA LÍNGUA GERAL NO SUL DA BAHIA



Mapa 1.

5. CONCLUSÕES SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS OBSERVADAS NO SUL DA BAHIA

O objetivo de termos levantado o perfil das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, de forma geral, e de cada uma de suas vilas e aldeias, de forma específica, foi demonstrar, através das informações constantes nos documentos apresentados por Luiz Mott e nas Cartas XIV e XV de Luís dos Santos Vilhena, que a região sul da Bahia apresentava condições sociolingüísticas para a formação de uma *língua geral* semelhantes às apontadas por Aryon Rodrigues no que concerne a São Vicente, em São Paulo.

Desse modo, assim como em São Vicente, temos na Vila de São Jorge de Ilhéus e na Vila de Porto Seguro a chegada de frotas compostas – em sua maioria quase absoluta – por homens portugueses desacompanhados de mulheres. Essas frotas foram, respectivamente, as de Francisco Romero – em 1524, a mando de Jorge de Figueiredo Correia, donatário da Capitania de Ilhéus – e a de Pero do Campo Tourinho, donatário da Capitania de Porto Seguro – em 1534.

Quando os portugueses chegaram às referidas capitanias, no intuito de colonizá-las, encontraram, lá estabelecidos, predominantemente, como vimos nos perfis das vilas, os índios *tupinambás*, falantes da língua homônima, à símile dos *tupinambás* de São Vicente. Tendo, logo de início, estabelecido uma aliança de paz com os *tupinambás* – fato que rendeu aos portugueses do sul da Bahia a inimizade dos *tapuias*, inimigos históricos dos *tupinambás* –, os brancos iniciaram uma relação amistosa (ou, pelo menos, não tão deletéria) com os autóctones, falantes nativos do *tupinambá*.

Como podemos constatar em Aryon Rodrigues, quando se refere a São Vicente (1996, p. 3), os índios *tupinambás* [que chama de *tupiniquins*] eram abertos ao relacionamento sexual com os brancos, que, por sua vez, por estarem desacompanhados de mulheres, estavam, também, abertos a relacionamentos sexuais com as índias da terra. Sendo os índios do Estado do Brasil possuidores de uma grande homogeneidade cultural e lingüística na sua região costeira, essa prática de oferecer ao visitante uma ou várias mulheres de sua tribo – prática que Darcy Ribeiro aponta como *cunhadismo*, de acordo com o que vimos no capítulo 1 – provavelmente também foi aplicada no sul da Bahia. Mas a esse fato não podemos deixar de somar os casos em que brancos portugueses se uniram **afetivamente** a índias e os casos em que, tomando índias como **escravas**, mantinham relações sexuais com elas. Esses três fatores, combinados, resultavam na geração de pequenos mamelucos, frutos dessas uniões – voluntárias ou não.

Assim, uma população de mamelucos foi-se formando no sul da Bahia, mais especificamente nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro. Como essas crianças mamelucas conviviam, no **período crítico** de aquisição da linguagem – que, segundo o paradigma gerativista, vai dos 2 anos de idade à puberdade, por volta dos 12 anos (QUADROS, 2010, p. 78) –, com a família das mães índias – pois a família dos pais estava em Portugal –, aprendiam o *tupinambá* das mães como primeira língua (L1), configurando-se, também no sul da Bahia, o contexto **sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações**, pois o mesmo *tupinambá* que era aprendido como L1 pelas mães índias, era igualmente aprendido pelos seus filhos mamelucos, sem haver interrupção na transmissão da língua das mães para os seus filhos, que também aprendiam esse *tupinambá* como L1 e nele permaneciam monolíngües até atingirem a idade que seus pais portugueses julgassem propícia para que começassem a ajudá-los em suas atividades laborativas. Dessa maneira, quando começavam a manter um maior contato com os pais portugueses – trabalhando com eles nas precárias plantações de cana, mandioca, café e, principalmente, nas extrações de madeiras nobres para serem vendidas à construção naval, pois essa passou a ser a principal atividade econômica do sul da Bahia –, esses mamelucos adquiriam a língua portuguesa como segunda língua, tornando-se bilíngües em *tupinambá* (L1) e em português (L2), provavelmente com grande variação de competência em português.

Essa situação de bilingüismo dos mamelucos resultou em influências lingüísticas mútuas, tanto na estrutura do português (devido ao contato com o sistema do *tupinambá*), quanto na estrutura do *tupinambá* (devido ao contato com o sistema do português), resultando em mudanças estruturais em ambas as línguas. É a esse *tupinambá* dos mamelucos do sul da Bahia, modificado estruturalmente devido à situação de bilingüismo com o português, que se passou a chamar de *língua geral* nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro.

À medida que a colonização dessa região continuou, tendo-se prolongado a relação entre portugueses e *tupinambás* por, pelo menos, três séculos – como atestam os documentos utilizados para o estabelecimento dos perfis das vilas e aldeias do sul da Bahia, que, para cada uma delas, sempre nos informam sobre a convivência entre brancos e índios –, sua população mameluca também aumentou, consolidando, assim, a formação estrutural e o estabelecimento da *língua geral* nessa região. Entretanto, essas afirmações sobre a miscigenação entre índios *tupinambás* e brancos portugueses no sul da Bahia não são apenas inferências. Mais uma vez, Luiz Mott nos apresenta documentos importantes, que confirmam a miscigenação na região.

O primeiro deles é um trecho escrito pelo próprio D. José I, rei de Portugal, no seu *Livro de Leis nº 9 (1751-1756)* – no contexto do “processo civilizatório”, dentro do qual estavam inseridas as Reformas Pombalinas –, demonstrando que o “soberano” via na miscigenação entre portugueses e índios uma forma de fazer com que estes alcançassem mais rapidamente o estágio de “civilizados”. Por esse motivo, chegou ao ponto de conceder privilégios aos filhos de índias com portugueses, afirmando a estes que

(...) não ficam com infâmia e seus descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra e dignidade, proibindo-se que sejam tratados de “caboucos” ou outros nomes injuriosos. Os requerentes a ofícios públicos façam referência a sua particularidade de descendentes de índios para mais particularmente serem atendidos. (D. José I, 1751-1756, Livro de Leis nº 9 *apud* MOTT, 2010, p. 289-290).

Ao que tudo indica, essa lei de D. José I foi posta em prática, pois, nos documentos analisados por nós, sobre as vilas e aldeias das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, nos anos subseqüentes a tal resolução, constatamos a presença de vários índios (provavelmente mamelucos) em cargos públicos de suas vilas, a exemplo da Vila de Barcelos – que possuía um juiz ordinário escolhido entre os índios –, e da Vila de Olivença – que também possuía um juiz ordinário escolhido entre os índios³¹ –, todas na Comarca de Ilhéus; assim como da Vila Verde – que possuía dois capitães de ordenanças escolhidos entre os índios –, da Vila do Prado – que possuía uma companhia de ordenanças composta por brancos e índios –, da Vila de Alcobaça – que possuía duas companhias de ordenanças compostas por brancos e índios –, e da Vila de Porto Alegre – que também possuía uma companhia de ordenanças composta por brancos e índios –, todas na Comarca de Porto Seguro.

O segundo deles foi escrito pelo Capitão Moniz Barreto em 1794, relativo à Vila de Serinhaém (ou Santarém), no qual afirma que, ali, havia muitas famílias de portugueses com índias, estando, por esse motivo, degeneradas:

Esta vila fica situada em lugar eminente, ameno e aprazível. **A sua população é de até 300 índios, em que entram muitas famílias de espécie degenerada com brancos portugueses.** Tem 160 palhoças. A Igreja Matriz de Santo André é a mais indecente que encontrei, que ao mesmo tempo serve de um lado de curral de ovelhas. (MONIZ BARRETO, 1794 *apud* MOTT, 2010, p. 215). (grifo nosso).

³¹ Esse fato aponta para a probabilidade de Manuel do Carmo de Jesus, indicado para Diretor de Índios da Vila de Olivença, ser também mameluco, pois, além de os oficiais da Câmara e repúblicos da vila terem escolhido entre os índios um juiz ordinário – o que aponta para o fato de que essa prática era realmente exercida na referida vila – Manuel do Carmo de Jesus – como mostra claramente o documento transcrito por Perminio Ferreira, Klebson Oliveira e Uílton Santos Gonçalves – foi criado naquela vila e era falante da *língua geral*, tornando ainda maior a probabilidade de ter sido ele, também, um mameluco.

O terceiro documento, na verdade uma pequena citação encontrada na nota 12 do artigo de Luiz Mott, mas não menos importante, foi escrito pelo Ouvidor Tomás Navarro de Campos em 1804, no qual afirma, com relação à Bahia de forma geral, que “**os índios são muito dados ao matrimônio, por isto casam-se de poucos anos e são inclinados a enlaçar-se com os portugueses e há disso exemplos (...)**” (CAMPOS, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 289-290). (grifo nosso). Certamente, as uniões entre os brancos portugueses e os *tupinambás* do sul da Bahia estavam inclusas nesses exemplos.

Outro trecho esclarecedor do Ouvidor Tomás Navarro de Campos – pois atesta a tendência da Coroa Portuguesa no sentido de promover a miscigenação entre brancos e índios, para que estes atingissem mais rapidamente o estágio de civilidade – é, também, de 1804, demonstrando inclusive ser a sua opinião, com relação à união de portugueses e índias, diferente da opinião do Capitão Moniz Barreto, que as considerava degenerativas: “Se fosse possível promover com suavidade o matrimônio dos índios com os portugueses, chegarão os descendentes mais depressa ao verdadeiro ponto da civilização, fazendo-se mais úteis ao Estado e à Religião.” (CAMPOS, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 289-290).

Não é sem motivo que um dos documentos encontrados por nós, além de se referir à Vila de Olivença e a outras da Comarca de Ilhéus, se refere ao uso da *língua geral*, justamente, na Vila de Serinhaém (ou Santarém), sobre a qual Moniz Barreto fez sua observação relativa às famílias “degeneradas” devido à miscigenação com brancos portugueses:

Pelo que toca ao temporal, usam geralmente os índios de Olivença, Barcelos e **Santarém [Serinhaém]** e os das aldeias de Almada e São Fidélis, do idioma português, tendo-se extinguido entre eles o uso da língua antiga, **vulgarmente chamada língua geral**. (MACIEL, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 224). (grifo nosso).

Não nos enganemos, outrossim, com a afirmação do Ouvidor Maciel de que em Olivença, Barcelos, Serinhaém (ou Santarém), Almada e São Fidélis, no ano de 1804, a *língua geral* já havia sido extinta e substituída pelo português. Isto porque o documento apresentado por Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva, referente também a Olivença, em 1794 – ou seja, apenas 10 anos antes da afirmação do Ouvidor Maciel, que, como se pode ler acima, também se referia a Olivença –, atesta que, em 1794, a *língua geral* predominava entre os habitantes desta vila, tendo sido esse, inclusive, o motivo principal para que Antônio da Costa Camelo, Ouvidor Interino da Comarca de Ilhéus, indicasse Manuel do Carmo de Jesus para Diretor de Índios do lugar, pois este “*tinha meio de*

se sustentar, e **a maior razão de ser criado naquela vila e saber a língua geral de índios** para melhor saber ensinar [a língua portuguesa, provavelmente]” (LOBO *et alii*, 2006, p. 610). (grifo nosso).

Na leitura do artigo de Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva, vemos que a escolha por um Diretor de Índios mais eficiente para que se ensinasse a língua portuguesa aos índios da Vila de Olivença foi necessária, justamente, porque o antigo diretor “nunca deu escola conforme a direção da Vila” (2006, p. 610), não ensinando a ler e escrever em língua portuguesa, sequer, a seus filhos. Dessa maneira, Manuel do Carmo de Jesus foi indicado, justamente, para tentar acabar com essa situação enraizada de utilização da *língua geral* na Vila Olivença, no intuito de cumprir, assim, as instruções do item 6 do Diretório do Marquês de Pombal, que diz:

6. Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistáraõ novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he um dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radíca tambem o affecto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Língua, que chamaráõ geral; invençaõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Índios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservávaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoes o uso da Língua Portugueza, naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escolas, e todos aquelles Índios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia, usem a Língua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (POMBAL, 1757 *apud* ALMEIDA, 1997, anexos).

Tendo sido escolhido para Diretor de Índios com essa finalidade precípua, Manuel do Carmo de Jesus, provavelmente, se empenhou na efetivação das medidas pombalinas, fazendo com que os mamelucos da Vila de Olivença, através de meios coercitivos, deixassem de falar a *língua geral* e passassem a utilizar apenas a língua portuguesa. Porém, como é de se esperar em tais situações de opressão lingüística, o uso da *língua geral* deve ter-se mantido da porta de casa para dentro, no ambiente doméstico, tendo sido esse o provável motivo para que o Ouvidor Maciel, ao visitar a vila em 1804, acreditasse que os mamelucos de Olivença, Barcelos, Serinhaém (ou Santarém), Almada e São Fidélis não falassem mais a sua *língua geral*, mas apenas o português, pois, de fato, como mostra o documento, foi a língua que

ouviu da boca dos habitantes da Vila de Olivença quando os encontrou em um ambiente que extrapolava o doméstico. Além do mais, Luiz Mott nos apresenta um documento de 1804, relativo à Vila do Prado, na vizinha Comarca de Porto Seguro – já citado no início desse capítulo, assim como os dois documentos anteriores –, escrito pelo seu Ouvidor, no qual há o atestado de que a L1 dos índios do sul da Bahia, no início do século XIX, ainda era a *língua geral*. Esta, no entanto, vinha sendo alvo dos esforços “civilizatórios” traduzidos na imposição da língua portuguesa, de acordo com o que podemos ler quando o Ouvidor de Porto Seguro afirma que os índios da Vila do Prado **“são civilizados no nosso idioma, mas a língua geral do seu natural nunca perdem, porque aprendem logo no berço.”** (Ouvidor de Porto Seguro, 1804 *apud* MOTT, 2010, p. 224). (grifo nosso). Essa afirmação do Ouvidor de Porto Seguro, inclusive, guarda grande semelhança com a afirmação que Antônio Vieira fez, 110 anos antes, em 1694, com relação a São Paulo, quando disse que **“(...) a língua, que nas ditas famílias se fala [famílias de portugueses com índias], he a dos Índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender a escola”** (VIEIRA, 1694 *apud* FREYRE, 2002, p. 281; BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1029, grifo nosso) – pois ambos os depoimentos deixam claro que a língua aprendida pelos habitantes de São Paulo e do sul da Bahia era o *tupinambá* transmitido das mães índias aos seus filhos mamelucos, adquirido como L1 pelas duas gerações, e que paulatinamente se modificou na boca dos mamelucos, devido ao bilingüismo com o português, até se tornar a *língua geral*, continuando o português a ser adquirido ou ensinado como L2 –, o que fortalece a nossa linha de raciocínio no sentido de que, nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, se reproduziram condições sociolingüísticas semelhantes às que Aryon Rodrigues identificou em São Paulo no período de formação da *língua geral* naquela região, com o acréscimo de que o depoimento do Ouvidor de Porto Seguro – diferentemente do de Antônio Vieira – foi escrito já no início do século XIX, o que aponta para uma situação de utilização da *língua geral* estabelecida e enraizada há, pelo menos, dois séculos.

Outro fator que vem corroborar a nossa linha de raciocínio, no sentido de que o sul da Bahia possuía condições sociolingüísticas semelhantes às que Aryon Rodrigues identificou em São Paulo e que tiveram como consequência a formação da *língua geral* daquela região, é o depoimento do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied. Isto porque, além dos fatores já apontados como componentes das condições sociolingüísticas necessárias à formação de uma *língua geral*, dentro do contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações, temos – junto com a formação de uma população mameluca e a aquisição do *tupinambá* das

mães índias como L1 – outro fator muito importante, também apontado por Aryon Rodrigues, para que a *língua geral* desse contexto se constituísse em uma categoria circunscrita por condições sociais muito específicas: o fato de os mamelucos, seus principais depositários, terem absorvido muito da cultura europeia dos pais portugueses a partir do momento em que começaram a manter contato constante e estreito com eles, ajudando-os em suas atividades laborativas. Assim, a *língua geral* passou a corresponder a uma população, predominantemente, de mamelucos, que, por sua vez, começaram a apresentar um modo de vida e de cultura mais próximo ao dos pais europeus do que ao das mães índias, o que não é difícil de se aceitar como verdadeiro, pois a cultura do colonizador europeu, desde sempre, foi vista como “superior” e, conseqüentemente, como cultura-alvo.

Os mamelucos do sul da Bahia também passaram pelo mesmo processo de aculturação sofrido pelos mamelucos de São Paulo, como podemos perceber nas palavras do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, que se mostrou decepcionado por ter encontrado, na Vila de Olivença, “índios vestidos de camisas brancas que ocupavam-se de pescar na praia.” Mais adiante, acrescentou:

Havia entre eles alguns tipos muito belos. O seu aspecto lembrava-me a descrição que faz Léry dos seus antepassados, os Tupinambá. Os Tupinambá, escreve Léry, são esbeltos, bem conformados, têm a estatura média dos europeus, embora mais espaduados. Perderam infelizmente as suas características originais. Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá com o capacete de penas na cabeça, o escudo de penas nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um adeus à portuguesa. Senti com tristeza as vicissitudes das coisas deste mundo, que fazendo essas gentes perder os seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-os também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos. (MAXIMILIANO, 1816 *apud* MOTT, 2010, p. 225).

Essa afirmação do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied está em total acordo com a situação cultural que Aryon Rodrigues identificou no modo de vida dos índios de São Paulo – depois da chegada dos portugueses e da posterior miscigenação –, levando-o a afirmar que esses índios “foram-se extinguindo como povo independente e culturalmente diverso.” Desse modo, “a língua que falavam os paulistas já não mais servia a uma sociedade e a uma cultura indígenas, mas à sociedade e à cultura dos mamelucos, cada vez mais distanciadas daquelas e mais chegadas à cultura portuguesa.” (RODRIGUES, 1996, p. 2). As palavras do príncipe Maximiliano Wied-Neuwied demonstram que o mesmo aconteceu com os índios falantes de *língua geral* do sul da Bahia.

6. OS PÉS DE CACAU COMEÇAM A COBRIR DE DOURADO AS TERRAS DO SUL DA BAHIA

“Uma nova vida começara com o aparecimento do cacau, o que acontecera antes não contava. Engenhos e alambiques, plantações de cana e de café, lendas e histórias, tudo havia desaparecido para sempre, cresciam agora as roças de cacau e as novas lendas e histórias narrando como os homens lutaram entre si pela posse da terra. Os cegos cantadores levavam pelas feiras, até o mais distante sertão, os nomes e os feitos dos homens do cacau, a fama daquela região.”³²

A história lingüística do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão é fortemente marcada por genocídios e glotocídios – seja enquanto eram Estados independentes, seja depois da integração da região amazônica ao Estado do Brasil em agosto de 1823 –, tendo como resultado final, quase sempre – embora por diferentes caminhos e por diferentes espaços de tempo –, o predomínio da língua portuguesa.

No que concerne às *línguas gerais* brasileiras, temos exemplos do seu desaparecimento ou declínio, já devidamente estudados, nos dois contextos lingüísticos em que se desenvolveram: [1] o contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações – no caso da *língua geral* de São Paulo, de que tratamos nesse capítulo –, e [2] o contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações – no caso da *língua geral* da Amazônia, de que trataremos no próximo capítulo.

Com relação ao contexto [1], temos o episódio da *Guerra do Emboabas*, estudado por Lorenzo Vitral no seu artigo intitulado *Língua geral versus língua portuguesa: a influência do “processo civilizatório”*, no qual considera ter sido o conflito pela posse das riquezas de Minas Gerais, ocorrido em 1709 entre os bandeirantes – mamelucos falantes da *língua geral* de São Paulo – e os portugueses – chamados pelos bandeirantes de *emboabas* –, o motivo principal da frenagem da expansão da *língua geral* que era, então, falada também na região de Minas Gerais, colonizada inicialmente pelos bandeirantes. Isto porque os portugueses venceram a *Guerra dos Emboabas*, possibilitando, assim, a implantação de uma ordem institucional, por parte da Coroa de Portugal, na Capitania de Minas Gerais.

³² Trecho do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado (1989, p. 26).

Desfechando um golpe profundo sobre a *língua geral* de São Paulo já com a morte de milhares de mamelucos paulistas, que sucumbiram durante a *Guerra dos Emboabas*, a implantação da ordem institucional se constituiu em outro golpe, também profundo, que viria a contribuir para a decadência e desaparecimento dessa língua, pois implantar a referida ordem se traduzia, em termos lingüísticos, em implantar o uso da língua portuguesa. Como Minas Gerais – devido à grande riqueza que veio a obter com extração de ouro e pedras preciosas – se tornou a capitania de maior prestígio e importância da Colônia, o seu *modus vivendi* passou a atuar como modelo de civilidade para as demais regiões do Estado do Brasil, principalmente para as regiões vizinhas a Minas Gerais e que eram igualmente falantes da *língua geral* de São Paulo, como o sul de Goiás, o Mato Grosso do Sul, o norte do Paraná e, evidentemente, a própria São Paulo, berço da referida *língua geral*. Assim, devido à influência do “processo civilizatório” desencadeado nas terras mineiras – cujos padrões de civilidade incluíam o uso da língua portuguesa –, a *língua geral* de São Paulo foi, paulatinamente, sendo abandonada pelos seus falantes, em benefício do idioma português:

(...) a vitória dos emboabas [portugueses], ao permitir o estabelecimento da ordem institucional na região das Minas, que veio a se tornar, no transcorrer do século XVIII, a capitania mais importante da colônia, cerceou a expansão da língua geral do sul [*língua geral* de São Paulo] no Brasil. Assim, a dominação política daqueles que não falavam a língua da terra foi, provavelmente, decisiva na atribuição de prestígio ao idioma lusitano. (VITRAL, 2001, p. 312).

Comparando essa afirmação de Lorenzo Vitral com o estudo já citado de Sérgio Buarque de Hollanda sobre a *língua geral* de São Paulo, notamos que não há conflito de informações. Pelo contrário, as palavras de Sérgio Buarque de Hollanda vêm confirmar a inferência de Lorenzo Vitral, quando diz que “o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode dizer-se que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII.” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2002, p. 1035).

Com relação ao contexto [2], temos como exemplo a *Revolta da Cabanagem*, ocorrida entre 1835 e 1840, na agora província de Belém – pois o Estado do Grão-Pará e Maranhão já havia sido dissolvido e incorporado ao Estado do Brasil, anos antes, em 1823 –, estudada por José Ribamar Bessa Freire no seu deleitoso livro *Rio Babel*. De cunho separatista, essa revolta causou o extermínio de um grande contingente de índios e mestiços, falantes da *língua geral* da Amazônia. Devido ao vazio populacional causado pela revolta e, em contrapartida, à necessidade de mão-de-obra surgida por causa da elevação do preço da borracha no mercado

internacional, os donos dos seringais da província de Belém se viram na contingência de ter de importar uma quantidade considerável de nordestinos, falantes da língua portuguesa, para que servissem de mão-de-obra na extração do látex de suas árvores seringueiras. Outrossim, houve, nesse sentido, o incentivo do governo provincial, que promoveu a imigração de estrangeiros, muitos deles portugueses, para a região, imigração esta facilitada pela grande quantidade de portos da região amazônica. Assim, com o genocídio dos índios e mestiços da província de Belém, o conseqüente glotocídio dele resultante e a maior viabilidade social que a língua portuguesa adquiriu – fazendo com que muitos dos sobreviventes da *Revolta da Cabanagem*, e principalmente seus descendentes, começassem a abandonar a *língua geral* em prol do português –, a *língua geral* da Amazônia perdeu grande espaço para a língua portuguesa, que, desde então, manteve o seu processo de expansão na região:

Embora não seja possível quantificar, sabemos com segurança que, durante esse período [de 1820 a 1840], aumentou extraordinariamente o número de falantes de português e diminuiu os de LGA [língua geral da Amazônia], num processo em que o crescimento populacional não foi apenas vegetativo. Por um lado, muitos falantes de LGA foram exterminados durante a revolta popular da Cabanagem (1835-1840), enquanto os sobreviventes se retiraram para vilas e povoados; por outro, o governo provincial, através de uma caixa especial do Tesouro Público, passou a promover a introdução de colonos facilitando a imigração de estrangeiros – entre os quais portugueses – e de nordestinos, o que foi facilitado nas décadas seguintes pela navegação a vapor e pela crescente demanda internacional da borracha (Cruz, 1958:25). Em 1868, quase 12% da população de Belém tinha a nacionalidade portuguesa (Souza, 1873:70). (FREIRE, 2004, p. 191).

Contudo, a *língua geral* da Amazônia é falada até hoje – porém sob outra denominação, *nheengatu* –, principalmente no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM, no Alto Rio Negro, extremo noroeste do Brasil, onde, desde 2003, por iniciativa da Câmara de Vereadores da cidade e com o auxílio do *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística* (IPOL), foi decretada língua oficial, junto com o *tukano* e o *baniwa*, possuindo São Gabriel da Cachoeira, hoje, 4 línguas oficiais: o *nheengatu*, o *tukano*, o *baniwa* e o português.

Da mesma forma que, nos exemplos dados anteriormente, relativos aos dois contextos lingüísticos distintos de *língua geral*, o **genocídio**, o conseqüente **glotocídio** e o **português como sendo a língua representante da civilização – e, por isso, mais viável socialmente** – foram determinantes para o desaparecimento da *língua geral* de São Paulo e pela drástica redução do espaço de atuação da *língua geral* da Amazônia, assim também aconteceu com a *língua geral* das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, que está inclusa no contexto [1].

Durante a leitura dos documentos que utilizamos para a elaboração do perfil das vilas e aldeias pertencentes às duas comarcas do sul da Bahia, apenas em um único – e uma única vez – foi feita menção ao plantio de cacau, ainda assim em meio a outras colheitas, como a de mandioca, de café, de algodão e de cana, sendo o cacau apenas mais uma colheita entre outras. Nesse documento, Luís dos Santos Vilhena, seu autor, se refere à Vila Verde, na Comarca de Porto Seguro, não assinalando a produção de cacau nas demais vilas e aldeias, tanto da Comarca de Porto Seguro, quanto da Comarca de Ilhéus.

Na ocasião em que Luís dos Santos Vilhena escreveu suas cartas – entre 1798 e 1799 –, o cacau possuía pouca importância no cenário colonial, certamente porque a sua introdução em solo baiano ainda era muito recente, datada de 1746, pouco mais de 50 anos antes, quando o suíço Frédéric Louis Warneaux trouxe a primeira muda do Estado do Grão-Pará e Maranhão, plantando-a na fazenda Cubículo, situada na margem direita do rio Pardo, na Comarca de Ilhéus, onde hoje se encontra a cidade de Canavieiras. (TAVARES, 2008, p. 365; SANTOS, 1957, p. 44). Contudo, a visita de Luís dos Santos Vilhena à Comarca de Ilhéus não deve ter sido das mais demoradas, pois, de acordo com a informação de Milton Santos (1957, p. 44-45), em 1783, a lavoura cacauera já começava a dar sinais de progresso na capitania, com mais de 400.000 pés plantados, demonstrando que, pelo menos em termos locais, o cacau já começava a ganhar importância. O professor de grego, entretanto, sequer aborda a existência de pés de cacau em toda a Comarca de Ilhéus, apenas mencionando um plantio tímido em Vila Verde, na Comarca de Porto Seguro, como já foi mencionado. Milton Santos também transcreve o trecho de um relatório escrito pelos administradores provisórios da Bahia no mesmo ano de 1783, a respeito dos tais 400.000 pés de cacau e do progresso que a região sul da Bahia começava a experimentar: “Nos dois anos que se seguiram a estas ordens (...), mudou muito o estado da comarca”, referindo-se à Comarca de Ilhéus, e é o próprio Milton Santos quem completa, afirmando que “Daí para cá a produção do cacau só fez aumentar (...)” (p. 45). Dessa maneira, de acordo com os depoimentos expostos logo acima, podemos concluir que, de 1746 – quando chegou o primeiro pé de cacau à Comarca de Ilhéus –, até o fim da década de 1770, a lavoura cacauera não logrou grandes progressos. Somente a partir do início da década de 1780, como mostram as palavras dos administradores provisórios da Bahia, a lavoura do cacau inicia o seu processo de ascensão.

Tomando, então, o início da década de 1780 como marco que delimita o começo do progresso econômico da região, tendo como um de seus principais esteios a lavoura cacauera, consideraremos também essa data como a que marca o início do processo de imigração dos

sertanejos – seja do interior da Bahia, seja de outros estados do nordeste, principalmente de Sergipe – para o sul da Bahia.

Esses sertanejos foram afugentados de suas terras pela seca, ao mesmo tempo em que foram atraídos para o sul da Bahia pelas notícias de prosperidade da lavoura do cacau e, principalmente, pela existência de grandes extensões de terra sem dono, à espera de alguém que lá chegasse para desbravá-las e plantar os pés dos quais brotavam frutos dourados como ouro.

Dessa maneira, nas décadas seguintes, imigrantes sertanejos das mais variadas procedências – e todos falantes da língua portuguesa – partiram para as Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, em lombos de burro e até mesmo de pés no chão, na esperança de garantirem o seu quinhão das terras férteis daquela região. Contudo, as terras “sem dono”, na verdade, o tinham; donos estes que, em sua grande maioria, eram índios *tupinambás*, brancos pobres e mamelucos – quase todos, por sua vez, falantes da *língua geral*.

Os sertanejos, ao chegarem ao sul da Bahia e ao se depararem com os nativos do lugar, partiram para cima de suas terras, tendo como conseqüência o conflito entre nativos e sertanejos. Estes – jagunços que se tornaram célebres nos livros de Jorge Amado pela boa pontaria – desencadearam o processo de dizimação e expulsão dos índios *tupinambás*, mamelucos e brancos pobres que ocupavam as terras tornadas alvo de sua cobiça. Milton Santos, mais uma vez, nos serve de fonte, baseado agora em um estudo, na ocasião ainda um manuscrito inédito, de autoria de João Batista Alves de Macedo, do qual utiliza a seguinte citação:

A grandeza econômica da zona cacauera foi, em boa parte, forjada pelo sertanejo e pelo nordestino, vindos do interior da Bahia e de outros Estados, especialmente Sergipe, donde a inclemência da seca os tangia em busca de melhor acolhida em terras mais férteis e dóceis, como as da zona sul da Bahia (...) (MACEDO, s/d *apud* SANTOS, 1957, p. 45).

E continua fazendo uso das palavras de João Batista Alves de Macedo, quando este diz que

Os jagunços, apesar de proscritos pela justiça e assalariados por aventureiros, sequiosos de fortuna fácil, foram, também, responsáveis pelo desbravamento das matas do cacau, exterminando os indígenas que, desde os primeiros séculos, constituíram um entrave à penetração do povoamento e aproveitamento dos inesgotáveis recursos econômicos da ubérrima região. (MACEDO, s/d *apud* SANTOS, 1957, p. 45).

Esse processo de extermínio e expulsão dos índios foi, provavelmente, o principal motivo da extinção da *língua geral* do sul da Bahia, pois, com a morte de grande parte de seu povo e a expulsão dos seus falantes – que fugiram para as matas virgens que restaram –, a *língua geral* falada por eles sofreu um forte e profundo golpe³³.

Desse modo, ao dizimarem e expulsarem de suas terras a população autóctone falante da *língua geral*, os sertanejos se tornaram os principais agentes da extinção dessa língua no sul da Bahia. Com relação à generalização, nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, do uso da língua portuguesa, há um fator que consideramos o mais significativo na difusão do português na costa sul baiana, à símile do que José Ribamar Bessa Freire apontou para a difusão do idioma lusitano na Amazônia: sendo estes “novos donos da terra” falantes da língua portuguesa, foi esse idioma que passou a representar a sociedade que começava a se formar: a sociedade do cacau, representada pelas primeiras gerações de imigrantes sertanejos que se dirigiram para o sul da Bahia, e que, passados 80 anos, já em 1860, se tornaram os primeiros grandes coronéis do cacau, assim considerados devido às grandes fortunas que acumularam e aos títulos de coronel que compraram, beneficiados que foram com a valorização do cacau no mercado internacional, como resultado da grande procura por esse produto pelas indústrias norte-americanas do ramo farmacêutico e alimentício, além da procura por parte de países europeus, como a Inglaterra, que também se interessaram pelo produto. (TAVARES, 2008, p. 365). Além do mais, a própria localização geográfica da zona do cacau favorecia a imigração. Por terra, chegaram os primeiros imigrantes sertanejos – responsáveis, por um lado, pela dizimação e expulsão dos *tupinambás*, mamelucos e brancos pobres, resultando na morte de sua *língua geral* e, por outro lado, pela introdução da língua portuguesa na região –,

³³ Mas não podemos atribuir a extinção da *língua geral* do sul da Bahia apenas à imigração dos sertanejos para essa região, pois, como constatamos na documentação utilizada no perfil das vilas e aldeias das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, desde 1758, as Reformas Pombalinas começaram a atuar na região. É verdade, como percebemos no caso da Vila de Olivença – na Comarca de Ilhéus – em 1794, que, em termos linguísticos, o Diretório dos Índios ainda não havia surtido o efeito esperado, pois, nesse ano, a *língua geral* continuava sendo falada por grande parte de sua população, muito provavelmente, como L1, assim como na Vila do Prado – na Comarca de Porto Seguro –, em 1804, na qual sua população também continuava a falar a *língua geral*, nesse caso com certeza, como língua nativa. Contudo, se na Vila de Olivença em 1794, por um lado, a *língua geral* ainda era o idioma corrente de sua população, dando um atestado da ineficiência das medidas pombalinas, por outro lado, nesse mesmo ano, podemos observar uma reação da Coroa Portuguesa no sentido reverter essa situação, indicando Manuel do Carmo de Jesus para ser o novo Diretor de Índios do lugar, fato que parece ter surtido efeito, pois, anos depois, já não se encontravam mais, pelo menos às vistas e ouvidos do Ouvidor Maciel, pessoas falando *língua geral* publicamente, mas a língua portuguesa. Dessa maneira, se medidas desse tipo foram tomadas com relação à Vila de Olivença, possivelmente foram tomadas, também, com relação às demais vilas da Comarca de Ilhéus, o mesmo valendo para as vilas da Comarca de Porto Seguro, pois situação semelhante de uso da *língua geral* foi constatada na Vila do Prado em 1804, como já foi dito, o que nos leva a crer que, se o Diretório dos Índios não foi o principal fator que determinou a extinção da *língua geral* do sul da Bahia e a ascensão da língua portuguesa nessa região, foi, contudo, um fator importante.

que, do interior nordestino, partiam para a costa sul da Bahia. Pelo mar – após o estabelecimento dos imigrantes sertanejos, quando as terras do sul da Bahia já estavam repletas de fazendas de cacau e o dinheiro começava a circular em abundância na região –, começaram a aportar, principalmente em Ilhéus, imigrantes de outras regiões do país, a exemplo do sudeste, cujas profissões eram as mais diversas – como médicos, engenheiros, prostitutas e exportadores.

Dois exemplos muito conhecidos podem ser encontrados em um único livro de Jorge Amado, *Gabriela, Cravo e Canela*. Já no século XX, com a cidade de Ilhéus estabelecida – e com todas as suas terras de escritura lavrada em cartório –, Gabriela é um exemplo do imigrante sertanejo que, por terra, vem do interior do nordeste para o litoral sul da Bahia, fugindo da seca. Foi assim que teve início a sua história com Nacib, que, atrás de uma cozinheira – pois a sua antiga, a velha Filomena, o havia deixado –, a encontrou no “Mercado dos Escravos”, coberta de poeira da cabeça aos pés, após semanas caminhando descalça até chegar à “terra prometida”, resolvendo contratá-la, após Gabriela tê-lo chamado de “moço bonito”. O local onde Nacib a encontrou, situado atrás da estrada de ferro de Ilhéus, era chamado de “Mercado dos Escravos”, porque para lá iam os imigrantes sertanejos pobres recém-chegados, para serem avaliados por pessoas interessadas em contratar empregadas domésticas, cozinheiras ou trabalhadores para as roças de cacau, guardando certa semelhança com os mercados de escravos do período da escravidão, cujo término ainda era recente naquele início de século XX:

Meu Deus, onde encontrar cozinheira? (...) Foi quando surgiu outra mulher, vestida de trapos miseráveis, coberta de tamanha sujeira que era impossível ver-lhe as feições e dar-lhe idade, os cabelos desgrenhados, imundos de pó, os pés descalços. Trazia uma cuia com água, entregou nas mãos trêmulas da velha que sorveu ansiosa.

– Deus lhe pague...

– Não tem de quê, avó... – era uma voz de jovem, talvez a voz a cantar modas quando Nacib chegara.

O coronel Melk e seus homens desapareciam por detrás dos vagões da estrada de ferro, o tocador de harmônica parava um instante, acenava adeus. A mulher levantou o braço, sacudiu a mão, voltou-se novamente para a anciã, recebeu a cuia vazia. Ia retirar-se, Nacib perguntou-lhe ainda na admiração da velha alquebrada:

– É sua avó?

– Não, moço – parou e sorria e só então Nacib constatou tratar-se realmente de uma jovem porque os olhos brilhavam enquanto ela ria. – A gente encontrou ela no caminho, há uns quatro dias de viagem.

– A gente, quem?

– Acolá... – apontou um grupo com o dedo e novamente riu um riso claro, cristalino, inesperado. – A gente saiu junto, do mesmo lugar. A seca matou tudo que era bicho vivente, secou tudo que era água, árvore virou graveto seco. No caminho a gente encontrou outros. Tudo fugindo.

– Você é parente deles?

– Não, moço. Sou só no mundo. Meu tio vinha comigo, entregou a alma antes de chegar a Jeremoabo. A tal de tísica... – e riu como se fosse coisa para rir.

– Não era você que estava cantando há pouquinho?

– Era, sim senhor. Tinha um moço tocador, foi contratado pra roça, diz que vai enricar aqui. A gente canta, esquece os maus pedaços...

A mão segurava a cuia, encostada na anca. Nacib a examinava sob a sujeira. Parecia forte e disposta.

– O que é que você sabe fazer?

– De tudo um pouco, seu moço.

– Lavar roupa?

– E quem não sabe? – espantava-se. – Basta ter água e sabão.

– E cozinhar?

– Já fui cozinheira até de casa rica... – e novamente riu como se recordasse algo divertido.

Talvez porque ela risse, Nacib concluiu que não servia. Essa gente vinda do sertão, esfomeada, era capaz de qualquer mentira para conseguir trabalho. Que podia ela saber de cozinha? Assar jabá e cozinhar feijão, nada mais. Ele precisava de mulher idosa, séria, limpa e trabalhadora, assim como a velha Filomena [sua antiga cozinheira que havia acabado de ir embora]. E boa cozinheira, entendendo de temperos, de pontos de doces. A moça continuava parada, esperando, a fitá-lo no rosto. Nacib sacudiu a mão sem achar o que dizer:

– Bem... Até outra. Boa sorte.

Virou as costas, ia saindo, ouviu a voz atrás dele, arrastada e quente:

– Que moço bonito!

Parou. Não se lembrava de ninguém achá-lo bonito, à exceção da velha Zoraia, sua mãe, nos dias de infância. Foi quase um choque.

– Espere.

Voltou a examiná-la, era forte, por que não experimentá-la?

– Sabe mesmo cozinhar?

– O moço me leva e vai ver...

Se não soubesse cozinhar, serviria ao menos para arrumar a casa, lavar a roupa.

– Quanto quer ganhar?

– O moço é que sabe. O que quiser pagar...

– Vamos ver primeiro o que você sabe fazer. Depois acertamos o ordenado. Lhe serve?

– Pra mim, o que o moço disser tá bom.

– Então pegue sua trouxa.

Ela riu novamente, mostrando os dentes brancos, limados. Ele estava cansado, já começava a achar que tinha feito uma besteira. Ficara com pena da sertaneja, ia levar um trambolho para casa. Mas era tarde para arrepende-se. Se pelo menos soubesse lavar...

Voltou com um pequeno atado de pano, pouca coisa possuía. Nacib saiu andando devagar. A trouxa na mão, ela o acompanhava poucos passos atrás. Quando já iam saindo da estrada de ferro ele voltou a cabeça e perguntou:

– Como é mesmo seu nome?

– Gabriela, pra servir o senhor. (AMADO, 1989, p. 100-102).

Já um exemplo de imigrante do sudeste, que veio pelo mar, é o personagem Raimundo Mendes Falcão – tratado por todos como Mundinho Falcão –, jovem que aportou em Ilhéus, vindo do Rio de Janeiro para trabalhar como exportador de cacau e com a cabeça cheia de idéias progressistas – destoando do pensamento dos coronéis desbravadores da terra –, acabando por se tornar o chefe político da zona cacauzeira – depois de atentados, de incêndios de jornais oposicionistas, e da morte do seu adversário principal e antigo chefe político da região, o velho coronel Ramiro Bastos, que, inclusive, era também sertanejo e integrante das

primeiras gerações de coronéis que resolviam seus conflitos a bala, fazendo uso das famosas “toaias”:

Nacib lhe dava [ao coronel Ramiro Bastos] as notícias mais recentes, o coronel já tinha sabido do encalhe do Ita.

– Mundinho Falcão chegou nele. Disse que o caso da barra...

– Forasteiro... – atalhou o coronel. – Que diabo veio buscar em Ilhéus onde não perdeu nada? – era aquela voz dura do homem que tocara fogo em fazendas, invadira povoados, liquidara gente, sem piedade. Nacib estremeceu.

– Forasteiro...

Como se Ilhéus não fosse uma terra de forasteiros, de gente vinda de toda parte. Mas era diferente. Os outros chegavam modestamente, curvavam-se logo à autoridade dos Bastos, queriam apenas ganhar dinheiro, estabelecer-se, entrar pelas matas. Não se metiam a cuidar do “progresso da cidade e da região”, a decidir sobre as necessidades de Ilhéus. (AMADO, 1989, p. 55).

Dessa maneira, após a dizimação e expulsão dos índios *tupinambás*, dos mamelucos e dos brancos pobres, falantes da *língua geral*, a região sul da Bahia ficou aberta para a entrada da língua portuguesa por todos os lados: pela terra e pelo mar.

Por fim, os próprios índios falantes da *língua geral*, que fugiram para as matas virgens – além dos cacauais –, com o passar do tempo, possivelmente se viram na contingência de restabelecer contato com a região tomada pelos sertanejos – sem mais lhes oferecer resistência, em busca de melhores condições de vida –, contato este que só era possível em língua portuguesa, tornando-se a língua mais viável socialmente, provocando, como consequência dessa viabilidade, o abandono paulatino da *língua geral* e a adoção da língua portuguesa também por eles.

7. OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, procuramos, baseados nas constatações de Aryon Rodrigues, delimitar o *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, dentro do qual se formou a *língua geral* de São Paulo e, segundo nossa hipótese, a *língua geral* do sul da Bahia. Nesse sentido, analisamos a afirmação categórica do autor, sobre não terem se formado *línguas gerais* em toda a faixa costeira compreendida entre o Rio de Janeiro e o Piauí, comparando-a com os registros documentais relativos à região sul da Bahia – que se insere na referida faixa costeira –, nos quais não só há afirmações explícitas de que nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro se falava *língua geral*, como também estão presentes informações que atestam um grande contingente de índios *tupinambás* e de brancos portugueses no período colonial, fato que teria possibilitado o surgimento de uma população mameluca significativa

na região, criando condições sociolingüísticas semelhantes às constatadas em São Paulo, no que se refere à formação de sua *língua geral*.

No intuito de fortalecer nossa hipótese, exposta acima, partimos para a construção do perfil de cada uma das 20 vilas e 2 aldeias das Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, enfatizando seus aspectos demográficos, econômicos e geográficos, para que se tornasse mais clara a visualização da realidade social dessas localidades no século XVIII, período em que sua *língua geral* ainda estava em pleno uso, de acordo com a documentação analisada.

Depois de termos levantado os referidos perfis e de termos constatado que a *língua geral* do sul da Bahia se enquadra no mesmo contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações da *língua geral* de São Paulo, concluímos que as duas tiveram processos de formação semelhantes no seio de uma população mameluca bilíngüe.

Por fim, com relação ao desaparecimento da *língua geral* do sul da Bahia, consideramos que o processo de imigração sertaneja para esta região, a partir da década de 1780 – e que teve como uma de suas principais características a luta sangrenta pela posse das terras férteis e propícias ao cultivo do cacau –, foi o principal motivo do declínio e desaparecimento de sua *língua geral*, pois os seus falantes ou morreram nos conflitos pela posse da terra, ou fugiram para as matas virgens onde a frente de expansão cacauzeira ainda não tinha chegado. Desse modo, os sertanejos das mais variadas procedências, principalmente do estado de Sergipe, depois de se tornarem os novos donos da terra e de desbravarem as abundantes matas virgens da região, teriam sido os responsáveis por plantar, junto com os pés de cacau, a língua portuguesa naquele solo que, durante os 200 anos seguintes, se tornaria um dos mais valiosos do Brasil, até se iniciar o seu processo de decadência econômica na década de 1980.

No próximo e último capítulo, partiremos para a delimitação do *contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, constatado por nós, e dentro do qual teria se formado a *língua geral* da Amazônia, no então Estado do Grão-Pará e Maranhão. Como se verá, apresentamos dados sócio-históricos e lingüísticos que nos permitiram levantar a hipótese de que a *língua geral*, surgida na Amazônia colonial a partir de meados do século XVII, foi o resultado de um processo de *pidginização/crioulização*, que se delineou com o contato entre o *tupinambá*, falado pelos jesuítas portugueses, e as muitas e diferenciadas línguas *tapuias*, faladas às margens do rio Amazonas, tendo sido esse o cenário lingüístico que predominou na formação da *língua geral* da região.

CAPÍTULO 4 – LÍNGUA GERAL EM CONTEXTO COM INTERRUPTÃO DE TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA ENTRE GERAÇÕES

1. OBSERVAÇÕES INICIAIS

No capítulo anterior, no qual tratamos de *língua geral* em contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações, falamos da *língua geral* de São Paulo e da *língua geral* do sul da Bahia como sendo, na verdade, um mesmo tipo de língua, pois sua origem, de acordo com o que a nossa pesquisa indicou, foi a mesma, ou seja: se diferenciaram do *tupinambá*, seu antecedente histórico, por processos de mudança natural pelo qual passam todas as línguas naturais do mundo. Assim, o *tupinambá*, que era falado pelos índios brasileiros do século XVI ao longo da costa, desde o **Sul de São Paulo** até a **foz do rio Amazonas, no Pará** (MÉTRAUX, 1948, p. 95), foi transmitido, das mães índias, para os seus filhos mamelucos como língua materna, não havendo interrupção de transmissão lingüística do *tupinambá* entre a geração das mães e a geração dos filhos. Contudo, por serem filhos de pais portugueses e por, a partir de certa idade, começarem a acompanhar os pais nas suas atividades laborativas, muitas vezes aprendiam o português como segunda língua, gerando uma situação de bilingüismo que, inevitavelmente, proporciona influências mútuas em ambos os sistemas lingüísticos falados por uma mesma pessoa, no que estamos de acordo com Frans Van Coetsem, quando afirma que a competência bilíngüe é o espaço onde o contato entre sistemas, de fato, ocorre. (COETSEM, 1998 *apud* SCHMIDT-RIESE, 2003, p.152). Dessa maneira, o *tupinambá* falado pelas populações mamelucas da costa do Brasil se diferenciou ao ponto de não mais ser identificado com o *tupinambá* aprendido pelas primeiras gerações de mamelucos de sua costa, ou seja, o mesmo *tupinambá* das suas mães índias. Por isso, segundo Aryon Rodrigues, começou a ser chamado de *língua geral*, designação que, após evolução semântica, passaria a ser específica para esses contextos sociolingüísticos, no qual incluímos a *língua geral* encontrada na costa sul da Bahia (LOBO *et alii*, 2006), e não mais para designar línguas faladas em uma grande extensão territorial.

Contudo, no que diz respeito à Amazônia, leituras recentes nos fazem crer que o contexto **com** interrupção de transmissão lingüística entre gerações foi o que predominou na formação da *língua geral* dessa região, e não o contexto sem interrupção constatado por Aryon Rodrigues, contexto esse que teria se dado apenas nas regiões dominadas pelos *tupinambás*, que ocupavam as áreas costeiras – e ainda assim com falhas de continuidade, pois a Ilha de Marajó, por exemplo, estava ocupada pelos *nheengaibas*, que eram índios *tapuias* – e a foz do rio Tocantins. No que concerne às demais áreas que compõem a vasta região interior da

Amazônia, estas eram de ocupação *tapuia*, nas quais os jesuítas vieram a instalar diversas missões, tendo havido, principalmente nesse contexto missionário, a interrupção de transmissão lingüística entre as gerações que formavam o contingente das aldeias jesuíticas, devido à política de “tupinização dos tapuias”, praticada pelos inacianos, que impunham nos seus aldeamentos o uso do *tupinambá* aos índios das mais diversas etnias não *tupinambás*.

De agora em diante, procuraremos, então, delinear o cenário sociolingüístico encontrado pelos jesuítas quando chegaram à região amazônica, assim como a política lingüística que adotaram ao chegarem lá, política esta que teve como resultado o surgimento da *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* (LGA), para utilizar a conhecida denominação de Aryon Rodrigues. Autores como José Ribamar Bessa Freire e Maria Cândida Barros já trataram sobre a política lingüística adotada pela Companhia de Jesus na região. Todavia, o fizeram sob uma perspectiva diferente da nossa. No caso dos referidos autores, consideraram que a imposição da língua *tupinambá* sobre as muitas línguas *tapuias* teria gerado apenas uma nova variedade do *tupinambá* (o *tupinambá* também era chamado de *língua geral*, mas sem qualquer outro qualificador, devido à grande extensão geográfica em que já era falado na costa do Estado do Brasil), surgindo o que o jesuíta João Felipe Bettendorff (1625-1698), ainda no final do século XVII, chamou de *língua vulgar*, pois o *tupinambá* ainda falado pelos jesuítas e pelos próprios índios *tupinambás* já não era mais compreendido pelas gerações descendentes dos primeiros *tapuias*, sendo o *tupinambá* defectivo, adquirido por essas gerações, denominado, posteriormente, já no século XVIII, de *língua geral corrupta*. Essa denominação, por sua vez, foi dada pelo também jesuíta João Daniel. Assim, teria passado a existir, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a *língua geral antiga* – que era o *tupinambá* trazido pelos jesuítas do Estado do Brasil – e a *língua geral corrupta* – que era apenas uma variedade, segundo a perspectiva de José Ribamar Bessa Freire e Maria Cândida Barros, do *tupinambá* que os índios *tapuias*, falantes de línguas maternas muito diferentes do *tupinambá*, teriam começado a falar por imposição dos jesuítas. Segundo eles, inclusive, essa nova variedade do *tupinambá*, a *língua geral corrupta*, teria se diferenciado como uma conseqüência dos contatos lingüísticos entre o *tupinambá* e as muitas línguas *tapuias* que eram faladas como língua materna pelos índios aos quais foi imposto o *tupinambá* como segunda língua. Mas essa diferenciação teria ocorrido como simples fruto do bilingüismo, com pleno acesso às estruturas da língua-alvo, no qual as duas línguas envolvidas se influenciam mutuamente e sem haver interrupção paulatina na transmissão da língua materna da primeira geração de *tapuias*, para as gerações seguintes, compostas pelos seus descendentes, posição que fica clara quando José

Ribamar Bessa Freire indaga “por que na Amazônia brasileira não se consolidou um processo de crioulição, do tipo encontrado na Amazônia holandesa (...)” (FREIRE, 2003, p. 202).

Diferente é o nosso ponto de vista com relação a esses contatos. Baseados nas idéias de Dante Lucchesi e Alan Baxter, a respeito do contato entre línguas dentro dos cenários lingüísticos delineados por esses autores como propícios à **Transmissão Lingüística Irregular** (doravante TLI), pensamos que o contexto lingüístico do Baixo Amazonas, no qual houve a imposição do *tupinambá* – desde o início do século XVII de forma pontual, e, a partir de meados desse mesmo século, de forma sistemática – pelos jesuítas, sobre os índios *tapuias* e as suas muitas línguas, também tornou o referido cenário propício à TLI do *tupinambá* aos milhares de índios *tapuias* da região e à sua posterior *pidginização/crioulição*. Roland Schmidt-Riese também se manifesta nessa direção, ao afirmar que o “cenário dos grupos indígenas aldeados e escravizados na época colonial aponta para processos de reestruturação que se aproximam do quadro da crioulogênese.” (SCHMIDT-RIESE, 2003, p. 162). Desse modo, a diferença entre a *língua geral antiga* e a *língua geral corrupta*, apontada por João Daniel, não seria devida ao simples bilingüismo, sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações, responsável por influências mútuas nas duas línguas em questão, como provavelmente ocorreu no surgimento da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia, mas, sim, à crioulição dessa *língua geral antiga* ou *tupinambá*, havendo, portanto, interrupção de transmissão lingüística entre a primeira geração de *tapuias* e os seus filhos que, pouco a pouco, iam nascendo nas missões. Dessa maneira, a *língua geral corrupta*, ao contrário da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia, teria sido fruto de um processo no qual houve a interrupção de transmissão lingüística entre gerações, havendo *pidginização* e *crioulição*, dentro de um contexto mais amplo típico das situações em que ocorre a TLI. O próprio José Ribamar Bessa Freire, apesar de não considerar a TLI do *tupinambá* aos índios *tapuias* das aldeias jesuíticas, é quem nos expõe de forma clara as condições sociolingüísticas que tornam esse processo possível. Além disso, ironicamente, toma como base para a sua exposição os estudos realizados por Aryon Rodrigues, o principal defensor do caráter não criouliçante não só da LGA, como também da *Língua Geral Paulista* (LGP) (cf. o texto *As línguas gerais sul-americanas*, de Aryon Rodrigues, 1996):

A separação dos índios por diversas aldeias de repartição, sem qualquer respeito pelas afinidades culturais – ao misturar falantes de línguas tão diferentes em espaços artificialmente criados –, deixou muitos índios sem interlocutores em suas línguas maternas [fato que, sob a nossa perspectiva, deu margem à *hibridização terciária* do código emergencial recém-surgido], que, desta forma, tornaram-se “línguas anêmicas”, carentes de sangue das populações, com um número reduzido de usuários, o que adquiriu um caráter epidêmico (Rodrigues, 2000:22). (FREIRE, 2004, p. 88).

A área geográfica abordada neste capítulo, de forma geral, será a região compreendida pela atual Amazônia Legal (assim definida pela Lei 1.806 de 06.01.1953), com exceção do estado do Acre, que só foi integrado ao território brasileiro em 17 de novembro de 1903. Desse modo, feita a ressalva com relação ao território acreano, o nosso estudo abrangerá os atuais estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso (ao norte do paralelo 16°, de latitude sul), Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins (antes correspondente ao norte do paralelo 13°, de latitude sul, do estado de Goiás) e Maranhão (a oeste do meridiano 44°), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.000.000Km², o que equivale a cerca de 60% do atual território brasileiro. Contudo, a nossa análise se concentrará, de forma específica, na região do **Baixo Amazonas**, correspondente ao limite oeste do atual estado do Pará, em direção à foz do rio Amazonas, a leste. A escolha do Baixo Amazonas se justifica pelo fato de ter sido em Belém do Pará que se instalou a missão de Antônio Vieira (1608-1697), iniciada em 1653 e finda em 1661, com a sua expulsão. Vejamos então em que afluentes do rio Amazonas – tanto da sua margem esquerda, quanto da sua margem direita – se instalaram as primeiras missões jesuíticas. Na **margem esquerda**, tivemos uma missão no rio **Trombetas**. As demais missões do lado esquerdo do Baixo Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes. Na **margem direita**, tivemos missões nos rios **Xingu** e **Tapajós**. As demais missões do lado direito do Baixo Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes.

Na foz do rio Amazonas, no estado do Pará, houve ainda missões na Ilha de **Marajó** (na verdade um grande arquipélago formado por ilhas muito próximas umas das outras), cuja extensão é calculada em 40.100 Km², e que, durante o período de Antônio Vieira, era chamada de **Ilha Grande de Joanes**. (LEITE, 1943 *apud* HORNAERT *et alii*, anexo IX do cap. III).

Essa região é importante para o estabelecimento do contexto com interrupção de transmissão lingüística, devido ao fato de que, nela, havia uma grande concentração de distintos grupos *tapuias* (BARROS, 2003, p. 86) – ou seja, grupos não *tupis*, falantes de línguas muito diferentes não só do *tupinambá*, mas diferentes entre si, ao ponto da inteligibilidade – ao passo que a concentração de índios *tupinambás* era a minoria, sendo sua

língua falada desde a costa do Salgado até a região que compreende o rio Tocantins. (FREIRE, 2004, p. 56). Assim, o Baixo Amazonas representava, para os jesuítas, “uma ‘mancha’ de línguas tapuias, contrastando com a situação encontrada pela Ordem no Estado do Brasil³⁴, mais homogênea lingüisticamente.” (BARROS, 2003, p. 86). Não é por acaso que o Padre Antônio Vieira, que saiu de Lisboa em 22 de dezembro de 1652 e chegou ao Maranhão em 17 de janeiro de 1653, apelidou o rio Amazonas de “Rio Babel”, pois, às suas margens, segundo José Ribamar Bessa Freire, eram faladas, no século XVII, cerca de 718 línguas, muitas delas pertencentes a troncos e famílias lingüísticas diferentes. Mas não devemos nos esquecer, ainda segundo esse autor, da precariedade dos dados lingüísticos presentes nas fontes históricas, assim como da fragilidade de conclusões estatísticas a esse respeito, devido ao contexto lingüístico impreciso da região, fato que nos leva a inferir que muitas línguas *tapuias* ainda tenham ficado de fora dessa estatística. Desse modo, quando os jesuítas, liderados por Antônio Vieira, chegaram à Amazônia de forma definitiva, no ano de 1653, teriam se deparado com diversos grupos indígenas falantes de 130 línguas do tronco *Tupi* (incluindo o *tupinambá* na variedade da região), 108 da família *karib*, 83 da família *aruak*, 34 da família *pano*, 26 da família *tukano*, 66 do tronco Macro-*Jê* e, por fim, com grupos falantes de 271 línguas isoladas, resultando num total de 718 línguas faladas na região. (FREIRE, 2004, p. 49). Desse total de 718 línguas, se subtrairmos as 130 do tronco *Tupi*, chegamos ao número impressionante de 588 línguas *tapuias* que eram faladas na região. Um número mais de quatro vezes maior do que o número de línguas do tronco *Tupi* e, se considerarmos o número de línguas *tapuias* apenas em relação ao *tupinambá*, que é o nosso objeto de estudo, temos um número 588 vezes maior de línguas *tapuias* faladas na região amazônica (isso, deixando de fora as outras 129 línguas do tronco *Tupi*).

A colonização portuguesa da região amazônica – quando tem início a formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão – passa a acontecer a partir do Baixo Amazonas, em 1615, com a derrota da chamada França Equinocial pelos portugueses, em direção ao Alto Amazonas, onde temos a confluência dos rios **Negro** e **Solimões**, próxima a Manaus, dando origem ao rio **Amazonas**. Em outras palavras, quando teve início o envio de missionários católicos portugueses com maior frequência para o Baixo Amazonas, dando início ao processo

³⁴ Nesse ponto, mais uma vez, é necessário esclarecer: quando Maria Cândida Barros se refere ao Estado do Brasil como um Estado diferente do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ela o faz porque, até 1823, a região correspondente à Amazônia brasileira, de fato, representava um outro Estado da América Portuguesa, tendo sido incorporado ao Estado do Brasil apenas após a independência deste. Por isso, quando nos referirmos ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, estaremos nos referindo a um Estado que não se confunde com a atual realidade territorial brasileira. (FREIRE, 2004).

que viria a criar as condições sociolingüísticas para a formação da *língua geral* da Amazônia, já se havia iniciado cem anos antes, na costa do Estado do Brasil, o processo de formação e expansão da *língua geral* de São Paulo e do sul da Bahia. Porém, na costa do Estado do Brasil, as condições sociolingüísticas encontradas pelos missionários foram completamente diferentes. Enquanto no Brasil prevalecia a **homogeneidade lingüística** na costa, no Grão-Pará e Maranhão prevalecia a **heterogeneidade lingüística** às margens do rio Amazonas.

Como marcos temporais para determinar o início e o fim do período no qual se forjou a proto-célula do processo histórico que viria a se desenvolver e a propiciar as condições sociolingüísticas dentro das quais se deu a TLI do *tupinambá* aos *tapuias* e sua posterior *pidginização/crioulização*, estabelecemos o ano de **1653** e o ano de **1661**, respectivamente, pois 1653 é o ano em que chega ao Baixo Amazonas o Padre Antônio Vieira e 1661 é o ano de sua expulsão da região, fechando-se, assim, um ciclo de oito anos de atuação na Amazônia. Estabelecemos esses dois marcos temporais por considerarmos que os oito anos que Antônio Vieira passou na região se constituíram num período crítico, sem o qual essa TLI não teria sido possível. Constatamos isso porque apenas depois da chegada de Antônio Vieira se iniciou o trabalho sistemático, por parte dos jesuítas, de “tupinização dos tapuias” – o que incluiu a imposição do *tupinambá* sobre as muitas línguas *tapuias* pertencentes a famílias lingüísticas diferentes da família *tupi-guarani*, do tronco *Tupi* –, pois, antes de sua chegada, as idas dos jesuítas ao Estado do Grão-Pará e Maranhão foram intermitentes, não havendo possibilidade de um trabalho sistemático e duradouro, necessário à TLI com *pidginização/crioulização*; pelo menos à *crioulização* de um *pidgin* ao longo do seu processo de expansão gramatical, que é a nossa hipótese. Dessa maneira, foi com base no trabalho que Antônio Vieira realizou no Baixo Amazonas, durante os seus oito anos na região, que os jesuítas pautaram sua atuação, que viria a se expandir para o Alto Amazonas e seus afluentes, ao longo de mais de um século de duração, até a expulsão da Ordem de todas as possessões portuguesas, na sucessão de acontecimentos que durou de 1755 até 1760, fruto do conflito da Ordem com o Marquês de Pombal. Enfim, se a *pidginização/crioulização* do *tupinambá* precisou, por um lado, de pelo menos duas gerações para começar a acontecer, ou seja, algo em torno de vinte anos, o início desse processo lingüístico só foi possível, por outro lado, graças aos rumos que Antônio Vieira deu à Ordem durante os seus oito anos de trabalho na região, tendo sido o seu período amazônico o responsável por desencadear o processo histórico que resultou na TLI, com *pidginização/crioulização* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, dando origem à *língua geral corrupta* ou *língua geral* da Amazônia – mais conhecida como *Língua Geral Amazônica*.

2. OS JESUÍTAS NA AMAZÔNIA E A TUPINIZAÇÃO DOS *TAPUIAS*

2.1 MOTIVOS PARA A COROA APOIAR O ESTABELECIMENTO DOS JESUÍTAS NA AMAZÔNIA

A Amazônia era uma região cobiçada por diversos países europeus além de Portugal. Assim, até 1615, ano em que Portugal efetivamente inicia a conquista da Amazônia, os franceses, os holandeses e os ingleses estavam presentes na zona litorânea e no norte, enquanto os espanhóis estavam presentes na região do Alto Amazonas. Sendo o primeiro sistema colonial baseado no mercantilismo e na política econômica do “exclusivo comercial” ou “monopólio comercial”, Portugal se viu na contingência de ter de afastar o obstáculo que as referidas nações ofereciam à colonização do lugar, assim como a ameaça que, depois de conquistada a região, continuariam a representar ao monopólio comercial, necessário à implantação e à manutenção do modelo econômico vigente à época, o que vale dizer, o mercantilismo. Dessa maneira, o perigo constante representado pelos franceses, holandeses, ingleses e espanhóis condicionou a política da Coroa Portuguesa na colonização da Amazônia, pois era preciso resguardar as fronteiras da ameaça das demais nações que também cobiçavam a região. Daí a importância que os religiosos tiveram para a Coroa, estabelecendo-se uma aliança na qual as duas partes ganhavam: a Igreja, pois teria na Amazônia um “prato cheio de almas” para catequizar e para utilizar como mão-de-obra na extração das “drogas do sertão”, atividade muito lucrativa; e Portugal, pois, além de também lucrar com a exportação das “drogas do sertão” extraídas pelos índios catequizados pelos católicos, estaria assegurando a delimitação das fronteiras amazônicas, por meio da ocupação da região pelos missionários, na sua grande maioria portugueses ou brasileiros sob domínio cultural e político português. (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 78).

2.2 OS MISSIONÁRIOS COMEÇAM A CHEGAR À AMAZÔNIA

Em 1607, quando o Grão-Pará e Maranhão ainda se encontrava sob domínio dos franceses, tem-se notícia de uma tentativa fracassada dos jesuítas de chegarem à Amazônia. Logo depois desse fato, mas ainda antes de 1615, alguns franciscanos, liderados por Bento Maciel, conseguiram se estabelecer em Belém do Pará, onde chegaram em uma expedição de bandeirantes portugueses. Em 1615, na expedição de Alexandre de Moura, no intuito de derrotar os franceses, chegaram os dois primeiros carmelitas à Amazônia. Esses dois carmelitas eram capelães que atuavam dentro da expedição militar dirigida à região, fato comum nos exércitos de então, e se instalaram em São Luís do Maranhão após a derrota dos franceses no

dia 4 de novembro de 1615, estabelecendo, no dia 20 de fevereiro de 1616, o primeiro convento carmelita em São Luís. Em 1618, em Belém do Pará, os franciscanos, que, como referido acima, já haviam chegado à Amazônia quando da chegada dos carmelitas, também se estabeleceram com um vigário e dois missionários. Em 1622, outra tentativa fracassada dos jesuítas de se estabelecerem na região. A partir de 1624, a vida religiosa começa a se desenvolver, pois chegou à Amazônia, vindo de Portugal, Francisco Coelho de Carvalho, homem que veio a ser o primeiro governador do Maranhão. Em companhia dele, estava Frei Cristóvão de Lisboa, proveniente da província franciscana da Piedade em Portugal, da qual era comissário e qualificador do Santo Ofício. Chegando ao Maranhão, se tornou o primeiro custódio dessa província, tendo percorrido a região amazônica como comissário do Santo Ofício e visitador eclesiástico, organizando as primeiras missões no Maranhão, antes mesmo de chegarem os jesuítas. Nesse sentido, trouxe à região cinco franciscanos que atuavam na província de Olinda, no Estado do Brasil, para que ensinassem aos demais franciscanos, que haviam chegado de Portugal com ele, o *tupinambá*. Os franciscanos chegaram a ter, sob seu domínio espiritual e temporal, 26 missões na margem esquerda do rio Amazonas. Frei Cristóvão de Lisboa escreveu a *História natural e moral do Maranhão e Grão-Pará*, na qual podem ser encontradas informações etnológicas e antropológicas relevantes sobre a região. (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 77).

Os jesuítas finalmente conseguem iniciar o seu trabalho de catequese na Amazônia graças à chegada de Luís Figueira. Nascido em 1575, Luís Figueira entrou para a Ordem aos 17 anos. Logo após sua entrada, mudou-se para Olinda, onde se tornou mestre em *tupinambá*, escrevendo sua famosa obra chamada de *Arte da língua brasílica* (nome pelo qual também era conhecido o *tupinambá*). Após sua passagem por Pernambuco, partiu, junto com o também jesuíta Francisco Pinto, em viagem missionária para a serra de Ibiapaba, no Maranhão, onde fundou a primeira missão jesuítica e inaugurou, em 1626, a igreja de Nossa Senhora da Luz. Segundo Eduardo Hornaert, Riolando Azzi, Klaus van der Grijp e Brenno Brod, autores da *História da Igreja no Brasil: Primeira Época – Período Colonial*, “a entrada dos jesuítas no Maranhão não é ligada à expedição colonial de algum bandeirante, conquistador ou governador” (2008, p. 81), mas a interesses exclusivamente religiosos. Considerando que a referida obra foi escrita por simpatizantes católicos e publicada por uma editora pertencente a esta mesma instituição religiosa, é necessário que encaremos tal afirmação com as devidas ressalvas, pois, se os jesuítas, de fato, mantiveram uma grande independência com relação à Coroa Portuguesa – fato que, inclusive, gerou grandes atritos entre os dois lados, culminado

com sua expulsão dos domínios lusitanos em 1760 –, isso não se deveu a um exclusivo interesse missionário da Ordem. Esse interesse de fato houve, mas ligado à intenção de explorar economicamente os índios da Amazônia, principalmente em benefício próprio (através da imposição de trabalho compulsório nas missões, o que, na verdade, é uma escravização não declarada), mas também reservando o quinhão da Coroa e dos colonos portugueses, aos quais delegavam grandes contingentes indígenas, nesse caso, declaradamente escravizados. Feita essa digressão, em 1636, Luís Figueira sai em missão por Belém do Pará, Camutá, Urupá e outras capitânicas próximas ao rio Amazonas. Essa missão empolgou o jesuíta de tal maneira, que o incentivou a voltar a Portugal, à procura de outros missionários que estivessem dispostos a segui-lo em uma nova empreitada amazônica, que, segundo Luís Figueira, seria a responsável pela fundação de uma “nova Igreja”. Assim, em 1643, Luís Figueira retorna à Amazônia, junto com outros 17 jesuítas. Mas a sua intenção de fundar uma “nova Igreja” teve de ficar para outra vida, pois, nesse mesmo ano, quando estava na Ilha de Marajó, próxima a Belém do Pará, ele e mais 16 missionários foram mortos pelos índios *aruãs*, tendo sobrevivido apenas um único missionário, de nome Francisco Pires, que, quando foi chamado por Luís Figueira para integrar essa expedição, era pároco em Portugal há apenas um ano. Contudo, a sua sobrevivência não foi longa. Após o incidente no qual pereceu Luís Figueira, tornou-se superior no Maranhão, vindo a ser morto por outros índios seis anos depois, no rio Itapicuru, em 1649.

2.3 O PERÍODO DE ANTÔNIO VIEIRA NA AMAZÔNIA, DE 1653 A 1661

Quando Luís Figueira esteve pela última vez em Portugal, reunindo os missionários que, com ele, morreram em 1643, entrou em contato com outros jesuítas ilustres, que, se, por um lado, não o acompanharam na missão fracassada de 1643, por outro, organizaram, nove anos depois, em 1652, outra missão, que, por sua vez, teve um fim completamente diferente da missão organizada por Luís Figueira em 1643. Era a missão liderada por Antônio Vieira e composta por mais 15 jesuítas além dele. Dentre esses 15 missionários que chegaram com Antônio Vieira, se destacou Francisco Veloso (1619-1679), pois foi o primeiro português a penetrar o rio Negro, em 1657, além de ter feito entradas nos rios Tocantins e Pinaré.

Tendo se instalado em Belém do Pará, essa missão marca o início do trabalho sistemático de catequese dos jesuítas na Amazônia. Além de Antônio Vieira e de seus 15 primeiros missionários, outros jesuítas vieram a fazer parte dessa missão nos anos seguintes. Foram eles: **Pedro de Pedrosa (1632-1691)** – jesuíta que entrou na Ordem com apenas 16

anos, fundou a missão de Ibiapaba e trabalhou como missionário junto aos *guajajaras* no rio Pinaré, além de ter sido o primeiro português a penetrar o rio Xingu e de ter aberto o caminho terrestre entre o Maranhão e o Ceará –, **Salvador do Vale (1628-1676)**, **Antônio Pereira (1638-1687 [nascido em São Luís do Maranhão])** – tendo Pedro de Pedrosa e Salvador do Vale chegado ao Maranhão em 1655, e junto aos quais Antônio Pereira começou a atuar na Ordem, admitido por Antônio Vieira, no mesmo ano; a partir de 1664, quando Antônio Vieira já havia sido expulso da Amazônia, Antônio Pereira atuou nas aldeias dos *guajajaras* nos rios Pinaré e Tapajós, morrendo em 1687, atacado por indígenas na fronteira da Guiana Francesa, território correspondente ao atual estado do Amapá –, **Gonçalo de Veras (1629-1686)**, **João Maria Gorzoni (1627-1711)** – ambos aportando no Maranhão em 1659; o italiano João Maria Gorzoni permaneceu por mais de 50 anos na Amazônia, onde atuou principalmente junto aos indígenas nos rios Pinaré, Xingu e Tapajós, e nos rios Negro, Solimões e Madeira –, **João Felipe Bettendorff** – jesuíta de Luxemburgo e amigo de D. Pedro II de Portugal (esse D. Pedro não se trata de D. Pedro II do Brasil, pois D. Pedro II do Brasil nasceu no dia 2 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro) e **Gaspar Misch (1626-1697)** – jesuíta também de Luxemburgo, que chegou ao Maranhão junto com João Felipe Bettendorff em 1660, e que trabalhou como missionário na Amazônia por 37 anos. Contudo, os nomes que mais se destacaram na empresa jesuítica da Amazônia foram, em primeiro lugar, **Luís Figueira**, ao transmitir sua empolgação aos demais colegas jesuítas quando esteve em Portugal em busca de missionários para a sua expedição de 1643 e, em segundo lugar, **Antônio Vieira**, ao traçar os rumos que os jesuítas passariam a seguir a partir de então e ao atrair figuras ilustres para, junto com ele, levar adiante o seu projeto missionário que teve início em janeiro de 1653. (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 81-83).

No intuito de desincumbir-se de suas funções e de estruturar a política de atuação jesuítica na Amazônia, Antônio Vieira escreveu, quando foi superior e visitador das missões do Maranhão entre 1658 e 1661, o regulamento intitulado de *Visita (1658-1661)*, no qual constavam as diretrizes que deveriam ser seguidas nas missões jesuíticas, tanto pelos missionários, quanto pelos índios, tendo esse regulamento vigorado até a expulsão dos jesuítas da Amazônia em 1760 pelo Marquês de Pombal, pouco mais de cem anos depois, quando os inacianos já estavam sob o comando de João Daniel, que chegou à região em 1746, tendo permanecido nela durante quatorze anos. (BARROS, 2003, p. 85).

O cenário lingüístico do Baixo Amazonas era muito diverso do encontrado pelos jesuítas, pouco mais de cem anos antes, na costa do Brasil. Nesta, a grande homogeneidade lingüística foi um fator favorável à ação catequética, pois, aprendendo o *tupinambá*, os jesuítas – que, além de serem minoria e de estarem interessados em aprender a língua indígena, estavam também preparados para isso em termos de prática na descrição de línguas – poderiam comunicar-se ao longo de quase toda a costa brasileira:

Desde o rio do Maranhão, que está além de Pernambuco para o norte, até a terra dos carijós, que se estende para o sul, desde a Lagoa dos Patos até perto do rio que chamam de Martim Afonso, em que pode haver 800 léguas de costa, (...) há uma só língua. (ANCHIETA, 1584 *apud* ALTMAN, 2003, p. 60).

Dessa maneira, eram os jesuítas que aprendiam e descreviam a *língua geral antiga* ou *tupinambá*, como bem atestam a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em 1595, escrita pelo jesuíta José de Anchieta, e a publicação, durante a União Ibérica, em 1621, da *Arte da língua brasílica*, de autoria do jesuíta Luís Figueira (ROSA, 2003, p. 140), pois esse era o caminho mais viável para a catequização e para obter benefícios econômicos, no que tange aos jesuítas, e para a conseqüente colonização, no que tange à Coroa Portuguesa, estando inclusos, no termo “colonização”, os benefícios econômicos e políticos daí advindos.

Situação diversa, contudo, foi a encontrada por Antonio Vieira no Baixo Amazonas, onde, em vez de homogeneidade lingüística, encontrou uma heterogeneidade profunda entre as diversas tribos *tapuias* que habitavam o lugar. Em uma situação como essa, na qual os jesuítas já dominavam – embora, certamente, com diversos níveis de competência – o uso do *tupinambá*, com o qual estavam familiarizados devido aos mais de cem anos de catequese na costa do Brasil, uma situação insólita se delineou: nos deparamos com um quadro no qual europeus se viram na contingência de ter de impor a índios (os *tapuias*) o uso de um idioma indígena, o *tupinambá*, língua dos índios de mesmo nome. Enfim, eram europeus impondo uma língua indígena a índios; uma língua de colonizados a colonizados, dotando-a das mãos de ferro de uma língua colonizadora. Dessa maneira, vemos os seguintes motivos que Antônio Vieira teve para iniciar o trabalho de “tupinização dos tapuias”:

1. Para que fosse possível a comunicação entre os jesuítas e a imensa maioria de índios *tapuias* da Amazônia, assim como a comunicação dos próprios *tapuias* entre si, foi necessária a imposição do *tupinambá* sobre a grande diversidade lingüística da região, na qual eram faladas

línguas muito diferenciadas umas das outras, como deixa clara a seguinte citação de Antônio Vieira, relativa à Ilha de Marajó ou Ilha Grande de Joanes, como era conhecida à época, quando estava sob o controle político de Luís Gonçalo de Sousa de Macedo (1640-1727), Barão da Ilha Grande de Joanes. Como se verá, apenas nessa ilha, Antônio Vieira indica a concentração de línguas tipologicamente tão diferenciadas, que chega a comparar esse conjunto de diferenças com as que existiam entre a língua alemã e a língua espanhola. Assim, na

(...) Ilha chamada dos Joanes [Ilha de Marajó], a qual está atravessada bem na boca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e espanhola. (VIEIRA, 1654 *apud* BARROS, 2003, p. 93).

2. Outro motivo que podemos considerar como válido para a “tupinização dos tapuias” é o exposto por José Ribamar Bessa Freire, quando afirma que não seria possível, pelo menos no primeiro momento da colonização da região amazônica, impor aos índios uma língua européia, pois as línguas européias não tinham condições de proporcionar inteligibilidade à realidade cultural e ecológica do lugar, pelo fato de que essa realidade cultural e ecológica da região amazônica era muito diferente da realidade européia. Ademais, “(...) a comunicação com os índios era condição fundamental de sobrevivência na Amazônia.” Isto porque não havia outra força de trabalho que não a do braço indígena, tanto no que se referia aos produtos destinados à exportação, quanto aos produtos destinados ao consumo dos missionários, colonos, aos membros da administração colonial e aos próprios índios. (FREIRE, 2004, p. 50-54).

3. Como terceiro motivo, temos o fato de que não apenas os missionários jesuítas, mas os missionários de uma maneira geral, eram imensa minoria em relação aos índios da região. Assim, já que era necessário impor uma língua que funcionasse como código supra-étnico, seria muito mais fácil fazê-lo com uma língua de origem indígena, que não só já possuía a capacidade de dar inteligibilidade à realidade cultural e ecológica do lugar, como já era, inclusive, falada por um dos povos ali presentes, mesmo que esse povo fosse minoritário, ou seja, o povo *tupinambá*.

4. Como quarto e último motivo, temos o que diz Maria Cândida Barros:

A dicotomia tupi [*tupinambá*] versus tapuia tinha relação com a ideologia colonial de uma língua comum em um território contínuo (Mannheim, 1992). As línguas tapuia – vistas como “travadas” e “bárbaras” – eram consideradas um empecilho para a colonização. A expansão do tupi [*tupinambá*] – tida como “geral” – sobre as línguas tapuia refletiu a idéia de que um território deveria ter uma só língua. (BARROS, 2003, p. 89).

Nesse sentido, as **aldeias de repartição** dos jesuítas e o **mercado escravo** começaram a ser os primeiros locais de difusão compulsória da *língua geral antiga* ou *tupinambá*. Situados perto de cidades e fortes, era em ambos que ficavam “armazenados” os índios de diversas etnias e línguas, trazidos dos matos através dos **descimentos**³⁵, dos **resgates**³⁶ e das **guerras justas**³⁷, para depois serem divididos entre os três setores coloniais, o que vale dizer, as **missões**, os **colonos** e a **administração**, como previa a *Visita (1658-1661)*, elaborada por Antônio Vieira, sendo esses dois primeiros setores (missões e colonos) os responsáveis pela finalização do processo de difusão da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, pois neles os *tapuias* eram concentrados de maneira duradoura. Por isso, as missões e os colonos eram os principais agentes da difusão da referida língua. Contudo, grande parte dos índios *tapuias*, senão a maior,

³⁵ “Os descimentos – expedições, em princípio pacíficas, ainda que com escolta militar – eram realizados tradicionalmente com a participação de missionários, que tinham o objetivo de convencer as comunidades indígenas a descer de suas aldeias de origem para as aldeias de repartição situadas nas proximidades dos núcleos coloniais. Essas aldeias, criadas pelo colonizador, eram núcleos artificiais, onde índios de diferentes línguas e de culturas diversificadas eram estocados para serem alugados e distribuídos – repartidos – entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa portuguesa, em troca de um salário. Os índios que aceitavam ser descidos sem oferecer resistência armada recebiam também, na documentação oficial, a denominação de ‘livres’ – para distingui-los dos escravos –, embora fossem obrigados a fornecer um trabalho compulsório durante seis meses do ano. Nos outros seis meses, por lei, eles deveriam trabalhar na aldeia para a própria subsistência, sempre em contato com usuários das mais diferentes línguas, através da língua geral”. (FREIRE, 2004, p. 74).

³⁶ “Os resgates eram uma operação de troca comercial entre os portugueses – que forneciam mercadorias européias como ferramentas, miçangas e quinquilharias – e as tribos consideradas aliadas – que davam como produto de troca índios capturados durante as guerras intertribais. Mas só podiam ser legalmente resgatados os chamados índios de corda, isto é, aqueles índios presos por grupos antropófagos e que estavam destinados a serem comidos ritualisticamente. A documentação portuguesa da época classifica quase todos os grupos indígenas como praticantes do canibalismo, entre outras razões, para justificar o resgate. Pela lei de 1611, os índios resgatados podiam ser escravizados durante dez anos, em retribuição ao morador português que o havia livrado da morte. No entanto, em 1626, quando completaram os dez primeiros anos de presença portuguesa na Amazônia e os primeiros escravos deveriam ser libertados, o Senado da Câmara de Belém modificou a legislação, estabelecendo que os escravos ficariam naquela condição durante toda a vida, com praticamente todos os atributos clássicos da escravidão”. (FREIRE, 2004, p. 74-75).

³⁷ “A terceira forma de recrutamento era a guerra justa, uma operação militar promovida por tropas de guerra organizadas pelos colonos ou pela Coroa, que invadiam os territórios indígenas com o objetivo de capturar o maior número de índios, incluindo mulheres e crianças. Os índios assim aprisionados eram conduzidos ao mercado de escravos, onde eram vendidos. Pela lei, a guerra justa – que necessitava da aprovação do governador – podia ser realizada contra índios que atacassem os portugueses ou que impedissem a propagação do Evangelho. A Coroa portuguesa tinha um interesse particular neste rendoso negócio porque, de cada cem índios aprisionados, vinte eram de propriedade da administração colonial – o mesmo imposto de um quinto pago pelo ouro em outras regiões do Brasil”. (FREIRE, 2004, p. 75).

retirados de suas aldeias de origem, era destinada às missões, como nos mostra Maria Cândida Barros, quando diz que “Essas aldeias-missões foram o destino de grande parte da população indígena deslocada compulsoriamente pelos ‘descimentos’.” (BARROS, 2003, p. 89). Como bem ressalta a referida autora, o número de índios que eram “descidos” era muito grande, a exemplo dos descimentos feitos entre 1687 e 1690, nos quais cerca de 184 mil grupos de índios foram apresados nas aldeias jesuíticas em apenas três anos. No ano de 1720, depois de muitas epidemias devastadoras de bexiga e de muitas guerras, as 63 aldeias jesuíticas do Pará contavam com 54.264 índios aldeados, além dos cerca de 20 mil índios que se encontravam escravizados pelos colonos ou no mercado de escravos do Grão-Pará e Maranhão. (FREIRE, 2004, p. 66).

Dessa maneira, foi muito grande a quantidade de índios armazenados em grandes grupos multi-étnicos, pois, desde o início do século XVII até meados do XVIII, milhares deles, falantes de línguas pertencentes a diferentes famílias lingüísticas, foram retirados de suas aldeias de origem e levados, primeiramente, para as aldeias de repartição e para o mercado escravo, de onde foram distribuídos, num segundo momento, para as missões, para os colonos e para a administração, sendo submetidos a trabalhos forçados, sob um regime de violência (tanto que muitos morriam devido a maus tratos), todos eles misturados (FREIRE, 2004, p. 54-55), formando uma verdadeira “miscelânea” étnico-lingüística que tornava a emergência de uma interlíngua não apenas algo conveniente aos jesuítas, aos colonos e aos membros da administração, mas uma necessidade para todos que conviviam nesses ambientes, inclusive para os índios, que, se não fizessem uso do *tupinambá* como língua supra-étnica, não conseguiriam, sequer, se comunicar entre si e forjar os primeiros traços de uma vida social dentro da nova realidade que lhes fora imposta. Ressalte-se, entretanto, que a maneira pela qual os jesuítas adquiriam sua mão-de-obra indígena se dava através dos **descimentos** – como veremos nas três fases de tupinização propostas por Maria Cândida Barros e sobre as quais falaremos no item 2.5 deste capítulo –, que se constituíam, inclusive, na maior fonte de mão-de-obra autóctone da região, como demonstram os números relativos ao período compreendido entre 1687 e 1690, no qual, reiterando, foram apresados 184 mil **grupos** de gentios em apenas três anos. Nesse ponto, podemos inferir o seguinte: se 184 mil era o número de grupos, então o número de índios *per capita*, descidos nesse período, foi muito maior do que o apresentado, pois, como afirmou a autora, foram 184 mil **grupos de pessoas** e não apenas **pessoas**. Desse modo, não possuindo a informação de qual era a média de índios por grupo, mas tendo em mente que não era apenas um único índio – caso contrário a autora não usaria a palavra

“grupo” –, não seria exagero considerar que o número de índios “decidos” entre 1687 e 1690 tenha chegado a 1 milhão, afinal, foram 184 mil grupos. Além do mais, temos as informações oferecidas por Hornaert *et alii* (2008, p. 88), quando afirmam que, num documento escrito por Antônio Vieira, intitulado de *Informação que por ordem do Conselho Ultramarino deu sobre as coisas do Maranhão ao mesmo Conselho*, este relata que, entre 1615 – quando os portugueses conquistaram a região aos franceses – e 1652 – um ano antes de sua chegada –, a dizimação dos índios – fosse por epidemias, fosse por guerras – já havia chegado ao número de 2 milhões de indivíduos, enquanto o número de portugueses, de forma geral, não chegava a 800 pessoas. O que dá ainda mais credibilidade a esse número impressionante de índios apresados para serem descidos é o paralelo que Hornaert *et alii* fazem com o número de índios mortos durante a colonização espanhola no Caribe, pois afirmam que lá a dizimação indígena foi semelhante, em termos quantitativos, à da Amazônia, segundo informações que colheram em Bartolomé de Las Casas (2008, p. 88). E não esqueçamos da estimativa, feita por Antônio Houaiss para o geral da América Portuguesa:

As retrojeções que têm sido feitas das populações indígenas brasileiras vão de 4,5 milhões a 10 milhões de habitantes. Essa extrema variação se funda em diferentes métodos de estimativa. O mais corrente hoje em dia é o de obter dados mais ou menos válidos em certas datas e multiplicá-los por um indicador de baixas: se em 1610 eram 1.000 e em 1910 eram 10, segue-se que se poderia ter o indicador de 100, para o caso, como multiplicador de retrojeção – o que não deixa de ser precário, pois supõe que os fatos históricos de entre 1610 e 1910 sejam de igual peso entre 1500 e 1610 ou 1910 e 1980. Seja como for, no caso brasileiro da América do Sul de futuro luso, algo entre 8 e 9 milhões é estimado, exclusive a parte andina, sulina e setentrional. (HOUAISS, 1985, p. 50-51).

A dizimação dos indígenas, contudo, continuou depois da chegada de Antônio Vieira. Segundo José Ribamar Bessa Freire, as condições de trabalho – dentro do sistema de cooptação de mão-de-obra elaborado por Antônio Vieira e exposto acima – às quais eram submetidos os indígenas eram extremamente adversas e predatórias, pois, além de não haver qualquer preocupação com a reprodução da mão-de-obra indígena, os portugueses não investiam em tecnologias novas que possibilitassem uma maior rentabilidade do trabalho no eito. Conseqüentemente, para que sua rentabilidade aumentasse, mesmo sem a introdução de novas tecnologias, aumentavam a jornada de trabalho dos índios para até 16 horas por dia e diminuía a sua alimentação, no intuito de reduzir os custos, aumentando a produtividade. (FREIRE, 2004, p. 75).

Como conseqüência, a Amazônia passou por uma das maiores catástrofes demográficas de sua história. A calha central do grande rio e de alguns de seus principais afluentes sofreu um processo acelerado de esvaziamento, afetando a vida dos povos que habitavam a região, antes densamente povoada. (FREIRE, 2004, p. 76).

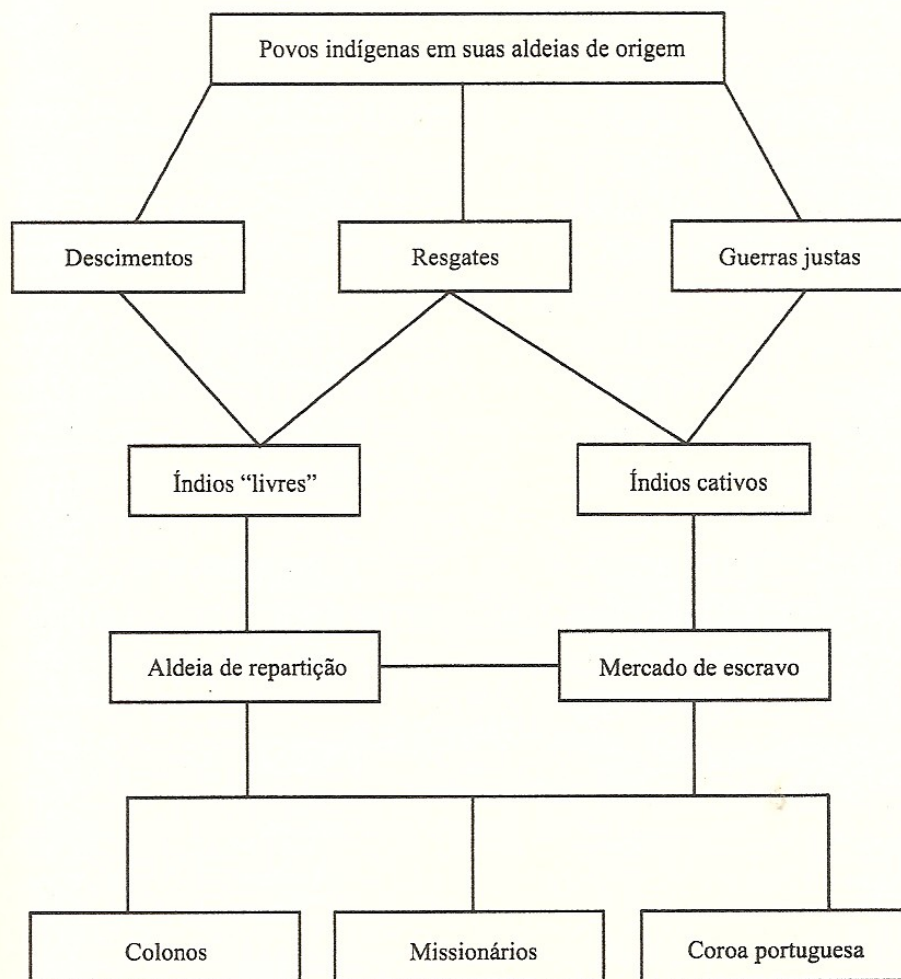
Porém, o que tornava factível o descimento de um número tão grande de índios para as aldeias de repartição e para o mercado de escravos era o fato de que muitos deles pereciam mesmo antes de chegarem às referidas aldeias e ao referido mercado, devido às constantes epidemias de bexiga e aos conflitos que ocorriam com os índios que resistiam em ser descidos, no momento de sua captura em suas aldeias de origem. Com relação às epidemias de bexiga durante os descimentos, relatos sobre os seus efeitos desastrosos são encontrados, de forma indireta, como parte de relatórios sobre essas expedições ou como parte de relatos de viagem de estrangeiros que passavam pela região amazônica, à símile do relato do francês La Condamine, que, proveniente de Quito, no Peru, chegou a Belém do Pará em 1730, testemunhando a vacinação de indígenas contra a bexiga, pois esta era epidêmica na região. Também são testemunhas dos contágios dos indígenas por bexiga o tenente-coronel Teodósio Constantino Chermont, que escreveu a *Memória dos mais terríveis contágios de bexigas e sarampos no Estado do Maranhão*, e o primeiro bispo do Grão-Pará, que chegou em Belém no ano de 1724:

Viu em duas capitâneas arder o contágio e dele resultar tanta quantidade de mortos que apenas havia quem suprisse para sepultá-los. A pobreza os lançava de noite nos adros das igrejas e afirma que só na cidade do Pará e suas vizinhanças se pudera averiguar o número de para cima de quinze mil mortos. Tal estrago fez a bexiga que por isso mereceu o distintivo de ser chamado de sarampo grande. (*apud* HORNAERT *et alii*, 2008, p. 89).

Os testemunhos citados acima são do século XVIII, quando já havia vacinação contra a bexiga. Mesmo assim, o número de mortes ainda é altíssimo. O que dizer, então, do início do século XVII e do período em que começou o trabalho sistemático dos jesuítas no Baixo Amazonas, quando ainda não havia, sequer, a vacinação para atenuar o alastramento das epidemias de bexiga? Mas ainda assim, o número de índios que sobreviviam às epidemias e aos conflitos violentos entre bacamartes e flechas era muito grande. Além disso, não podemos esquecer que os índios não ficavam armazenados por muito tempo nas aldeias de repartição e no mercado de escravos, pois estes lugares eram, apenas, entrepostos entre as aldeias de origem dos *tapuias* e os três setores coloniais, para onde eram logo redistribuídos, havendo, dessa forma, uma alta rotatividade tanto nas aldeias de repartição, quanto no mercado de escravos,

onde os grandes contingentes indígenas eram, sempre, constantemente renovados. Assim, a grande quantidade de índios exposta acima não teria sido armazenada nas aldeias de repartição e no mercado de escravos na sua totalidade, de uma única vez. Pelo contrário, a grande quantidade à qual nos referimos representa a soma de vários descimentos feitos entre 1687 e 1690, todos eles açambarcando grandes contingentes *tapuias*.

Os descimentos eram expedições de missionários, com escolta militar, rumo às aldeias de origem dos índios *tapuias*. Lá, procuravam, primeiramente, convencer os índios, sem o uso da força, a descerem para as aldeias de repartição. Nesse sentido, iam acompanhados de um *tapuia* da respectiva tribo, já tupinizado, para servir de intérprete e transmitir alguma confiança aos demais. Esse *tapuia* mediador era chamado de “embaixador”. Contudo, se o método de persuasão não funcionasse, o descimento era feito de forma violenta, com o auxílio dos militares que acompanhavam os jesuítas na expedição. Chegando às aldeias de repartição, os índios descidos ou eram mandados para o mercado de escravos, ou, caso continuassem nas aldeias de repartição, eram alugados ou repartidos entre os missionários, os colonos e a administração. Contudo, os índios que eram enviados para o mercado de escravos também tinham como destino as missões, os colonos e a administração. Vejamos o fluxograma elaborado por José Ribamar Bessa Freire no seu livro *Rio Babel* (2004, p. 73):



Fonte: fluxograma elaborado a partir de Freire (2001b:115).

Os índios que não ofereciam resistência em ir para as aldeias de repartição eram oficialmente considerados “livres”, enquanto os índios que resistiam eram oficialmente considerados escravos. Porém, mesmo os índios “livres” eram **obrigados**, por lei, a trabalhar para os colonos e para a administração pelo período de seis meses, dentro do espaço de tempo correspondente a um ano inteiro, enquanto, durante os seis meses restantes, também por lei, eram obrigados a trabalhar nas terras das missões. Ou seja, fossem “livres” ou fossem cativos, o resultado final era o mesmo. (FREIRE, 2004, p. 74).

Tanto no caso dos índios “livres”, como no caso dos índios cativos, ambos eram obrigados a conviver em grupos cuja heterogeneidade étnica e lingüística era muito grande, havendo a necessidade de adquirirem o *tupinambá* como código emergencial supra-étnico para

que pudessem manter contato tanto com os demais índios do eito, quanto com os seus senhores. (p. 74).

A obrigação imposta aos índios de trabalharem na terra das missões é tratada de forma velada na *Visita (1658-1661)*, escrita por Antônio Vieira. No trecho que será transcrito, Antônio Vieira, obviamente, trata a questão como se estivesse fazendo uma caridade aos índios, pois, segundo ele, sendo os jesuítas os que cuidavam das suas enfermidades e os que ornavam as igrejas que os índios freqüentavam, cumprindo assim a sua obrigação para com os índios, deveriam estes, também, cumprir a sua obrigação para com os jesuítas, tornando possível a manutenção das enfermarias e o ornamento das igrejas, através dos lucros obtidos com a venda do que era produzido na terra das missões. Contudo, como os índios, ainda segundo Antônio Vieira, não tinham capacidade de vender o que produziam, nem de comprar o que precisavam, a *Visita (1658-1661)* prevê que, em Belém do Pará e em São Luís do Maranhão, deveria haver jesuítas “caridosos” para fazerem isso pelos índios:

Por quanto as igrejas dos índios não têm, pela maior parte, mais do que nós lhes damos nem há renda alguma de El-Rei para elas, e aos fregueses corre obrigação de contribuir com o necessário para o seu sustento e ornato, como em todas as partes fazem os índios, e neste estado particularmente careçam de todo o socorro para as suas enfermidades, em que também não têm outro remédio, mais que o que lhe dá a caridade dos padres, tirando da sua pobreza, o que tudo não basta para que as igrejas e enfermarias das aldeias sejam assistidas como convém: para estes bons efeitos exortarão os padres aos índios que se valham de algumas indústrias, de que eles e a terra em que estiverem for capaz; e porque os ditos índios não têm talentos para venderem o que fizeram, nem comprar o que lhes for necessário, cada um dos padres das residências procurará ter na cidade (de Belém, de São Luís) uma pessoa que queira fazer esta caridade aos índios (...) (VIEIRA, 1658-1661 *apud* HORNAERT *et alii*, 2008, p. 85-86).

O que, na verdade, nos parece estar por trás das palavras de Antônio Vieira é o que Hornaert *et alii* dizem, atribuindo esse raciocínio, porém, aos colonos portugueses, ao afirmarem a consciência destes de que “a economia paraense e maranhense em geral repousava sobre a colheita de especiarias, e esta era feita pelos indígenas, e só podia ser feita por eles.” (2008, p. 91).

Desse modo, a preocupação dos jesuítas em promover a homogeneidade lingüística em suas missões, para que o trabalho na terra e a catequese pudessem ser levados a termo, se reflete inclusive na própria estrutura de distribuição das missões sob sua responsabilidade no Estado do Grão-Pará e Maranhão, pois, se fosse constatada alguma dificuldade em controlar as populações indígenas distribuídas em um número excessivo de missões, partia-se então para a solução através de reagrupamentos, diminuindo-se o número delas e promovendo uma

concentração maior dos índios, possibilitando-se, assim, que fossem melhor vigiadas, ou, para usar o termo dos jesuítas, “melhor assistidas, e doutrinadas pelos Padres, que para o mesmo fim mandarão erigir Igrejas aonde podessem administrar sacramentos, celebrar sacrifícios e ensinar os dogmas da nossa fé pelo methodo (...) que (...) traziao das nossas aldeias do Brasil.” (MORAES, 1759 *apud* BARROS, 2003, p. 89).

Além das missões, das aldeias de repartição e do mercado de escravos, outro contexto sociolinguístico no qual também se dava a imposição do *tupinambá* aos *tapuias*, como já foi dito, era o da escravização destes pelos colonos. Contudo, nos referimos agora não ao mercado de escravos, mas, sim, às terras dos colonos, destino dos *tapuias* comprados no mercado de escravos ou emprestados pelos jesuítas durante um ano. Segundo Maria Cândida Barros, os jesuítas emprestavam esses *tapuias* aos colonos para que fossem escravizados durante um ano, até que aprendessem o *tupinambá* e pudessem, então, voltar para a respectiva missão, já falantes dessa língua (2003, p. 93), provavelmente de forma defectiva, pois geralmente é defectivo o aprendizado de uma língua-alvo nessas situações. Dessa maneira, reiterando o que foi mencionado anteriormente, no ano de 1720, havia cerca de 20 mil índios escravizados.

Sabemos, como já foi dito várias vezes, que foi Antônio Vieira quem estabeleceu os parâmetros que deveriam ser seguidos pelos jesuítas na Amazônia, através do regulamento que escreveu entre 1658 e 1661, intitulado de *Visita (1658-1661)*, no qual podem ser encontrados, além do trecho no qual deixa clara a obrigatoriedade de os índios trabalharem nas terras das missões – transcrito acima –, as diretrizes que estabelecem a forma como os índios “armazenados” nas aldeias de repartição deveriam ser divididos entre os três setores coloniais. Porém, o sistema de divisão de mão-de-obra indígena entre as missões, os colonos e a administração colonial, como era de se esperar, acabou por gerar conflitos entre **Antônio Vieira**, de um lado, e **colonos e Coroa**, de outro. Isto porque a exploração econômica da região era baseada no extrativismo de especiarias – que também eram chamadas de “drogas do sertão” –, exploração lucrativa e cuja única mão-de-obra para extração era a indígena, não só porque conheciam a floresta como ninguém (pois, se a economia era extrativista, era necessário saber onde colher as especiarias), mas porque, no dia 15 de maio de 1624, antes mesmo de Antônio Vieira chegar à Amazônia, o rei de Portugal proibiu a escravidão negra na região, o que veio a convergir a procura de mão-de-obra extrativista para os índios. Assim, se estabeleceu uma disputa entre Antônio Vieira, os colonos e a Coroa, na qual estes dois últimos exigiam do primeiro mais indígenas para que fosse feita a extração das “drogas do sertão” nas suas terras. Mas sendo esta uma atividade lucrativa, Antônio Vieira não tinha qualquer

interesse em entregar a sua mão-de-obra aos colonos e à Coroa, afinal, isso era o mesmo que “entregar o ouro” na mão dos outros. Um atestado da grande lucratividade dessa atividade é uma carta, de 23 de maio de 1757, do então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, dirigida a Tomé Joaquim da Costa, ministro português da Marinha, durante as agitações que levaram à expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas, justamente por causa dos grandes lucros que vinham obtendo os inácianos com a mão-de-obra indígena, em prejuízo dos cofres do Estado. Apesar de se referir a um período posterior ao que abordamos até o momento, ainda assim se trata de uma base documental válida, pois o que se vê nas palavras de Francisco Xavier de Mendonça Furtado não é um estado de coisas que se delineou instantaneamente naquele ano de 1757, mas, sim, ao longo de todo o seiscentos após a chegada de Antônio Vieira à Amazônia, se estendendo pela primeira metade do setecentos, até que os jesuítas acumulassem a riqueza à qual o irmão de Pombal se refere:

Só pelos livros de razão, que estes padres conservam em seu poder, se poderia demonstrar os imensos cabedais que têm tirado da administração dos índios neste Estado; porém, ainda que eles não hão de apresentar os ditos livros, sempre se poderá calcular e fazer uma idéia da riqueza com que se acham e do grande prejuízo que fizeram ao Estado, para a adquirirem. (MENDONÇA FURTADO, 1757 *apud* HORNAERT *et alii*, 2008, p. 91).

Tendo sido a administração temporal dos índios da Amazônia concedida aos missionários por autorizações régias de 1624 e 1638 (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 90), desde o mais tenro início dos trabalhos de Antônio Vieira, então, já estavam acontecendo disputas pela mão-de-obra indígena local. Antônio Vieira, contudo, utiliza como argumento para não entregar os índios aos colonos e à Coroa a justificativa da proteção daqueles, para que não sofressem maus tratos por parte destes, nem fossem dizimados em epidemias ocasionadas por doenças provenientes dos brancos, como as muitas epidemias de bexiga que ceifaram a vida de milhões de índios amazônicos, segundo suas próprias palavras. Antônio Vieira não incluiu no seu argumento, entretanto, o fato de que os próprios jesuítas, assim como ele, eram também brancos e, como tais, transmissores potenciais das mesmas doenças que os colonos e membros da administração colonial poderiam transmitir. Os conflitos entre Antônio Vieira, colonos e Coroa, pela mão-de-obra dos índios, podem ser observados no *Sermão das tentações do primeiro domingo da quaresma*, no qual Antônio Vieira critica a não observação das leis que deveriam atuar em prol dos índios, no *Sermão aos peixes*, no qual diz que se os homens não se dispusessem a ouvi-lo, pregaria aos peixes, no *Sermão amazônico*, no qual deixa clara a sua

intenção de manter os índios separados dos demais setores da colônia e, por fim, no *Sermão da epifania*, no qual faz uma analogia entre a estrela que levou os Magos a Cristo e os jesuítas que também levaram os índios a Cristo. Os três primeiros sermões, proferidos enquanto Antônio Vieira ainda estava na Amazônia, somados à sua atitude contrária à cessão da mão-de-obra indígena aos demais setores coloniais, foram o motivo de sua expulsão da região em 1661. (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 90). Já o último sermão, o *Sermão da epifania*, foi proferido um ano depois de sua expulsão, em 1662, na Capela Real em Portugal, e deixa bem clara essa disputa, assim como a acusação, por parte dos outros setores da colônia, de que os jesuítas protegiam os índios para que estes, na verdade, os servissem na condição de cativos, e não como parte de uma relação mútua de caridade, pois o próprio Antônio Vieira se refere a essas acusações, procedendo à respectiva justificativa. A citação é longa, mas justificada, pois também é longa a extensão do esclarecimento que proporciona sobre os conflitos que levaram à expulsão de Antônio Vieira da Amazônia em 1661, principalmente se lembrarmos que a sua expulsão é o marco temporal que adotamos para o encerramento do período no qual foram delineadas as condições sociolingüísticas que levaram à TLI, com *pidginização/crioulização*, da *língua geral antiga* ou *tupinambá*:

A estrela dos Magos também deu a conhecer a Cristo; mas a quantos homens e em quanto tempo? A três homens, e em dois anos. Esta foi a razão por que Herodes mandou matar todos os inocentes de dois anos para baixo, conforme o tempo em que a estrela tinha aparecido aos Magos (...). Vêde, agora, quanto vai daquela estrela às nossas estrelas, e da sua missão às nossas. Deixadas as mais antigas [as missões do Estado do Brasil], fizeram-se ultimamente duas, uma pelo rio dos Tocantins, outra pelo das Amazonas: e com que efeito? A primeira reduziu e trouxe a Cristo a nação dos Tupinambás [que, como dito, também se encontravam na região amazônica], e a dos Potiguaras; a segunda pacificou e trouxe à mesma fé a nação dos Nheengaiabas [que, como dito, englobava, na verdade, várias outras nações de várias línguas diferentes entre si] e a dos Mamaianases; e tudo isto em espaço de seis meses. De maneira que a estrela dos Magos em dois anos trouxe a Cristo três homens, e as nossas em meio ano quatro nações. E como estes pregadores da fé por ofício, por instituto, por obrigação, e por caridade, e pelo conhecimento e fama geral que têm entre aqueles bárbaros, os vão buscar tão longe e com tanto zelo (...), e se acomodam à sua capacidade com tanto amor, e fazem por eles tantas outras finezas, que até nos brutos animais [os índios mais rebeldes] costumam achar agradecimento; não é muito que eles os amem, que eles os estimem, que eles os defendam, e que antes ou depois de conhecerem e adorarem a Cristo, quase os adorem. (...). Agora se segue em contraposição admirável ou estupenda (e por isso mais digna de atenção) ver as cousas por que os cristãos perseguem, aborrecem, e lançam de si estes mesmos homens. Perseguirem os cristãos a quem defendem os gentios, aborrecem os do próprio sangue a quem amam os estranhos, lançarem de si os que têm uso de razão a quem recolhem, abraçam, e querem consigo os bárbaros; coisa era incrível, se não estivera tão experimentada, e tão vista. E supondo que é assim, qual pode ser a causa? Com serem tão notáveis os efeitos, ainda a causa é mais notável. Toda a causa de nos perseguirem aqueles chamados cristãos, é porque fazemos pelos gentios o que Cristo fez pelos Magos [se referindo à estrela que Cristo enviou aos Magos, para que os guiasse a ele próprio] (...). Toda a Providência Divina para com os Magos consistiu em duas ações: primeiro em os trazer aos pés de Cristo por um caminho: segundo em

os livrar da mão de Herodes por outro. Não fôra grande sem-razão, não fôra grande injustiça, não fôra grande impiedade, trazer os Magos a Cristo, e depois entregá-los a Herodes? Pois estas são as culpas daqueles pregadores de Cristo, e esta a única causa por que se vêem, e os vêdes tão perseguidos. Querem que tragamos os gentios à fé, e que os entreguemos à cobiça; querem que tragamos as ovelhas ao rebanho, e que as entreguemos ao cutelo: querem que tragamos os Magos a Cristo, e que os entreguemos a Herodes. E porque encontramos esta sem-razão, nós somos os desarrazoados: porque resistimos a esta injustiça, nós somos os injustos: porque contradizemos esta impiedade, nós somos os ímpios. Acabe de entender Portugal que não pode haver Cristandade nem cristandades nas conquistas, sem os ministros do Evangelho terem abertos e livres estes dois caminhos, que hoje lhes mostrou Cristo. Um caminho para trazerem os Magos à adoração, e outro para os livrarem da perseguição: um caminho para trazerem os gentios à fé, outro para os livrarem da tirania: um caminho para lhes salvarem as almas, outro para lhes libertarem os corpos. Neste segundo caminho esta toda a dúvida, porque nele consiste toda a tentação. Querem que aos ministros do Evangelho pertença só a cura das almas, e que a servidão e cativo dos corpos seja dos ministros do Estado [aqui fica claro que, segundo o próprio Antônio Vieira, eram os jesuítas que tinham o direito de fazerem os índios de servos e cativos]. Isto é o que Herodes queria. Se o caminho por onde se salvaram os Magos estivera à conta de Herodes, muito boa conta daria deles (...). Não é esse o governo de Cristo. A mesma Providência que teve cuidado de trazer os Magos a Cristo por um caminho, essa mesma teve o cuidado de os livrar e pôr em salvo por outro; e querer dividir estes caminhos e estes cuidados, é querer que não haja cuidado, nem haja caminho. Ainda que um destes caminhos pareça só espiritual, e o outro temporal, ambos pertencem à Igreja e às chaves de S. Pedro, porque por um abrem-se as portas do céu, e por outro fecham-se as do inferno (...). Dizem que o chamado zelo com que defendemos os Índios, é interesseiro e injusto: interesseiro, porque o defendemos para que nos sirvam a nós: e injusto, porque defendemos que sirvam o povo. Provam o primeiro e cuidam que com evidência, porque vêem que nas aldeias edificamos as igrejas com os Índios: vêem que pelos rios navegamos em canoas equipadas de Índios: vêem que nas missões por água e por terra nos acompanham e conduzem os Índios: logo, defendemos e queremos os Índios para que nos sirvam a nós! [ponto em que Antônio Vieira entra em contradição com o que disse acima, sobre apenas os jesuítas poderem fazer o índios de servos e cativos] (...). Se imos em missões mais largas a reduzir e descer os gentios, ou a pé, e muitas vezes descalços, ou embarcados em grandes tropas à ida, e muito maiores à vinda, eles e nós, imos em serviço da Fé e da República, para que tenha mais súditos a Igreja e mais vassallos a Coroa: e nem os que levamos, nem os que trazemos, nos servem a nós, senão nós a uns e a outros, e ao rei e a Cristo. E porque deste modo, ou nas aldeias, ou fora delas nos vêem sempre com os Índios, e os Índios conosco, interpretam esta mesma assistência tanto à avessas, que em vez de dizerem que nós os servimos, dizem que eles nos servem. (VIEIRA, 1662, p. 185-190).

Para que fique clara a importância que tiveram os oito anos de atuação de Antônio Vieira no Baixo Amazonas, no intuito de proporcionar aos jesuítas que o sucederam os caminhos para que a Ordem cravasse e espalhasse raízes profundas na região, e lá permanecessem fixas, como que sustentando as imensas árvores seculares que até hoje se encontram na grande floresta, temos a seguinte citação de Américo Jacobina Lacombe: “Vieira deu ao Brasil as Amazonas.” (LACOMBE, s/d *apud* HORNAERT *et alii*, 2008, p. 86).

Como o contato entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil era precário (embora não deixasse de existir, como percebemos no caso em que Frei Cristóvão de Lisboa manda chamar ao Maranhão cinco franciscanos provenientes de Olinda), quando toma impulso a colonização no Estado do Grão-Pará e Maranhão, outras ordens religiosas – além dos jesuítas, carmelitas e franciscanos – começam a chegar, principalmente de Portugal. Dessa maneira, em 1652, chegam ao Estado do Grão-Pará e Maranhão os capuchos da Piedade, os capuchos da Conceição de Beira e Minho, vindos de Portugal, e os mercedários, estes provavelmente vindos do Estado do Brasil. (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 77).

2.3.1 A atuação dos jesuítas na Amazônia depois de Antônio Vieira, de 1662 a 1760

Após a expulsão de Antônio Vieira da Amazônia, o trabalho dos jesuítas continua de forma crescente, em franca expansão em direção ao Alto Amazonas, pois “o movimento é lançado e a direção é firme”, apesar de ter começado a sofrer várias perturbações (HORNAERT *et alii*, 2008, p. 83), provavelmente como consequência dos conflitos entre Antônio Vieira e os demais setores coloniais, traduzidos em retaliações à Ordem. Assim, missionários jesuítas continuam chegando à região amazônica, em número cada vez maior, até o ano de sua expulsão definitiva, em 1760, como podemos ver na tabela abaixo:

ANO	NÚMERO DE JESUÍTAS	
1697	61	11% de brasileiros maranhenses
1722	76	9% de brasileiros maranhenses
1740	128	5% de brasileiros maranhenses
1760	155	5% de brasileiros maranhenses

Tabela 1: Dados extraídos de Hornaert *et alii*, 2008, p. 83.

Dessa maneira, vejamos agora em que afluentes do rio Amazonas – tanto da sua margem esquerda, quanto da sua margem direita – se instalaram as missões jesuíticas da região do **Alto Amazonas**, que se estende desde o limite oeste do Pará, até os limites com a Colômbia, Venezuela, e com os atuais estados brasileiros de Roraima, Acre, Rondônia e Mato Grosso. Na **margem esquerda**, tivemos uma missão no rio **Negro**. As demais missões do lado esquerdo do Alto Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes. Na **margem direita**, tivemos missões no rio **Madeira**. As demais missões do lado direito do Alto Amazonas se formaram na sua própria margem ou em rios que não são seus afluentes.

De acordo com o que vimos até agora, percebemos que o movimento da expansão jesuítica na Amazônia se deu no sentido **leste-oeste**, ou seja, do **Baixo** para o **Alto Amazonas**, desde a chegada de Antônio Vieira em 1653, passando pela sua expulsão em 1661, até a expulsão da Ordem dos Jesuítas como um todo, de todas as possessões portuguesas, **107 anos depois** da chegada de Antônio Vieira à Amazônia. A seguir, será exibido um mapa organizado por Serafim Leite e reproduzido por Hornaert *et alii* (2008, anexo IX do cap. III), no qual podemos visualizar a expansão jesuítica desde o Baixo até o Alto Amazonas. Grifamos algumas informações, para direcionar a visualização. Contudo, como a imagem do mapa oferece um pouco de dificuldade, organizamos todas as suas informações, relativas ao Baixo e ao Alto Amazonas, nos quadros que estão expostos logo depois do mapa de Serafim Leite.

(O MAPA E OS QUADROS SE ENCONTRAM APÓS AS REFERÊNCIAS, NO
FINAL DESTES TRABALHOS)

POVejamos então, com maior detalhamento, um dos exemplos de “tupinização dos tapuias”, dentre os citados acima. É o caso dos *nheengaibas*, termo cujo significado tem cunho lingüístico, querendo dizer “má linguagem”, como referência a índios que não tinham o *tupinambá* como língua materna. Desse modo, sendo o termo *nheengaíba* identificado com índios de línguas diferentes do *tupinambá*, e não com uma determinada etnia, temos que o termo se refere a várias etnias, e não a uma única, como atesta Antônio Vieira, quando diz que, dentre os *nheengaibas*, teríamos as nações *tapuias* correspondentes aos povos MAPUASES, MAMAYANÁS, ARUANS, ANAYÁS, MAPUÁS, PAUCACÁS, GUARAJÁS E PIXIPIXIS, sendo estes, então, mais exemplos de nações *tapuias* “tupinizadas”. Inclusive, esse termo foi utilizado para diferenciar esses índios dos demais *tapuias*, o que sugere um conjunto de diferenças lingüísticas, em relação ao *tupinambá*, ainda mais profundas do que as dos demais índios *tapuias* não *nheengaibas* da região. Daí o agrupamento sob um mesmo “rótulo”. Antônio Vieira, outrossim, se pronuncia a respeito do termo *nheengaíba*:

Na grande boca do rio das Amazonas esta atravessada huma Ilha de mayor comprimento e largueza que todo o Reyno de Portugal, e habitada de muitas nações de Índios, que por serem de línguas diferentes, e difficultosas, sao chamados geralmente *nheengaiba*. (VIEIRA, 1660 *apud* BARROS, 2003, p. 94).

Contudo, essa tupinização não se dava de maneira pacífica, como é de se esperar em contextos nos quais populações inteiras, compostas por milhares de indivíduos, são apresadas e obrigadas a trabalhar para um grupo colonizador que chega ao seu território e dele se auto-proclama dono. Dessa maneira, a violência era outra característica da “tupinização dos tapuias”. Um bom exemplo desse fato tem relação direta com um costume dos *nheengaibas*. Dentro dessas nações, os *nheengaibas* da primeira geração, tanto homens, quanto mulheres, recentemente tupinizados, eram falantes da sua L1 e do *tupinambá* defectivo como segunda língua. Após o casamento, contudo, as mulheres eram proibidas de falar o *tupinambá*, pois, para os *nheengaibas*, ironicamente, o *tupinambá* era uma língua de brancos – pois os brancos a haviam difundido pela região amazônica, e não o povo *tupinambá* que também habitava o lugar – e, sendo língua de brancos, suas esposas não poderiam mais utilizá-la, pois a continuidade de sua utilização representaria a continuidade do contato com os brancos. Contudo, esse fato – e aqui vem o exemplo de violência – gerava um sério problema do ponto de vista dos jesuítas. Isto porque, no momento da confissão das mulheres *nheengaibas* casadas, estas, por não poderem mais falar o *tupinambá*, criavam a necessidade de os padres utilizarem um intérprete *tapuia* no momento da confissão, quebrando, assim, o caráter secreto do ato confessional. Por esse motivo, tentavam induzir as mulheres *nheengaibas* casadas a falar o

tupinambá, senão pela persuasão, então pela violência. Assim, utilizavam pedaços de pau para bater nas mãos dessas índias até que elas, por não agüentarem mais a dor, viessem a proferir palavras em *tupinambá* e a confissão pudesse ser feita entre os padres e elas, sem o auxílio de intérpretes. E, como resistissem em falar o *tupinambá*, apanhavam até que suas mãos sangrassem, quando enfim, sucumbiam e diziam “basta” em *tupinambá*. (BARROS, 2003, p. 96).

No que concerne a métodos “pacíficos”, como a utilização de escolas (o termo “pacífico” vem entre aspas, porque os métodos de castigo das escolas européias não eram tão brandos assim), temos notícia da existência delas nas aldeias jesuíticas. Essas escolas eram criadas para que os índios das muitas etnias ali concentrados fossem alfabetizados em *tupinambá*, de acordo com a política, adotada até então pela Coroa, de imposição do *tupinambá*, política esta que se justificava, como já foi dito anteriormente, pelo fato de que a imposição do *tupinambá* possibilitaria a exploração econômica da região, pelo que as nações dominantes, como era o caso de Portugal à época, não costumavam medir esforços nem forças para obter a maior eficiência possível. José Ribamar Bessa Freire, inclusive, faz os seguintes questionamentos sobre a existência de escolas nas aldeias jesuíticas: 1. “Qual a extensão dessas escolas no período colonial?”; 2. “Até que ponto elas estavam generalizadas pelas aldeias?”; 3. “Qual o papel que desempenharam na eliminação de línguas e culturas indígenas e na expansão da língua geral [*tupinambá*]?”; e 4. “Em que medida elas cumpriram o objetivo a que se propuseram de ensinar a ler e escrever, catequizar e capacitar para o trabalho?” (2004, p. 61).

De nossa parte, não consideramos plausível que essas escolas tenham atingido grande extensão entre as aldeias jesuíticas da Amazônia, nem que tenham se generalizado pelas aldeias jesuíticas, nem que tenham desempenhado um grande papel na eliminação de línguas e culturas indígenas e na expansão da *língua geral antiga* ou *tupinambá* e nem, por fim, que tenham cumprido o objetivo a que se propuseram de ensinar a ler e escrever, catequizar e capacitar para o trabalho. Pensamos dessa forma por uma questão simples, porém decisiva: sendo os jesuítas um contingente muito inferior (cf. Tabela 1) ao do grande número de índios concentrados nas aldeias (que também eram muitas), por mais que os jesuítas se empenhassem na escolarização dos *tapuias*, não possuiriam professores suficientes para conseguir alfabetizar um número tão grande de índios, assim como para criar escolas em todos os pontos da Amazônia onde atuassem na imposição do *tupinambá*. Ainda mais em se tratando de alfabetização em uma segunda língua, sem livros, tinta e papel, escrevendo as letras na areia com um pedaço de madeira (BETTENDORFF, 1910 *apud* FREIRE, 2004, p. 60) e de índios

adultos, provenientes de culturas ágrafas, fato que, certamente, os tornava ainda mais resistentes à alfabetização do que um adulto analfabeto dos dias atuais, que vive num ambiente cultural grafocêntrico, rodeado de manifestações escritas por todos os lados e que vê na alfabetização uma necessidade, consciente que é do quanto o analfabetismo lhe traz de desvantagem em relação a uma pessoa alfabetizada e que domina os processos de ler e escrever. Dessa maneira, a alfabetização, para um adulto hodierno, tem um propósito, uma finalidade prática, fato que provavelmente não se aplicava ao conjunto dos adultos *tapuias* dos séculos XVII e XVIII, que, até a chegada dos jesuítas, tinham vivido perfeitamente sem qualquer necessidade de leitura e escrita. Mesmo os índios que nasciam nas missões, que começavam a aprender como língua materna o *tupinambá* defectivo adquirido pelos seus pais *tapuias*, o adquiriam, primeiramente (como aliás acontece com o aprendizado de qualquer língua materna), por via oral, situação que, certamente, se manteve, pois, como já foi dito, não havia sequer livros, tinta e papel, sendo a areia o suporte no qual se tentava ensinar o alfabeto aos índios, e o número de professores jesuítas era extremamente reduzido para dar conta dos muitos índios, mesmo os das gerações seguintes de *tapuias* das aldeias. Não é sem motivo que o *tupinambá* adquirido de forma defectiva e como L2 pelos *tapuias* da primeira geração e, posteriormente, já como L1 e com acesso pleno à Gramática Universal (doravante GU) pelos seus descendentes que vieram a compor as gerações seguintes de *tapuias*, se tornou ininteligível aos jesuítas falantes da *língua geral antiga* ou *tupinambá* da costa do Brasil, que não foi adquirido através de TLI, e aos próprios índios *tupinambás* que habitavam a região amazônica e que se extinguíram no século XVIII. Daí a dicotomia expressa por João Daniel através dos termos *língua geral antiga* – que seria o *tupinambá* adquirido sem processo de TLI (no caso dos jesuítas que o aprendiam como L2 em contexto de imersão total) e como língua materna (no caso dos próprios índios *tupinambás* do Grão-Pará e Maranhão, do Brasil e dos primeiros mamelucos de sua costa sul e nordeste, filhos de mulheres *tupinambás* com homens portugueses) – e *língua geral corrupta* – que seria o *tupinambá* fruto da TLI, adquirido como L2 pela primeira geração de *tapuias*, e, como L1, adquirido pela segunda geração e, a partir desta, pelas gerações seguintes dos índios *tapuias* das aldeias jesuíticas da Amazônia, no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Desse modo, tendemos a discordar de José Ribamar Bessa Freire quando nos dá a entender que os índios menores das aldeias jesuíticas, de forma geral, aprendiam o *tupinambá* com o auxílio normativizador da escola (FREIRE, 2004, p. 61) e com pleno acesso às estruturas da língua-alvo, tendo o aprendizado precário se limitado aos índios escravizados

pelos colonos, por imersão em Dados Lingüísticos Primários (doravante DLP) também precários, devido ao contato com os proprietários portugueses, que falavam o *tupinambá*, e com os demais índios que trabalhavam como escravos nos mesmos lugares. Ao contrário, levantamos a hipótese de que, se a alguns desses índios menores foi facultado o acesso às escolas jesuíticas, à grande maioria, contudo, o aprendizado do *tupinambá* se deu de oitiva, sem qualquer auxílio normativizador das gramáticas dos jesuítas, através do *input* dos DLP precários e defectivos do *tupinambá*, proporcionados pelos seus pais *tapuias*, tendo esse *tupinambá* defectivo, fruto do processo de TLI, começado a se nativizar, paulatinamente, a partir dessa segunda geração de pequenos índios e passado, no caso deles, a ser utilizado na execução das “suas práticas sociais, pelo resto de suas vidas (...)” (FREIRE, 2004, p. 61), ponto no qual concordamos com José Ribamar Bessa Freire. Assim,

(...) com o incentivo oficial e através de métodos nada pacíficos, a língua geral [*tupinambá* que estava em pleno processo de TLI entre os *tapuias*] subiu o rio Amazonas e penetrou em seus afluentes, levada por missionários e colonos portugueses em canoas movidas pela força dos remos indígenas – e não em barcos à vela –, alcançando, até mesmo, áreas da Amazônia atualmente ocupadas pela Venezuela, Colômbia e Peru, onde ficou conhecida como *lengua yeral* (FREIRE, 2004, p. 62-63),

ampliando a área na qual se deu o processo de TLI do *tupinambá* e, conseqüentemente, promovendo a expansão funcional desse código que acabara de emergir, e que foi chamado pelo jesuíta João Daniel de *língua geral corrupta* e, recentemente, pelo lingüista Aryon Rodrigues, de *Língua Geral Amazônica*.

2.4 OBSERVAÇÕES SOBRE O QUE FOI DITO ATÉ AGORA

Ao longo da primeira parte deste capítulo, procuramos delinear o contexto sócio-histórico da região amazônica, concentrando a nossa análise na ação de catequese dos missionários católicos que ali se instalaram, principalmente na ação dos missionários jesuítas durante o período em que Antônio Vieira esteve no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dessa maneira, tomamos como marco temporal para a formação das condições sociolingüísticas que levaram à TLI do *tupinambá* a chegada de Antônio Vieira, em 1653, e a sua partida, em 1661. A despeito de ser curto esse período (apenas oito anos), foi nele que se iniciou a ação missionária sistemática dos jesuítas, assim como foi também nesse período que Antônio Vieira escreveu a *Visita (1658-1661)*, regulamento no qual constavam as instruções de catequese que deveriam ser seguidas pela Ordem, assim como as instruções que os índios deveriam seguir nas missões jesuíticas. Desse modo, se, depois de oito anos na Amazônia, Antônio Vieira, em

1661, deixou a região, a sua forma de agir sobre os índios, contudo, permaneceu lá até 1760, o que vale dizer, mais de um século depois, através do regulamento que elaborou na sua *Visita (1658-1661)*. Por isso, pensamos que os oito anos de Antônio Vieira na Amazônia foram cruciais para o início do processo de TLI, com *pidginização/crioulização* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, pois foi nesse período que se delinearão as diretrizes necessárias a um processo de catequização que veio a se estender por mais de um século, havendo, aí sim, tempo suficiente para uma TLI, acompanhada da *pidginização/crioulização* do *tupinambá* que foi imposto aos índios *tapuias*. Enfim, Antônio Vieira permaneceu por pouco tempo na região, mas o suficiente para desencadear um longo processo catequético com profundos reflexos não só no quadro lingüístico da Amazônia, de uma forma geral, mas, de uma forma específica, na própria estrutura interna do *tupinambá*, que veio a ser adquirido pelos *tapuias*, resultando na formação de uma língua qualitativamente diferente do *tupinambá* falado pelos jesuítas e pelos próprios índios *tupinambás* da região, de um lado, e diferente das muitas línguas faladas pelos índios *tapuias* que ali existiam, de outro. É essa nova língua, a *língua geral corrupta*, para usar a expressão do jesuíta João Daniel, ou *Língua Geral Amazônica*, para usar a expressão do lingüista Aryon Rodrigues, que veio a se tornar o que, a partir do século XIX, passou a ser conhecido como *nheengatu*, ou seja, uma língua cuja história de formação, possivelmente, se confunde com uma história de *crioulização*.

2.5 RESUMO DO PROCESSO DE TUPINIZAÇÃO DOS TAPUIAS

Maria Cândida Barros, em seu texto *Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII e XVIII)*, publicado em 2003, nos apresenta, de forma sucinta, três fases pelas quais passavam os índios *tapuias* ao longo do seu processo de tupinização. Contudo, acrescentamos, às três fases constatadas pela autora, duas outras fases, constatadas por nós, e que corresponderiam à fase da TLI do *tupinambá* aos índios *tapuias*, fases estas que emergem como consequência das três fases anteriores apontadas pela referida autora. Vamos a elas.

Primeira fase: Manutenção, nos aldeamentos jesuíticos, de alguns *tapuias* cujas respectivas nações eram cobiçadas pelos jesuítas, para serem descidas às suas missões. Esses *tapuias* eram mantidos nas missões jesuíticas para que aprendessem o *tupinambá* e pudessem servir de intérpretes entre os jesuítas e os demais *tapuias* ainda não descidos. Dessa maneira, quando os jesuítas e esses *tapuias* “tupinizados” fossem juntos às suas aldeias de origem, estes serviriam

de mediadores do contato inicial. Por esse motivo, esses intérpretes eram chamados de “embaixadores”, pois assumiam a função de intermediários entre as suas nações e os jesuítas, que a elas se dirigiam para tentar convencê-las a descer para as aldeias de repartição.

Segunda fase: Elaboração de catecismos breves nas línguas dos povos *tapuias* a serem descidos, nos quais constavam apenas pontos básicos da doutrina cristã e que apenas deveriam ser usados enquanto os índios *tapuias* não aprendessem o *tupinambá*. Era a utilização da língua *tapuia* como uma forma inicial de doutrinação desses povos, para que, depois de iniciados e convencidos de que era o caminho do cristianismo que deveriam seguir, fosse a eles imposto o *tupinambá*. “Usar na evangelização línguas diferentes ao tupi [*tupinambá*] era visto apenas como uma questão temporária.” (BARROS, 2003, p. 92).

Terceira fase: Ajuntamento dos índios *tapuias* com os índios *tupinambás* (que eram a grande minoria), ou com *tapuias* que já falavam o *tupinambá* (e que eram a grande maioria), nos aldeamentos, no intuito de que também aprendessem essa língua. (BARROS, 2003, p. 90-92).

Quarta fase: TLI do *tupinambá* aos índios *tapuias*, provenientes das mais variadas etnias e línguas, misturados nas aldeias jesuíticas, onde eram obrigados a aprender o *tupinambá* defectivo e forjado como código emergencial, que começava a se socializar como L2 entre os falantes *tapuias* adultos, havendo algumas nativizações pontuais desse código à medida que crianças *tapuias* nasciam nas missões.

Quinta fase: Finalização do processo de “tupinização dos tapuias”, tendo como consequência a formação de uma nova comunidade de fala, composta por *tapuias* que tinham como língua nativa a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* – ou, para sermos mais exatos, o *tupinambá crioulo* –, que veio a se sobrepor à heterogeneidade lingüística que caracterizou os primeiros anos das missões jesuíticas da Amazônia.

3. A TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR DO *TUPINAMBÁ*

“Grandes acontecimentos históricos, como a conquista romana, tiveram importância incalculável no tocante a inúmeros fatos lingüísticos. A colonização, que não é senão uma forma de conquista, transporta um idioma para meios diferentes, o que acarreta transformações nesse idioma. (...) Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos (...)”³⁸

Antes de iniciarmos o enquadramento teórico da situação de contato lingüístico entre o *tupinambá* e as línguas *tapuias* da Amazônia, consideramos necessário responder a uma pergunta que deve estar na mente dos estudiosos do contato entre línguas: há como levantar argumentos, em termos intralingüísticos, de uma possível *crioulização* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, e de que as mudanças estruturais nessa língua, até se tornar a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* e, posteriormente, o *nheengatu*, foram fruto de um processo de *pidginização/crioulização*, resultante do contato ocorrido entre a *língua geral antiga* ou *tupinambá* e as **muitas línguas tapuias**, durante o período de atuação dos jesuítas na Amazônia, entre 1653 e 1760?

Em termos intralingüísticos, acreditamos que sim, mas não com dados empíricos do atual *nheengatu*³⁹, pois este, sendo falado ainda hoje, já sofreu um processo de mais de 200 anos de contato com a língua portuguesa, em situação de bilingüismo, contato este que, segundo Aryan Rodrigues, foi responsável, inclusive, por introduzir no *nheengatu*, quando ainda estava no estágio de *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, orações com estrutura do tipo relativa, fato que o referido autor comprova com dados intralingüísticos recentes do *nheengatu*, o que é possível, pois, após a expulsão definitiva dos jesuítas em 1760, o contato da *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* com o português foi intenso e não interposto, desde o seu início até os dias atuais, pelo contato com nenhuma outra língua. Dessa maneira, uma análise intralingüística do *nheengatu* nos levaria a encontrar, como influências exógenas, vestígios principalmente do português, a exemplo das estruturas relativas. Além disso, mesmo que tenham restado vestígios das línguas *tapuias* no *nheengatu*, seriam vestígios que poderiam passar despercebidos, devido ao desconhecimento da estrutura

³⁸ Trecho do *Curso de lingüística geral*, de Ferdinand de Saussure (2006 [1916], págs. 29 e 86).

³⁹ Na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, no Alto Amazonas, o *nheengatu* foi, inclusive, co-oficializado, junto com o *tukano* e o *baniwa*, paralelamente ao português.

dessas línguas, pois a grande maioria das línguas dos *tapuias* descidos às missões pereceu durante a situação de contato ao longo dos séculos XVII e XVIII, quando aos seus falantes foi imposta a *língua geral antiga* ou *tupinambá*. Daí a denominação que Maria Cândida Barros deu a esse processo de “tupinização dos tapuias”, pois a maior parte destes acabou se tornando monolíngüe na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, de acordo com o que afirma José Ribamar Bessa Freire, quando aborda esse monolingüismo. (2004, p. 181). Isso nos leva a pensar que, em vez de se fazerem análises empíricas no *nheengatu*, seria muito mais produtivo partir para a análise intralingüística no seu antecedente histórico, a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, para o que existem dados documentados em abundância, que podem servir de base empírica de análise. Nesse sentido, em textos do próprio Aryon Rodrigues, podemos encontrar exemplos de **erosão na morfologia nominal de caso do tupinambá** – ocorrida durante o processo em que se tornou a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* –, resultando na eliminação do seu sistema de declinação dos nomes, embora Aryon Rodrigues atribua essa erosão ao bilingüismo do **tupinambá com a língua portuguesa** e não a um processo de *pidgnização/crioulização*, fruto do contato entre o **tupinambá e as muitas línguas tapuias**.

Quanto a outras características típicas das línguas crioulas – como o **sistema TMA**, formado pela gramaticalização de advérbios e verbos auxiliares, convertidos em partículas pré-verbais; o **sistema de artigos**, distribuído nas dicotomias **específico versus genérico** e **definido versus indefinido**; e os **verbos seriais**, que são a “co-ocorrência de dois verbos independentes em um mesmo predicado, sendo que um verbo desempenha a função verbal e o outro desempenha a função de uma preposição ou um complementizador” (LUCCHESI, s/d, p. 14) – não podemos, através da análise intralingüística dos dados de que dispomos, verificar com total segurança se algumas dessas características estão presentes na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, embora não possamos esquecer de uma observação importante feita por Dante Lucchesi, quando diz que a existência dessas características não garantem o caráter crioulo de uma língua, pois independentemente delas serem **típicas** das línguas crioulas, não são, contudo, **exclusivas** desse tipo especial de língua, como podemos notar, ainda segundo o autor, nas línguas naturais do grupo lingüístico *kwa*, existentes no oeste africano, que possuem características semelhantes às expostas, sem serem, apesar disso, línguas crioulas. Dessa maneira, ao expormos dados intralingüísticos do *tupinambá* e da *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, que comprovam um processo de **erosão gramatical de morfologia**, e um depoimento sobre a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral*

Amazônica, que se constitui em **indício da formação de um sistema TMA fundado em partículas pré-verbais** – fenômenos que ocorrem na língua que sofreu a *pidginização/crioulização* –, estes devem ser considerados em conjunto com sua sócio-história, para que não afirmemos serem originários da TLI fenômenos que, na verdade, já existiam naturalmente na língua em questão:

A idéia de que os crioulos seriam um tipo de língua estruturalmente diferente não encontra hoje grande respaldo entre os crioulistas; muitos dos quais têm chamado a atenção para o fato de línguas como o chinês mandarim, ou mesmo o inglês, exibirem propriedades estruturais que são tidas como típicas das línguas crioulas (...). Desse modo, **não se pode identificar uma língua como crioula apenas em função de suas características estruturais; é preciso conjugar o processo histórico de sua formação com os resultados lingüísticos desse processo.** (LUCCHESI, s/d, p. 9). (grifo nosso).

Nesse texto, intitulado *Línguas em contato* e ainda não publicado, Dante Lucchesi afirma que a história da humanidade está repleta de situações que envolveram migrações, guerras e conquistas, gerando relações que variaram desde trocas comerciais até a escravização de populações inteiras, com conseqüências que afetaram todos os níveis estruturais das línguas utilizadas pelos povos envolvidos nos processos de contato. Essas relações, em sua grande parte de subjugação, tiveram diversos tipos de caráter: **religioso** (que é o caráter abordado nesta dissertação), **cultural, econômico, político e militar**. (LUCCHESI, s/d, p. 1). Assim, temos que o contato entre diferentes povos implica no contato entre diferentes línguas, com diferentes conseqüências na estrutura de cada uma delas.

Contudo, ainda segundo esse autor, os estudos atuais sobre o contato entre línguas têm restringido as conseqüências desse contato aos processos radicais de *pidginização* e *crioulização*, nos quais há, necessariamente, uma ruptura tipológica entre a língua *pidginizada* ou *crioulizada* e as línguas que a originaram, o que vale dizer, a **língua do dominador** – também chamada de língua lexificadora ou de língua-alvo – e a(s) **língua(s) do(s) dominado(s)** – também chamada(s) de língua(s) subjugada(s). Dessa maneira, as situações nas quais o contato não gerou conseqüências tão radicais, ao ponto de levar a uma ruptura tipológica, ficaram carentes de um aparato teórico que as abarcasse. Essas situações de contato entre línguas são as que tiveram como resultado não uma língua qualitativamente diferente das demais envolvidas no processo de contato, mas, sim, o surgimento de uma nova variedade da **língua-alvo**, não havendo, portanto, ruptura tipológica entre esta e a sua nova variedade. Desse modo, para que essas situações nas quais surge apenas uma nova variedade da língua-alvo possam ser estudadas sob a ótica dos processos de contato entre línguas, Dante Lucchesi e

Alan Baxter desenvolveram o conceito de **Transmissão Lingüística Irregular**, um processo amplo que abarca tanto as situações radicais de contato, como a *pidginização* e a *crioulização*, quanto as situações menos radicais, nas quais se formam apenas uma variedade da língua-alvo (variedade esta que, apesar de não ser uma língua com reestruturação total de sua gramática, possui algumas características de uma língua crioula), resolvendo, dessa forma, o inconveniente de restringir o aparato teórico sobre línguas em contato às situações de *pidginização* e *crioulização*:

A formulação desse conceito visa a desenvolver um modelo mais amplo de análise das mudanças lingüísticas induzidas pelas situações de contato maciço entre línguas que não se restrinja às situações típicas de pidginização e crioulização. A idéia básica é a de que o contato entre línguas pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova – uma língua *pidgin* ou crioula, que tem uma gramática qualitativamente distinta da língua alvo –, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua alvo que apresenta características estruturais semelhantes às que se encontram nas línguas crioulas, no que se pode chamar de *transmissão lingüística irregular de tipo leve*. (LUCCHESI, s/d, p. 24).

Dessa maneira, o que temos é um *continuum* de TLI, determinado pela intensidade da erosão gramatical da língua-alvo, ocorrida no momento inicial do contato lingüístico, devido ao pouco acesso dos falantes adultos às suas estruturas lingüísticas, que são obrigados a adquirir de forma abrupta e em caráter emergencial. Assim, se a intensidade da erosão gramatical, no momento inicial do contato, for pequena, a intensidade da TLI também o será. De maneira inversa, se a intensidade da erosão gramatical, no momento inicial do contato, for grande, igualmente grande será a intensidade da TLI, numa relação de causa e conseqüência. (LUCCHESI, 2003, p. 272; BAXTER & LUCCHESI, 2009, p. 101-102; LUCCHESI, s/d, p. 24).

Porém, como foi dito, a erosão gramatical se refere ao momento inicial do contato, sendo este o **primeiro** fator crucial para que a TLI resulte apenas no surgimento de uma **nova variedade da língua-alvo** ou no surgimento de uma **língua *pidgin* ou crioula**.

O **segundo** momento crucial, ainda segundo Dante Lucchesi, vem logo após a erosão gramatical. É o momento da **recomposição gramatical da língua-alvo** que foi adquirida de maneira defectiva e como segunda língua pelos falantes adultos. Essa recomposição gramatical começa a acontecer no momento em que a língua-alvo, erodida gramaticalmente, passa a se expandir funcionalmente dentro da comunidade de fala em que foi adquirida de maneira precária – no que se chama de *hibridização terciária* –, pois a recomposição gramatical é necessária para que o referido código emergencial possa ser utilizado nas diversas situações sociais que começam a existir dentro de uma comunidade de fala emergente.

Dessa maneira, se, no momento da recomposição gramatical, o acesso às estruturas da língua-alvo continuar restrito, teremos ou uma **reestruturação original da gramática** da língua-alvo, **baseada nas estruturas gramaticais da(s) língua(s) dos falantes adultos dominados**, que adquiriram a língua-alvo como L2, ou **baseada no início da nativização desse código** pela geração seguinte da comunidade de fala incipiente. Assim, nesse último caso, a recomposição gramatical aconteceria devido ao acesso que os DLP, oferecidos pelos seus pais como *input*, teriam à GU, que, por sua vez, dotaria naturalmente esse código emergencial dos instrumentos necessários a uma língua para que esta pudesse ser utilizada pelos seus falantes nativos em quaisquer situações sociais que enfrentassem ao longo de suas vidas. (p. 24). Portanto, no caso da reestruturação original **sem nativização**, teríamos uma língua *pidgin*. Já no caso da reestruturação original **com nativização**, teríamos uma língua *crioula*. Em ambos os casos, temos uma TLI que varia do grau **médio** ao **pesado**.

Entretanto, se, no momento da recomposição gramatical, o acesso às estruturas da língua-alvo aumentar substancialmente, teremos apenas a formação de uma nova variedade da língua-alvo, pois a recomposição de sua gramática, adquirida num primeiro momento como L2, de forma precária e com erosão gramatical, pelos falantes adultos, acontecerá **com base nas estruturas gramaticais da própria língua-alvo** e não com base nas estruturas da(s) língua(s) do(s) dominado(s) ou no início da nativização desse código emergencial pela geração seguinte. Nesse caso, temos a TLI **leve**, que é, segundo Dante Lucchesi, o quadro no qual se encaixa a formação das **variedades populares do português brasileiro**.

De acordo com a nossa compreensão da TLI como um processo variável quanto à sua intensidade, elaboramos o quadro que se segue, no qual procuramos esboçar um *continuum* de TLI, de forma esquemática:

CONTINUUM DA TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR

Instruções:

1. O *continuum* propriamente dito se encontra na parte do quadro de fundo cinza;
2. Direção do *continuum*: vertical;
3. Sentido do *continuum*: de cima para baixo, tendo como extremo inicial a erosão gramatical LEVE e como extremo final a erosão gramatical PESADA.

TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR				
Primeiro momento	Segundo momento			
EROSÃO GRAMATICAL DA LÍNGUA-ALVO <i>Obs.: na erosão gramatical, sempre há pouco acesso às estruturas da língua-alvo</i>	RECOMPOSIÇÃO GRAMATICAL DA LÍNGUA-ALVO			
	Com muito acesso às estruturas gramaticais da língua-alvo, não resultando em uma língua qualitativamente distinta	Com pouco acesso às estruturas gramaticais da língua-alvo, resultando em uma língua qualitativamente distinta		
		Sem nativização	Com nativização	
LEVE (<i>extremo inicial do continuum</i>)	Nova variedade da língua-alvo, sem reestruturação original e sem ruptura tipológica, com pouco distanciamento da variedade da língua-alvo.	Língua <i>pidgin</i> , com reestruturação original pouco extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	Língua crioula, que nativizou o <i>pidgin</i> com reestruturação original pouco extensa da gramática da língua-alvo baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	
MÉDIA	Nova variedade da língua-alvo, sem reestruturação original e sem ruptura tipológica, com médio distanciamento da variedade da língua-alvo.	Língua <i>pidgin</i> , com reestruturação original medianamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	Língua crioula, que nativizou o <i>pidgin</i> com reestruturação original medianamente extensa da gramática da língua-alvo baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	
PESADA (<i>extremo final do continuum</i>)	Nova variedade da língua-alvo, sem reestruturação original e sem ruptura tipológica, com grande distanciamento da variedade da língua-alvo.	Jargão, que, nesse momento de recomposição, começa a desenvolver estruturas gramaticais, dando início ao processo que o tornará uma língua <i>pidgin</i> , com reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.	1. Língua crioula, que nativizou o jargão, sem que tenha havido antes a reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas, pois, nesse caso, a reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo se dá como consequência da ação dos dispositivos gramaticais da Gramática Universal.	2. Língua crioula, que nativizou o <i>pidgin</i> com reestruturação original profundamente extensa da gramática da língua-alvo, baseada na transferência de estruturas gramaticais das línguas dominadas.

Quadro 8.

Como podemos perceber no esquema acima, elaborado com base nas informações dos textos de Dante Lucchesi e Alan Baxter, a erosão gramatical acontece em qualquer um dos níveis do *continuum* da TLI, desde o mais leve ao mais pesado. Essa erosão se caracteriza pelo abandono total ou parcial da **morfologia verbal de pessoa e número e de tempo, modo e aspecto** (sistema TMA), da **concordância nominal de gênero e número** e da **flexão de caso dos pronomes pessoais**, responsáveis pela sintaxe aparente da língua-alvo, no momento de aquisição desta como L2 pelos falantes adultos.

Dessa maneira, nos casos de TLI leve, teríamos o abandono parcial dos elementos grifados acima, observando-se “um amplo processo de variação no uso de tais elementos gramaticais, sem ocorrer a sua eliminação total.” (LUCCHESI, s/d, p. 26). Já nos casos de TLI média e pesada, teríamos o abandono total desses elementos gramaticais, que seriam “virtualmente eliminados.” (p. 26).

A partir de agora, concentraremos as nossas atenções nos casos em que há a TLI pesada, com grande erosão gramatical da língua-alvo, seguida da recomposição gramatical na qual o acesso às suas estruturas se mantém restrito, dando margem à reestruturação original da gramática, seja através do processo da *pidginização* (baseado nas estruturas gramaticais da(s) língua(s) do(s) dominado(s)), seja através do processo da *crioulização* (baseado na nativização do código emergencial surgido no momento inicial do contato). A restrição de nossa análise à TLI pesada se justifica por considerarmos que, no caso da imposição do *tupinambá* aos índios *tapuias* – falantes de muitas línguas totalmente diferentes do *tupinambá*, e diferentes entre si –, a erosão gramatical ocorrida no momento inicial do contato não foi seguida de um aumento do acesso desses *tapuias* às estruturas da língua-alvo (a *língua geral antiga* ou *tupinambá*) – situação que Dante Lucchesi chama de TLI de tipo leve –, mas, sim, da continuidade da situação de restrição a essas estruturas – situação que, pela lógica exposta pelo próprio autor, ao utilizar o qualificador “leve”, nos levou a chamar essa situação de TLI “pesada”. Essa situação de TLI pesada, por sua vez, teria sido a consequência da atuação dos jesuítas na Amazônia, como exposto acima (dos **itens 1** ao **2.5** deste capítulo), e que retomaremos mais adiante.

Continuemos a nossa exposição:

As línguas pidgins e crioulas decorrem de situações em que povos de línguas diferentes e mutuamente ininteligíveis têm de interagir por um determinado período de tempo, criando a necessidade de um código básico de comunicação, que é utilizado com funções muito restritas, tais como passar informações básicas e imediatas, transmitir e receber ordens e viabilizar trocas. A duração e a motivação de tais interações variam largamente, com diferentes resultados lingüísticos. Se a relação é

pontual e efêmera, o resultado é um pequeno vocabulário que cada falante manipula usando a gramática de sua língua nativa, denominado **jargão** na terminologia da crioulistica. Se a situação se prolonga, uma estrutura gramatical começa a se formar em torno desse vocabulário básico. A estruturação gramatical, mesmo que precária, é o que distingue o **pidgin** do jargão. A estruturação gramatical, bem como as funções de uso do pidgin, podem se expandir enormemente fazendo com que esse **pidgin expandido** se assemelhe a qualquer outra língua humana. Porém, se uma nova comunidade se forma na situação de contato, ocorrendo uma ruptura cultural e lingüística para uma parte dos grupos envolvidos, as crianças que nascem nessa comunidade emergente passam a ter como modelo para aquisição de sua língua materna o pidgin, ou mesmo o jargão [momento em que ocorre a **interrupção de transmissão lingüística entre gerações**, ou seja, a língua *tapuia* que vinha sendo transmitida há várias gerações, como L1, até a geração dos pais *tapuias*, tem a sua transmissão interrompida, sendo abruptamente substituída por um jargão ou *pidgin* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, surgido na situação de contato, e que será, a partir de então, o modelo lingüístico que servirá de base para a aquisição de primeira língua da geração dos filhos dos referidos pais *tapuias*]. Essa nativização dá origem à **língua crioula**, que, ao contrário do pidgin, é a língua materna da maioria dos seus falantes. (LUCCHESI, s/d, p. 3).

Como podemos perceber no trecho retirado do texto *Línguas em contato*, o cenário sociolingüístico que se delineou, primeiramente, no Baixo Amazonas – com a chegada de Antônio Vieira em 1653 – e, posteriormente, no Alto Amazonas – com a continuação da ação catequética dos jesuítas após a expulsão de Antônio Vieira em 1661 – é muito semelhante ao cenário que Dante Lucchesi aponta para os processos nos quais há a formação de línguas *pidgins* e *crioulas*, seja pela interação que houve entre povos de línguas mutuamente ininteligíveis – pois foram muitas as línguas *tapuias* envolvidas na situação de contato –, seja pelo tempo que durou a interação – 107 anos, de 1653 a 1760 –, seja pela necessidade que houve de se utilizar um código básico de comunicação, que, na situação que ora abordamos, foi a *língua geral antiga* ou *tupinambá*.

3.1 COMO SE FORMOU A LÍNGUA GERAL CORRUPTA OU LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA, UM POSSÍVEL CRIOULO DE BASE TUPINAMBÁ

3.1.1 Primeiro momento: a erosão gramatical da *língua geral antiga* ou *tupinambá*

Como já foi sobejamente exposto ao longo deste texto, as missões jesuíticas foram os principais locais onde houve a aglomeração de grandes contingentes de índios *tapuias* adultos, falantes de línguas tipologicamente muito distintas – e conseqüentemente ininteligíveis umas em relação às outras –, que para essas missões eram dirigidos, através de um processo que começava com a captura desses *tapuias* nas suas aldeias de origem, nas expedições chamadas de “descimentos”, passando pelas aldeias de repartição, local onde, então, eram distribuídos para as missões, para os colonos e para a Coroa, cabendo às missões, naturalmente, a maior parte da mão-de-obra indígena, pois eram os jesuítas que organizavam os descimentos.

Assim, além da própria intenção que os jesuítas já tinham de impor o *tupinambá* sobre as línguas dos índios *tapuias*, no intuito de levar a termo a “tupinização” desses povos, pelos motivos já comentados (cf. **item 2.3**), o fato, em si, de estarem concentradas em um mesmo espaço etnias de diversas línguas mutuamente ininteligíveis criou, independentemente de qualquer outro fator, a necessidade da emergência de um código lingüístico comum e supra-étnico, para que todos os que integravam esse mesmo espaço pudessem interagir verbalmente, tanto com os seus senhores – que, no caso das missões, eram os jesuítas –, quanto entre si, para que se pudesse iniciar uma vida social no bojo dessas aglomerações multi-étnicas, havendo a *hibridização terciária*, fator necessário para que se caracterize um processo de *pidginização*. (LUCCHESI, 2003, p. 273; BAXTER & LUCCHESI, 2009, p. 104; LUCCHESI, s/d, p. 6).

Esse grande contingente de *tapuias* concentrados nas missões era composto, na sua grande maioria, por índios adultos – ou, pelo menos, numa idade em que já suportassem o trabalho pesado, depois de iniciada a puberdade, acerca dos 12 anos, quando finda o **período crítico** de aquisição da linguagem, segundo o paradigma gerativista (QUADROS, 2010, p. 78) –, pois a intenção precípua dos jesuítas, com os descimentos, era a de abastecer as missões com a única, e por isso valiosa, mão-de-obra capaz de levar a termo o trabalho de extração das “drogas do sertão”, comércio que foi tão lucrativo aos inacianos a ponto de oferecer concorrência à Coroa, fato que desembocou nos acontecimentos ocorridos entre 1755 e 1760, que levaram à expulsão da Ordem de todas as possessões portuguesas.

Sendo os jesuítas da Amazônia um número muito reduzido (para se ter uma idéia, no ano de 1697, o número total de inacianos na região era de apenas 61 indivíduos), tínhamos uma situação na qual havia uma grande disparidade numérica entre o contingente do povo dominante, os jesuítas, e contingente do povo dominado, os *tapuias* (veja-se que entre os anos de 1687 e 1690 foram descidos às missões cerca de 184 mil grupos *tapuias* [cf. **item 2.3**]), caracterizando uma situação que, mesmo que não especificada em termos exatos com relação à realidade demográfica de cada missão (o que seria praticamente impossível depois de quase quatro séculos), nos leva a afirmar com segurança (devido à grande quantidade de *tapuias* descidos, de uma forma geral, e devido à pouca quantidade de jesuítas nas missões, de uma forma geral) que a proporção do número de falantes dos grupos dominados em relação ao número de falantes do grupo dominador era muito maior do que a de 10 para 1, postulada por Dante Lucchesi como a proporção mínima necessária à TLI pesada, como podemos perceber quando este afirma que, para que seja aberto o caminho para a *crioulização* da língua-alvo, é necessária

a concentração de um grande contingente lingüisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (a referência nas situações típicas de criouliização seria a proporção de pelo menos dez indivíduos dos grupos dominados para cada indivíduo do grupo dominante). (LUCCHESI, s/d, p. 25).

Essa grande quantidade de falantes das línguas dominadas, em contato com uma quantidade muito pequena de falantes da língua-alvo, fez com que o acesso desses *tapuias* às estruturas lingüísticas do *tupinambá* – que eram obrigados a aprender como segunda língua, de oitiva e, na sua quase totalidade, sem qualquer auxílio normativizador – fosse extremamente restrito, o que teria provocado uma grande erosão gramatical do *tupinambá* no momento de sua aquisição pelos *tapuias*, resultando na formação de um **jargão**, um conjunto de palavras do *tupinambá* praticamente desprovido de estrutura gramatical, e que era manipulado pelos *tapuias* adultos dentro dos esquemas gramaticais de suas línguas maternas. Mas um fato muito importante deve ser acrescentado a essa situação: no caso específico que abordamos, esse processo de erosão gramatical foi ainda mais profundo do que nos casos conhecidos de formação de crioulos de base portuguesa da África, nos quais houve a erosão gramatical de um código que era transmitido de forma precária por falantes **nativos** do português. Se, nas situações referentes à África – nas quais a língua-alvo dos colonizadores era a sua **L1 (o português)** –, a restrição às suas estruturas já foi suficiente para resultar numa aquisição tão precária ao ponto de desencadear um processo de erosão gramatical que teve como resultado alguns crioulos basiletais, imagine-se o caso do eito nas missões jesuíticas e nas propriedades dos colonos da Amazônia, onde a língua-alvo à qual os *tapuias* tinham acesso restrito era uma **L2 (o *tupinambá*)** – falado, conseqüentemente, em diversos níveis de competência pelos dominadores –, pois a L1 dos jesuítas e colonos, no momento inicial de ocupação lusitana da Amazônia, era o português. Dessa maneira, quando se deu a imposição do *tupinambá* – que era a L2 dos jesuítas e colonos que o utilizaram para impô-lo aos índios *tapuias* –, o acesso às estruturas desse *tupinambá* vindo do Estado do Brasil (a língua-alvo) se tornou ainda mais restrito, resultando numa aquisição ainda mais precária do que nos casos conhecidos de criouliização.

Vejamos um exemplo de erosão gramatical, retirado do texto *As línguas gerais*, de Aryon Rodrigues (1986, p. 107), ocorrida no *tupinambá*, durante o processo que, segundo a nossa hipótese, foi de *pidginização/criouliização*, e não de bilingüismo.

Os nomes em *tupinambá* possuíam um sistema de declinação com diversos casos, dentre eles o **nominativo** (representado pelo sufixo **-a**), o **locativo** (representado pelo sufixo **-ype**) e o **atributivo** (representado pelo sufixo **-amo**). Tomemos agora o nome **ybák**, que significa “céu”. Assim, se declinarmos esse nome nos três casos citados acima, temos:

1. **ybáka**: “o céu”, no caso **nominativo**;
2. **ybákype**: “no céu”, no caso **locativo**;
3. **ybákamo**: “na condição de céu”, no caso **atributivo**.

Contudo, devido ao processo de *pidginização/crioulização* pelo qual possivelmente passou, o *tupinambá* sofreu uma erosão na sua morfologia nominal, de modo que todos os demais casos foram eliminados, mantendo-se apenas o **nominativo**, que se integrou ao final dos nomes, sem mais exercer qualquer função gramatical. Desse modo, na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, a palavra “céu” passou a ser **iwáka**, originária do *tupinambá* **ybáka** (**ybák -a**), sofrendo uma pequena alteração fonética no seu interior e aglutinando o **-a** (**iwáka**), que, no *tupinambá*, era o sufixo do caso nominativo, como visto acima.

Em *tupinambá*, então, para transformar a expressão “o céu” (nominativo) em “no céu” (locativo), teríamos de trocar o sufixo do caso nominativo **-a**, pelo do caso locativo **-ype**, tendo como resultado **ybákype** (**ybák -ype**). Já na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*, não há mais troca de sufixo para transformar a expressão “o céu” (nominativo) em “no céu” (locativo), mas apenas a posposição da partícula **upé** (que significa “em”) à palavra **iwáka** – que se tornou invariável –, não havendo mais qualquer flexão de caso, devido à sua eliminação. Reiterando, note-se que o antigo sufixo do caso nominativo continua presente em **iwáka**, mesmo se tratando de uma expressão locativa (**iwáka upé**: “no céu”), mas apenas como parte integrante do nome em questão, sem qualquer função gramatical. Temos então, para a expressão “no céu”:

- Em *tupinambá*: **ybákype**, com morfologia para flexão de caso locativo;
- Em *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*: **iwáka upé**, sem morfologia para flexão de caso locativo, pois foi perdida no processo de TLI, apresentando agora

uma estrutura analítica com a presença da partícula *upé*, posposta ao nome, tendo se tornado necessária para expressar a idéia de lugar.

Portanto, com relação ao sistema de declinação dos substantivos no *tupinambá*, este “desapareceu na LGA, na qual agora os substantivos têm uma só forma (...)”. Daí os exemplos mostrados acima, pois “o *a* final do Tupinambá era um sufixo, um elemento da gramática da língua que marcava o caso nominativo; na LGA ele é parte fixa do nome, não marcando mais nada, tal como o *a* final da palavra *iwáka* ‘céu.’” (RODRIGUES, 1986, p. 105-108). (grifo nosso).

Como indícios sócio-históricos da erosão gramatical do *tupinambá* imposto pelos jesuítas aos *tapuias* da Amazônia (resultando na *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*), vamos comparar, agora, um trecho escrito por Luís dos Santos Vilhena na virada do século XVIII para o XIX, referente à vila de Camamu, na costa sul da Bahia, sobre a *língua geral* (que chamou de *língua brasílica*) falada na costa do Brasil – fruto de um processo de bilingüismo entre o *tupinambá* e o português (em que se considera que não tenha havido erosão gramatical, mas níveis diferenciados de competência) –, com um trecho escrito por Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, transcrito por José Ribamar Bessa Freire, e datado do ano de 1852, ou seja, quase cem anos depois da expulsão dos jesuítas da Amazônia, quando o *tupinambá* já teria, segundo a nossa hipótese, passado por um longo processo de *crioulização*, resultando na *Língua Geral Amazônica* – que João Daniel chamou de *língua geral corrupta*, como já dito aqui, e que, como procuramos demonstrar, foi o possível resultado de uma *crioulização* (com erosão gramatical profunda). Ressalte-se que, em 1852, o Estado do Grão-Pará e Maranhão não mais existia, administrativamente falando, pois o seu território já havia sido incorporado ao Estado do Brasil desde agosto de 1823.

Vejamos primeiro o trecho, retirado de Luís dos Santos Vilhena, referente à *língua geral* em cuja origem não houve erosão gramatical:

A vila pois do Camamu distante 24 léguas da cidade da Bahia, é o ponto de reunião de três grandes rios, quais são Maraú, Serinhaém, e Camamu, assim como de cinco outros mais pequenos, como são o Condurá, Pinaré, Mapera, Robalo, e Guarapiranga, os quais todos se juntam naquela vila motivo por que os índios formaram o nome Camamu, vocábulo que na língua brasílica [outro nome que designava a língua geral] quer dizer *água do peito de mulher*, pela semelhança dos esguichos de leite, que reunidos no bico do peito se difundem para diversas partes; **palavra bem digna de reflexão, que com algumas outras ouvi proferir, e analisar a um virtuoso sacerdote, peritíssimo na língua, e refletindo na força enérgica de cada uma, me fez duvidar da barbaridade dos inventores de palavras que bem podem disputar a**

primazia com a língua dos sábios, estas inventadas pelos homens mais eruditos da Grécia, ou do mundo inteiro, e aquelas compostas pelos homens mais rústicos que até hoje se tem encontrado. (VILHENA, 1969, p. 497-498). (grifo nosso).

Como podemos notar na citação acima, Luís dos Santos Vilhena compara a *língua geral* da costa do Brasil à língua dos sábios mais eruditos da Grécia e, quiçá, do mundo inteiro, o que sugere se tratar essa *língua geral* de um idioma possuidor de palavras portadoras de uma carga morfológica muito rica, cuja complexidade de funções se compararia à da língua grega.

Situação diametralmente oposta podemos notar na citação retirada de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, transcrita por José Ribamar Bessa Freire no seu livro *Rio Babel*, referente à *língua geral corrupta*, falada na Amazônia, que, a essa altura, já era parte integrante do Estado do Brasil:

A língua geral (...) é a universal intérprete em toda a província do Pará. Fala-a toda a nação indígena, que se relaciona nas povoações. Nas cidades, fala-se da porta da sala para dentro; e nas vilas e demais povoações, excetuada Pauxis no baixo Amazonas, é a única, não por se ignorar a portuguesa, mas porque, constrangidos os indígenas e os mamelucos em falá-la, **pela dificuldade de formarem os tempos dos verbos, do que os dispensa a geral**, respondem por esta se lhes pergunta por aquela. (AMAZONAS, 1852 *apud* FREIRE, 2004, p. 179-180). (grifo nosso).

De acordo com a citação acima, a *língua geral corrupta*, formada nos tempos jesuíticos do Estado do Grão-Pará e Maranhão – diferentemente do que Luís dos Santos Vilhena deixa claro com relação à *língua geral* formada na costa do Estado do Brasil, quando os dois Estados ainda eram colônias distintas –, não possuía morfologia verbal de **tempo**, fato que nos leva a supor que o mesmo devia acontecer com relação à morfologia de **modo** e **aspecto**, pois essas características morfológicas costumam ocorrer em conjunto, formando do **sistema TMA**. Na citação também lemos que essa era a língua universal em toda a província do Pará e que, nas cidades, era falada da porta da sala para dentro, ou seja, era nessa língua que se davam as relações no ambiente doméstico e familiar. Além disso, ainda na mesma citação, lemos que os índios do Pará, mesmo quando eram interpelados em língua portuguesa, respondiam em *língua geral corrupta*, devido à dificuldade que tinham em lidar com a morfologia verbal da língua portuguesa, fato que aponta para uma competência lingüística de segunda língua, no caso desta última. Se somarmos o fato de que a *língua geral corrupta* estava generalizada na província do Pará, à sua utilização no ambiente doméstico e familiar, à sua utilização mesmo quando os índios do Pará eram interpelados em português, e à competência lingüística mais passiva do que ativa desses índios em língua portuguesa, não nos resta dúvida de que essa *língua geral corrupta* já era a língua materna da província do Pará.

Contudo, se era a língua materna de toda uma população, isso significa que essa língua deveria apresentar o sistema TMA, pois, segundo Dante Lucchesi, “todas as crianças já nascem programadas para flexionar os verbos nas categorias de tempo, modo e aspecto”, programação esta que ocorreria durante o processo de aquisição de sua língua materna, de acordo com o *Bioprograma de aquisição da linguagem*, teorizado por Derek Bickerton. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, o sistema TMA, obrigatoriamente, deveria estar presente na *língua geral corrupta*. Então, se esse sistema TMA, de acordo com a citação de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, não estava presente na sua morfologia verbal, onde estava?

Dante Lucchesi, ao apontar os “mecanismos gramaticais que se perdem na situação inicial de contato, mas são reconstituídos na criouliização”, coloca, entre eles, o sistema TMA, indicando que, no momento inicial do contato, quando há a erosão gramatical da língua-alvo (no caso em questão, o *tupinambá*), esses morfemas se perdem, “restando apenas uma forma básica do verbo, derivada da forma do infinitivo, ou da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.” (LUCCHESI, s/d, p. 11-12). Contudo, durante o processo de *pidginização/criouliização*, ocorreria a gramaticalização de advérbios e de verbos auxiliares, que passariam a exercer as funções de tempo, modo e aspecto, em uma estrutura analítica, traduzida em partículas pré-verbais, e não mais na morfologia verbal que se perdeu na erosão gramatical ocorrida no início do contato. Dessa maneira, se a *língua geral corrupta*, como leva a entender a citação, era uma língua nativa, o que implica na presença do sistema TMA, e esse sistema não aparecia na sua morfologia verbal, então o sistema TMA da *língua geral corrupta*, por eliminação, só poderia se apresentar por meio de partículas pré-verbais, fruto da gramaticalização de advérbios e verbos auxiliares, de acordo com o que vimos acima, e que é uma das principais características das línguas crioulas. (LUCCHESI, s/d, p. 12). Dessa maneira – para somarmos ao exemplo intralingüístico no qual se constata a eliminação do sistema de declinação dos nomes no *tupinambá* –, temos a inferência que, com bastante plausibilidade, mesmo sem possuir dados intralingüísticos a respeito do sistema TMA da *língua geral corrupta*, nos permite entrever, pelas frestas deixadas nas palavras de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, características típicas de línguas crioulas na *língua geral* que se formou na Amazônia.

A perda de morfologia nominal de caso, exposta acima, e a **inferência que indica a possibilidade de haver um sistema TMA formado por partículas pré-verbais** na *língua geral corrupta*, se somadas às condições sócio-históricas nas quais se formou, tornam válida a hipótese de que essa língua – à qual João Daniel se referiu com uma denominação muito

sugestiva e que se tornou a língua materna da grande maioria da população indígena da Amazônia – era, de fato, uma língua crioula.

3.1.1.1 O que são línguas *pidgins*?

De acordo com o que vimos no item **3.1.1**, o produto da aquisição imperfeita, com muito pouco acesso às estruturas da língua-alvo, sem auxílio normativizador na quase totalidade dos casos e, principalmente, como segunda língua de uma grande maioria de pessoas adultas, resultou numa grande erosão gramatical da *língua geral antiga* ou *tupinambá* imposta aos *tapuias*, pelos jesuítas, formando um *jargão*, que, apesar de não ser um *pidgin*, se constitui no seu ponto de partida, pois a *pidginização* – ou seja, a formação de uma língua *pidgin* – começa a acontecer no momento em que se inicia a estruturação gramatical original em torno do vocabulário que era utilizado no *jargão*, praticamente desprovido de estruturas gramaticais.

Assim, uma *língua pidgin* é uma **segunda língua**, não-nativa, e com estrutura gramatical própria e original **em formação** – qualitativamente distinta tanto da língua lexificadora ou língua-alvo (no nosso caso, o *tupinambá*), quanto das línguas dos povos dominados (no nosso caso, as línguas *tapuias*), envolvidas na situação inicial de contato –, que evolui à medida que continua restrito o acesso dos grupos dominados às estruturas lingüísticas da língua-alvo, fazendo com que a reestruturação gramatical tenha de ocorrer através de soluções gramaticais negociadas dentro da nova comunidade de fala; soluções estas baseadas em transferências de estruturas das línguas dos povos dominados, consagradas pelo uso e com o vocabulário do *jargão*, que chega a possuir um nível de 90% de itens lexicais provenientes da língua-alvo (daí o fato da língua-alvo também ser chamada de língua lexificadora).

Dessa forma, apesar do *pidgin* sempre possuir, ao menos, um mínimo de gramaticalização em sua estrutura, essa estrutura não é estabilizada, pois varia à medida que vão aumentando as funções do seu uso: é o que se chama de **expansão funcional**. Ou seja, quanto maior for a expansão funcional do *pidgin*, maior será o nível de sua estruturação gramatical original. Por esse motivo, “muitos estudiosos têm buscado definir os diversos estágios da *pidginização*, nos seguintes termos: *jargão* > *pré-pidgin* ou *pidgin instável* > *pidgin estabilizado* > *pidgin expandido*.” (LUCCHESI, s/d, p. 7).

Porém, outra questão importante precisa ser destacada. Para que haja a expansão funcional que caracteriza o *pidgin*, esta tem de acontecer não apenas como uma resposta às demandas resultantes da **interação entre os grupos dominados e o grupo dominante**, mas, principalmente, como uma resposta às demandas resultantes da socialização do *pidgin* **entre os**

integrantes do próprio grupo dominado, pois é nessa interação secundária que a expansão funcional e a conseqüente estruturação gramatical original se dão. Essa socialização do *pidgin* entre os integrantes dos grupos dominados é chamada de *hibridização terciária*. (p. 6).

3.1.1.2 O que são línguas *crioulas*?

Como vimos no item acima, o *pidgin* é uma língua **não-nativa**, ou seja, uma segunda língua, adquirida por falantes adultos. Vimos também que a reestruturação original de sua gramática apenas acontece à medida que se expande funcionalmente dentro da sociedade composta pelos grupos dominados, através da negociação de soluções gramaticais baseadas nas estruturas das línguas subjugadas. Isso acontece porque, sendo uma língua **não-nativa**, os falantes do *pidgin* – que, como já dito, passaram da fase crítica de aquisição da linguagem – não têm acesso aos dispositivos presentes na Gramática Universal (GU), que, por si só, são capazes de estruturar uma gramática de maneira original, sem que seja preciso haver um período de expansão funcional. Desse modo, caso uma criança que nasça na nova comunidade de fala, que se estabelece no início do contato, adquira o código lingüístico comum, que acabou de emergir, ainda no seu estágio de *jargão* – praticamente desprovido de qualquer estrutura gramatical –, ainda assim, no momento de sua aquisição, o dotará naturalmente de todas as estruturas gramaticais necessárias à utilização desse código em quaisquer funções sociais que precise utilizá-lo ao longo de sua vida. E o mesmo acontecerá caso essa criança adquira o código emergencial no estágio de *pré-pidgin* ou *pidgin instável* e de *pidgin estabilizado*. A estruturação gramatical original do código emergencial adquirido pela criança só não será fruto do seu acesso aos dispositivos da GU caso o código adquirido por ela já seja um *pidgin expandido*, pois, nesse estágio, um *pidgin* já tem condições de servir aos seus falantes em todas as suas necessidades sociais, sejam elas quais forem, mesmo que ainda se trate de uma segunda língua. Dessa maneira, ao adquirir o *pidgin expandido*, a criança apenas o estaria nativizando, sem reestruturá-lo gramaticalmente.

Feitas as ressalvas acima, uma *língua crioula* é o resultado da **nativização** do código emergencial pelas gerações seguintes que começam a nascer dentro da comunidade de fala que se formou no início do contato. Essa nativização não se dá, por completo, de forma imediata. Pelo contrário, até que ela se complete, passa por um processo gradual, pois, em situações adversas nas quais se dá a formação de *pidgins* e *crioulos*, tanto a taxa de mortalidade dos adultos é alta – devido à sua grande exploração física, provocando uma **escassez de progenitores** –, quanto a taxa de natalidade é baixa, pois, quando esses progenitores resistem

por um tempo mais prolongado à exploração, procuram **evitar gerar filhos** que venham a sofrer os mesmos males que sofrem. (LUCCHESI, s/d, p. 7-8). Esses dois fatores em conjunto tornam muito baixa a taxa de natalidade em situações de dominação como a enfrentada pelos *tapuias* agrupados nas missões jesuíticas da Amazônia.

3.1.2 Segundo momento: a recomposição gramatical do *tupinambá* como uma língua historicamente nova

De acordo com o que vimos até agora, a recomposição gramatical original da língua-alvo pode acontecer de duas formas: 1. Através da expansão funcional do *pidgin*, até que se chegue ao estágio do *pidgin expandido*; 2. Através da rápida criouliização/nativização do código emergencial, seja quando este ainda está no seu estágio de *jargão*, seja quando este ainda não alcançou o estágio de *pidgin expandido*. Em ambos os casos, o acesso às estruturas da língua-alvo tem de se manter restrito durante o processo da recomposição.

Contudo, no caso da recomposição gramatical original do *tupinambá*, resultando numa língua qualitativamente distinta – a *língua geral corrupta*, antecedente histórica do atual *nheengatu* –, pensamos que essa recomposição se deu da primeira forma exposta acima, ou seja, através da expansão funcional do *pidgin* de base *tupinambá*, tendo a sua nativização se dado de forma gradual e demorada, de modo que, quando se apresentou uma população relevante de falantes nativos desse código emergencial surgido no primeiro momento do contato, este já havia tido tempo suficiente para se tornar um *pidgin expandido* e, conseqüentemente, recomposto gramaticalmente de forma original.

Vejamos essa fase da recomposição gramatical de forma mais detalhada. Nela, dois **processos paralelos**, possivelmente, ocorreram:

1. À medida que a população *tapuia* adulta começava a utilizar o *jargão* de base *tupinambá* – iniciando o processo de *hibridização terciária* –, este ia começando a se estruturar gramaticalmente, entrando em processo de *pidginização*, tornando-se um **pré-pidgin**. Com a constante renovação dos contingentes de *tapuias* adultos das missões, o *pré-pidgin* continuava a ser adquirido pelos novos *tapuias* adultos recém-integrados, e que já o adquiriam, como L2, com alguma estrutura gramatical, contribuindo para que se tornasse um **pidgin estabilizado**. Mais *tapuias* adultos continuavam a ser integrados às missões, contribuindo, por sua vez, para que o *pidgin estabilizado* se tornasse um **pidgin expandido**.

2. Ainda na condição de *jargão*, algumas poucas crianças da **2ª geração** de *tapuias*, nascidas nas missões, podem tê-lo nativizado, reestruturando-o gramaticalmente, de forma original, devido aos dispositivos presentes na GU. Contudo, como já foi dito, essa nova geração não deve ter sido representativa o suficiente para que se caracterizasse uma criouliização do *jargão*. Assim, o *jargão* continuava a sua *hibridização terciária* como L2 de falantes adultos, tornando-se um *pré-pidgin*. Por isso, a **3ª geração** de pequenos *tapuias* das missões, ao adquirir sua L1, já tinha como DLP o *pré-pidgin*, que continuava – paralelamente a essas nativizações pontuais – a sua expansão funcional como L2, tornando-se um *pidgin estabilizado*. Dessa forma, a **4ª geração** de pequenos *tapuias* das missões, ao adquirir sua L1, o fazia com base nos DLP do *pidgin estabilizado*, enquanto este continuava, paralelamente, o seu processo de expansão como L2 de falantes adultos, tornando-se um *pidgin expandido*. Portanto, a **5ª geração** de pequenos *tapuias* das missões, ao adquirir sua L1, já o fazia baseada nos DLP do *pidgin expandido*.

Somando-se essas 4 novas gerações de crianças *tapuias* que adquiriram como L1 o código emergencial, surgido no momento inicial do contato, distribuídas em várias faixas etárias, dos mais velhos aos mais novos, teríamos uma população significativa de indivíduos que adquiriram esse código como L1, desde o nível menos estruturado gramaticalmente (para os integrantes da faixa etária dos mais velhos), ao nível bem estruturado gramaticalmente (para os integrantes da faixa etária dos mais jovens). Assim, de forma sintética, teríamos um cenário no qual: a **2ª geração** teria adquirido o *jargão como L1*; a **3ª geração** teria adquirido o *pré-pidgin como L1*; a **4ª geração** teria adquirido o *pidgin estabilizado como L1*; a **5ª geração** teria adquirido o *pidgin expandido como L1*, formando, então, uma população significativa de falantes nativos do código emergencial, ao ponto de se poder caracterizar a **criouliização desse código**. Esse crioulo que teria se formado, porém, possuiria uma grande variabilidade interna, pois foram muito variados os DLP adquiridos, ao longo das quatro gerações, como L1, pois cada nova geração já adquiria como língua materna um código mais estruturado do que o anterior. Quando, de acordo com nossa hipótese, se consolidou a nativização do *pidgin* pela população amazônica – composta por várias faixas etárias, distribuídas em 4 gerações –, que, em uma mesma sincronia da história, o utilizava, foi uma nativização com grande variabilidade interna, o que significou um **tupinambá crioulo** também muito variado em termos estruturais, variabilidade esta que é uma das características das línguas crioulas.

Devido ao tempo que o *jargão*, formado no início do contato, teve para se expandir gramaticalmente, a língua historicamente nova que se formou na situação de contato entre o

tupinambá e as muitas línguas *tapuias* não deve ter apresentado grandes diferenças estruturais entre o seu estágio de *pidgin expandido* – ou seja, **segunda língua** da maioria de sua população de falantes – e o seu estágio de *língua crioula* – ou seja, **primeira língua** da maioria de sua população de falantes.

Quadro sinóptico da expansão funcional do *pidgin do tupinambá*, em paralelo com a sua nativização gradual, ao longo de gerações, até culminar na sua criouliização

	1653-1663	1663-1673	1673-1683	1683-1693	1693-1760
TAPUIAS ADULTOS (aquisição como L2)	Primeiros <i>tapuias</i> adultos das missões: <i>jargão</i> .	Novos adultos incorporados às missões (que já começavam a se mesclar com uma população incipiente de crianças nascidas nas missões): <i>pré-pidgin</i> .	Novos adultos incorporados às missões (que se mesclavam à população crescente de nascidos nas missões): <i>pidgin estabilizado</i> .	Novos adultos incorporados às missões (que se mesclavam à população já significativa de nascidos nas missões): <i>pidgin expandido</i> .	Com a morte do grande contingente de adultos falantes do código emergencial como L2, integrados às missões em 1653, momento inicial do contato sistemático, temos a concretização do processo de criouliização do <i>tupinambá</i> , pois a população fixa das missões passava, então, possivelmente, a ser composta, em sua maioria, por falantes nativos e monolíngües do <i>tupinambá</i> crioulo ou <i>língua geral corrupta</i> .
TAPUIAS CRIANÇAS (aquisição como L1: momento em que começa a haver a interrupção na transmissão das línguas maternas das primeiras gerações de <i>tapuias</i> adultos descidos às missões, aos seus filhos, componentes das gerações seguintes, nascidos nas missões, que adquiriam o código emergencial recém-surgido como primeira língua)	2ª geração de <i>tapuias</i> crianças das missões: aquisição do <i>jargão</i> .	3ª geração de <i>tapuias</i> crianças das missões: aquisição do <i>pré-pidgin</i> .	4ª geração de <i>tapuias</i> crianças das missões: aquisição do <i>pidgin estabilizado</i> .	5ª geração de <i>tapuias</i> crianças das missões: aquisição do <i>pidgin expandido</i> .	

Quadro 9.

Contudo, após a criouliização de uma língua, ainda há outro estágio a ser considerado. Esse estágio é chamado de *continuum post-crioulo*. Vejamos o que Dante Lucchesi diz sobre esse estágio:

Na medida em que as línguas lexicadoras gozam de maior prestígio e poder, acabam influenciando as línguas crioulas, que vão progressivamente incorporando os mecanismos gramaticais da língua oficial, no que se chama de **descriouliização**, ou ***continuum post-crioulo***. Nesse contínuo, podem-se definir diversas camadas ou socioletos, assim classificados: **basileto**, **mesoleto** e **acroleto**. O basileto, comumente chamado de *crioulo fundo*, é constituído pelas variedades mais tipicamente crioulas,

empregadas em geral por falantes monolíngües em crioulo, analfabetos e que têm pouco ou nenhum contato com a língua lexificadora (na maioria dos casos, são os falantes mais velhos da zona rural). Ao lado dessas, temos as variedades intermediárias, ou mesoletais, empregadas pelas pessoas com alguma escolaridade e que, portanto, já conhecem a língua lexificadora. Desse modo, ao falarem crioulo, esses falantes já começam a incorporar palavras e elementos gramaticais da língua lexificadora, principalmente quando estão tratando de temas que fogem ao seu universo doméstico. Por fim temos as variedades acroletais do crioulo, que já incorporaram boa parte do arcabouço gramatical da língua lexificadora. Nesses casos, é inclusive muito difícil fazer a distinção entre o que seria uma variedade do crioulo e uma variedade da língua lexificadora. (LUCCHESI, s/d, p. 8).

De acordo com os dados fornecidos por Hornaert *et alii* (2008, p. 83), quando os jesuítas foram expulsos definitivamente do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1760, o seu número total era de 155 indivíduos. Paralelamente a isso, temos o fato de que, ainda nos dias atuais, a região amazônica – já pertencente ao Estado do Brasil – continua sendo a região com a maior concentração demográfica indígena do país, na qual se encontra a maioria dos cerca de 250 mil índios que restaram dos quatro séculos de genocídio ali ocorrido, e iniciado com a colonização portuguesa da região, em 1615. Essas informações nos levam a concluir que, durante todo o período jesuítico na Amazônia colonial (de 1653 a 1760), o contingente de grupos *tapuias* colonizados continuou, sempre, extremamente maior do que o contingente de colonizadores jesuítas, fato que manteve a situação de **pouco ou quase nenhum acesso dos grupos *tapuias* às estruturas da língua-alvo, que, por sua vez, era a segunda língua dos dominadores, e não a primeira**. Outrossim, de acordo com a inferência que expusemos no **item 2.3.1** deste capítulo, o papel das escolas jesuíticas foi muito pequeno nas missões, acarretando na continuidade da situação de **analfabetismo quase generalizado** nesses ambientes. Por fim, de acordo com José Ribamar Bessa Freire (2004, p. 181), a grande comunidade de fala que se formou como resultado da atuação dos jesuítas na Amazônia se tornou **monolíngüe na língua geral corrupta**, à qual o autor se refere, seguindo Aryon Rodrigues, como *Língua Geral Amazônica*. Se tivermos em mente as palavras de Dante Lucchesi, expostas acima, no que diz respeito aos fatores necessários à formação de *crioulos pesados* ou *basiletos*, chegamos à conclusão de que a *língua geral corrupta* se tratou de um *crioulo basileto*.

A *língua geral corrupta* só iria entrar em uma situação de bilingüismo assimétrico – ou **diglossia** –, ao começar a ser utilizada paralelamente com a língua portuguesa, que iniciou a sua expansão na região com:

1. As medidas do Marquês de Pombal, expulsando os jesuítas da região amazônica, de forma definitiva, em 1760, e proibindo o uso da *língua geral corrupta*, transformando as aldeias jesuíticas em vilas, nomeando Diretores de Índios para estas, e iniciando um processo de implantação de escolas para meninos e meninas, nas quais só se poderia ensinar a língua portuguesa, pois o desenvolvimento e disseminação da *língua geral corrupta*, segundo Pombal (que se refere a ela utilizando apenas o qualificador “geral”), havia gerado conseqüências perniciosas ao Estado e impedido, em grau acentuado, que os gentios amazônicos desenvolvessem o afeto, a veneração e a obediência devidos ao Príncipe, como podemos notar no item 6 do *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário*, publicado, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, em “3 de Mayo de 1757” (esse diretório só viria a entrar em vigor no Estado do Brasil um ano depois, em 1758). Apesar de já termos transcrito o item 6 do Diretório de Pombal no capítulo anterior, o transcreveremos mais uma vez agora, pois será esclarecedor:

6. Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistáraõ novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he um dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Língua, que chamaráõ geral; invençaõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Índios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservávaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoes o uso da Língua Portugueza, naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escolas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucçaõ nesta materia, usem a Língua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (POMBAL, 1757 *apud* ALMEIDA, 1997).

2. A assimilação, em agosto de 1823, do Estado do Grão-Pará e Maranhão, pelo Estado do Brasil, tornando-se um único Estado, fato que, inevitavelmente, provocou uma maior interação entre os falantes da *língua geral corrupta* e os falantes da língua portuguesa, pois, a essa altura, a língua portuguesa já era hegemônica no Estado do Brasil. Além do mais, com prestígio de

língua oficial de origem européia e, conseqüentemente, de língua da “civilização”, o português assumiu o papel de língua-alvo para toda a população falante da *língua geral corrupta*, que, antes, tinha como língua-alvo a *língua geral antiga* ou *tupinambá*, falada por jesuítas que haviam entrado para um passado que começava a se tornar distante.

3. A eclosão, entre 1835 e 1840, nas imediações do rio Amazonas, da *Revolta da Cabanagem*, provocando o genocídio de grande parte da população falante da *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica*. Devido a esse genocídio, com o incremento do ciclo da borracha e a necessidade premente de mão-de-obra, foram importados grandes contingentes de nordestinos para suprir o vazio de recursos humanos provocado pelas autoridades responsáveis por sufocar a *Revolta da Cabanagem*. Sendo esses contingentes nordestinos compostos por pessoas que falavam apenas a língua portuguesa, e sendo esta mesma língua a que foi utilizada nas relações comerciais recém-surgidas e na navegação que se desenvolveu na região, o idioma de origem européia passou a ocupar grande espaço no cenário lingüístico da área onde antes predominava a *língua geral corrupta*. Após a expansão da língua portuguesa na Amazônia, apenas alguns redutos continuaram a utilizar a *língua geral corrupta*, já com o seu atual nome de *nheengatu* (que significa “língua boa”), sendo o maior deles o alto rio Negro e seus afluentes. (FREIRE, 2004, p. 191).

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, procuramos delinear o contexto sociolingüístico dentro do qual constatamos ter sido possível a *pidginização/crioulização* da *língua geral antiga* ou *tupinambá*, levado, da costa do Estado do Brasil, para as margens do rio Amazonas e seus afluentes, no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

No intuito de atingir o objetivo proposto, fizemos uma breve retrospectiva sócio-histórica da atuação dos jesuítas na Amazônia, de um ponto de vista lingüístico, iniciando uma viagem que teve, como porto de embarque, os anos que antecederam a chegada de Antônio Vieira à Amazônia, passando pelo seu período de atuação nesse lugar, assim como pelo período posterior à sua expulsão, desembarcando, finalmente, em 1760, quando os jesuítas foram definitivamente expulsos das possessões portuguesas, no intuito de expor a forma como os inácianos agrupavam índios *tapuias* das mais variadas etnias e línguas em espaços comuns, possibilitando, assim, o contato entre essas línguas.

Finalizada a “viagem sócio-histórica”, partimos para a caracterização do processo de contato lingüístico propriamente dito, tendo como base o aparato teórico da **Transmissão Lingüística Irregular**, desenvolvido por Dante Lucchesi e Alan Baxter, no qual enquadramos a situação de contato entre línguas que se delineou nesse período da Amazônia, quando esta ainda se constituía no Estado do Grão-Pará e Maranhão, administrativamente distinto do Estado do Brasil.

O que veio a acontecer depois da expulsão da Companhia de Jesus da região amazônica, em 1760, já foi outra situação de contato, dessa vez entre a *língua geral corrupta* ou *Língua Geral Amazônica* – antecedente histórica do *nheengatu* – e a língua portuguesa, porém, não mais nas mesmas circunstâncias do contato que houve entre a *língua geral antiga* ou *tupinambá* e as muitas línguas *tapuias*, que protagonizaram uma situação propensa à formação de uma língua crioula, e que procuramos, ao longo dessas páginas, expor ao leitor com o máximo de clareza possível.

CONCLUSÃO

No início do capítulo 2 desta dissertação, apontamos 5 aspectos cujo preenchimento consideramos necessário para que o campo de estudos das *línguas gerais* brasileiras passe a apresentar a coesão de que ainda carece: [1] O conceito de *língua geral*; [2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*; [3] Em que áreas foram faladas; [4] Em que período foram faladas; [5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento de nosso estudo, apresentamos análises e dados que nos permitiram se não preencher definitivamente os 5 aspectos citados acima – o que, inclusive, seria uma grande pretensão –, nos permitiram pelo menos esboçar os traços iniciais no sentido do seu preenchimento. Vamos, então, às conclusões obtidas:

[1] O conceito de *língua geral*

Língua geral é um termo que se refere a dois tipos distintos de idiomas, cujos processos de formação se deram em dois contextos lingüísticos também distintos, que se delinearão na América Portuguesa. Desse modo, o termo *língua geral* engloba:

i) Sistema lingüístico que assumiu características peculiares no seio de uma população mameluca bilíngüe em *tupinambá* (L1) e português (L2). Essa **situação de bilingüismo**, iniciada no século XVI, teria sido a responsável por alterações estruturais que diferenciaram o sistema do *tupinambá*, falado pelos mamelucos bilíngües, do sistema do *tupinambá* que continuou a ser falado em **situação de monolingüismo** fora das populações mamelucas, por índios que resistiram ao processo de colonização e cuja cultura manteve suas características autóctones originais, conferindo ao *tupinambá* dos mamelucos, já diferenciado estruturalmente, a denominação de *língua geral*, termo que passou a se referir a esse tipo específico de língua, e não mais, simplesmente, a uma língua falada por uma grande extensão territorial. Esse tipo de *língua geral* se desenvolveu em um *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações*, que predominou na costa do Estado do Brasil durante o período colonial. (RODRIGUES, 1986; 1996). Manteremos a sua denominação de *língua geral*, sem acrescentar-lhe qualquer outro qualificador, considerando a ausência deste como o indicador de que se desenvolveu no contexto sem interrupção de

transmissão lingüística entre gerações. São, então, *línguas gerais*, a de São Paulo e a do sul da Bahia, já extintas.

ii) Sistema lingüístico historicamente novo, surgido no século XVII, fruto do processo de *pidginização/crioulização* do *tupinambá*, que entrou em contato com diversas línguas *tapuias* – tipologicamente muito distintas, tanto entre si, quanto em relação ao *tupinambá* –, às quais foi imposto como língua do povo dominador, os jesuítas, mesmo sendo a segunda língua destes. Esse tipo de *língua geral* surgiu e se desenvolveu em um contexto **com interrupção de transmissão lingüística entre gerações**, que predominou nas missões jesuíticas do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Acrescentaremos ao termo *língua geral* o qualificador “*crioula*”, para indicar que surgiu no contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações, que, nesse caso, resultou em uma língua historicamente nova, e não apenas em uma nova variedade da língua-alvo. É, então, *língua geral crioula*, a da Amazônia, que, posteriormente, passou por um longo processo de bilingüismo com a língua portuguesa. Hoje, é conhecida como *nheengatu*.

Como se pode perceber, o nosso conceito de *língua geral* assimila o de Aryon Rodrigues, acrescentando-lhe, contudo, a existência de mais um contexto – o contexto **com interrupção de transmissão lingüística entre gerações**. Desse modo, se as pesquisas de Aryon Rodrigues o levaram a incluir a *língua geral* do Estado do Brasil e a *língua geral* do Estado do Grão-Pará e Maranhão no mesmo contexto – o contexto **sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações** –, as nossas pesquisas, diferentemente, nos levaram a incluir apenas a *língua geral* do Estado do Brasil no contexto sem interrupção, incluindo a *língua geral* do Estado do Grão-Pará e Maranhão em um contexto distinto – o contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações –, motivo pelo qual veio a marcar presença no nosso conceito desse tipo de língua.

Ao lado da apresentação de um conceito ampliado, propusemos, outrossim, novos qualificadores para o termo *língua geral*, baseados, desta feita, em critérios lingüísticos, e não mais em critérios geográficos, como o fez Aryon Rodrigues. Assim, em vez de *Língua Geral Paulista* (LGP) e *Língua Geral Amazônica* (LGA), consideramos mais adequados os termos *língua geral* e *língua geral crioula*, respectivamente, nos quais a ausência de um qualificador – no caso da primeira – e a presença do qualificador “*crioula*” – no caso da segunda – têm

motivação lingüística, como já foi exposto acima. Essa proposta de mudança de denominação se justifica não só pela percepção da existência de mais um contexto lingüístico no qual houve a formação de uma *língua geral*, mas pelo fato de a denominação baseada em critérios geográficos tornar a ocorrência das *línguas gerais* da América Portuguesa mutuamente excludentes. Isto porque, mantendo-se a denominação baseada em critérios geográficos, seria incoerente dizer que, em São Paulo, se falou a *Língua Geral Amazônica*; sendo igualmente incoerente dizer que, na Amazônia, se falou a *Língua Geral Paulista*. A denominação das *línguas gerais* sobre essas bases as confina nos territórios aos quais os seus qualificadores se referem. Situação diferente se dá, contudo, quando se aplica a elas uma denominação baseada em critérios lingüísticos. Isto porque, denominadas as *línguas gerais* sob essa perspectiva, caso se constatem, no Estado do Brasil, regiões onde houve a formação da *língua geral* em contexto **com** interrupção de transmissão lingüística entre gerações, não haveria qualquer incoerência em afirmar que, neste Estado, co-ocorreram a *língua geral* e a *língua geral crioula*, contanto que os seus respectivos contextos tenham se apresentado; o mesmo valendo para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, fato que, inclusive, nos parece ter realmente acontecido, pois, se na região amazônica predominou o contexto **com** interrupção de transmissão lingüística entre gerações, no que se refere aos índios *tapuias* (como vimos no capítulo 4), certamente não foi isso que aconteceu no que se refere aos índios *tupinambás*, que ocupavam alguns pontos desse território, tendo se delineado entre eles o contexto **sem** interrupção de transmissão lingüística entre gerações, pois, sendo falantes nativos do *tupinambá*, não houve, conseqüentemente, interrupção de transmissão no momento em que foram incorporados às missões jesuíticas, pois nestas também era o *tupinambá* que se falava. Portanto, a denominação baseada em critérios lingüísticos não torna incoerente a possibilidade de que os dois tipos distintos de *língua geral* tenham ocorrido, paralelamente, em um mesmo espaço geográfico.

[2] Na boca de quais falantes foram utilizadas as *línguas gerais*

A *língua geral* – já assumindo a denominação proposta acima – teve como principais falantes os **mamelucos** (bilíngües em *língua geral* como L1 e em português como L2) e os **portugueses** (bilíngües em português como L1 e em *língua geral* como L2), embora, segundo Aryon Rodrigues (1986;1996), **índios não tupinambás** e **negros escravos** a tenham aprendido como língua de intercurso. Nesse caso, seriam bilíngües em suas línguas nativas e em *língua geral* como L2.

No caso da *língua geral crioula* – também assumindo a denominação proposta acima –, os seus principais falantes foram os **índios tapuias**, que, após a consolidação do processo de criouliização do *tupinambá*, formaram uma população monolíngüe na *língua geral crioula*. Essa situação de monolíngüismo só começaria a se alterar com o início do bilingüismo em *língua geral crioula* (L1) e português (L2) entre os referidos *tapuias*.

[3] Em que áreas foram faladas

No caso da *língua geral*, a sua área de atuação foi, de acordo com o que expusemos no capítulo 3: **São Paulo, Minas Gerais, norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás** (tendo sido essa área de expansão delimitada por Aryon Rodrigues [1986; 1996]) e **toda a costa sul da Bahia** – desde o sul do Recôncavo Baiano, ao extremo sul do estado, na divisa com o Espírito Santo (tendo sido essa área delimitada, inicialmente – com relação à Vila de Olivença, na antiga Comarca de Ilhéus –, por Tânia Lobo, Américo Venâncio Lopes Machado Filho e Rosa Virgínia Mattos e Silva [2006], e, posteriormente – com relação às demais vilas e aldeias da antiga Comarca de Ilhéus e da antiga Comarca de Porto Seguro –, por nós, nesta dissertação).

No que se refere à *língua geral crioula*, a sua área de atuação foi, de acordo com o que expusemos no capítulo 4: **Amapá, Amazonas, norte do Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, norte do Tocantins e Maranhão** – em consonância com os dados constantes no mapa da expansão jesuítica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, elaborado por Serafim Leite (*apud* HORNAERT *et alii*, 2008), expansão esta que ficou conhecida como “O Ciclo Maranhense”.

[4] Em que período foram faladas

A *língua geral* começou a apresentar suas características peculiares, fruto do bilingüismo, provavelmente **a partir do início do século XVII**, quando já teria havido tempo suficiente para se formar uma população mameluca bilingüe em *tupinambá* (L1) e em português (L2), e para que esse *tupinambá*, falado em situação de bilingüismo com o português, se diferenciasse do *tupinambá* falado em situação de monolíngüismo fora do ambiente mameluco, pois, na Comarca de Ilhéus, sua população mameluca começou a se formar em **1524**; na Capitania de São Vicente, em **1532**; e na Comarca de Porto Seguro, em **1534**. Quanto ao seu declínio e extinção, a *língua geral*, em São Paulo, começou a perder sua

hegemonia para língua portuguesa na **segunda metade do século XVIII**, enquanto que, no sul da Bahia, esse processo só começou a se intensificar mais tardiamente, **a partir da primeira metade do século XIX**.

Quanto à *língua geral crioula*, o seu surgimento, de acordo com nossa hipótese, tem início **a partir da segunda metade do século XVII**. Apesar de ter sofrido fortes golpes – devido ao genocídio de grande parte de seus falantes e à imigração de grandes contingentes de falantes da língua portuguesa para a região amazônica –, **ainda continua viva**, sendo falada principalmente na região do alto rio Negro.

[5] A percepção da diferença existente entre os contextos lingüísticos do Estado do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão

O **Estado do Brasil** e o **Estado do Grão-Pará e Maranhão** foram regiões administrativamente distintas até agosto de 1823, quando o território correspondente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão foi incorporado ao território do Estado do Brasil. Essa distinção é fundamental para o estudo das *línguas gerais*, porque os cenários lingüísticos dos dois Estados onde se desenvolveram eram muito diferentes. Enquanto no Estado do Brasil, onde se desenvolveu a *língua geral*, prevalecia a homogeneidade lingüística da costa – fato que resultou em um *contexto sem interrupção de transmissão lingüística entre gerações* –, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, onde surgiu a *língua geral crioula*, prevalecia a profunda heterogeneidade lingüística às margens do rio Amazonas – fato que resultou em um *contexto com interrupção de transmissão lingüística entre gerações*. Desse modo, diante de cenários lingüísticos tão díspares, não há como aceitar que o que se chamou de *língua geral* no Estado do Brasil tenha sido algo tipologicamente semelhante ao que se chamou de *língua geral* no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

REFERÊNCIAS:

ALTMAN, Cristina. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 57-83.

AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Martins Fontes, 1963.

_____. *Terras do sem fim*. Martins Fontes, 1970.

_____. *Gabriela, cravo e canela*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1989.

ARGOLO, Wagner. O passado lingüístico indígena e as línguas gerais entre o Rio de Janeiro e o Piauí: busca por documentos no Arquivo Histórico Ultramarino entre 1758 e 1794. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F. & GOMES, Luís (Orgs.). *Novos tons de rosa: para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 62-74.

BARROS, Maria Cândida D. M. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 85-112.

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. Processos de crioulização na história sociolingüística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

_____. A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza (Orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979. p. 7-31.

CARDEIRA, Esperança. *História do português*. Lisboa: Caminho, 2006. p. 87-96.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009. p. 173-217.

CARDOSO, Suzana & FERREIRA, Carlota. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 11-21.

CARDOSO, Suzana. Diatopia e diastratia no português do Brasil: prevalência ou convivência? In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 359-380.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Apontamentos sobre a educação no Brasil colonial. In: LUZ, José Augusto & SILVA, José Carlos (Orgs.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 17-50.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 171-184.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. p. 46-63.

COSERIU, Eugenio. La geografia lingüística. *Cuadernos del Instituto Lingüístico Latinoamericano*, Montevideo, n. 11, 1965, p. 5-45.

DIRECTORIO, QUE SE DEVE OBSERVAR NAS POVOAÇÕES DOS ÍNDIOS DO PARÁ, E MARANHÃO EM QUANTO SUA MAGESTADE NÃO MANDAR O CONTRÁRIO. In: ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997. Anexo.

EMMERICH, Charlotte & PAIVA, Maria da Conceição de. Português xinguano: origem e trajetória. In: CARVALHO, Ana Maria (Org.). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana, 2009. p. 153-164.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

_____. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2007.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 195-207.

_____. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

HORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der & BROD, Brenno. *História da Igreja no Brasil: Primeira Época – Período Colonial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 75-92.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de cultura, 1985. p. 46-68.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliana *et alii* (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 347-367.

LEITE, Yonne & FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 16-61.

LOBO, Tânia. Variantes nacionais do português: sobre a questão da definição do português do Brasil. *Revista internacional de língua portuguesa*, Lisboa, n. 12, 1994, p. 9-16.

_____. (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, Ivo & DUARTE, Inês. (Orgs.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. p. 395-409.

_____. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F. & SOLEDADE, Juliana (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 305-327.

LOBO, Tânia & LUCCHESI, Dante. Aspectos da sintaxe do português brasileiro. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília R.; DUARTE, Inês & GOUVEIA, Carlos A. M. (Orgs.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 303-311.

LOBO, Tânia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Índícios de língua geral no sul da Bahia na segunda metade do século XVIII. In: LOBO *et alii* (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 609-630.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, Sybille & ZIMMERMANN, Klaus (Orgs.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Lisboa: TFM, 1998. p. 73-99.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

_____. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 63-92.

_____. *Línguas em Contato*. Manuscrito sem data.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações atuais da lingüística histórica brasileira. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 15, n. Especial, 1999, p. 147-166.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 69-108.

MEJRI, Salah. La traduction linguistic: problème terminologique ou construction conceptuelle? In: TRADUCTION HUMAINE, TRADUCTION AUTOMATIQUE, INTERPRETATION, 4., 2003, Paris. **Anais...** Paris: Maisonneuve et Larose, 2003. p. 177-191.

MÉTRAUX, Alfred. The Tupinamba. In: STWEARD, Julian (Org.). *Handbook of south american indians*. Washington: Government printing office, 1948. p. 95-139.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994. p. 93-104.

MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 195-293.

NARO, Anthony & SCHERRE, Maria Marta. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 285-302.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008. Tradução: Mário Eduardo Viaro. p. 35-45; 94-228.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 79-115.

OLIVEIRA, Marilza. Para a história social da língua portuguesa em São Paulo. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *História do português paulista*. Campinas: FAPESP, 2009. p. 185-208.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 25-47.

_____. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. O paradigma gerativista e a aquisição da linguagem. In: FINGER, Ingrid & QUADROS, Ronice Müller de (Orgs.). *Teorias de aquisição da linguagem*. Florianópolis: EDUFSC, 2010. p. 45-82.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, Aryon. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. As línguas gerais sul-americanas. *Laboratório de línguas indígenas*, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 143-161.

RONA, José Pedro. The social dimension of dialectology. *Linguistics*, n. 177, 1976, p. 7-22.

ROSA, Maria Carlota. Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram? *Papia*, São Paulo, v. 2, n. 1, 1992, p. 85-98.

_____. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 133-146.

ROSSI, Nelson *et alii*. *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 77-114.

SANTOS, Milton. *Zona do Cacau*. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 39-48.

- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHMIDT-RIESE, Roland. Condições da mudança em nheengatu: pragmática e contatos lingüísticos. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 147-166.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of brazilian society (Bahia, 1550-1835)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 51-72.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da lingual portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990. p. 81-86.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2008. p. 91-102; 364-366.
- TEIXEIRA, Raquel. As línguas indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi & SILVA, Aracy Lopes da (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 291-311.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução: Celso Cunha.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969. p. 437-514.
- VIEIRA, Antônio. *Os Sermões*. São Paulo: Melhoramentos, 1967. p. 167-203.
- VITRAL, Lorenzo. Língua geral versus língua portuguesa: a influência do “processo civilizatório”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 303-315.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006.

Sites consultados:

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao4.html>. Acesso em: 26/10/10, às 11:56.

<http://historianamao.blogspot.com>. Acesso em: 26/10/10, às 12:20.

<http://www.azeitao.net/quintas/palacio.htm>. Acesso em: 31/10/10, às 11:33.

<http://www.bahiaemfoco.com/Marau>. Acesso em: 3/11/2010, às 11:20.

http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=290690. Acesso em: 3/11/2010, às 11:47.

<http://www.brasilazul.com.br/trancoso-historia.asp>. Acesso em: 3/11/2010, às 12:43.

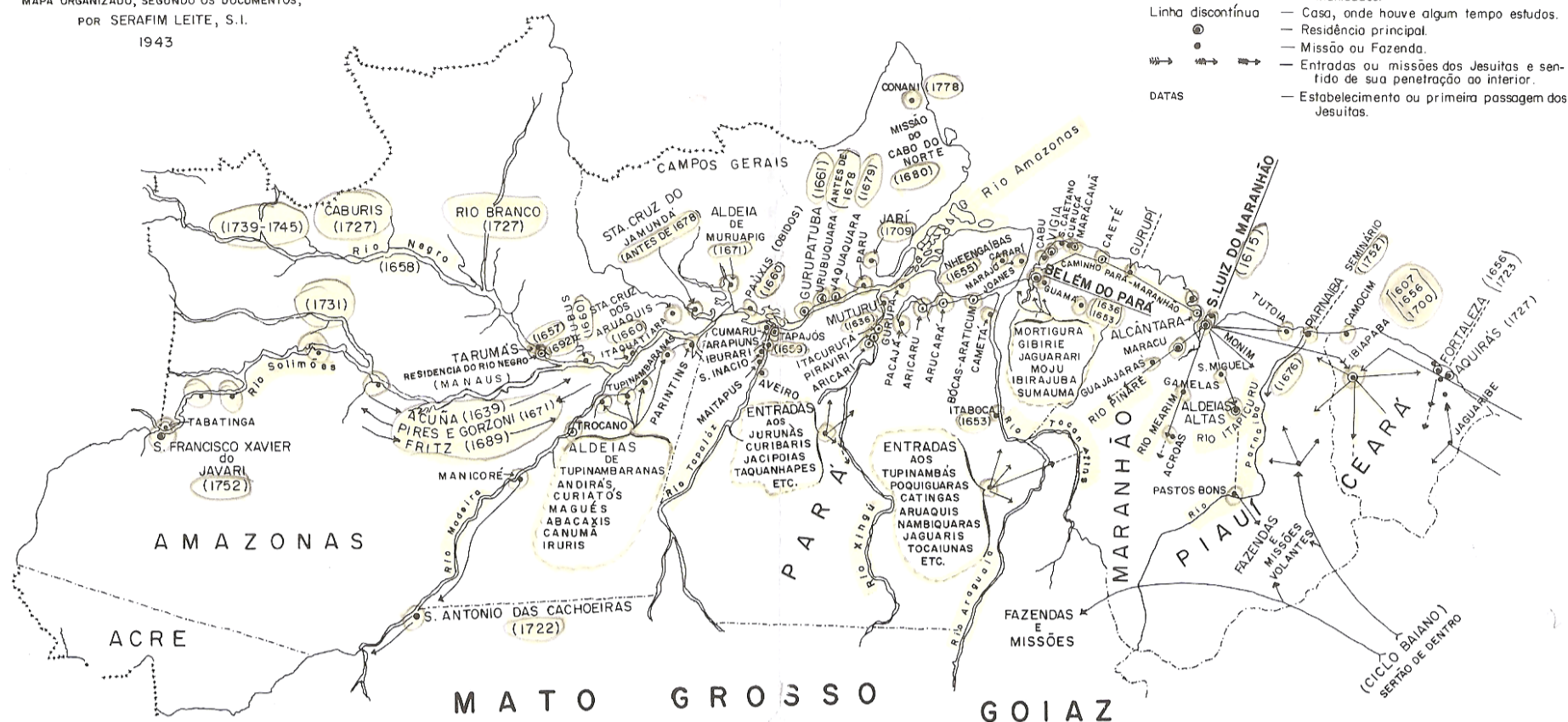
<http://citybrazil.uol.com.br/ba/portoseguro/historia.php>. Acesso em: 3/11/2010, às 16:04.

<http://www.visiteabahia.com.br/visite/historiasdascidades/ba-dende-camamu.php>. Acesso em: 3/11/2010, às 16:44.

O ciclo maranhense constitui a experiência missionária mais impressionante da história da igreja no Brasil (p. 75-92).

EXPANSÃO DOS JESUITAS NO NORTE DO BRASIL
(SÉCULOS XVII — XVIII)

MAPA ORGANIZADO, SEGUNDO OS DOCUMENTOS,
POR SERAFIM LEITE, S.J.
1943



IX

Sentido da expansão: LESTE-OESTE

Afluentes do rio Amazonas nos quais houve missões jesuíticas	<u>oeste</u> ALTO AMAZONAS	<u>leste</u> BAIXO AMAZONAS
Margem esquerda	NEGRO	TROMBETAS
Margem direita	MADEIRA	TAPAJÓS, XINGU

Quadro 3.

No que concerne às etnias que fizeram parte das missões jesuíticas, no quadro abaixo fizemos um elenco, também no sentido leste-oeste, seguindo o movimento de expansão jesuítica do Baixo para o Alto Amazonas:

Etnias catequisadas no sentido da expansão: LESTE-OESTE

Etnias que fizeram parte das missões jesuíticas	<u>oeste</u> ALTO AMAZONAS (incluindo o noroeste do estado do Amazonas, no caso da margem esquerda; incluindo o sudoeste do estado do Amazonas, no caso da margem direita)	<u>leste</u> BAIXO AMAZONAS (incluindo a ilha de Marajó ou Joanes, o estado do Maranhão e o noroeste do estado do Ceará, no caso da margem direita)
Margem esquerda	ARUAQUI, ITAQUATIARA, URUBU, TURUMÁ, CABURI	CONANI, JARÍ, PARU, JAQUAQUARA, URUBUQUARA, GURUPATUBA, PAUXI, MURUAPIG, JAMUNDA
Margem direita	PARINTIM, TUPINAMBARANA, TROCANO, ANDIRÁ, CURIATÓ, MAGUÊ, ABACAXI, CANUMÃ, IRURI, ACUÑA, MANICORÉ, TABATINGA	IBIAPABA, CAMOCIM, PARNAIBA, TUTOIA, MONIM, GAMELA, ACROA, MARACU, GUAJAJARA, GURUPI, CAETÉ, MARACANÃ, CURUÇÁ, CABU, GUAMÁ, MORTIGURA, GIBIRIE, JAGUARARI, MOJU, IBIRAJUBA, SAMAUMA, NHEENGAÍBA (na verdade um conjunto de etnias, sobre as quais se falará logo abaixo), CARARI, CAMETÁ, BÓCA-ARATICUM, ARUCARÁ, ARICARU, PACAJÁ, GURUPÁ, ITABOCA, TUPINAMBÁ, POQUIGUARA, CATINGA, ARUAQUI, NAMBIQUARA, JAGUARI, TOCAIUNA, MUTURU, ITACURUÇÁ, PIRAVIRI, ARICARI, TAPAJÓ, CUMARU, ARAPIUM, IBURARI, MAITAPU, JURUNA, CURIBARI, JACIPOIA, TAQUANHAPE

Quadro 4.

Cronologia da expansão jesuítica na Amazônia no sentido LESTE-OESTE

Datas nas quais se formaram ou houve missões jesuíticas	<u>oeste</u> ALTO AMAZONAS (incluindo o noroeste do estado do Amazonas, no caso da margem esquerda; incluindo o sudoeste do estado do Amazonas, no caso da margem direita)	<u>leste</u> BAIXO AMAZONAS (incluindo a ilha de Marajó ou Joanes, o estado do Maranhão e o noroeste do estado do Ceará, no caso da margem direita)
Margem esquerda	1657, 1658, 1660, 1692, 1727, 1731, 1739-1745	1660, 1661, 1671, 1678, 1679, 1680, 1709, 1778
Margem direita	1639, 1671, 1689, 1722, 1752	1607, 1615, 1626, 1636, 1653, 1655, 1659, 1752, 1656, 1676, 1700

Quadro 5.

Número de missões jesuíticas na Amazônia no sentido de sua expansão: LESTE-OESTE

Número de missões da expansão jesuítica da Amazônia	<u>oeste</u> ALTO AMAZONAS (incluindo o noroeste do estado do Amazonas, no caso da margem esquerda; incluindo o sudoeste do estado do Amazonas, no caso da margem direita)	<u>leste</u> BAIXO AMAZONAS (incluindo a ilha de Marajó ou Joanes, o estado do Maranhão e o noroeste do estado do Ceará, no caso da margem direita)
Margem esquerda	10	10
Margem direita	18	45

Quadro 6.

Cruzamento dos dados dos quatro quadros anteriores: sentido LESTE-OESTE

Junção de afluentes, etnias, datas e números relativos às missões no sentido da expansão	oeste ALTO AMAZONAS (incluindo o noroeste do estado do Amazonas, no caso da margem esquerda; incluindo o sudoeste do estado do Amazonas, no caso da margem direita)	leste BAIXO AMAZONAS (incluindo a ilha de Marajó ou Joanes, o estado do Maranhão e o noroeste do estado do Ceará, no caso da margem direita)
Margem esquerda	<p>1657: 01 missão junto aos TARUMÁS (primeiro momento). Afluente: Negro.</p> <p>1658: 01 missão. Afluente: Negro.</p> <p>1660: 01 missão junto aos ARUAQUIS; 01 missão junto aos URUBUS.</p> <p>1692: 01 missão junto aos TARUMÁS (segundo momento). Afluente: Negro.</p> <p>1727: 01 missão junto aos CABURIS. Afluente: Negro; 01 missão no rio Branco, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1731: 01 missão no rio Japurá, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1739-1745: 01 missão. Afluente: Negro.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos ITAQUATIARAS.</p>	<p>1660: 01 missão junto aos PAUXIS, na atual região de Óbidos.</p> <p>1661: 01 missão junto aos GURUPATUBAS.</p> <p>1671: 01 missão junto aos MURUAPIGUES. Afluente: Trombetas.</p> <p>1678: 01 missão junto aos URUBUQUARAS; 01 missão junto aos JAMUNDÁS.</p> <p>1679: 01 missão junto aos JAQUAQUARAS.</p> <p>1680: 01 missão (etnia não informada).</p> <p>1709: 01 missão junto aos JARIS.</p> <p>1778: 01 missão junto aos CONANIS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos PARUS.</p>
Margem direita	<p>1639: 01 missão junto aos ACUÑAS (primeiro momento) no rio Solimões, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1671: 01 missão junto aos ACUÑAS (segundo momento) no rio Solimões, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1689: 01 missão junto aos ACUÑAS (terceiro momento) no rio Solimões, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1722: 01 missão. Afluente: Madeira.</p> <p>1752: 01 missão próxima ao rio Solimões, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 02 missões no rio Solimões, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 02 missões junto aos TABATINGAS no rio Solimões, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos PARINTINS.</p> <p>Data não informada: 04 missões junto aos TUPINAMBARANAS, ANDIRÁS, CURIATÓS, MAGUÉS, ABACAXIS, CANUMÁS e IRURIS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos TROCANOS. Afluente: Madeira.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos MANICORÉS. Afluente: Madeira.</p> <p>Data não informada: 01 missão. Afluente: Madeira.</p>	<p>1607: 01 missão junto aos IBIAPABAS (primeiro momento).</p> <p>1615: 02 missões junto aos MONINS.</p> <p>1626: 01 missão junto aos IBIAPABAS (segundo momento).</p> <p>1636: 01 missão junto aos MUTURUS. Afluente: Xingu. 03 missões junto aos GUAMÁS (primeiro momento).</p> <p>1653: 03 missões junto aos GUAMÁS (segundo momento). Nos dois momentos das missões junto aos GUAMÁS, em 1636 e 1653, estavam presentes também os MORTIGUARAS, os GIBIRIES, os JAGUARARIS, os MOJUS, os IBIRAJUBAS e os SUMAUMAS; 01 missão junto aos ITABOCAS no rio Tocantins, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1655: 01 missão junto aos NHEENGAÍBAS na ilha de Marajó ou Joanes.</p> <p>1656: 01 missão junto aos IBIAPABAS (terceiro momento).</p> <p>1659: 05 missões junto aos CUMARUS, TAPAJÓS, ARAPIUNS, IBURARIS e MAITAPUS; 01 missão cuja etnia não foi informada. Afluente: Tapajós.</p> <p>1664: 01 missão junto aos GUARAJARAS no rio Pinaré, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1676: 02 missões junto aos PARNAÍBAS do rio Parnaíba, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>1700: 01 missão junto aos IBIAPABAS (terceiro momento).</p> <p>1752: Estabelecimento de 01 seminário na missão junto aos PARNAÍBAS.</p> <p>Data não informada: 02 missões junto aos CARARÍS na ilha de Marajó.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos GURUPÍS no caminho Pará-Maranhão.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos CAETÊS no caminho Pará-Maranhão.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos MARACANÁS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos CURUÇÁS. Há mais 02 missões próximas a essa cujas etnias não foram informadas.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos CABUS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos CAMOCINS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos TUTOIAS.</p> <p>Data não informada: 01 missão no rio Itapicuru, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 01 missão cuja etnia não foi informada.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos GAMELAS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos ACROAS no rio Mearim, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos MARACUS.</p> <p>Data não informada: 02 missões próximas a São Luís.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos CAMETÁS no rio Tocantins, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos BÓCAS-ARATICUNS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos ARUCARÁS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos ARICARUS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos PACAJÁS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos GURUPÁS.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos ITACURUÇÁS. Afluente: Xingu.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos PIRAVIRIS. Afluente: Xingu.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos ARICARIS. Afluente: Xingu.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos TUPINAMBÁS, POQUIGUARAS, CATINGAS, ARUAQUIS, NAMBIQUARAS, JAGUARIS E TOCAIUNAS no rio Araguaia, que não é afluente do rio Amazonas.</p> <p>Data não informada: 01 missão junto aos JURUNAS, CURIBARIS, JACIPÓIAS e TAQUANHAPÉS. Afluente: Xingu.</p>

Quadro 7.